

ADRIANA BRAGA (ORG.)

**CMC,
IDENTIDADES
E GÊNERO
TEORIA E MÉTODO**

UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR

Título: CMC, Identidades e Género: Teoria e Método
Copyrights ©: dos autores
Organização: Adriana Braga
Design da Capa e paginação: Catarina Moura
Edição: Serviços Gráficos da Universidade da Beira Interior
Tiragem: 300 exemplares
Covilhã, 2005
Depósito Legal N° 237598/06
ISBN - 972-8790-47-3

Apoio:

FCT Fundação para a Ciência e a Tecnologia

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR

Programa Operacional Ciência, Tecnologia, Inovação do III Quadro Comunitário de Apoio



Instituto da Comunicação Social

Índice

Para estudar a Internet <i>por</i> Adriana Braga	7
I Internet e Género	9
Women in Islamic Cyberspace <i>por</i> Maria Johanna Christina Schouten	11
Sociabilidade no Livro de Visitas: uma dimensão comunicacional da feminidade contemporânea <i>por</i> Adriana Braga	25
II Interacções Digitais: teoria e método	57
Presentation of Self: theory and methods <i>por</i> Susan B. Barnes	59
“Teoria” e “Método” na CMC: identidade, género e tomada-de-turno: uma abordagem etnometodológica e analítico conversacional <i>por</i> Christian Greiffenhagen & Rod Watson	89
III Identidades na CMC	115
On-line e Off-line: concordâncias, oposições e complementaridades <i>por</i> Paulo Serra	117
Do natural ao artificial: identidade e singularidade <i>por</i> José Manuel Gomes Pinto	147

IV Configurações Técnicas do Espaço Público	161
O carácter polipotencial da Internet e suas consequências para a democracia	
<i>por</i> Marcus Abílio Gomes Pereira	163
<i>Weblogs</i> e Jornalismo On-line: novas possibilidades para a expressão das identidades na esfera pública	
<i>por</i> João Carlos Correia	189
Legal Dilemmas at Transnational Cyberspace	
<i>por</i> Janet Sternberg	213
The Origin and Evolution of Language and the Transformation of Meaning, Identity and Relationships in CMC	
<i>por</i> Robert K. Logan	235
Dados Biográficos	263

Apresentação

Para estudar a Internet

Adriana Braga
Unisinos, Brasil

O avanço acelerado das tecnologias computacionais no período recente apresentou-nos termos próprios e topografia desconhecida. A emergência do novo meio de comunicação revitalizou, envelheceu, eclipsou e reinventou algumas formas sociais de apropriação dos meios até então dominantes.

Uma geração de analistas apresentou uma série de argumentos para o exame dos novos ambientes mediáticos surgidos, demonstrando não raras vezes a deficiência de uma avaliação determinista e monolítica dos arranjos sociais consequentes.

Entretanto, para além do deslumbramento com a Internet, pessoas estão a utilizar concretamente esta tecnologia nas suas vidas quotidianas, a negociar/partilhar sentidos, a definir identidades, a propor rearticulações.

A entrada em cena do computador pessoal ligado à Internet alterou substancialmente a forma de interacção do público com um meio de comunicação, possibilitando novos modos de lutar por velhas causas. Os mecanismos de construção e consumo identitários apresentados por estes fenómenos emergentes requerem maneiras apropriadas para interpretá-los.

O livro *Comunicação Mediada por Computador, Identidades e Género: teoria e método*, que a editora da UBI disponibiliza à comunidade académica, é um registro das Jornadas em Comunicação de mesmo nome, realizadas em Abril de 2005, no âmbito do Departamento de Comunicação desta universidade. Dois textos, elaborados para este fim e gentilmente cedidos pelo/a autor/a, foram incluídos a esta colectânea posteriormente pela pertinência e afinidade com a proposta. A actividade citada visava colocar em questão os usos sociais

do ambiente digital e os modos de os investigar academicamente. Evitando as especulações sobre o impacto provável da Internet na Humanidade, buscou-se discutir os usos contemporâneos deste meio e as apropriações sociais dos ambientes virtuais – e de que modo esta combinação articula lógicas de identidade, de relacionamento e de poder.

O conteúdo desta publicação aponta diferentes questões relativas à comunicação mediada por computador (CMC) e suas articulações com o campo da política e da cultura, objecto das reflexões apresentadas pelos/as autores/as. Esta colectânea oferece um painel de perspectivas diversificadas sobre a investigação científica e as reflexões que têm norteado a actividade de produção do conhecimento no campo dos estudos sobre a CMC.

Na temática *Internet e Género*, são discutidos aspectos da ocupação feminina deste espaço social; em *Interacções Digitais: teoria e método* problematiza-se a apresentação do self nos ambientes digitais e perspectivas teórico-metodológicas para lidar com as interacções mediadas por computador; na rubrica *Identities na CMC*, discute-se percepção, representação e as identidades online-offline e, em *Configurações Técnicas do Espaço Público*, reflete-se sobre as políticas da Internet e sua participação na configuração de um espaço público na contemporaneidade. Em seguida, uma reflexão sobre a linguagem e os meios de comunicação que precederam o computador ligado à rede.

É imprescindível registrar o reconhecimento ao apoio de pessoas e instituições que de uma maneira ou de outra viabilizaram este projecto: António Fidalgo, Paulo Serra, João Correia, LabCom e Departamento de Comunicação da Universidade da Beira Interior, em Portugal e CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, no Brasil.

Penso que a execução desse projecto oferece material editorial de carácter didáctico de utilidade para estudantes de pós-graduação e licenciaturas, investigadores/as da área, e aqueles/as dedicados/as em estudar a CMC nas suas dimensões técnicas, discursivas, linguísticas, processuais.

I

Internet e Género

Women in Islamic Cyberspace

Maria Johanna Schouten

Universidade da Beira Interior

Women and Muslims: these two broad and diversified categories were, at least until recently, considered in the western world as being somewhat incompatible with a technologically advanced and dynamic society. Women in Islam, the Muslimahs, are often tagged with the qualities of ignorance and subjection and it is also assumed that they are on the wrong side of the so-called digital divide. The following text attempts to shed a more complete light on this issue.

In most cultures, genders are approached in terms of opposites. To the “male and female” divide, other dichotomies may be linked, like those of “nature and culture”, “power and subordination”, “progress and tradition”, “literacy and orality” or “global and local”, and of each of these pairs, the first term is associated with the Male. An important dichotomy is that of “public and private sphere”. Though conscious of its importance for the debate on Islam and civil society, in this text I will not discuss Habermas’s (1989) approach of the public sphere.¹ As my point of departure for the opposition between public and private, I would rather recall here the Portuguese proverb: “Homem na praça, mulher em casa” (“Men at the market, women at home”) – alluding to a spatial segregation, which in a related expression, uttered by men, leaps onto the power question: “Em casa manda ela, quem manda nela sou eu.” (“At home, she is in charge, but I am the one who gives orders to her”). In other words, if there is any power held by women in the private realm, it remains subject to conditions in the public realm, where men have the final say.

¹ Habermas 1989 [1962.] For an up-to-date discussion of this theme, see Eickelman and Salvatore 2004.

From proverbs we may not draw conclusions as to the empirical reality, but the equation of “public is to private as man is to woman” contains elements of truth. The existence of this division emerges in several anthropological studies carried out in the twentieth century in the rural world of southern Europe (Schouten 2003). The women’s territories are, for example, the house and its premises, the church, and the washing place. On the other hand, the male spaces are the working place, the street, the café (Brandes 1980; Papataxiarchis 1991): the places where politics is made and decisions are taken. In recent decades, these segregations have become less outspoken, as women are becoming less tightly linked to the domestic universe and have penetrated the public spaces, including the political universe. Nonetheless, it remains far from easy for women in the western world to make fully use of the legal rights they have conquered.

A similar segregation between the sexes, articulated with unequal access to power, exists or has existed in non-western contexts. The Muslim world, according to Fatima Mernissi (2001: 154) “is painstakingly split into two sub-worlds: the world of men, the *umma*, associated with religion and power, and the world of women, that of sexuality and family.” Women should not enter the world not pertaining to them, and there exists special Islamic legislation for the transgression of such boundaries (*al hoodood*). In southern Asia, the concept of *purdah* stands for the “curtain” which conceals from sight the parts of the house or premises to which women should remain confined, not visible by men who are not close relatives. The Arab term *hijab*, meaning curtain or veil, is based on the same principle, as it creates a barrier in space between the woman and the others. It is now usually used for Muslim clothing, just as *purdah* may also stand for the women’s dress that hides from view almost all of her body and head. In this sense, “veil” may refer to territorial segregation as well as to body-covering.

Recently, various and sometimes paradoxical tendencies are observable in the Islamic world regarding gender and public and private spheres. On the one hand, there is the what in Indonesia is being called

hijabisasi or *jilbabisasi* (“veiling”), a label for the increase of the use of the veil. Indeed, while one generation ago women with Islamic headcovering were rare in Indonesia and also in Malaysia, nowadays it is a common sight. But this veiling also has a territorial aspect and indicates the extension of the “no-go areas” for women. In Southeast Asia, women of all religions used to enjoy a large degree of autonomy and freedom of movement, but today public space is becoming less accessible for them. In mosques the divisions reserved for women are dwindling and in public transport sex segregation is increasing, which also means that there are fewer and less comfortable seats for women (Mahmada 2001).

In regions where in the past women were more rigorously limited to the private sphere, such as in the Middle East, veiling the body may accompany a “downveiling” of the public sphere. A Muslim gown can replace the static segregation, and accordingly veiled women are allowed to enter the public domain, formerly inaccessible to them, and move freely in it: the way they are clothed guarantees that they keep distance from men. Jansen (1998: 60) refers to contemporary Jordanian women: “The new veil no longer refers to the respectful women secluded in the home, as previously, but rather to the young career women, working in offices and travel agencies.” These women participate in modernity, but they have to comply with the patriarchy² by wearing their veil. Women in the Arab world have thus entered the public sphere by paying a price, although many of them would state that their attire was their own choice.

Increasingly popular is another way in which an Islamic woman may take part in the public sphere while maintaining seclusion: through the internet. She can stay at home or in a protected, supervised place and at the same time participate in the cyberworld. Websites such as for shopping and dating may bring about contradictory tendencies in

² Patriarchy in the meaning of “a system of social structures and practices in which men dominate, oppress and exploit women” (Walby 1990: 20).

women's participation in both private and public spheres. The use of such practical sites means a virtual presence in public space while it may well reduce the real participation in it. Leaving home for shopping becomes less of a necessity when all kinds of items may be ordered on-line. Dating via internet can also be carried out within the safe walls of home. Such a procedure seems to be a progress in terms of a well-considered partner choice, in contrast to the marriages arranged by the respective families, when many a girl had never seen or talked to her future husband until the day of the official betrothal or even wedding.

As for on-line shopping, in particular the Islamic-style clothes and accessories seem popular. A case in point is Connecticut-based alhannah (www.alhannah.com), with a broad assortment of dress and especially headgear, including those for sport use. Linked to the page www.capsters.com, they advertise with "trendy sport headgear" "for tennis, aerobics, outdoors and skate". On the other hand, the alhannah collections also feature face-covering veils, such as a "triple layered burqa for extra privacy: You can see out, and prying eyes can not see in."

Internet thus functions for certain Islamic women as the window on the world to which they would not have access otherwise. It may broaden their views and help to establish contacts with the non-Muslim world, but what happens is that generally these women are looking for sites which fit in with their background. Thus, the usual effect of cybernavigation is a strengthening of their sense of belonging and their identity as Muslim women.

But such an identity is only vaguely defined. Collective social identities may be based on such aspects as ethnicity, religion, gender or sexuality, but in most cases the attempts to convey them prove fruitless, not least because of the capricious character of identity. Although the actors themselves usually prefer an ontological position and express their identity in essentialist terms, in social analysis generally the constructivist approach is used (Fischer 1999). The dynamics of identity is worded by Maria Antonieta Garcia (1999: 39):

“...a identidade colectiva manifesta-se através de processos sociais e é mantida, modificada, reformulada pelas relações sociais.” (“The collective identity manifests itself through social processes and is maintained, altered and reformulated in social relationships.”)

In real life, identity markers, such as socially significant biological characteristics, clothes, religious symbols and the language used suggest the belonging to a certain category. Nash (1989: 9-14) labels them “surface pointers” in distinction with other features, less evident or relevant, that are rarely taken into consideration at first contact - hence the potentially essentializing or stigmatizing effects of these surface pointers.

Cyberspace may have divergent impacts on identity. On the one hand, meeting and interacting with persons of the same community reinforces the cybernaut’s “sense of belonging” to a certain group with a certain identity. On the other hand, because of being invisible and inaudible, cyberspace provides the possibility for an individual to present himself / herself as quite a different person (in terms of name, gender, age); in other words, to assume temporarily a different identity.

Islam is a religion with so many followers and containing so many currents, that it is a delicate matter to discuss it in general terms. However, this is what often happens in the discourse of the media, where Muslim culture, often without being given an appropriate definition, is presented as backward and violent - in contrast to the modern, enlightened, western culture. This orientalist discourse of our times, strengthened by the 9/11 drama, is a continuation of the generations-old image, where “[p]ut bluntly, Islam is identified with fanaticism, terrorism, conversion by the sword, and antizionism.” (Woodward 1996: 17).

The reality is that many Muslims have welcomed the modern technology and especially the ICT, and that one of the goals they use it for is of a religious character. The development of an Islamic cyberspace has given a boost to the old idea of the *umma*, the Islamic global community. The contribution of the mass media in “imagining”

these sorts of communities (Anderson 1991) has been enormous and a good example is that of Al-Jazeera, the Qatar-based independent and controversial all-Arab news network. The familiarity with the Arabic language in greater parts of the Islamic world is helpful in connecting people. The proliferation of mass media has been instrumental in the greater uniformization of beliefs and norms among Islam-professing people all over the world, for example in their dress codes. It also happens that certain types of religious currents, formerly restricted to one part of the globe or even of a country, now have followers dispersed over the continents.

Satellite television enables Arab-speaking people to have access to all kinds of channels. For Islamic women living in Europe, however, this does not straightforwardly improve their participation in public life. In the Netherlands and Germany, for instance, many of the first and second generation immigrant women from Morocco and Turkey, often living in “satellite ghettos” (so called because of the jungle of satellite disks on roofs and balconies of the tenements), rarely leave their home and are assiduous television watchers, usually tuned in to the more traditional Arab canals. This reinforces the tendency for women to stay put in the private sphere, not only because of the entertaining television programmes but also because of their message which discourages their participation in public life.

Regarding internet, the live interactive religious lessons, where they exist, are a continuation, in a different form, of a traditional way of teaching among Muslims. Especially among the Sufis, instruction is preferentially based on a personal relationship between Teacher and Pupil, the latter asking questions to be answered by the master. This formula works very well in Islamic cyberspace. Further on, the web makes religious material available worldwide at a low cost, making use of written as well as audio resources, among others radio stations. For the dispersed community of Muslims, especially those living rather isolated, internet may thus strengthen their sense of belonging. Those in charge of the websites use internet to transmit the ideological message of their school of thought. Usually the discussions are strictly

supervised and unwelcome messages are eliminated, to the extent that Pierret (2005: 50) characterizes such forums as “ideological spider webs”.

For a small research on interactivity among Muslim women I examined in March and April 2005 some websites of an Islamic character: most of these based in the Netherlands, others in Indonesia and others still in the Portuguese-speaking world (Portugal and Brazil). Due to the transnational character of the web, the criterion of nationality is of less importance than the language used, because the latter sets limits to the number of persons being able to use the site in question. In this case, the languages were Dutch, Indonesian (Malay) and Portuguese. The sites under scrutiny were e-forums, general informative pages about the doctrine and morals, and “questions and answers”.

The problems discussed on the websites by and for women and girls relate mostly to two themes: dress, and matrimonial / family law. This is not surprising, as it is in these fields that the inequality between men and women, and the perceived difference with the western world is most obvious (see Feillard 1999). There are five broad fields of Islamic doctrine and Islamic law (*syariah*) which underline male domination. The first concerns inheritance questions, in which women have the right to only half of the part the men receive. Further, there is the lesser value of a testimony delivered by a woman, often justified this way: “Two women are to take the place of one man because women are lacking in reason”. Women have also the obligations of obedience, of chastity, and modesty in their attire, while in marriage, the authority lies with the husband, and he is the one who has the right to proclaim divorce and to have more than one spouse. Finally, women have to accept custody by men. Many Islamic women claim that those arrangements do not pose any problem to them, since they are inherent to their religion and thus part of their identity. Some women however express different feelings, and appear on the internet with their doubts and complaints, which may be general, or applied to their personal situation. This way, the forums sometimes assume the character of an agony column.

These concerns are obvious in a list taken from the popular site “Talk about Islam” (www.talkaboutislam.com). This is a Sunni site in the Sufi tradition, advertising itself as “one of the moderate voices of Islam”. Under the heading “women in Islam” we found 52 “topics”, of which 12 are about dress codes, 11 about matrimonial relationships and two about the relative positions between the genders. Some of the remaining topics are less easy to be classified. A list like this does not reveal anything about the contents or the level of discussion, but the high numbers of views and replies for the topic “Do u wear a scarf?” (about dress) and for “polygamy” (issues pertaining to matrimonial law) are noteworthy.

The Dutch-language Islamic sites are often run and used by young people with roots elsewhere, especially in Morocco and Turkey. They are second- or third-generation immigrants. The approximately one million Muslims in the Netherlands (total population: 16 million) are almost all of allochthonous origin and the first generation (except those from former Dutch colony Surinam) have a poor mastery of Dutch. Language errors on these pages (in forums) are especially stylistic lapses, which may be a sign of imperfect bilinguality. The website <http://yasmina.marokko.nl/islam/>, “for Moroccan girls in the Netherlands”, has an attractive design and must be appealing for modern teenage girls. It contains items about fashion, health and beauty, virginity and also on the topical issue of the compatibilization between caring for the family and paid work. Despite this taking up of modern trends, the moderator of the question column is very strict and rigorous in Islamic matters, not sparing reprimands for those he considers to be in error.

Of particular interest is *Mijn sluier en ik: De stem van de gesluierde moslima* (My veil and I; the voice of the veiled Muslimah) on www.mijnsluierenik.nl. The “veil” referred to in the name is a *pars pro toto*, representing a straightness in doctrine, and therefore not only dress codes are discussed but also issues such as interreligious marriages. These, incidentally, are according to the moderators prohibited for a Muslim woman, because women obey their husbands and are thus at risk to engage in practices prohibited for Muslims. Visitors advocate the

wearing of the headscarf with a view to religion and morality, but the autonomous choice of the women is also a reason mentioned. It goes much in the mood of the slogans expressed during the demonstrations protesting against the prohibition of veils by the French government: “Le voile, c’est notre honneur”. Despite the “conservative” character of this site, censorship is not rigorous. Dissident and even insulting messages are to be seen, such as the one in which the prophet is labelled as “an ignorant desert –dweller, sex maniac and paedophile”.

A similar page is <http://hoofddoek.abubakker.nl> (*hoofddoek* meaning “headscarf”) which expresses the opinion of the “modern Muslimah” and seems to target not only school girls but also the teachers. The site is related to www.mysubmission.nl. – a significant name, because it alludes to the literal meaning of Islam: “submission to Allah”, while outsiders may associate the term with the position of the woman. *Submission* is the title of a recent (2004) film denouncing the situation of Muslim women, authored by Somali-born Dutch parliamentarian Ayaan Hirsi Ali and Dutch film director Theo van Gogh.³ It was the intention of the film makers to improve the position of Muslim women by raising their consciousness, but most Muslims (including women) are of the opinion that the film is too harsh and lacking in subtlety. The directors of the website under discussion also condemn the film and with the name of their site they emphasize that their “submission” is voluntary and that they have made their decision autonomously.

In Indonesia, which counts more than 200 million Muslims, the Islamic media, of all sorts and signature, proliferate. As a case study we might view the *pesantren* web site. For a *pesantren*, a traditional Islam school in Java, to gain prestige, the personality and scholarship of its leader, the *kiyai*, is fundamental. It is through this personal relationship that the students familiarize themselves with Islamic doctrine and jurisprudence. Female students at *pesantren* are in the minority, but

³ Van Gogh was shortly afterwards murdered by a Muslim extremist of Moroccan origin, and Ayaan Hirsi Ali received 24-hours’ police protection. *Time* (April 2005) declared her one of the world’s 100 most influential persons today. See also *The Economist* April 2nd, 2005.

they are assiduous participants in interactive learning processes. In this way, the question section of the website www.pesantrenonline.com containing the page TanyaJawab/JawabDialog (“Question and Answer / Answer Dialogue”) welcomes contributions from girls and young women. Their questions are often about relationships with the other sex and marriage plans, and express explicitly or implicitly their concern about what is allowed or not in Islam. Issues of a sexual character also often pop up. In the special section *Dunia Wanita* (“the world of women”), there appear questions about the rightfulness or not of women having a job; sexual rights and duties of men and women; dress codes; the existence of a religious justification for the beating of a wife; the question whether a woman may have public leadership functions – the latter of particular interest in Indonesia where a Muslim woman, Megawati Sukarnoputri, was President of the Republic from 2001 till 2004.

The broad conception of lusophony reveals itself especially in the Portugal-based websites. www.mycis.org, “A comunidade Islâmica da Web”, presents, beyond general news, practical information about *zaqat* (alms-giving) and *salat* (daily prayers), indicating the prayer schedule in Lisbon, Maputo and Rio de Janeiro – with links to a great many other practical pieces of information. In a Brazilian site, “Islamic Chat - a Voz Feminina na Internet” on www.geocities.com/islamicchat/, the questions asked to the webmistress, a converted Muslimah, reflect the Brazilian society, with an emphasis on its multiculturalism. The nine fundamental questions discussed seem to be asked by non-Muslims, or perhaps by the webmistress herself. Obviously, a main target group is a non-Islamic audience.

The *umma*, the worldwide Muslim community, has, as Anderson (1991: 13) has stated, “been imaginable largely through the medium of a sacred language and written script.” Nowadays the interconnectedness in cyberspace probably reinforces the sense of belonging to that community and may boost the identity of Muslims and in particular of the Muslimahs, as it is the women’s role which is fundamental in the shaping and maintaining of group identity. The Muslimahs’ use of internet may have a modernizing but also a traditionalizing effect. And a not unimportant note

is that the participation of women in the public sphere through the modern media may result in a decrease of their participation there in real life.

References

ANDERSON, Benedict R. O'Gorman (1991) *Imagined communities; Reflections on the Origin and Spread of Nationalism*. London: Verso [revised edition; first publication 1983].

BRANDES, Stanley (1980) *Metaphors of masculinity; Sex and status in Andalusian folklore*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press.

EICKELMAN, Dale F. and Armando Salvatore (2004) "Muslim publics", in: Armando Salvatore and Dale F. Eickelman *Public Islam and the Common Good*. Leiden: Brill.

FEILLARD, Andrée (1999) "The veil and polygamy: Current debates on women and Islam in Indonesia", *Moussons* 1: 5-27.

FISCHER, Edward F. (1999) "Cultural logic and Maya identity; Rethinking Constructivism and Essentialism", *Current Anthropology* 40: 473-499.

GARCIA, Maria Antonieta (1999) *Judaísmo no feminino; Tradição popular e ortodoxia em Belmonte*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, Instituto de Sociologia e Etnologia das Religiões.

HABERMAS, Jürgen (1989) *The structural transformation of the public sphere*. Cambridge: Polity Press. [First published in 1962.]

JANSEN, Wilhelmina (1998) "Contested identities: Women and religion in Algeria and Jordan", in: Karin Ask and Marit Tjomsland (eds), *Women and Islamization; Contemporary dimensions of discourse on gender relations*, pp. 73-102. Oxford: Berg.

KARIM, Wazir Jahan (1992) *Women and culture; between Malay Adat and Islam*. Boulder: Westview Press.

KORAN (1974) *The Koran*. Translated with notes by N.J. Dawood. Harmondsworth: Penguin.

MAHMADA, Nong Darol (2001) "Hijabisasi perempuan dalam ruang publik", *Jaringan Islam Liberal* 25-11- 2001.

MERNISSI, Fatema (2001) *Scheherazade goes West: Different cultures, different harems*. New York: Washington Square Press.

NASH, Manning (1989) *The cauldron of ethnicity in the modern world*. Chicago: University of Chicago Press.

NEW (2005) "The new Dutch model?" *The Economist* April 2nd : 22-24.

NOUVEAUX (2004) "Les nouveaux penseurs de l'islam", *Le Nouvel Observateur* Hors-Série Avril/ Mai.

PAPATAXIARCHIS, Evtymios (1991) "Friends of the heart: Male commensal solidarity, gender and kinship in Aegean Greece", in P. Loizos e Evtymios Papataxiarchis (eds), *Contested identities: Gender and kinship in modern Greece*, pp. 156-179. Princeton: Princeton University Press.

PIERRET, Thomas (2005) "Internet in a sectarian Islamic context", *ISIM Review* 15: 50.

SCHOUTEN, Maria Johanna (2003) "Gêneros e espaços: Um percurso antropológico", in *Fórum Desigualdades de Género*, pp 22-30. Guarda: ADM Estrela.

WALBY, Sylvia (1990) *Theorizing patriarchy*. Oxford: Basil Blackwell.

WOODWARD, Mark R. (ed.) (1996) *Toward a new paradigm; Recent developments in Indonesian Islamic thought*. Tempe: Arizona State University.

Websites

www.alhannah.com

www.geocities.com/islamicchat

<http://hoofddoek.abubakker.nl>

www.mijnsluieren.nl

www.mycis.org

www.mysubmission.nl

www.pesantrenonline.com

www.talkaboutislam.com

<http://yasmina.marokko.nl/islam/>

All these sites were visited in March-April 2005

Sociabilidade no Livro de Visitas: uma dimensão comunicacional da feminidade contemporânea

Adriana Braga
Unisinos, Brasil

Introdução

A problemática que norteia esta reflexão parte da compreensão do *weblog*, fenómeno mediático expressivo surgido na última década, como um ambiente específico possibilitado pelo suporte técnico e seus usos, que originam modalidades interaccionais peculiares. Nesse sentido, este estudo se inscreve em uma abordagem da ecologia dos *media*, dedicando-se a pensar aspectos da relação complexa entre subjectividade, interacção e identidades no contexto da comunicação mediática contemporânea.

O termo ecologia dos *media* (*media ecology*) foi originalmente definido por Neil Postman em 1970 (*apud* Strate, 2003, p. 19) como “o estudo dos *media* como ambientes”.¹ Ong (2002) destaca que Ecologia é um termo relativamente novo, incluído somente na edição de 1989 do *Oxford English Dictionary*. Desde então, incontáveis livros e artigos trazem o termo em seus títulos no sentido de expressar a preocupação com as relações entre todas as coisas, apesar deste não ser exactamente um interesse novo (Ong, 2002).² Entretanto, com a explosão de informação que marca a época actual, há maior consciência das inter-relações de todas as coisas da vida e das estruturas do mundo em torno de nós, possibilitando o estabelecimento

¹ Tradução pessoal. No original, “...the study of media as environments”.

² Por exemplo, já em meados dos anos 1960, Gregory Bateson teorizava sobre a “ecologia do espírito” em *Steps to an Ecology of Mind*.

de relações precisas e elaboradas entre realidades e particularidades específicas com outras realidades no universo e ambientes humanos. Nesse sentido, Ong aponta para algumas actualizações a ser realizada pela perspectiva ecológica, entre elas a necessidade do pensamento feminista fazer conexões entre várias coisas às quais os seres humanos estão conscientes hoje e que o pensamento hegemónico masculino tem negligenciado (Ong, 2002, p. 8). Esse autor considera que, dado o intensivo e detalhado conhecimento actual do universo interconectado e sua história evolutiva, vivemos no que poderia ser chamado de “era ecológica”. Logan (2002) localiza o início da perspectiva ecológica dos *media* às acepções mcluhanianas, pioneiras na preocupação com o papel dinâmico dos *media* e da tecnologia nos ambientes económico, político, social e cultural. Nesse sentido, a perspectiva ecológica dos *media* agrega como aspectos da comunicação os estudos dos *media*, da tecnologia e da linguagem, e a interacção entre esses três domínios, entendidos como um ecossistema (Logan, 2002).

Assim, tomo como ponto de partida a noção de cultura feminina, entendida como o conjunto das definições sociais acerca da feminidade, dos papéis sociais relativos à mulher e à situação feminina, bem como os posicionamentos dos membros da sociedade acerca destas formas culturais. É evidente que, em uma sociedade complexa, vários outros factores intervêm na cultura feminina, como classe social, grau de escolaridade, faixa etária ou dispersão demográfica, conferindo características específicas para cada grupo social. Entretanto, perpassando todas essas variáveis, parece haver um núcleo relativamente estável de significados socialmente compartilhados em um nível mais amplo acerca do papel e dos atributos relativos à feminidade. Este estudo se alinha com uma perspectiva semiótica da cultura, que a considera como o fluxo dos significados compartilhados pelos membros de uma dada sociedade, a “teia de significados” na qual se move o ser humano (como na perspectiva weberiana de Geertz, 1978). Neste ponto de vista, a cultura é concebida como processo dinâmico, constantemente actualizada nas interacções sociais quotidianas, na perpétua negociação de significados a partir das

relações inter-pessoais. Assim, a cultura feminina é elaborada em fluxo contínuo em conversas, telefonemas, *emails*, *chats*, *websites*, anedotas, reportagens, programas de televisão, entrevistas, livros, relações familiares, de trabalho, etc. Neste artigo, um aspecto particular deste vasto universo da cultura feminina me interessa destacar: a relação entre as mulheres e a tecnologia. Para tanto, escolheu-se como ponto de observação o contexto interaccional estabelecido no ambiente do Livro de Visitas (LV) de um *weblog* específico, o *Mothern*. O título deste *weblog* resulta da contracção entre as palavras *mother* + *modern*, deixando clara a relação entre os domínios da maternidade – tema por excelência da cultura feminina – e o contexto da modernidade. Assim, este *locus* de investigação³ apresenta um conjunto concentrado de variáveis directamente pertinentes aos objectivos desta reflexão: feminidade/maternidade, modernidade e comunicação.

Ciber-Cultura Feminina

Se, na vida histórica de nossa espécie, temos o direito de ver produtos e valores que representam outra coisa que os indivíduos e encontram seu sentido em outra parte que não nestes últimos; se, portanto, podemos classificar os movimentos e as obras, as instituições e os pensamentos, conforme sirvam a uma soma definida de indivíduos e vivam para eles, ou, ao contrário, conforme digam algo além do bem-estar ou do mal-estar dos sujeitos, então o movimento das mulheres, ao que parece, recusa todo significado que ultrapasse as pessoas como tais, sua felicidade, sua formação, sua liberdade. Naturalmente, ele não visa indivíduos determinados, porque é à totalidade das mulheres que deve se abrir um estágio superior da existência. Neste caso porém, trata-se sempre de bens pessoais, mesmo se podem consistir numa nova dignidade ou em novos deveres. A luta se trava, pois, em

³ O conjunto dos dados para o projecto de investigação do qual esse artigo deriva inclui, além do conteúdo do *weblog* citado, material proveniente de entrevistas com informantes e da participação em encontros presenciais.

favor de particulares, ainda que sejam milhões, e não em benefício de algo que superaria em si toda esfera individual ou pessoal. E por mais que a tônica seja os interesses da sociedade em seu conjunto (aprofundamento e aperfeiçoamento do casamento e da educação dos filhos com o pleno desenvolvimento intelectual e a plena independência econômica das mulheres; seleção mais rigorosa dos melhores em todos os setores pela multiplicação das candidaturas), não vejo levantar-se em parte alguma a questão do valor cultural suprapessoal e supra-social desse movimento, a questão de suas energias propriamente criadoras, capazes de aumentar o fundo dos valores espirituais.

Georg Simmel, 1902

Em 1902, quando escreveu seu artigo sobre a *Cultura Feminina*, Simmel considerava que o movimento das mulheres iria influenciar decisivamente o futuro da espécie humana, de modo mais radical que a própria questão operária. Entretanto, Simmel apontou uma problemática envolvendo o movimento feminino e seu significado cultural objectivo, que seria de que as mulheres ocupassem “as formas de existência e de prestação até então reservadas aos homens” (Simmel, 1993, p. 69). O autor questiona se essa ocupação terá como consequência uma produção qualitativamente diferente da produzida até então. Interessa se o terreno da cultura será ampliado a partir dessa produção ou se apenas copiado, duplicado.

Nitidamente influenciado pelas idéias disponíveis naquele contexto histórico do início do século XX, o autor parte de uma essencialização do ser feminino, que manteria, segundo essa concepção, uma unidade com a natureza. Nas mais diversas sociedades, os significados articulados ao “ser feminino” vinculam-no ao mundo da “natureza”, em uma larga medida pela apropriação cultural dos fenómenos específicos da corporeidade feminina – menstruação, gravidez, aleitamento. Sob essa óptica, estes fenómenos tornariam o corpo da mulher o *locus* por excelência da centralidade da identidade feminina, que ao ser relacionada à “natureza”, inscreve-se no rol dos territórios a serem conquistados pela “cultura”, pela “civilização”, dominados pela

“razão” – domínio masculino. Essa ideia foi criticada severamente por algumas vertentes dos estudos feministas a partir dos anos 1960.⁴ Essas matrizes culturais arcaicas ainda hoje se actualizam: em nossa sociedade, diversos produtos dos *media* corroboram e sustentam uma lógica de subordinação desse grupo a partir do controle voluntário sobre os usos do corpo.⁵

Simmel não parece estar interessado em discutir a ontologia do ser feminino, se cultural ou biológica, mas as habilidades próprias – observáveis –, desenvolvidas historicamente pelas mulheres. Apesar de estar convencido de que as mulheres têm uma natureza diferente e por isso necessitarem de ocupações específicas, ele acredita que no interior da cultura existente – masculina – elas acabariam tendo que optar entre abandonar a opção pelo trabalho ou abandonar o que elas são. Simmel reconhece que a única maneira de adquirir as bases, o material e a técnica para atender particularidades das mulheres é, preliminarmente, desfrutando da formação masculina, de seus direitos constituídos (1993, p. 87). Um século depois, o movimento feminino na sociedade continua precisando conquistar espaços: sua situação de grupo minoritário na sociedade frente à hegemonia masculina não foi essencialmente alterada. Nesse sentido, as frequentadoras do LV do *weblog* citado – objecto empírico desta reflexão – podem ser consideradas um exemplo actual de uma geração de mulheres a ocupar esse território tradicionalmente masculino, o mundo das máquinas e da tecnologia computacional.

A dominação masculina no incipiente contexto da Internet foi constatada por investigações realizadas ainda em meados da década de 1990, no início das actividades comunicacionais na rede. No artigo de Hugh Miller (1995) sobre a constituição e apresentação de *selves* electrónicos, o autor apresenta algumas notas sobre diferenças de género no uso das *homepages*. A distinção que mais nos interessa é

⁴ Para uma posição emblemática nesse sentido, ver Ortner (1974).

⁵ Os *media* promovem, sob várias instâncias discursivas, elementos de identidade feminina – definida em termos de “auto-estima” ou “confiança” – a partir do manejo “adequado” da corporeidade. Para uma abordagem mais detalhada dessa actualização, ver Braga (2003).

de origem quantitativa: Miller comenta a dissimetria significativa entre o número largamente superior de *homepages* pessoais produzidas por homens em relação às produzidas por mulheres. Sherry Turkle (1997), na investigação sobre comunidades de utilizadores de jogos do tipo MUD (Multi-User Domain), descreve o perfil de seus informantes como sendo jovens, pertencentes à classe média e de uma maioria quase absoluta do sexo masculino. Apesar de ainda se constatar uma ocupação predominantemente masculina, a perspectiva parece ser de substancial transformação.

Modernidade, Individualismo e Género

O período denominado “alta modernidade” ou “modernidade reflexiva”⁶, segundo Beck (1997), apresenta duas tendências, uma macro e outra micro-social: no plano económico, a globalização; no plano subjectivo, a individualização. É interessante considerar que a ênfase na individualização como valor social em si não é, segundo Elias (1994), exclusividade da sociedade moderna europeia, mas um princípio social fundamental presente na maioria das sociedades altamente diferenciadas. Para Elias, a consciência da individualidade como valor⁷ é resultante de um longo processo de aprendizagem social, difundido gradualmente no compasso histórico de cada sociedade, o que implica a luta por distinguir-se do que está dado, do previsto, do tradicional, a partir das próprias realizações. Assim, a tensão entre

⁶ Descrito por Lucien Goldmann (1972) como uma terceira fase do capitalismo. Ele propõe uma periodização na história do capitalismo ocidental ao nível económico, indicando suas correspondências filosóficas e literárias – a saber, capitalismo liberal (período até 1910, marcado pelo individualismo e pelo desaparecimento da ideia de totalidade); período imperialista ou do capitalismo em crise (1911 até a Segunda Guerra Mundial, quando os elementos individualistas não são mais centrados na razão ou na percepção, mas nas possibilidades e limites do indivíduo, que por sua vez perde importância económica e social); e finalmente, a sociedade de consumo ou de massa (esta em que vivemos hoje, caracterizada pelo aparecimento de mecanismos conscientes de auto-regulação).

⁷ Categoria próxima a que Louis Dumont (1985) denominou “valor-indivíduo”.

indivíduo e sociedade na alta modernidade passa pela relação de cada indivíduo com a tradição.

Neste sentido, é interessante destacar as inter-conexões entre modernidade e tradição, descritas por Giddens (1997). A dimensão de género no processo de modernização, segundo o autor, resultou na divisão clara de espaços masculinos e femininos no campo social, reiterando a masculinização do espaço público:

... a compulsividade da modernidade foi, desde suas origens, dividida por género. A compulsividade documentada por Weber em A ética protestante é aquela de um domínio público masculino. (...) Os modos tradicionais da diferença de género – e da dominação de género – foram ao mesmo tempo ativamente reforçados pelo desenvolvimento de tradições mais recentes, incluindo a emergência de um ethos de “domesticidade” feminina. (Giddens, 1997, p. 117)

Esta espécie de reitação moderna da tradicional dominação masculina levou movimentos contra-hegemónicos como a revolução feminista a obterem seus principais avanços na ordem da vida privada, uma “sub-revolução”, nos termos de Beck (1997):

A sub-revolução das mulheres, que vai minando o sistema nervoso da ordem cotidiana da sociedade, apesar dos revezes, pode certamente proporcionar à sociedade uma face diferente. É necessário apenas arriscar essa experiência do pensamento: uma sociedade em que homens e mulheres fossem realmente iguais (não importa o que isso pudesse implicar nos detalhes), sem dúvida nenhuma, seria uma nova modernidade. (Beck, 1997, p. 40)

Dessa forma, frente ao pano de fundo do processo social denominado “alta modernidade” e sua complexa relação com a cultura feminina apresenta-se a angulação teórica relativa ao objecto proposto nesta reflexão. Mulheres jovens, mães, utilizadoras de Internet, se encontram, se associam, interagem e compartilham subjectividades, em um ambiente de sociabilidade.

A cultura feminina, entendida como processo dinâmico, instável, em fluxo, registra modificações nas formas de controle e autoridade no interior da família, nos comportamentos, visões de mundo e valores

morais ao longo das décadas. Mudanças consequentes do processo de industrialização, urbanização, acúmulo e distribuição social do conhecimento, e o impacto gerado pelas correntes feministas no processo de emancipação da mulher resultaram em uma reorganização da sexualidade feminina a partir do aparecimento da pílula anticoncepcional, relativização do poder das relações de parentesco e maior complementaridade de funções entre papéis de género. Todo esse processo provocou impacto sobre as subjectividades e fez surgir novas práticas sociais. Entre as alterações nas formas de organização da família, testemunhou-se durante as últimas décadas a implementação de uma proposta alternativa a uma visão tradicional de maternidade e a um conjunto de referências tidas como ultrapassadas, “uma opção diversa daquela que é facultada basicamente pela Medicina tradicional, pela Psicanálise clássica e pela herança de um sistema ‘tradicional’ de valores e comportamentos” (Almeida, 1987, p. 11).

Almeida (1987) constata através da observação de dois grupos de mães, das décadas de 1950 e 1980, uma predisposição do grupo mais jovem de se distanciar da ameaça de reprodução do modelo de maternidade de suas mães visando a conquista de padrões de atitudes vividos como modernos e libertadores face ao elenco de valores familiares percebidos como arcaicos e tradicionais.⁸ A investigação procura captar linhas de continuidade e descontinuidade entre os dois universos simbólicos femininos. Entretanto, a autora constata que nessa sociedade, os índices evidentes de modernização acelerada ao longo das três décadas sob exame não corresponderam à modernização que se processou no âmbito das subjectividades, ou seja, não houve uma descontinuidade marcante de visões de mundo entre os dois grupos.

Para as frequentadoras do LV observado para este estudo ser “moderna” significa ruptura com os valores tradicionais, que desenham

⁸ Elisabeth Badinter (1985) realiza uma análise histórica sobre o amor materno na França entre os séculos XVIII e XX. A investigação relativiza a ideia de o sentimento materno ser um procedimento da “natureza feminina” a partir da observação da evolução das práticas e atitudes maternas ao longo dos séculos e assim demonstra que a própria noção de amor materno é variável conforme épocas, costumes e comportamentos.

uma “mãe” que elas não se propõem a ser. É importante destacar aqui que não estou levando em conta se essas pessoas são ou não modernas “de facto”; para os fins deste estudo, o que é relevante é que elas se identificam com esse atributo, e que essa identificação as adscribe como objectos de investigação. Tal vinculação com a “modernidade”, entendida como ruptura com o “tradicional”, fica muito clara no comentário de uma frequentadora recém-chegada ao ambiente interaccional, esclarecedor também do perfil das integrantes desse grupo. Abaixo, transcrevo o comentário na íntegra:⁹

Adorei conhecer a home Mothern, vivo grilada por não me encaixar nos parâmetros “normais” de nossa sociedade no quisito MÃE, principalmente porque minhas características, necessidades e estado de espírito são inconstantes, variam de acordo com o momento!!! (...) Às vezes não sei se os homens sentem medo (...) ou receio de “achar” que têm que assumir uma relação com “mãe solteira”... ridículo, mas eles são assim! Com certeza haverão novos comentários, parabéns pela iniciativa de um espaço tão interessante!

Em uma atitude de rejeição de um fundo colectivo herdado da tradição, a frequentadora assegura o carácter moderno de seu discurso. Quando ela afirma “não se encaixar nos parâmetros ‘normais’ de nossa sociedade no quisito (sic) MÃE”, está postulado aí que a categoria social “mãe” tem como referência uma série de comportamentos e sentimentos próprios, “adequados”, motivo para deixar a leitora “grilada” ao constatar que não corresponde a essas expectativas. O uso da expressão “mãe solteira” entre aspas, demonstra o reconhecimento de seu carácter pejorativo no campo social, ligado ao passado, a um tempo em que ser “mãe solteira” era sinónimo de desgraça, de abandono à própria sorte – estigma – a um modo tradicional de ser na sociedade ao qual a leitora, “moderna”, não reconhece nenhuma pertença. Um último ponto interessante de notar no discurso da leitora é que, embora ela rejeite desde o início uma possível tese essencialista e imutável,

⁹ Os materiais retirados do LV foram mantidos em sua grafia original, sem correcções. Os nomes foram trocados para preservar a privacidade das participantes.

alheia às mudanças históricas e sociais com relação às categorias “mãe” (directamente) e “mulher” (indirectamente), ela assume essa mesma postura de essencialização com relação aos homens, tratando a categoria de forma indistinta, como na frase “ridículo, mas eles são assim!”.

A nova frequentadora teve receptividade irrestrita no espaço interaccional do *weblog*. Com uma resposta imediata, um frequentador do LV se manifestou: “...pode ter certeza que algumas mães que frequentam esse espaço também enfrentam o mesmo dilema.” Lidar com valores tradicionais, sendo moderno/a, é um “dilema” a ser “enfrentado” por essas mães “modernas”, segundo esse discurso. Mas tal dilema parece ser uma vicissitude recorrente fora do âmbito dessa interacção, pois ali, “mães modernas” compartilham as negociações para essa conciliação.

Tecnologia e Género

Historicamente, nas mais diversas sociedades, o espaço da política, da discussão, do debate entre pares, tem sido tradicionalmente ocupado pelo género masculino. Às mulheres, é reservado o domínio privado, doméstico. Esse estado de coisas tem se deslocado na estrutura social contemporânea, principalmente desde meados do século passado, quando as mulheres, organizadas, começaram a questionar seu lugar subordinado a partir de movimentos sociais vultosos que permitiram avanços significativos em direcção à emancipação. Não obstante, é possível observar que tal movimento encontra-se ainda em curso e distante do que poderíamos chamar de igualdade de condições.

Na tentativa de buscar uma contextualização sócio-histórica sobre a relação entre tecnologia e género, vale ressaltar que cada período histórico traz consigo uma configuração particular de tecnologia para acção sobre o mundo e, juntamente com essa tecnologia, uma distribuição social do poder sobre esse saber tecnológico – “poder/saber”, nos termos de Foucault (1983). Entre outros factores, a

distribuição do capital tecnológico pelo campo social se dá também em função de papéis de gênero: ainda existem tecnologias “masculinas” e tecnologias “femininas”, embora essas articulações de papel de gênero a determinadas tecnologias tenham passado por um processo de rápidas transformações no campo social.

Os exemplos são vários. O ramo da informática, instância que lida com tecnologias altamente desenvolvidas, é constituído por profissionais homens na sua grande maioria: são programadores, técnicos, consultores, *nerds* e *hackers*. As mulheres que dominam esses códigos e se estabelecem profissionalmente nesse ramo são raras e dificilmente poderiam ser categorizadas como tradicionais. Assim, cada tempo tem sua relação tecnológica com o mundo. No caso do mundo moderno, a mediação tecnológica da comunicação suscita novas formas de sociação. Giddens, nesse sentido, considera que...

...a modernidade é inseparável de sua “própria” mídia: os textos impressos e, em seguida, o sinal eletrônico. O desenvolvimento e expansão das instituições modernas está diretamente envolvido com o imenso aumento da mediação da experiência que essas formas de comunicação propiciaram (Giddens, 2002, p. 29).

Na modernidade, o estar actualizado com o desenvolvimento de tecnologias aplicadas à vida quotidiana representa um valor no campo social. Para a mulher, a familiaridade com os equipamentos significa agregação de valor simbólico às actividades que desenvolve, e ocupação de um território tradicionalmente ocupado por jovens e homens. O uso de tecnologias computacionais é cada vez mais presente no quotidiano doméstico e profissional das classes médias. O amplo acesso à Internet em locais de trabalho facilita uma estratégia de subversão do controle sobre o tempo do/a funcionário/a. Uma nova categoria de distração, uma actividade quase inseparável do trabalho, mas de outra ordem. Um clique que leva o/a utilizador/a para outro lugar, uma nova prática social pertinente para conhecer o impacto desse *medium* na vida moderna. Sendo assim, o domínio das linguagens da comunicação mediada por computador (CMC) por mulheres pode ser visto como um domínio

em que, pelo engajamento na actualização tecnológica, se relativiza a subordinação laboral e a dominação masculina: espaço de mulheres modernas.

A considerar a movimentação feminina pela estrutura social ao longo da história, mudanças substantivas foram registradas em pesquisas das mais diversas áreas, bem como podem ser observadas quotidianamente. Tudo se transforma rapidamente nas relações das mulheres com o trabalho, com os recursos tecnológicos, com o entorno sócio-cultural, mas uma coisa permanece constante: a mulher continua a ser, a querer ser, a querer não ser mãe. A maternidade, instituição remota e fundante da própria humanidade, continua na pauta e na prática das mulheres actuais. Na pauta de mulheres que utilizam o computador quotidianamente e fazem do acesso aos *weblogs* um espaço próprio, espaço de expressão.

O grupo em questão parece ser um caso emblemático contemporâneo, em que a tecnologia computacional participa como elemento activo na comunicação quotidiana entre as participantes, oferecendo condições específicas para rearticulações de sentido que merecem nota.

Entretanto, a tematização da experiência materna entre mulheres no contexto actual pode ser facilmente ligada a uma atitude *démodé*, ligada a uma perspectiva tradicional da feminidade, que se relaciona com a tríade marido-casa-filhos. Desta forma, na medida em que a maternidade como tópico de conversa parece ter perdido espaço no contexto social, a Internet parece surgir como local de encontro e tematização da maternidade, livre da conotação pejorativa, uma vez que se articula aos significados positivamente valorados da actualização tecnológica e participação na esfera pública.

Assim, o ambiente mediático-tecnológico desse *weblog*, a exemplo de muitos outros na rede, oferece a possibilidade de combinar essas duas perspectivas femininas, propondo uma solução para esse aparente paradoxo: ser materna e moderna ao mesmo tempo. Esse ponto fica bastante claro no exemplo abaixo, em que uma frequentadora ressalta o lugar social ocupado pelo ambiente do LV:

1062 - Eu acho que por aqui tem uma mulherada falando muito, em torno de um assunto importante mas que é 'as vezes até pretexto, e é muito feminino. Então, rola uma comunidade, uma história de amigas, de papo de mulheres de que a Bel tem falado lá no blog dela, e que eu acho interessante, que é o de que mulheres urbanas, hoje em dia, carecem do contato com outras mulheres, suas mães, irmãs, vizinhas etc e ficam com seus homens maravilhosos mas que não suprem toda essa ânsia de conversar e conversar e fofocar e falar bobagem e falar muito muito muito.

Desta maneira, o ambiente interaccional possibilitado pelo *weblog* pode ser socialmente apropriado de muitas maneiras. Neste caso, resgatando uma prática social feminina que havia se tornado envelhecida, articulada a uma definição da conversa entre mulheres como assunto essencialmente fútil e desnecessário, enquadrado por uma ordem masculina. No mundo do trabalho, de onde a maioria do grupo observado acessa a Internet, a sociabilidade feminina – um epifenómeno das relações de trabalho *on-line* – encontra um lugar de expressão.

Sociabilidade no *Weblog*

Aspectos da sociologia formal, teoria da sociedade desenvolvida ainda no final do século XIX por Georg Simmel, podem ser aplicados ao tipo específico de interação que ocorre no *weblog* em questão. A partir da noção de sociação, definida como o modo pelo qual os indivíduos se aproximam em núcleos de satisfação de seus interesses, Simmel (1983) considera que o conteúdo de uma sociação é o que está presente nos indivíduos, como impulso, interesse, estado psíquico, movimento que visa mediar influências sobre os outros. A partir de seus propósitos e das condições práticas, os indivíduos trabalham sua criatividade e sentimentos sobre os materiais da vida, conformando-os como elementos de usos específicos da vida de cada um. Entretanto, tais formas, autonomizadas, independentes de seus conteúdos originais, adquirem fascínio exactamente por esta desvinculação: sociabilidade,

forma autónoma, estética e lúdica da sociação (Simmel, 1983).

Os fenómenos reunidos na categoria de jogo parecem funcionar de forma similar. As necessidades, impulsos e forças reais produzem formas de comportamento adequadas ao jogo, formas puras que se autonomizam e que fornecem ao próprio jogo sua jocosidade e seu sentido simbólico, distinguindo-o assim da simples brincadeira.¹⁰ Sendo assim, a sociabilidade evita atritos com a realidade, de modo que os motivos da sociação, implicados na vida prática, não têm importância neste contexto interaccional. Ponto semelhante é desenvolvido por Goffman (1998), para quem a maior parte da interacção social quotidiana é possibilitada pelo engajamento comum e voluntário dos/as participantes no que ele chama de “consenso operacional” (1998, p. 19), uma espécie de concordância superficial, onde cada participante abstrai suas posições pessoais em prol de uma definição da situação compartilhada por todos:

A conservação desta concordância superficial é facilitada pelo fato de cada participante ocultar seus próprios desejos por trás de afirmações que apóiam valores aos quais todos os presentes se sentem obrigados a prestar falsa homenagem. (...) Os participantes, em conjunto, contribuem para uma única definição geral da situação, que implica não tanto num acordo real quanto às pretensões de qual pessoa, referentes a quais questões, serão temporariamente acatadas, haverá também um acordo real quanto à conveniência de se evitar um conflito aberto de definições da situação. Referir-me-ei a este nível de acordo como um “consenso operacional”. (Goffman, 1998, p. 18-19)

No caso específico do *weblog*, em que sejam guardadas as diferenças do tipo de interacção face a face analisado por Goffman¹¹, a dinâmica interaccional entre as participantes aponta para a manutenção do

¹⁰ Para uma abordagem mais aprofundada sobre a noção de jogo, ver Huizinga (1971).

¹¹ Em seus textos, Goffman deixa sempre claro o limite da ordem da interacção: a presença física imediata entre dois ou mais participantes. Entretanto, acredito que a teorização desse autor possa ser cuidadosamente extrapolada de modo a incluir o tipo peculiar de interacção social ocorrente nos *weblogs*.

consenso operacional deste ambiente de sociabilidade. A função reguladora da sociabilidade vai ser exercida pelo tacto, que através da cordialidade vai traçar os limites quando ocorrem excessos. Fica clara também a função fática da comunicação verbal no contexto do LV. Esta função da linguagem, originalmente definida por Malinowski, foi designada por Jakobson (1969) como um dos seis factores que determinam as diferentes funções da linguagem. Para ele, o factor ligado à função fática é o contacto:

Este pendor para o contato ou, na designação de Malinowski, para a função fática, pode ser evidenciado por uma troca profusa de fórmulas ritualizadas, por diálogos inteiros cujo único propósito é prolongar a comunicação. (Jakobson, 1969, p. 126)

Assim, a função fática opera basicamente como uma sustentadora da interacção verbal, prolongando ou interrompendo a comunicação, permitindo verificar a atenção do interlocutor ao fluxo da conversação.

As/os participantes se apresentam equipadas/os apenas de sua humanidade, renunciando às “qualificações objectivas de sua personalidade”. Mas se um/a participante interage visando propósitos objectivos, um “limiar da sociabilidade” (Simmel, 1983, p. 171) é transposto, desfazendo o princípio formativo do grupo. Nesse sentido, é possível observar no LV, a partir de uma consciência tácita, uma disposição tolerante e amável por parte das frequentadoras que poderia ser categorizada como reguladora dos limiares daquela sociabilidade.

A actividade comunicacional realizada nesse ambiente motivou várias frequentadoras a criarem seus próprios *weblogs* tematizando a experiência pessoal de cada uma com a maternidade. Assim, durante os três anos de actividade, surgiram dezenas de outros *weblogs*, formando um circuito de interacção *on-line* entre estas mulheres. Não obstante, é interessante notar que, apesar da actividade comunicacional ser facilitada pelo aparato tecnológico da rede, as frequentadoras frequentemente promovem encontros presenciais. Esses encontros são agendados no

contexto do LV, onde há referências também a telefonemas, *emails* e *messenger*, evidenciando um carácter complementar dos *media* coexistentes e disponíveis no quotidiano das frequentadoras. Sendo assim, as CMC parecem não substituir os encontros face a face, mas participarem como mais um recurso técnico neste contexto de interacção. A seguir, descrevo modalidades interaccionais ocorrentes nesse ambiente, em uma tentativa de sistematização desse complexo fluxo comunicacional.

Interação comunicativa nos *weblogs*: três modalidades

A utilização do computador como suporte técnico por mulheres no estabelecimento de uma actividade comunicacional quotidiana, implica familiaridade com os equipamentos e actualização com o desenvolvimento de tecnologias avançadas: bens simbólicos que representam valor no campo social. Sendo assim, o domínio das linguagens da CMC por mulheres pode ser visto como um domínio em que, pelo engajamento na actualização tecnológica, se relativiza a desvalorização social do conteúdo a ser tratado – no caso, a tematização da experiência materna –, que naquele ambiente passa a ser entendido como um espaço de mulheres modernas. Se na vida social o assunto feminino pode ser entendido como assunto menor, sem importância ou interesse, no ambiente proporcionado pela Internet essa articulação desaparece do universo simbólico das utilizadoras. O deslocamento do ambiente físico para o tecnológico fica claro no comentário de uma das blogueiras em uma entrevista concedida recentemente a uma revista: “Antes as mães se encontravam nas pracinhas, hoje em dia, na frente do computador, a nossa praça” (*Pais e Filhos* n. 422. Maio/2005).

A comunicação através da Internet tem suas características específicas e cumpre rituais próprios, ainda em formação, mas diferenciados daqueles seguidos nas relações face a face.

A chegada de um/a novo/a participante no ambiente interacional do LV geralmente é motivada pela aparição das blogueiras em um

produto dos *media* impresso ou electrónico, por indicação de amigas que já frequentam o LV ou, no início das actividades da *homepage*, de vários/as amigos/as e familiares na forma de congratulações e estímulo pela iniciativa. Nas mensagens deixadas nestas situações, é possível identificar padrões interaccionais, tanto na entrada quanto no tipo de reacção que essa entrada provoca.

Entre as frequentadoras habituais, a interacção observada neste contexto parece aproximar-se do que a sociologia formal de Georg Simmel define como um ambiente de sociabilidade (Simmel, 1983). Entretanto, pontos críticos podem ser observados pela culminância de posicionamentos motivados pela entrada em cena de alguma participante ou de algum assunto mais polémico levantado. As questões nestes casos geralmente remetem a assuntos respeitantes ao universo feminino. Numa mistura de descomprometimento lúdico e tratamento das questões em jogo, negociações de definições de realidade em torno do assunto em questão são propostas nesse contexto interaccional, entendido pelas participantes como espaço de liberdade pessoal de expressão. Em um primeiro esforço de compreensão do fenómeno em análise, os dados apontam para três modalidades que destaco a seguir.

a) entrada em cena

O *weblog* em exame está em actividade há três anos, mantendo a ele associado o LV por igual período, onde participantes e frequentadoras entram em cena a partir de um primeiro comentário em que se apresentam, e como retorno podem receber comentários de outras participantes. Os comentários deixados pela primeira vez no LV, na grande maioria dos casos, utilizam o elogio como senha de acesso ao ambiente interaccional. A maternidade como tópico geralmente participa do conteúdo veiculado pela mensagem de apresentação, mas o elogio ainda é o principal recurso utilizado para a aceitação no grupo. São amigos/as, pessoas recomendadas por amigos/as, colegas de trabalho, parentes e desconhecidos/as que encontraram o endereço através de menções ao *weblog* em revistas, jornais, televisão ou outros

sítios. A reacção ao elogio é, invariavelmente, o acolhimento amável das blogueiras, como no exemplo abaixo, em que fica clara a sequência elogio-réplica de acolhimento, além de condensar em poucas linhas elementos centrais da definição do *weblog* e seu público.

726 – Marilene: Demaissss!!!Tudo que eu sempre penso, tenho dívidas, imagino, reclamo e choro está aqui. Nada como saber que vc não é a única que trabalha, tem filho, marido, cuida da casa, cai na balada, ama isso tudo e não abre mão de nenhuma parte.

Tudo de bom! Marilene, quase quatro anos de experiência de mothern com a Isabel. (...)

728 – Lu: Ei, Marilene! Seja bem-vinda! A idéia do Mothern é essa mesma: vamos reunir nossa turma e dominar o mundo! O objetivo final é aprovar a lei que regulamenta a obrigatoriedade de berçário privativo c/ baby-siters treinadas em todos os eventos culturais e de entretenimento para públicos superiores a 30 pessoas. E nunca mais vamos ter que ouvir os comentários das amigas solteiras sobre a noite anterior: “menina, a balada tava tuuuuudo! Pena que não deu para você ir, né?!” Por mundo mothern-inclusivo! (Juro que não estou me candidatando a nada... Ainda! Hahaha!).

Em alguns casos, a entrada em cena se dá de outras formas, em que apresenta-se directamente uma demanda, dica, sugestão ou comentário genérico, o que tenho chamado de “não-elogio”, que em geral também é bem recebido, como no exemplo a seguir.

337 – Cristina: Oi ! Gostaria muito de saber o mail da Júlia! Sou de BH e pelo visto ela tb...tenho um baby de cinco meses q tá dando uma trabalhadeira danada e estou ficando desesperada! Gostaria de trocar umas idéias, please! Aguardo resposta. Obrigada

338 – Júlia: Cristina, meu e.mail é o xxx@xxx Fique ‘a vontade para me escrever, mas se quiser falar do problema aqui no guestbook, pode ser até melhor, pois temos um supertime de leitoras-consultoras-palpiteiras-fodonas ;) Beijó.

Entretanto, às vezes, a entrada se dá de modo bastante turbulento, com críticas muitas vezes severas ao conteúdo tratado no LV. Nestes casos – pouco comuns – a reacção das frequentadoras é rápida e fulminante. Às críticas quanto aos conteúdos se opõe a firme posição

do LV como espaço de absoluta liberdade de expressão à disposição das frequentadoras, enquadrando as críticas como “patrulhamento” inaceitável. No exemplo abaixo, o mote do atrito foi o desprezo das frequentadoras ao modelo vestido por uma atriz conhecida em uma festa no Rio de Janeiro na qual uma delas esteve presente. Uma amiga da famosa atriz resolveu defendê-la entrando em cena nos seguintes termos, acompanhados de algumas réplicas:

1122 – Renata: Isso é uma espécie de sala de fofoca ou o q?Troquem telefones e nos poupem desse clima Caraslesbiangossipchic,ok?

ps:é feio dar nome e sobrenome...e logo uma gente boa como a Silvinha.Me poupem!!!

1123/4– Chris: ahahahaha!Essa aí deve ter tomado Catuaba com Jurubeba Leão do Norte! Deve estar com um piriri arretado!

1125 – Renata: Eu não tô mal,não,juro q não!Minha TPM enfim se foi em forma de sangue e eu tô ótima,mas é q ficar falando dos outros...sei não...deixa a moça andar por aí de mini rosa e a outra surtar e o outro beber todas,não faz mal pra vcs não,não passa nem nada. b e i j o s para todas

1130–Feu: Ninguém tem que poupar ninguém de nada....a internet tá lotada de guestbooks, cada um procura o que lhe convém, ninguém é obrigado a vir aqui ler as nossas bobagens.

Sônia, não, não, vc num tava ofendendo ninguém E vc não tava fofocando, nós estamos fofocando. Do vestido cafona da Silvia, do meu pé de drag queen e das maluquices da Chris. Do choro do Nuno, dos rancos do Gui, dos oponentes do Lula. Patrulha, a essa altura do campeonato, não, né??? Patrulham a gente em tudo qt é lugar e vão vir patrulhar aqui??

Então, deixa uma andar de vestido rosa, a outra dar pro marido da irmã e a gente fofocar, surtar, brincar, deixar o dia mais levinho em paz.

A gente tá amando a nossa sala, de fofoca, de enfermaria, de manicure, de spa, de terapia, seja lá do que for. Ela é isso tudo sim.

~Todo mundo que frequenta direto vem pq o dia fica mais gostoso, engraçado, tranquilo. Os prazos ficam menos apertados, os choros de manhã mais baixos, os cabelos mais domáveis, a pele melhor; a meia não corre o fio, o esmalte não faz bolha e a sogra tá uma calda de açúcar. Ninguém vem aqui pra sofrer; ou eu tou louca e vcs são todas umas masocas??? Tá sofrendo? Encontra um lugar onde não sofra, onde seja poupada das dores e do que vc considera ofensivo.

É interessante notar que, quando um atrito aberto como o do exemplo acima ocorre neste ambiente, a réplica das frequentadoras busca na definição deste ambiente comunicativo e público como espaço próprio e livre o argumento de rechaço à crítica recebida. Esse padrão defensivo pode ser observado em vários outros conflitos ocorrentes nesse mesmo ambiente, a exemplo de outros *weblogs*, geralmente definidos por seus blogueiros/as como local privado em que os “de casa” impõem as regras e os incomodados que se retirem.

b) conflitos

Eventualmente, o clima de amabilidade quotidiana deste ambiente interaccional é abalado por dissensões entre as próprias frequentadoras em torno de posicionamentos díspares com relação a temas polêmicos. Nestes casos, geram-se longos desdobramentos em que posições são acirradas, indecisões são interpeladas, trocam-se acusações, participantes decidem se retirar ou são expulsas, enfim: dinâmica do conflito. A ocorrência desse tipo de situação não é a tônica do ambiente, mas vários incidentes puderam ser observados ao longo desses três anos de actividade do *weblog*. Como exemplo, destaco a seguir alguns comentários veiculados a propósito do conflito suscitado por uma frequentadora que solicitava opiniões sobre se deveria ou não praticar um aborto frente a uma gravidez indesejada.

8956 – Tati: Olás.... estou escrevendo pq estou precisando de ajuda.... como vcs sabem, estou grávida de quase 1 mês e meio, e vivendo todas as angústias, dúvidas e medos de uma “recém grávida”. Tenho 28 anos, sou publicitária, ainda batalhando pra conquistar minha independência e meu espaço. Moro com a minha mãe, e o meu namorado tb mora com os pais dele, e está desempregado. Minha gravidez foi totalmente inesperada e nada planejada... sempre quis (e ainda quero mto) ter filhos, mas em uma outra situação.... morando na minha casa, com o meu namorado ao menos trabalhando, enfim.... ele não quer ter, diz q não é a hora. Minha família sabe e tá me dando a maior força, mas mesmo assim eu penso em mtas coisas: eu ainda nao tenho condições de morar sozinha, divido o quarto com o meu irmão, o pai do meu bebê tá desempregado... pra ser sincera, só o que eu penso é em não ter o bebê, mas tenho mto medo de todas

as consequencias disso.

Estou super confusa e angustiada, preciso de um conselho, uma luz, alguma coisa q me ajude a decidir o que fazer....

Obrigada.....

8957 – Lu: Putz, Tati, tá uma decisão que realmente ninguém pode te ajudar a tomar. O que você tem que fazer é olhar bem para você mesma e descobrir o que você dá conta ou não. Ter um filho realmente é muito trabalhoso, vai ocupar sua vida por inteiro, pelo menos durante alguns anos. Mas a verdade é que quase todo mundo acaba dando um jeito, arranjando uma solução e se apaixonando pela cria, então, se a opção for essa, pode ter certeza que vai ser difícil, mas que no final as coisas acabam se ajeitando mesmo. Agora, não ter depende muito dos seus próprios valores. Se você é tranqüila com relação a isso, pode ser uma opção, mas se você tem dúvidas, se tem grilos, tem que entender se vai dar conta ou se vai passar a vida remoendo o que fez e se culpando, porque aí a solução pode acabar sendo pior que o problema. Um conselho que te dou é, caso a opção seja pelo aborto, não fique propagando isso para qualquer um. Não se esqueça que vivemos no maior país católico do mundo, e as pessoas às vezes são bem agressivas na defesa dos seus próprios valores. É melhor você se preservar. Boa sorte, e muita tranqüilidade aí para você neste momento.

9021 – Andréa: Seguinte gente,

Nao se trata de cagar(regras), de ser moralista, nem nada disso. E so bom senso. Abortar nada mais e que um eufemismo para matar a crianca. Mesma coisa, certo ? Me corrijam se eu estiver errada. Quem vai abortar vai matar a crianca, ou nao ? A vida ta dificil ? Ooo se ta ! Tudo caro, criar filho custa grana. Amor nao compra fralda ? Compra nao. Mas gente, sera que ninguem sabia que era daquele jeito la que vinha nene ? Pensava o que ? Que era a cegonha mesmo que trazia ? Na hora de virar o zoinho ninguem lembra nada disso ne ? Nao lembra que ta desempregado, que nao e o momento ideal, etc e tal. Agora que o PROBLEMA ta ai, facil, mete a faca nele, se livra dele. Ah sim, a camisinha furou, a pilula falhou..claro, claro. Eu nunca vi pais igual a esse pra acontecer essas zebras. Olha eu vou falar uma coisa, eu fico decepcionada em ouvir esse tipo apoio (siga seu coracao, decida, mate) de gente que frequenta um site como o Mothern. Isso e porque e um site de maes, que fala de maternidade. Faco ideia se nao fosse.... E como ja disse alguem, a mulher tem todo o direito de decidir quando ter um filho. Concordo plenamente.

Para isso e que e la na farmacia ta cheio de camisinha, pilula. Tem DIU e mais 200 coisas. Mas eu acho que depois que a crianca ja ta la, minha nega, ja era, Ines e morta. Tem mais e que botar forca na peruca (como dizem aqui) e ver a melhor forma de tocar o barco e nao covardemente se desfazer de um inocente que nao tem culpa de nada. E so pra encerrar o assunto da minha parte, como disse la no outro post. Esse feto mesmo que ainda seja migalha, ja e pao. Cade a galera que tambem e contra matar crianca ???

9045 – Duda: *vem cá, Sou só eu que reparei que as meninas ofendidas todas são desconhecidas e anônimas? Proponho que as costumeiras frequentadoras aqui do LV não alimentem mais a discussão. Vamos falar do que interessa.*

9052 – Andréa: *E isso mesmo Duda e costumeiras frequentadoras, falem do que lhes interessa. O negocio aqui e muito bao, sabe, mas desde que voce nao contrarie a fina nata. Voce concordando, ta tudo otimo.*

Sabe o que ? Um grande blefe !

9057 – Soraia: *Sexo, minha gente, deveria ser praticado apenas por pessoas responsaveis pelas suas consequencias, como gravidez por exemplo. Tenham 15 ou 35 anos. Na hora do oba oba, do nao para, nao para, essa possibilidade e descartada. Depois, qualquer coisa, e so decidir por um aborto basico ? Facil, pratico e moderno isso.*

Muito dedo no olho dessa gente de merda.

9061 – Lu: *Peraí, gente! Vamos tentar manter o debate no nível elevado que ele estava. Primeiro uma coisa tem que ficar clara: não existem pessoas “a favor do aborto”. Aborto é sempre uma opção de emergência, traumática, numa situação limite, de sofrimento e desespero. (...) Cada um sabe do que dá conta, e a interrupção da gravidez é um recurso que aparece deste os primórdios da civilização humana, aparece entre índios, entre tribos isoladas. Não tem nada de moderno nisso. A discussão sobre ser ou não “assassinato” é que é mais recente. E até hoje ninguém tem uma posição definitiva sobre onde começa a vida ou não, onde o embrião passa a ser uma criança ou não. Tanto é que acho que ninguém aqui é tão careta a ponto de condenar o DIU, que é um método anticoncepcional que atua APÓS a fecundação. Também quase ninguém condena o trabalho de clínicas de inseminação artificial, e, na reprodução assistida, vários óvulos são fecundados para os médicos implantarem alguns e eliminarem outros.*

(...) Cada caso é um caso. (...) Não vamos dificultar ainda mais quem está sofrendo com isso, tentando pressioná-la com argumentos que só têm relevância para quem compartilha as mesmas crenças. Quero deixar bem claro que, assim como eu estou fazendo, todo mundo tem o direito de se expressar aqui(...) Então vamos esfriar a cabeça, sim, e voltar a conversar como gente grande.

Um beijo.

Continuo orgulhosa deste espaço.

Entre as frequentadoras, a questão específica perdeu a relevância e ganhou densidade de questão metafísica, as opiniões se dividiram entre ‘contra’ e ‘a favor’ da vida. O episódio culminou com a saída voluntária das duas frequentadoras que condensaram a posição anti-aborto. Cabe ressaltar nesse episódio, que a retirada destas participantes começa a se desenhar com o comentário irônico de Duda, que as denomina “anônimas” e “desconhecidas”, opondo-as à categoria “costumeiras frequentadoras” a quem prescreve um boicote – forma bastante frequente de exclusão na rede. Assim procedendo, adscrive um território simbólico de pertença legítimo naquele ambiente, excluindo as oponentes. A réplica instantânea, sarcástica e ofensiva de Soraia anuncia o iminente abandono do ambiente, mas não da questão. O ambiente é que passa a ser desqualificado: um sítio sobre a maternidade no qual se defende o aborto, segundo ela, é “um grande blefe”. Cabe destacar que o conflito sobre essa questão gerou mais de 150 comentários no período de dois dias, evidenciando o potencial explosivo dessa questão feminina e a demanda por espaço de negociação entre posicionamentos díspares e mesmo contraditórios.

c) teorização informal da feminidade

A considerar o processo dinâmico de actualização da cultura feminina, como tratado acima, no contexto interacional do *weblog* observado, é interessante notar o carácter “enciclopédico” dos tópicos de interesse tratados por essas mulheres. Essas mães jovens parecem repensar a maternidade através de um movimento interacional que oscila entre o jogo lúdico e descomprometido da sociabilidade e a

discussão de assuntos polêmicos sobre práticas femininas. Realiza-se ali uma espécie de teorização informal que visa negociar definições contemporâneas sobre o conceito de feminidade, que pode ser extraída desse foro de debate, entendido aqui como espaço público mediático. Em torno das questões em debate, diversas posições acerca de uma definição social do que seja a feminidade hoje. O saber social relativo à feminidade/maternidade reflete uma perene tensão entre permanência e mudança. Como mães, o que manter e o que mudar da educação recebida na relação com as/os filhas/os?

Apresento a seguir um trecho em que uma frequentadora coloca em questão a discrepância entre o discurso condenatório sobre a sexualização precoce promovido pelos *media* – senso comum – e práticas que reiteram esse processo no cotidiano. Ela, então, se propõe a repensar posturas pedagógicas frente ao desenvolvimento infantil:

887 – Gabi: Agora pra tentar botar um pouco de lenha na fogueira desse dia parado, uma coisa que rolou outro dia e me fez pensar:

Estava eu comentando de uma festinha que fomos com a Bia, e da cena engraçada de um amiguinho da creche que reconheceu ela de longe e veio dar um abraço daqueles ‘de urso’. A mãe dele ficou meio aflita porque o garoto é bem maior que a Bia e estava quase amassando a pequena, mas ela ficou lá calmissima, achando tudo normal. Bom, aí minha mãe ouviu a história e diz pra Bia: “Ai, já arrumou um namoradinho, hein?”. Gente, estamos falando de um ‘casal’ que nem completou 2 anos de idade!

Tá, eu não vou dizer que achei a frase a coisa mais grave do mundo nem nada, mas na hora fiquei pensando em como as pessoas vivem prontas pra levantar bandeiras contra a sexualização precoce, a mídia e essas coisas, mas ao mesmo tempo não se ligam nas formas sutis que elas mesmas arrumam para contribuir com a história toda. E não é só nesse papo de sexo, não. Tem toda uma série de outras mensagens ‘subliminares’ que às vezes eu reparo sobre a paranóia com o corpo perfeito, civilidade, submissão feminina, o papo da tolerância que a Liu levantou outro dia... Enfim. Todo mundo acha um absurdo e que tem que acabar e tal, mas na hora de educar as crianças no dia-a-dia, os exemplos saem truncados e ninguém nem se toca. Será que eu é que sou encanada demais, ou que o povo anda descuidado mesmo?

Embora a frequentadora afirme não achar “a coisa mais grave do mundo” o comentário malicioso da mãe com relação ao abraço das duas crianças – brincadeira bastante comum – ela se propõe e convida as participantes do ambiente interaccional do LV a repensar aquela atitude e a maneira com que esse tipo de brincadeira contribui para reforçar práticas tidas como indesejáveis no contexto social actual. Em uma atitude compreensiva, nota-se a tentativa da frequentadora de alertar para a contradição existente entre sustentar explicitamente uma posição crítica com relação a algumas práticas e papéis sociais femininos ao mesmo tempo em que se reforçam e se actualizam tais práticas a partir da educação e acção com os/as filhos/as. Motivada pelo espanto em considerar um “‘casal’ que nem completou 2 anos de idade”, a frequentadora elenca questões ainda hoje relevantes para uma emancipação feminina efectiva, como “sexualização precoce”, “paranóia com o corpo perfeito” e “submissão feminina”. Entretanto, embora a autora do comentário deixado no LV proponha a discussão de tais tópicos, ela mesma enquadra sua fala, tanto no princípio quanto no final do trecho, como um discurso não-sério, fala descomprometida própria da sociabilidade. No princípio ela diz que a intenção é “botar um pouco de lenha na fogueira”, um assunto para queimar na fogueira da interacção; no final, em forma de pergunta, ela propõe uma enquete questionando se o tema é de facto relevante ou se seria exagero dela dar atenção ao ocorrido. Ao relativizar a importância do que ela propõe como pauta de assunto, fica claro o ambiente de sociabilidade ali estabelecido, onde se pratica uma teorização informal sobre as questões femininas, um repensar hábitos, práticas e costumes da sociedade, mas que não visa consequências de transformação de acção política.

Outro ponto relevante em pauta nesse ambiente consiste na difícil conciliação entre a carreira profissional e as demandas do quotidiano materno. Enquanto as gerações anteriores utilizavam a manutenção da actividade profissional como forma de ocupação de um território masculino e consequentemente de emancipação feminina, para a geração actual, da qual o grupo em exame é um exemplo, parece ser mais importante repensar e reformar as condições de tal actividade em sincronia com a actividade materna.

224 – Juju: Meninas,

Vale a pena ler a entrevista da advogada, escritora e feminista Rosiska de Oliveira na IstoÉ desta semana. Ela fala sobre a condição das mulheres “liberadas” sem tempo para os filhos, para a família. (...) Entre outras coisas, ela defende a reengenharia do tempo, principalmente nas escolas.

“A jornada de oito horas é completamente anacrônica numa era virtual. A mulheres precisam denunciar que estão sendo exploradas”.

Uau! Finalmente alguém resolveu falar alguma coisa. Eu acho que a gente podia fazer um movimento tipo “o novo feminismo” rediscutindo o papel da mulher na sociedade. Não dá gente! Toda vez que penso em ter filhos eu desisto. Para mim, criar um ser humano não é deixá-lo com a babá e trabalhar 10 horas por dia. (...) Outra coisa que fiquei chocada. Uma repórter teve que pedir para o marido trazer o filho dela na redação para o coitadinho mamar. Ah não, gente! Assim não quero! Só para esclarecer, sábado teve convenção do PSDB e do PMDB e eu ralei como uma condenada. Eu e todos os jornalistas de Brasília, inclusive as mães.

Beijos grandes! Juju

Aqui, pode-se destacar uma proposta radical de conciliação: optar por não ter filhos, ou mudar as condições de trabalho para a viabilização desse projecto. Entendendo a actividade profissional como prioritária – em momento algum a frequentadora cogita afastar-se do trabalho – marca-se aqui uma posição a favor de uma maternidade participativa, que demandaria uma “reengenharia do tempo”. Assim, uma síntese da proposta seria o estabelecimento de um “novo feminismo”, em que as actividades profissional e materna estivessem igualmente priorizadas, e que encontra espaço de acolhimento naquele ambiente interaccional.

Considerações finais

Walter Ong (2003) dedicou seu último artigo publicado, antes de sua morte em 2003, a uma reflexão sobre a alteração da consciência a ser operada nos seres humanos a partir da entrada em cena do

horizonte comunicacional aberto pela actividade *on-line*. A considerar a crescente expansão do processamento electrónico, o autor demonstra seu assombro diante da concepção de um tempo em que o mundo interior da consciência e o mundo exterior passam a ser (virtualmente) um só (Ong, 2003, p. 44). Sob a suspeita de que esse é o mundo que se estabelece para o futuro inteiro da existência, Ong parece atentar para as consequências desse estado de coisas na própria consciência humana, como quando da entrada da cultura escrita na cultura oral, da cultura impressa na cultura escrita e agora, da cibercultura na cultura impressa/audiovisual.

Os processos de enunciação dos ambientes mediáticos operam no interior do contexto sócio-cultural que os cerca. Eles são parte de processos maiores de âmbito histórico, a que Foucault (1986) denomina “formação discursiva”, um sistema complexo de condições sócio-históricas de produção dos discursos. Nesse sentido, os enunciados acerca da feminidade encontrados no material discursivo sob investigação dizem de um feminino específico de um tempo e de um contexto – uma feminidade moderna considerando o nosso momento histórico, o que aponta para o carácter processual desta definição.

O tema da maternidade como tópico de interesse para fins de sociabilidade parece não encontrar espaço no contexto social feminino contemporâneo sem que seja entendido como assunto desinteressante ou pejorativamente “feminino”. Nesse sentido, a tecnologia da Internet permitiu que algumas das mulheres que já lidavam com computadores em suas actividades profissionais e/ou quotidianas, utilizassem-na para criar *weblogs* temáticos, voltados exclusivamente para tais assuntos “femininos”, entretanto livres dessa conotação pejorativa. Nesse contexto, são travadas negociações de sentidos em torno da constituição dos papéis de género no que tange a prática da feminidade, como visto acima. A interactividade e o recurso de utilização da hipertextualidade característica dos *weblogs* proporcionam a formação de uma listagem de indicação de *links* constituída a partir dos interesses temáticos do grupo, que gera uma rede de interacções comunicativas e circulação de saberes específicos por essa via, cujo princípio formativo aponta para

direcções ainda obscuras. Desta forma, amplia-se a oferta de sentidos acerca das representações do “feminino” no campo dos *media*, trazendo novas expressões ao já intrincado e complexo campo simbólico das representações mediáticas sobre a mulher.

Assim, a dinâmica interaccional da entrada em cena de novas participantes revela aspectos da lógica simbólica que organiza este espaço, uma espécie de protocolo tácito, mas que regula e organiza a interacção naquele ambiente, faceta importante da apropriação peculiar da base tecnológica do *medium*. Os conflitos que surgem ali evidenciam pontos de tensão entre os saberes e posições em jogo, eventualmente desnudando contradições e diferenças irreduzíveis. Como uma espécie de modalidade discursiva de fundo, o estudo dos discursos ali produzidos aponta para a produção de uma espécie de teorização informal da feminidade contemporânea, negociada entre as participantes sob a égide da sociabilidade digital.

Considerando a potencialidade da ambiência proporcionada pela Internet como campo simbólico de oferta e permuta de sentidos, a teorização informal ocorrente nesse espaço de sociabilidade pode ser entendida como a realização de uma rearticulação contemporânea de significados acerca da feminidade, nesta sua talvez mais atávica dimensão: a maternidade. Retomando aqui a questão de Simmel sobre a peculiaridade do movimento feminino, diria que ainda é cedo para dizer se essa inserção social é original ou repetitiva. Entretanto, posições de dissenso se organizam e disseminam, propondo modos alternativos de pensar a mulher e sua situação social.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, M. I. M., *Maternidade: um destino inevitável?* Rio de Janeiro, Campus, 1987.

BADINTER, Elisabeth. *Um amor conquistado: o mito do amor materno*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1985.

BECK, Ulrich. “A reinvenção da política: rumo a uma teoria da modernização reflexiva”. In: BECK, U. *Modernização Reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna*. São Paulo, Editora UNESP, 1997.

BRAGA, Adriana. *Corpo-Verão: estratégias discursivas e agendamento corporal na imprensa feminina*. Dissertação (mestrado) em Ciências da Comunicação. São Leopoldo, PPGCC/Unisinos, 2003.

DUMONT, Louis. *O Individualismo*. Rio de Janeiro, Rocco, 1985.

ELIAS, Norbert. *A Sociedade dos Indivíduos* Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 1994.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir*. Petrópolis, Vozes, 1983.

_____. *Arqueologia do Saber*. Rio de Janeiro, Forense-Universitária, 1986.

GEERTZ, Clifford. *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1978.

GIDDENS, Anthony. “A vida em uma sociedade pós-tradicional”. In: BECK, U. *Modernização Reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna*. São Paulo, Editora UNESP, 1997.

_____. *Modernidade e Identidade*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 2002.

GOFFMAN, Erving. *A Representação do Eu na Vida Cotidiana*. Petrópolis, Vozes, 1998.

GOLDMANN, Lucien. *A Criação Cultural na Sociedade Moderna*. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1972.

HUIZINGA, Johann. *Homo Ludens – o jogo como elemento da cultura*. São Paulo, Perspectiva, 1971.

JAKOBSON, Roman. *Linguística e Comunicação*. São Paulo, Cultrix, 1969.

LOGAN, Robert. “The Five Ages of Communication”. In: *Explorations in Media Ecology* (1/1) pp. 13-20. New Jersey, Hampton Press, 2002.

MILLER, Hugh. “The Presentation of Self in Electronic Life: Goffman on the Internet”. Paper presented at Embodied Knowledge and Virtual Space Conference. University of London, 1995.

ONG, Walter. “Ecology and Some of its Future”. In: *Explorations in Media Ecology* (1/1) pp. 5-11. New Jersey, Hampton Press, 2002.

_____. “Oralism to Online Thinking”. In: *Explorations in Media Ecology* (2/1) pp. 43-45. New Jersey, Hampton Press, 2003.

ORTNER, Sherry. “Is Female to Male as Nature Is to Culture?” in: ROSALDO, M. and LAMPHIRE, L. (eds.) *Woman, Culture and Society*. Stanford, Stanford University Press, 1974.

SIMMEL, Georg. *Sociologia*. São Paulo, Ática, 1983.

_____. *Filosofia do Amor*. São Paulo, Martins Fontes, 1993.

STRATE, Lance. “The cell phone as environment”. In: *Explorations in Media Ecology* (2/1). New Jersey, Hampton Press, 2003.

TURKLE, Sherry. *A vida no ecrã: a identidade na era da internet*. Lisboa, Relógio D’Água Editores, 1997.

II

Interacções Digitais: teoria e método

Presentation of Self: theory and methods

Susan Barnes

Rochester Institute of Technology, EUA

People who present themselves on the Internet are not always who and what they seem to be. In contrast to face-to-face experiences, we have no easy way to verify that the people we interact with through the Internet are who they say they are. For instance, it is common in Internet role-playing games, such as Multi-User Dimensions or MUDs, for men to present themselves as women. In Chat rooms people describe themselves as being tall instead of short. Similarly, a teenager can be a lawyer on the Web (see Lewis, 2001). In Internet contexts, people have an opportunity to create idealized versions of themselves or they can fabricate an entirely new persona. Thus, separating the physical body from the communication process raises new issues about self identity and self presentation in Internet environments. These include the emergence of cyberself, idealized personalities, net presence, and misrepresentation.

Theories on Self and Media Environments

Throughout history, physical proximity has been an important aspect of human communication and face-to-face interaction influenced theories about identity formation. For instance, during the first half of the 20th Century, George Herbert Mead (1932, 1934) formulated his theory about how the self develops. In the first stage of self-development, individuals internalize objects. An individual consciously realizes there is a relationship between holding an object and the effort of pressure in the action of holding. When the individual

internalizes the physical object with the act of holding, the object becomes part of the individual's inner experience. In the next stage, transference occurs when the individual realizes that he or she is also an object that exists with other objects in an environment. As an individual becomes self-aware, he or she is simultaneously becoming aware of others. Thus, Mead argued that the self arises through social interactions with objects and other people. Consciousness awareness of the self and others leads to identity formation.

Mead applied a pragmatist perspective to social behavior. In American scholarship, the pragmatist philosophy can be found in the writings of Dewey (1920/1948) and Peirce (1998), who argue that human social behavior is based on problem-solving adaptation to the physical environment. In contrast to animals that instinctively adapt to their environments, human beings understand their environment consciously. Humans use their senses to understand the world and social behavior has a symbolic character. For instance, people understand their world through the use of language, visual symbols, and gestures.

The American pragmatic approach to philosophy was later known as *symbolic interactionism*. Symbolic interactionists contend that the formation of social worlds involves inter-communicative symbolic interaction. In addition to exploring how individuals create their social worlds, symbolic interactionism has been used to explain the human communication process. According to Julia Wood (1995), symbolic interaction approaches to communication examine the shared phenomenal world of the participants involved in the communication exchange. In the symbolic interaction model, communicators interpret messages based on their individual phenomenal worlds. "To the extent that these worlds overlap (that is dual perspective), [communicators] will have relatively similar understandings and meanings" (p. 27). The ability to conceptualize the self with others in social settings is key to identity formation and effective interpersonal communication.

Since the time Mead developed his theory, communication technologies have gone through a radical transformation. Many

individuals now interact with each other through mediated rather than face-to-face environments. Building on the ideas of symbolic interactionists, media scholars, such as Paul Levinson (1997), Joshua Meyrowitz (1985), Neil Postman (1992), and Lance Strate (1996), have studied media environments. Viewing media as environments rather than communication technologies, attempts to make the influence of media structures more explicit. This is an ecological view that considers how communication media influence human perception, understanding, feeling, and value. "The shift from medium as message to media as environment or ecology constitutes both a clarification and a correction of the perspective by changing the focus from the individual medium to the collective media environment" (Barnes & Strate, 1996, p. 183). For instance, Giese (1998) argues that in a sense, "the Internet is more a cultural phenomena than a technological one" (p. 2). The Internet creates a new type of social environment in which people can meet and interact.

Prior to the introduction of the Internet, Meyrowitz (1985) argued that the arrival of electronic media dramatically changed social interaction. Electronic media, including the telephone, radio, and television, enable people to communicate across geographic distances and create "no sense of place." He states: "Before electronic media, there was ample reason to overlook the difference between physical places and social situations. Physical places defined most social information-systems" (p. 116). Travel time was required to move from one place-situation to another. As a result, communication and transportation were associated with each other. But, this changed with the advent of electronic media, which enable individuals in New York to simultaneously communicate with people in Brazil or anywhere else around the world.

According to Meyrowitz (1984), electronic messages "do not make social entrances; they steal into places like thieves in the night. . . . Once a telephone, radio, or television is in the home, spatial isolation and guarding of entrances have no effect on information flow" (p. 117). These messages come directly into the home and they alter

our social situations. For instance, in the 1950s, Donald Horton and R. Richard Wohl (1956) suggested that people develop a special relationship with mass media performers, which creates the illusion of face-to-face interaction. They described this relationship as a *para-social interaction* because television is a mediated experience that psychologically feels as if it is a face-to-face one. Skilled television performers exploit the feeling of intimacy created by electronic media and many of them are now judged on their personalities rather than acting talents. For instance, in the United States, Ronald Regan was called “the great communicator” because he knew how to look into a camera and create a sense of intimacy with the television audience.

Electronic media create new social situations within the home because they provide exposure to new types of information. For instance, children have traditionally been denied access to information about sex and other types of adult situations. Soap operas, television movies, and some situation comedies depict adult relationships that were previously hidden from children. As a result, children are now exposed to adult behavior, which can alter the relationship between adults and children (also see Postman, 1982/1994).

Meyrowitz bases his arguments about the impact of electronic media on social settings by utilizing the situationist research of Erving Goffman (1959, 1974). Situationists contend that social behavior and communication are shaped and adjusted depending upon the socially defined circumstances in which people interact. For example, educational settings have established social behavioral norms for the roles of students and teachers. Additionally, Goffman describes social situations by using a drama metaphor, which breaks social behaviors into two broad categories called *back region* (backstage) and *front region* (on stage). When people are on stage, they are generally polite and respectful. In contrast, people in backstage settings will complain and criticize others. While on stage, people communicate two types of information: information is deliberately communicated through language and information is inadvertently expressed through gesture, tone, and appearance.

Goffman (1959) states: “the expressiveness of the individual (and therefore his capacity to give impressions) appears to involve two radically different kinds of sign activity: the expression that he *gives*, and the expression that he *gives off*” (p. 2). Expression is given through the use of verbal symbols or their known substitutes that communicate information. Expression is given off by a wide range of nonverbal actions that others can treat as symptomatic of the person, including posture and facial expressions. Moreover, there is an expectation that these nonverbal actions were performed for reasons other than the information being conveyed, such as nervous gestures or habits.

The dramatist metaphor combined with the idea that expressiveness involves two different types of symbolic activity, has important implications for the presentation of self in social settings. First, people want to create socially meaningful impressions when they present themselves to others. As a result, they consciously perform social roles. Second, in face-to-face encounters, information about the self is communicated through both intentional information sharing and involuntary actions. Facial expression, gesture, body movement, and costume are crucial to the development of how we present ourselves. Finally, in non-mediated contexts, presenting oneself to others involves both the use of language and a broad range of nonverbal cues. However, when messages are exchanged in mediated environments, the range of symbolic information narrows. For instance, telephones only communicate language, tone of voice, and auditory cues. Physical appearance, facial expressions, and body gestures are missing from the exchange.

Similarly, the Internet presents a limited set of symbolic information to online communicators. Many Internet environments are text-based and they support the interpersonal exchange of written communication, which is referred to as *computer-mediated communication*. According to Giese (1998), “By and large people engaged in computer-mediated communication tend to conceptualize their communicative acts as conversation despite the fact that they employ written rather than verbal modes” (p. 5). The Internet creates a new type of conceptualized

social space that millions of people use to build and maintain social relationships (see Strate, 1999). Often Internet interaction occurs through the exchange of electronic mail (e-mail) messages. For instance, e-mail allows parents to keep in-touch with their children away at college and students socialize with each other by exchanging messages with their friends.

Since the introduction of e-mail, people have altered their use of written language to add nonverbal cues to their messages. These nonverbal cues attempt to compensate for the lack of visual and aural information available through other environments. Textual linguistic alterations attempt to counterbalance the lack of physical co-presence. Giese (1998) states: "Some of the adaptations that have occurred to compensate of the lack of expression include the reconfiguration of typographical symbols in particular ways and the use of new textual conventions to replace some of the expression that is lost with the absence of physical proximity" (p. 3).

Linguistic changes are often found in informal e-mail messages. These messages attempt to simulate spoken language because the writing is often spontaneous, short, and imprecise. It is similar to the short messages that people leave on answering machines. Additionally, informal e-mail messages tend to have typos and grammatical errors. Here are examples: "it aint workin' for u now" or "b write back". The authors of these messages are playing with written language by not using capitalization and deliberately writing with improper spelling and grammar. Moreover, these linguistic changes try to capture a sense of spoken language. Other symbolic alteration that transform written language into an informal spoken style includes abbreviating words—you (u), female (f), male (m), location (loc)—and the use of acronyms as symbolic short cuts—CU (see you later), IMHO (in my humble opinion), or ROTFL (rolling on floor laughing).

Playing with written language adds feeling to text-based messages and linguistic alterations begin to create a context for the remarks. Judith Lee (1996) says, "E-mail merges the literate emphasis on sight with the breezy informality of talk, with its many variations

of sound” (p. 287). Informal e-mail messages are often spontaneous and they are written off-the-cuff. In contrast, formal e-mail is closer to a traditionally written letter or memo. When authors write formal messages, they take time to reflect upon the content of the message, they edit the document, and they check for spelling errors before the message is sent across the Internet. As a result, formal e-mail messages support the use of traditional written language. Conversely, informal messages alter language because they play with symbolic and verbal structures to compensate for the lack of face-to-face visual and emotional information.

From a Goffmanesque perspective, the playful use of language adds to an individual’s performance. Spelling cues “give-off” an impression about the author and his or her personality. For instance, spelling errors can be indicators of age and education. Some Internet participants will create verbal accents and characters through their written words: Hiya mate, whaaaaasssssssssup? Carefully crafted presentations of self give and give-off information about an individual. When presenting oneself through electronic writing, Internet communicators have developed a set of linguistic markers, such as emoticons, to counteract the lack of visual and aural cues available in face-to-face settings. Emoticons and other linguistic markers provide online participants with mechanisms “for communicating contextual and emotional cues to other to others and hence validate them as experientially real in a social context” (Waskul & Douglass, 1997, p. 384). As a social environment, the Internet relies on new forms of symbolic interaction for the presentation and development of self-identity.

Concepts of Self and the Internet

Theories about self-identity can be placed in two large categories. The first views the individual as having an integrated or self-actualized identity. Howard Gardner (1983) describes this integrated view as: “A self that is highly developed and fully differentiated from others . . .

individuals who appear to have understood much about themselves and about their societies and who have come to terms successfully with the frailties of the human condition” (p. 252). In contrast to the idea of an integrated self, is the view that an individual is comprised of a set of selves. “Rather than a central ‘core self’ which organizes one’s thoughts, behavior, and goals, the person is better thought of as a collection of relatively diverse masks, none of which takes precedence over the others, and each of which is simply called into service as needed” (p. 252). Because physical presence is separated from the communication process, Internet communication tends to foster the second notion of a set of selves. People can present themselves in a variety of different ways through textual correspondence and assume any number of identities.

Presently, scholars have conflicting opinions about the influence of the Internet on self-identity. On one hand, Kenneth J. Gergen (1991) argues that it is difficult to develop a stable self-identity because electronic media expose people to many different cultures and ideas. He contends: “Citizens exposed to an ever-expanding array of perspectives may on short notice join in symbolic communities with others from around the globe” (p. 253). Media exposure to diverse perspectives could create personal conflict because each subculture claims that their view is the right one for shaping values and behavioral patterns. People who are continually subject to conflicting social value systems, will find it difficult to cultivate a stable value system of their own. Consequently, Gergen is concerned about the impact of electronic media on identity formation.

On the other hand, Wynn and Katz (1997) argue that the “Internet does not radically alter the social bases of identity or conventional constraints on social interaction, although it certainly will provide openings for variations based in the new opportunities made available” (p. 298). In opposition to Gergen’s concern about electronic media fostering social fragmentation, Wynn and Katz (1997) argue that the Internet is a potential cultural force that could facilitate the mutual construction of social meaning. They state: “From an ontological

perspective experience can be seen as already fragmented, with the work of culture being to organize meanings that are available to individuals as the background for the coconstruction of order” (p. 303).

When examining the impact of the Internet on identity formation, a central issue is the replacement of physical presence with textual or symbolic representations of self. Internet environments create new methods of interaction that are no longer grounded in a shared physical reality. As a result, each communicator has an opportunity to create his or her own interpretation of the context and meaning of messages. As Gergen suggests, this could lead to the fragmentation of experience. Moreover, it could lead to conflict and confusion because the Internet provides individuals with the opportunity to create their own individualized subrealities that may or may not be grounded in real world experience. For instance, Internet game environments enable players to invent personalities and imaginary worlds. Although the space is imaginary, people behave as if they are communicating in an actual place.

Socially-oriented Internet environments create a sense of shared imaginary space (see Strate, 1996, 1999). For instance, Stone (1991), observed that people who communicate through electronic space act as if they are meeting in a physical place. Internet environments foster a sense of space and online communicators often behave as if they are in a real and not an imaginary place. As a result, “there exists the pervasive recognition that a new and decentered spatiality has arisen that exists parallel to, but outside of, the geographic topography of experiential reality” (Bukatman, 1993, p. 105). Although Internet communication does not occur in a physical space, people perceive it to be an actual place.

However, lack of physical co-presence in Internet correspondence can generate confusion because online interactions can get mixed with real life. For example, Jullian Dibbell (1993, 1998) observed the blurring of the boundaries between reality and virtuality when he researched an online event called the “rape in cyberspace.” This

incident occurred in an imagery place called LambdaMoo, which is an experimental online community established by researchers at Xerox's Palo Alto Research Center (PARC). The "rape" occurred when several New York University students took control of several female LambdaMoo characters and forced them to perform perverse sexual acts. Although the acts were described through textual exchanges, the two young women who created the characters were emotionally traumatized by the incident. In this case, the imaginary actions that occurred in an Internet environment created real world emotional consequences for online participants. Thus, two young women were emotionally upset by the textual actions of others.

In contrast to this negative incident, Turkle (1995) argues that textual interactions can have a positive influence on Internet correspondents. Her research on identity formation argues that computer-mediated communication can be beneficial to self-development. In Internet environments, young people can experiment with social roles, relationships, and virtual sex without facing real world consequences, such as pregnancy. Turkle argues that although Internet experiences are detached from the physical environment of a teenager's normal life, they can facilitate the development of a personal sense of self through online experimentation. As a result, creating online personas and role-playing can have a positive influence on real world personality development.

Turkle's descriptions about Internet role-playing and personality development tend to support the theory of multiple selves because teens can experiment with a variety of different identities. Similarly, Mark Poster (1990) supports the notion that the Internet fosters the idea of multiple identities. He says that on the Internet, "the self is decentered, dispersed, and multiplied in continuous instability" (p. 6). When textual descriptions replace physical presence, the self is in constant flux and individuals are no longer tied to a stable single identity. Thus, the separation of the physical self from the textual representation of self can lead to changing or multiple online identities.

Additionally, media environments can influence our notions

about concepts of self. For instance, David J. Bolter (1996) notes the difference between concepts of self in print and electronic media environments: "The self in electronic writing space is no longer the relatively permanent and univocal figure of the printed page. The electronic self is instead unstable and polyvocal" (p. 112). In electronic environments, the single voice of a print author is replaced by multivocal exchanges through e-mail, chat, and online discussion groups. For instance, David Sewell's (1997) analysis of a network community called the Internet Oracle illustrates how collaborative authorship occurs. Participants create a discourse universe in which the "real" identities of writers may never be known and simulated identities are not fixed. The voice of a single known individual is replaced with collaborative voices of unknown authors. The multivocal aspect of Internet exchanges illustrates how the self is disembodied in electronic conversations.

The disembodiment of self in Internet environments is altering our concepts about self. Poster (1990) makes three observations about the impact of the Internet on self representation: new possibilities for playing with identities are possible, gender cues are removed to enable people to play with gender roles, and the subject is dispersed and dislocated in time and space. Thus, the separation of bodily presence in the communication exchange has implications for how people present themselves to others through Internet environments because the Internet representation of self does not need to be tied to the physical self.

Waskul and Douglass (1997) describe the emergence of self in Internet environments as a *cyberself*. The cyberself is "rooted in a unique form of communication that is disembodied, dislocated, anonymous, multiple-simultaneous, and faceless" (p. 375). They define a cyberself as "*the meaning of personhood (or experience of personal identity) emergent within dislocated and disembodied forms of electronic-computer-mediated interaction between persona and/or communication technologies*" (original emphasis p. 386-387). Waskul and Douglass contend that Internet environments provide opportunities

for people to invent personally meaningful identities by interacting with others in electronic space. Moreover, they argue that creating a cyberself along with Internet communities should “be perceived as existing through the same processes of interaction by which any self and community emerge” (p. 379). Thus, media environments could be just as influential on identity formation as face-to-face interaction.

The Presentation of Self on the Internet

People present themselves in a variety of ways on the Internet including e-mail addresses, screen names, personal profiles, and signature lines. The primary identity marker in Internet communication is an e-mail address because it is the name people use to locate an individual on the network. In business contexts, e-mail addresses generally have a relationship to the person’s actual identity and they indicate the company for which the person is employed. Social e-mail addresses, such as Yahoo or Hot Mail accounts allow people to play with identity. Examples include PI_2005@hotmail.com, SportsNews@earthlink.net, KoolKid597@yahoo.com, and RecordMan1950@prodigy.com.

Screen names, nicknames (“nicks”), or pseudonyms are popular identity markers. Internet service providers encourage this type of identity formation because they allow members to have a number of different screen names. The use of different screen names enables people to present themselves as multifaceted or different personalities. An individual can represent themselves as their true identity on a discussion list, as a false identity in a chat room, and as a fictional character when playing in an online game. In chat interaction, nicknames are used for many purposes, including establishing a network identity, suggesting a willingness to play, making contact with others, and playing gender identity games.

Chat participants often consider their nickname to be an extension of themselves. Names are carefully selected and they invite associations

or they play with the oral sounds of language. In a sense, these names are masks or electronic costumes. Beyond hiding a person's real identity, nicknames also call attention to an individual's imaginative disguise or digital mask. Nicknames draw on fantasy and fictional characters from mythology, comics, literature, science fiction, films, and other popular culture themes.

Haya Bechar-Israeli (1996) examined screen names and states that emergent Internet culture "provides freedom in abundance to engage in identity games through the use of nicknames. In this environment, people can create their own identity 'from scratch.' They can change it, and play around with it, constantly, if they choose" (p. 4). Some screen names are neutral labels, while others are based on real names (SueBEE), locations (MrNewYork), or hobbies (GuitarMan). Bechar-Israeli places screen names into seven basic categories: real names; self-related names; technology-oriented names; names of flora, fauna and objects; play on words; figures in literature, films, and fairy tales; and sexually oriented names. Often people use a variety of names, for example they will have a business name, social name, and private screen name. Screen names are one facet of self-presentation in Internet environments.

In addition to screen names, Internet service providers allow people to write their own personal profiles to provide additional information about themselves. Personal profiles are often short descriptions that state age and sex or they can be more detailed profiles that describe physical features and interests. Profiles provide others with additional visual and verbal information cues. However, profiles do not have to be factual, in contrast, they can be totally imaginary descriptions. The Internet is filled with tales about people who misrepresent themselves online. For instance, stories about sexual predators that use electronic masks to disguise their age and gender have been reported by the popular press. Although profiles can provide additional information about a person, savvy Internet users know that the information provided could be based on fantasy rather than reality.

Another type of identity marker is a signature line. One way to add

personal credibility to e-mail is to add a signature file to the message. Anderson (1996) describes a signature file as a file that “automatically includes your contact information, e-mail address, and so on into a posting, saving you the trouble of remembering to sign a message and preventing you from making embarrassing typos in your e-mail address or other pertinent information. Signature files can be quite useful, and thus the feature is included in most posting programs” (pp. 133-134). In most e-mail programs, it is automatically added to the end of every e-mail message. Using a signature can help others better understand who you are.

Internet relationships can influence the type of signature lines that people use. In formal or professional relationships, signature lines generally include information that is found on a business card or letterhead along with professional credentials. For personal correspondence, people are often creative with their signature lines and they use famous quotations or incorporate simple graphics. Some people use several different signature lines, a serious one for business correspondence and a humorous signature line for friends.

When using corporate e-mail accounts and signature lines, people need to make sure that their signature does not misrepresented the company or organization. For instance, a member of an academic discussion list who had the name of a university in his signature line was highly critical of a student’s research study distributed to the group. His university affiliation led people to believe that he was a professor and highly qualified to make the critique. When it was revealed that the critic was an undergraduate student, he lost credibility in the online discussion.

Moreover, Whittle (1997) states that many companies have policies that prevent employees from speaking for the company in any capacity that is outside their job. For example, if an employee claims that their company’s products are absolutely safe, the company could be legally liable if someone is later harmed. In many Internet environments, it is better to represent yourself as an individual and clearly state or disclaim your role in a company. When participating in public discussions and

using a corporate e-mail address, employees will often add a disclaimer stating that the opinions expressed in the message are their own and they do not represent the opinions of the company they work for.

Proper Internet representation requires individuals to clearly identify themselves. The choice of nicknames, e-mail addresses, and signature lines creates an impression about the person writing the electronic message. However, self-presentation through the Internet can be based on both real and constructed identities, which makes it difficult for the receivers of Internet messages to easily understand the other person.

Impressions We Give and Give-Off through the Internet

People are faceless in many Internet environments. Aspects of self that are easily observable in face-to-face interactions must be presented to others online. This raises the following question: Can people clearly represent themselves through text-only correspondence? In *Online Connections*, this question was explored by comparing autobiographical descriptions written by Gerald M. Phillips (GMP) to descriptions written about him by online friends (see Barnes, 2001a). Between 1993 and 1995, Phillips was a leading contributor to the online discussion group called Interpersonal Computing and Technology (IPCT-L). Through provocative posts, signature lines, and private e-mail messages, Phillips presented himself to others. He exchanged such a large volume of messages with other people that he established a *net presence*. Net presence is a term that was coined by Phil Agre (1994) to describe the awareness of an electronic identity or cyberself by others. Agre became aware of net presence when several people commented about his electronic appearance on the network through messages sent to discussion lists. Similarly, Phillips's messages frequently appeared on discussion lists, especially Interpersonal Computing and Technology List (IPCT-L).

When Phillips passed away on April 26, 1995, a spontaneous outpouring of personal tributes and descriptions were posted to the

IPCT-L group. These messages provided an opportunity to examine the identity that Phillips communicated to others through his text-based correspondence. However, it should be noted that some of the online participants, including this researcher, knew Phillips from various face-to-face meetings and contexts. Moreover, face-to-face and interpersonal interaction with Phillips was a central theme running throughout the personal tributes.

An analysis of the IPCT-L messages revealed several key findings. First, many of the descriptions written by online friends did capture the essence of Phillips's in-person personality. Second, Phillips understood how to play with electronic text and present himself online. He cultivated an online performance style that attracted many Internet friends. However, Phillips felt as if his online relationships were not as rewarding as face-to-face ones. At times he was frustrated by the lack of direct feedback from his online correspondence. Third, some IPCT-L members developed an exaggerated image of Phillips that was similar to the way people view celebrities rather than personal acquaintances. Exaggerated perceptions primarily occurred in descriptions written by people who were geographically and culturally distanced from Phillips. Finally, a new social group status emerged that was based on face-to-face or interpersonal contact. People who had more contact with Phillips had higher status in the group. Similar to face-to-face fandom, access to the online "celebrity" created status within this Internet group.

The study revealed that the presentation of self through the Internet incorporated characteristics of both face-to-face and mediated communication environments. When people spent time presenting themselves to others, individuals can acquire a realistic understanding about another person through text-based interaction. However, the lack of shared physical experience can lead to fantasy or exaggerated impressions about others because individuals who receive messages will add their own contextual interpretations to text-based correspondence.

Exaggerated reading and understanding of text-based messages

supports Walther's theory of *hyperpersonal communication*. Walther (1996) states that hyperpersonal computer-mediated communication occurs when CMC "is more socially desirable than we tend to experience in parallel FtF [Face-to-Face] interaction" (p. 17). Sometimes, the receivers of text-only computer messages will inflate their perceptions about online correspondents due to the lack of shared face-to-face visual, verbal, and social cues. As a result, receivers of text-only messages will imagine stereotypical and idealized impressions about others. These idealized views about others contribute to the phenomenon of hyperpersonal communication. Although it is possible to present a fairly accurate picture of oneself through textual communication, receivers of text-based messages may idealize their perceptions about other people.

Representation and Misbehavior

In contrast to receivers of messages that idealize others, some individuals misrepresent themselves on the Internet. As previously stated, self-presentation through the Internet separates the physical body from the communication exchange. This provides an opportunity for individuals to selectively present themselves to others by emphasizing positive aspects of their personality. Limited cues can be used to enhanced self presentation because textual representations of self can be edited, modulated, and presented as partial identities (see Barnes, 2000).

Similarly, limited cues also enable people to easily misbehave without taking responsibility for their actions (see Sternberg, 2001 for a complete discussion about misbehavior on the Internet). Early CMC researchers (Hiltz & Turoff, 1978; Walther & Burgoon, 1992) believed that the limited cues available through Internet correspondence would lead to rude and disruptive social behavior and hinder the development of personal relationships. This view about CMC became known as the *cues-filtered-out perspective*. In contrast to this early research, recent

studies (Barnes, 2001, Baym, 2000), reveal that people can build meaningful relationships through text-only Internet correspondence. However, limited cues do contribute to misbehavior on the Internet. To compensate for the limited cues available in the medium, people will exaggerate their behavior, which is often seen as disruptive or rude. For instance, flaming and shouting occur in numerous Internet environments.

Many Internet communities have been disrupted by online misbehavior and pranks. For example, Stone (1995) describes how the CommuniTree, a computerized bulletin board community founded in the mid 1970s, was destroyed by an onslaught of indecent messages sent by high school students. The students, primarily boys, had access to personal computers with modems. The boys quickly learned the dial-up phone number of the CommuniTree bulletin board and they began logging on to their conferences. Unfortunately, the intellectual level of the online discussions posted to CommuniTree were not appealing to their adolescent interests. As a result, the teens began sending crude messages to express their discontent with the discussion content.

CommuniTree's systems operator who received the messages was puzzled, surprised, and annoyed by the rude e-mail messages sent by the teens. She attempted to exile the messages by making them invisible to the community. Although banished messages become invisible to group members, they still use disk storage space. The invisible messages eventually collected into a huge garbage heap of disk space that eventually filled the entire hard drive of the bulletin board system. All of these banished messages disrupted group communication until they were deleted from the computer's hard drive.

The teens then discovered another way to disturb the community. They hacked into the CommuniTree computer system and discovered bugs that would crash the entire system. Eventually, CommuniTree had to close because the systems operator could not keep-up with the teenage pranks. When describing the incident, Stone (1995) reported that the anonymous nature of the teens' correspondence, combined with the fact that their actions could not be punished, contributed to

the teens online misbehavior. Thus, anonymity can contribute to bad behavior on the Internet.

Anonymity

Anonymity is an important aspect of faceless Internet correspondence. Similar to printed texts, Internet authors can remain anonymous. Helen Nissenbaum (1999) defines anonymity as remaining nameless or “conducting oneself without revealing one’s name” (p. 141). In printed texts, writing is anonymous when it is not attributed to a named person. On the Internet, people can remain anonymous by using pseudonyms and fictitious screen names. Moreover, in text-based communication, people are not associated with physical appearance.

Because people can present themselves anonymously and not reveal any personal information, there are no ethnic or age biases in the communication exchange. Age, sex, nationality, race, weight, height and hair color are not involved in the communication process. As a result, it has been argued that Internet environments create spaces for people to interact on a more equal basis. Prejudices that exist in face-to-face situations do not exist in Internet exchanges. Waskul and Douglass’s (1997) research on cyberselves revealed that 22% of the screen names they analyzed did not have a profile. As a result, these individual only existed as a screen name. Additionally, “of all the information that can be provided in member profiles (name, gender, marital status, birthday, etc.) only 50% of the information was actually reported” (p. 388). For instance, 10% of their sample did not report whether they were male or female.

Text-only interaction allows Internet participants to choose their level of anonymity. Participants can modify their presentations of self in different online settings, they can change screen names, and choose whether or not to provide personal profiles. Online participants indicate that anonymity provides two important advantages: the freedom of self-expression and the ability to create a shared illusion of an online persona (see Sewell, 1997).

In addition to self-expression and experimentation, anonymity can also enable teenagers to explore their real world identities (see Turkle, 1995). For example, *New York Times* reporter Jennifer Egan (2000) described the ways in which a 15-year old teen named Jeffrey discovered his gay identity through Internet correspondence. Jeffrey lived in the rural South and he attended a Southern Baptist church where the pastor condemned homosexuality. At the point when Jeffrey became suicidal, he sought help. First, Jeffrey contacted a crisis hotline, but the support groups were too far from his home and he did not drive. Then he turned to the Internet where he found other homosexual teenagers in chat rooms and on the Web. Egan (2000) says, "What was most critical to the gay kids I spoke with was the simple, revelatory discovery that they were not alone" (p. 113). Internet correspondence between gay teens helps to normalize their experience. Moreover, it enables them to experiment with their gay identity. But, in addition to supporting positive identity development, Egan discovered a darker side to online life—misrepresentation.

Misrepresentation

Many of the personas that people present online are not real. As Poster previously noted, *gender swapping* or *gender bending* frequently occurs on the Internet. In Internet environments, people frequently "cross-dress" and impersonate someone from the opposite sex. Turkle (1995) says that Internet gender swapping is easier than gender swapping in real life because people can change their gender by creating a new screen name or writing a different personal profile. In contrast, "For a man to play a woman on the streets of an American city, he would have to shave various parts of his body; wear makeup, perhaps a wig, a dress, and high heels; perhaps change his voice, walk and mannerisms" (p. 212). It would take a tremendous amount of effort for a man to physically look like a woman. In contrast, virtual cross-dressing is fairly easy. But, Turkle warns that once men are

online pretending to be a female, they can find that it is difficult to maintain the fictional identity. "To pass as a woman for any length of time requires understanding how gender inflects speech, manner, the interpretation of experience. Women attempting to pass as men face the same kind of challenge" (p. 212).

For example, while observing an Internet environment, a male student realized that women received more attention than men in chat rooms. When the student used a male nickname, he was harassed and ignored. The student decided to change his nickname to a female one and write a female profile describing himself. When he entered the chat room as a woman, he quickly received many Instant Messages from men. His brief experience in gender swapping revealed a number of cultural gender biases that he had previously been unaware of. When experimenting with chat correspondence, changing one's gender can dramatically reveal cultural and individual aspects of gendered communication (see Barnes 2001).

In addition to gender swapping, people deliberately misrepresent their identities. For instance, Jeffrey, the gay teenager described earlier, told people online that he was eighteen years old, rich, and he drove a BMW. This description was fabricated to protect his actual identity. Jeffrey did not want anyone in his real life to know that he was gay. After he became more comfortable with this Internet gay identity, Jeffrey confessed his deception to his online friends. Most people understood, but others never spoke to him again.

Some people will misrepresent themselves as a way to get others to meet them face-to-face. A social problem is older men who prey on teenagers or children through the Internet. One 15-year-old teenage gay boy was corresponding with a person that he thought was another teen. But, the Internet teenager turned out to be a 30-year-old married man. In another example, a 300 pound 49-year-old man described himself as a 17-year-old 5-9 blue-eyed stud. The deception was revealed in a face-to-face encounter.

A more deadly incident of misrepresentation occurred in Israel. Dan Ephron and Joanna Chen (2001) reported a story about Muna, a

25-year-old Palestinian woman who lured a 16-year-old Israeli boy named Rahum into an online love affair. Muna posed as Sali, an Israeli from Morocco. For Rahum, exchanging e-mail messages with Sali quickly became a passion. Soon the two were planning a face-to-face rendezvous in Jerusalem. Rahum cut school and took a bus from his hometown to the city. He immediately recognized Sali from her e-mail description sent the previous evening. The two took a taxi to an address in northern Jerusalem where Sali/Muna had left her car. As they headed north, two men from the Fatah were waiting for Rahum, who did not realize that he had crossed into Palestinian territory. Muna stopped at a prearranged location and the men shot Rahum. Rahum's sister found the e-mail and chat messages between Rahum and Sali, which led to the arrest of Muna.

Identity misrepresentation occurs for many reasons. Some individuals are experimenting with their identity and others playfully change their gender and personality as a game. In other instances, individuals are attempting to protect themselves from public humiliation or harassment. As a gay teen living in a community that did not accept homosexuality, Jeffrey first assumed a false identity as a way to protect himself from real world harassment. In extreme cases, the use of identity misrepresentation is used to commit a crime. Because corporeal identity is separated from Internet identity, people need to verify that people are who and what they say they are before planning a face-to-face encounter. However, sometimes when people discover that the person they have been corresponding with through the Internet is a fraud, they still refuse to accept the deception. Consider the following and final story.

Playing a Lawyer on the Internet

The New York Times ran a story written by Michael Lewis (2001) about a teenager who presented himself as a lawyer on the Internet. The article describes how a 15-year old California teenager presented

himself as a hot-shot lawyer on a website called AskMe.com. The website was established by a software company called AskMe to demonstrate how their product worked. The software program enables employees of large corporations to share knowledge through their private computer networks. Employees post questions on the AskMe program and anyone in the company can answer the question. The questions and answers are organized and saved on the network to enable employees to share corporate expertise.

However, a number of AskMe clients became concerned about heavy use of the program. For example, they wanted to know if the program could support 200,000 people using it at the same time. To address this issue, the AskMe salespeople asked the company to create a website and offer a version of its software on the Internet. In its first year, the website had over 10 million visitors. AskMe made no money from the site and it did not monitor or edit the information being exchanged. According to Lewis (2001), the experts providing information “were self-appointed and ranked by the people who sought the advice. Experts with high rankings received small cash prizes from AskMe.com” (p. 35).

Marcus Arnold, a fifteen-year-old high school student, began to offer legal advice on the AskMe website. His down-to-earth replies to legal questions eventually moved him to the number one position as a legal expert. Soon people began calling him at home and seeking out his advice about legal problems. At some point, Marcus’s conscience began to trouble him and he admitted online that he was only 15 and not an established lawyer. Marcus changed his Internet profile from “legal expert” to “15-year-old intern attorney expert.” Marcus had never studied the law or read a law book. His knowledge about the American legal system primarily came from watching Court TV and various television programs.

After presenting his true identity on AskMe.com, Marcus began to receive hostile messages from actual lawyers who were competing against him for rankings on the site. A confrontation broke out on the AskMe discussion boards. Real lawyers accused Marcus of not

knowing what he was talking about. To prove that Marcus was not a real attorney, the lawyers asked him detailed legal questions, which he could not readily answer. The real lawyers humiliated Marcus in the discussion boards, however, he still kept offering online legal advice. Eventually, the people seeking legal advice from Marcus spoke up and they told the real lawyers “to leave the kid alone!” Instead of accepting the fact that Marcus was playing the role of a lawyer, people rationalized his actions by calling him a legal genius and they continued to seek him out for legal advice. Two weeks after Marcus disclosed his actual age and real identity, he was again in the number one position for legal advice on AskMe.com.

On and offline, people had mixed reactions to Marcus’s Internet identity as a legal expert. Real lawyers were outraged by his deception. In contrast, people who needed legal advice appreciated the down-to-earth answers he provided to their questions. Similarly, Marcus’s parents had mixed reactions to his Internet identity as a lawyer. His father was skeptical about all of the people calling their house asking for Marcus, in contrast, his mother was proud of her son. An interesting aspect of this case is the fact that people did not want to believe that they were receiving advice from a teenage high school student who watched Court TV. To compensate for the discrepancy between the impressions people imagined about Marcus and his actual identity, recipients of his advice decided that he must be a legal genius. Rationalizing misconceptions about online versus real world identities is a topic that Internet researchers need to more carefully examine.

Conclusion

Because physical features are separated from online identity, people can represent themselves as anyone they want to be. For example, 15-year-old Marcus decided that he wanted to be an attorney on the Internet. Marcus established credibility by the way he interacted with other people and by the simple common-sense answers he provided to

questions. People can present credible cyberselves through text-only correspondence by spending time exchanging messages and interacting with others.

Presently, researchers are uncertain about the effect Internet interactions will have on identity formation. Some believe that it will be beneficial because individuals can experiment without any real world consequences. Conversely, others argue that fragmented presentations of self through Internet correspondence will make it difficult for people to acquire a core set of values and beliefs. More important, separating actions from physical identity can lead to misbehavior and misrepresentation. In extreme cases, misrepresentation has been used to commit crimes and harm others. To date, disembodied Internet communication has both positive and negative implications for self-identity and the Internet's influence on cultural ideas about self are only beginning to be understood.

References

- AGRE, P. (1994). Net presence. *Computer-Mediated Communication Magazine, Volume 1, Number 4*, pp. 6. [Online]. Available at <http://www.December.com/cmc/mag/1994/aug/Presence.html>. (August 9, 2001).
- ANDERSON, J. (1996). Not for the faint of heart: Contemplations on Usenet. In L. Cherny & E.R. Weise, eds., *Wired_women*, pp. 42-55. Seattle, WA: Seal Press.
- BECHAR-ISRAELI, H. (1996). From <Bonehead> to <cLoNehEAd>: Nicknames, play, and identity on Internet relay chat. *Journal of Computer-Mediated Communication, Vol. 1, Issue 2* [Online], 29pp. Available at: <http://www.ascusc.org/jcmc/vol1/issue2/bechar.html>. (April 16, 2000)

BARNES, S. (2000). Developing a concept of self in cyberspace communities. In S. B. Gibson & O.O. Oviedo, eds., *The emerging cyberculture*, pp. 169-201. Cresskill, NJ: Hampton Press.

BARNES, S.B. (2001a). *Online connections: Internet interpersonal relationships*. Cresskill, NJ: Hampton Press.

BARNES, S.B. (2001b). Why we lurk: A comparison of lurking and shyness. *New Dimensions in Communication, Vol. XIV*, pp. 1-23. Proceeding of the 58th Annual Conference of the New York State Communication Association.

BARNES, S.B. & STRATE, L. (1996). The educational implications of the computer: A media ecology critique. *The New Jersey Journal of Communication, Vol. 4, No. 2*, pp. 180-208.

BAYM, N.K. (2000). *Tune in, log on*. Thousand Oaks, CA: Sage Publications.

BECHAR-ISRAELI, H. (1996). From <Bonehead> to <cLoNehEAd>: Nicknames, play, and identity on Internet relay chat. *Journal of Computer-Mediated Communication, Vol. 1, Issue 2* [Online], 29pp. Available at: <http://www.ascusc.org/jcmc/vol1/issue2/bechar.html>. (April 16, 2000)

BOLTER, D.J. (1996). Virtual reality and the redefinition of self. In L. Strate, R. Jacobson, S.B. Gibson, eds., *Communication in cyberspace*, pp. 105-122. Cresskill, NJ: Hampton Press.

BUKATMAN, S. (1993). *Terminal identity*. Durham, NC: Duke University Press.

DEWEY, J. (1920/1948). *Reconstruction in philosophy*. Boston, MA: Beacon Press.

DIBBELL, J. (1993, December 21). Rape in cyberspace: How an evil clown, a Haitian trickster spirit, two wizards, and a cast of dozens turned a database into a society. *The Village Voice*, p. 38.

DIBBELL, J. (1998). *My tiny life: Crime and passion in a virtual world*. New York: Henry Holt & Company.

EGAN, J. (2000, Dec. 10). Lonely gay teen seeking same. *The New York Times Magazine*, pp. 109-117, 128-130.

EPHRON, D. & Chen, J. (2001, April 2). Ofir's fatal attraction. *Newsweek*, p. 39

GARDNER, H.(1983). *Frames of mind*. New York; Basic Books.

GERGEN, K.J. (1991). *The saturated self*. New York: Basic Books.

GIESE, M. (1998). Self without body: Textual self-representation in an electronic community. *First Monday* (Online), 29 pp. Available at http://www.firstmonday.dk/issues/issue3_4/giese (April 14, 2000).

GOFFMAN, E. (1959). *The presentation of self in everyday life*. Garden City, NY: Doubleday & Company, Inc.

GOFFMAN, E. (1974). *Frame analysis*. Boston, MA: Northeastern University Press.

HILTZ, S.R. & Turoff, M. (1978). *The network nation: Human communication via computer*. Reading, MA: Addison-Wesley.

HORTON, D. And Whol, R.R. (1956). Mass communication and para-social interaction: Observations on intimacy at a distance. *Psychiatry*, Vol. 19, pp. 215-229.

LEE, J.Y. (1996). Charting the codes of cyberspace: A rhetoric of electronic mail. In L. Strate, R. Jacobson, & S. Gibson, *Communication and Cyberspace*. Cresskill, NJ: Hampton Press, pp. 275-296.

LEVINSON, P. (1997). *The soft edge*. New York: Routledge.

LEWIS, M. (2001, July 15). Faking it. *The New York Times Magazine*, pp. 32-37, 44, 61-63.

MEAD, G.H. (1932), *The philosophy of the present* (A. E. Murphy, editor). LaSalle, IL: The Open Court Publishing Company.

MEAD, G.H. (1934). *Mind, self, and society* (C.W. Morris, editor). Chicago: The University of Chicago Press.

MEYROWITZ, J. (1985). *No sense of place*. New York: Oxford University Press.

NISSENBAUM, H. (1999). The meaning of anonymity in an information age. *The Information Society, Vol. 15, No. 2*, pp. 141-144.

PEIRCE, C.S. (1998). *The essential Peirce* (The Peirce Edition Project, editors). Bloomington, IN: Indiana University Press.

POSTER, M. (1990). *The mode of information*. Chicago: University of Chicago Press.

POSTMAN, N. (1982/1994). *The disappearance of childhood*. New York: Vintage Books.

POSTMAN, N. (1992). *Technopoly: The surrender of culture to technology*. New York: Alfred A. Knopf.

SEWELL, D.R., (1997). The Internet Oracle: Virtual authors and network community. First Monday (Online), 22pp. Available at http://www.firstmonday.dk/issues/issue2_6/sewel (April 14, 2000).

STERNBERG, J.L. (2001). Misbehavior in cyber places: The regulation of online conduct in virtual communities on the Internet. (Doctoral Dissertation New York University, 2001). *UMI Dissertation Services*, Number: 3022160.

STONE, A.R. (1991). Will the real body please stand up?: Boundary stories about virtual cultures. In M. Benedikt, ed., *Cyberspace: First steps*, pp. 81-118. Cambridge: The MIT Press.

STONE, A.R. (1995). *The war of desire and technology at the close of the mechanical age*. Cambridge, MA: MIT Press.

STRATE, L. (1996). Cybertime. In L. Strate, R. Jacobson, S.B. Gibson, eds., *Communication and cyberspace*, pp. 351-377. Cresskill, N.J. Hampton Press.

STRATE, L. (1999, Summer). The varieties of cyberspace: Problems in definition and delimitation. *Western Journal of Communication*, Volume 63, No. 3, pp. 382-412.

TURKLE, S. (1995). *Life on the screen: Identity in the age of the Internet*. New York: Simon & Schuster.

WYNN, E., & Katz, J.E. (1997). Hyperbole over cyberspace: Self-presentation and social boundaries in Internet home pages and discourse. *The Information Society*, Vol. 13, No. 4, pp. 297-328.

WALTHER, J. B. (1996, February). *Computer-mediated communication: Impersonal, interpersonal, and hyperpersonal interaction*. *Communication Research*, Vol. 23, No. 1, pp. 3-43.

WALTHER, J. B., & Burgoon, J. K. (1992). Relational communication in computer-mediated communication. *Human Communication Research, Vol. 19, No. 1*, pp. 50-88.

WASKUL, D. & Douglass, M. (1997). Cyberself: The emergence of self in on-line chat. *The Information Society, Vol. 13, No. 4*, pp. 375-397.

WHITTLE, D. B. (1997). *Cyberspace: The human dimension*. New York: W.H. Freeman and Company.

WOOD, J.T. (1995). *Spinning the symbolic web: Human communication and symbolic interaction, 2nd edition*. Norwood, NJ: Ablex Publishing Corporation.

‘Teoria’ e ‘Método’ na CMC: identidade, género e tomada-de-turno - uma abordagem etnometodológica e analítico-conversacional¹

Christian Greiffenhagen e Rod Watson
University of Manchester, UK

I. Introdução: algumas notas gerais sobre a Internet & CMC

A Internet e a CMC são tecnologias relativamente novas e poderosas. Entretanto, temos que ter cuidado para não tornarmo-nos deslumbrados pela sua novidade e poder. Afinal, há vários precedentes de novas e poderosas tecnologias, por exemplo, o telefone e a máquina a vapor em tempos relativamente recentes – e a imprensa e a roda em tempos remotos. Assim, a emergência de uma outra nova tecnologia não deveria ser recebida como surpresa.

Claramente, em sua respectiva época, cada uma dessas novas tecnologias tem provocado mudanças altamente significantes na sociedade. Entretanto, em cada caso de inovação devemos ter cuidado ao descrever *exactamente* o que foram essas mudanças. Em particular, devemos ter cuidado para não superdramatizar as mudanças induzidas pela Internet. Por exemplo, as mudanças são mais fundamentais que aquelas da introdução da roda ou da electricidade?

A considerar as actividades ocorrentes na Internet, parece-nos que muitas delas são *transformações* reconhecíveis de actividades que eram muito familiares há cinquenta anos atrás ou mesmo antes. Por exemplo,

¹ Tradução do original em Inglês: Adriana Braga

o correio electrónico é uma forma da carta convencional, banco on-line é um desenvolvimento do banco convencional ou banco por telefone – e então temos compras on-line, jogos on-line, agências de namoro on-line, e assim por diante. Em outras palavras, as actividades on-line são tipicamente *transformações*, *complementos*, ou *suplementos* das actividades ‘não-online’. Elas são raramente *substituições* daquelas actividades ou inteiramente sem precedentes. Na falta de uma expressão melhor, por ora poderíamos dizer que a Internet e a CMC são ‘novas tecnologias num velho mundo’.

Entretanto, muitas abordagens à Internet e CMC (por ex., Turkle, 1995) são propostas num estilo hiperbólico, seja utópico ou distópico (apocalíptico). De qualquer modo, a introdução da tecnologia é apresentada como tendo um efeito *radicalmente* transformador na sociedade. Como vem sendo indicado até aqui, queremos nos desvincular de tais alegações exageradas. Ao invés, recomendamos proceder através de análise empírica adequada, cuidadosa baseada caso a caso.

II. ‘Teoria’: algumas notas sobre etnometodologia e análise conversacional

Tanto a etnometodologia (EM) quanto a análise conversacional (AC) têm seus próprios ‘ângulos’ no estudo da acção social (ver, por ex., Garfinkel, 1967; Sacks, 1992; Sharrock, 2001; Watson, 1998; Button *et al.*, 1995). Cada abordagem trata do sentido das acções sociais (para membros) como sendo *situada e prática*. No que respeita à CMC, isso significa que o sentido das *instâncias* particulares do uso envolverá um âmbito de considerações práticas para este uso, por exemplo, recolher informação para um artigo, aconselhar mães, reservar bilhetes para um concerto, marcar um encontro com colegas, encontrar um/a parceiro/a, ou simplesmente divertir-se. Estas, e muitas outras actividades, são exemplos de actividades triviais e mundanas que são buscadas no que Schutz (1962, 1964, 1966) chama de ‘atitude da vida quotidiana’. Em

outras palavras, tais actividades são caracterizadas por sua natureza prática (mais do que teórica).

Da perspectiva da EM e AC usar o termo ‘comunicação mediada por computador’ (CMC) para designar um tópico de investigação implica os dois perigos seguintes:

- Primeiramente, o termo ‘CMC’ sugere que o foco dos/as participantes será sempre na *comunicação*. Isso pode trazer a conotação que a ‘comunicação’ é sempre empreendida ‘para seu próprio fim’. Ao contrário, vemos a ‘comunicação’ como sendo constituinte de algumas actividades práticas mais amplas (incluindo, claro, ‘conversa de circunstância’, ‘coscuvilhice’, ou ‘mexerico’).

- Em segundo lugar, o termo ‘CMC’ sugere que estamos lidando com um fenómeno *simples*. Ao contrário, sugerimos que CMC não é um fenómeno simples, unitário, ou auto-contido. Ao invés, estamos lidando com diversas instâncias onde a CMC aparece em algumas actividades particulares ou complexo de actividades. Estas instâncias podem bem mostrar algumas similaridades, sobreposições, etc. – mas não serão exactamente idênticas. É por isso que a etnometodologia considera importante examinar instâncias simples, localmente-situadas de, neste caso, uso da CMC. Para nós, então, CMC não é um fenómeno unitário que pode ser interpretado através da descrição teórica abstrata, global.

Assim, na investigação de qualquer instância da CMC, a questão a ser formulada é: *Qual é o fenómeno particular?*

Esta questão não é uma questão ontológica, mas questiona os modos pelos quais os *membros eles mesmos* definem de senso comum e enfrentam aquele fenómeno. Para a EM/AC não é tarefa para o/a analista estipular aquele sentido ‘em nome dos’ membros (através de metáforas, analogias, teorias, tipos ideais, etc.). Ao invés, o objectivo é preservar a *integridade fenoménica* das actividades envolvendo CMC e evitar interpretar analiticamente o fenómeno de modo distorcido. Em outras palavras, para a EM e AC, não é trabalho do/a analista colocar-se em competição com as concepções dos membros comuns de uma

instância particular da CMC. Esta atitude competitiva, relativizadora da parte do/a analista é frequentemente referida como ‘ironia metodológica’. Ao invés, a tarefa é *explicar* concepções culturalmente partilhadas pelos membros como elas são construídas em instâncias locais particulares de acção.

III. ‘Método’: como abordar o fenómeno da CMC?

Então como a EM ou a AC abordariam uma instância particular da CMC, por exemplo, uma ocasião de um multi-user dungeon (MUD) on-line particular, uma sala de *chat* em particular (IRC), ou um grupo de discussão em particular?

Devemos enfatizar que esse é o nosso próprio ‘ângulo’ da EM/AC sobre essa questão. Outros/as investigadores/as nesses géneros têm uma interpretação diferente sobre o que ‘seja’ a etnometodologia ou a análise conversacional – e qual deve ser sua relação com a sociologia convencional.

Esta primeira questão é o que a EM chama ‘exigência singular de adequação’ (‘unique adequacy requirement’), que é, em essência, uma competência exigida do/a analista. Isto é dizer, que o/a analista deve ter ou adquirir uma competência verbal na actividade concernida. Isto pode ser muito fácil (se o/a analista já é competente na área, por ex., escrever emails) ou pode exigir muito trabalho (por ex., no caso de alguns jogos on-line). Ser comumente competente serve para evitar duas armadilhas encontradas frequentemente: primeiramente, que o/a analista *estipulativamente* descreva actividades leigas dos membros, e em segundo lugar, que focalize nos ‘problemas’ do/a novato/a. Em cada um desses casos, o/a analista, num certo sentido, não sabe ‘o que está acontecendo’ (para os membros). Em outras palavras, o que parece ‘estranho’ para o/a analista pode ser bastante familiar e rotineiro para os/as participantes. Um exemplo parece ser o estudo de Turkle (1995) dos jogos multi-user dungeon (MUD) em *Life on the Screen*. Turkle descreve experiências de utilizadores do MUD como sendo estranhas,

modernas, extraordinárias, de mudar a vida, etc. Para nós, entretanto, sua abordagem mostra um tipo de exotismo que está em disputa com a experiência dos próprios participantes competentes do MUD. Ao contrário, o estudo de caso com o grupo de discussão on-line de Rutter e Smith (1999, 2002) apresenta as actividades dos membros do grupo em termos não exóticos, como sendo reconhecíveis e triviais, bem como integradas em suas vidas diárias.

Os estudos de David Sudnow, *Pilgrim in the Microworld* e *Talk's Body*, embora não sejam estudos da CMC, são bons exemplos de exigência singular de adequação. Além disso, *Talk's Body* particular, trata digitação no teclado do computador (bem como tocar piano) como um tópico de competência *incorporada*.

Em contraste com tais estudos etnográficos, os quais algumas vezes conseguem preservar as orientações dos membros, nossa preferência pessoal é trabalhar com dados recuperáveis, isto é, gravações de áudio ou vídeo. Para os estudos de CMC consideramos o vídeo como *sine qua non*. Dados em Vídeo tem as seguintes vantagens sobre, por exemplo, observações de campo.

- primeiro, vídeo (a despeito de suas conhecidas e indiscutíveis deficiências práticas) preserva o carácter *interaccional, naturalmente-ocorrente* dos settings sociais;
- segundo, preserva as orientações intersubjectivas dos/as *participantes* no setting; e
- terceiro, permite uma transcrição e análise dos dados exaustiva e finamente-detalhada através de repetidas assistências.

Não estamos dizendo, é claro, que o vídeo é uma panaceia. Haverá sempre problemas de posicionamento, perspectiva, som, etc. Entretanto, as desvantagens do vídeo são menos severas se abandonarmos a ilusão de que seria um método que iria capturar ‘tudo’ em um setting específico. Ao invés, o objectivo é tirar o máximo analiticamente dos dados que *de facto* temos.

Note também, que ‘dados’ não são somente as imagens na gravação, ainda menos qualquer transcrição, mas também, e mais significativamente, as práticas que permitem ao/à observador/a *fazer*

sentido do vídeo ou transcrição. Isto, claro, nos traz de volta a exigência de que o/a observador/a seja competente no campo do fenómeno.

Enquanto não consideramos análise conversacional (AC) como uma ‘metodologia’ que poderia ser automaticamente ‘aplicada’ para outros tópicos à parte da conversação, pensamos que a ‘mentalidade analítica’ (Schenkein, 1978a) da EM e AC podem (com grande precaução) ser trazidas para sustentar outro fenómeno. Entretanto, parece-nos tanto fútil quanto logicamente equivocado transportar ‘mecanicamente’ as descobertas empíricas da AC para *conversação* (oral-auditiva) à *comunicação* mediada por computador. Ao invés, precisamos começar de novo. Deste modo, podemos dizer que as conversas mediadas por computador evidenciam alguns aspectos da conversação, alguns aspectos da fala, cartas escritas, e alguns aspectos que podem ser distintivos das conversas na CMC.

Vamos finalizar esta secção sobre ‘método’ com uma discussão crítica dos *logfiles* dentro dos estudos das conversas na CMC.

O perigo dos *logfiles*

À primeira vista, *logfiles*², os quais são frequentemente produzidos através da própria tecnologia da CMC, podem parecer consistir nos dados. Em outras palavras, investigadores/as da CMC têm sido tentados/as a pensar que os problemas com recolha dos dados foram suprimidos. Afinal, o *logfile* de uma sala de *chat* parece conter ‘tudo’ que aconteceu na sala de *chat*. Duvidamos.

Em primeiro lugar, *logfiles* constituem um panóptico ou ‘vista aérea’ da interacção geral. Entretanto, este ponto-de-vista é tipicamente o do/a analista, não o do/a participante, de uma instância corrente, em processo, da CMC. Se quisermos perceber o saber cultural de acções

² N. da T.: “Logfiles” são os registos das performances, interacções, eventos ou dia-a-dia das actividades *on-line* e disponibilizados em ficheiros na Internet. Optou-se por manter a palavra no original por não haver sinónimo na língua portuguesa.

conjuntas em processo, precisamos capturar como os/as participantes de facto estabelecem aquela interacção ao longo do tempo.

Em segundo lugar, um estudo da CMC baseado somente em *logfiles* envolve uma forma particular de descontextualização, a que podemos denominar ‘o corpo ausente’. Embora a CMC seja conduzida ‘virtualmente’, isto é, no ecrã, uma prática incorporada está inevitavelmente envolvida. Afinal, ainda há uma pessoa sentada numa cadeira, olhando para o ecrã, e operando o teclado. Com *logfiles* perde-se este fenómeno.

Em terceiro lugar, o uso do computador, ‘estar on-line’ por exemplo, está implicado numa trama mais ampla da vida quotidiana. Por exemplo, a CMC pode ser usada para trabalhar, durante o trabalho, ou como um tempo fora do trabalho. Actividades feitas através da CMC podem ser parte da procura de um hobby, busca ou manutenção de amizades, e assim por diante. A dependência exclusiva dos *logfiles* arrisca apresentar as actividades da CMC como o que Simmel chama de ‘pura sociabilidade’. Enquanto isso pode ser verdadeiro para alguns aspectos de, digamos, salas de *chat* (Rutter and Smith, 1999, 2002), deve haver ainda, para os membros, outras considerações.

Para indicar o mais óbvio: conversas on-line podem ser feitas com o objectivo de em algum momento encontrar com a pessoa na ‘vida real’; ou participar de um grupo de discussão on-line pode ser feito com o objectivo de conseguir entradas para um concerto ou obter um CD raro. A confiança pura nos *logfiles* pode significar que o/a analista ‘perdeu o ponto’.

Em quarto lugar, apesar de uma actividade da CMC em particular poder ser o foco principal de um/a participante, as circunstâncias nas quais o/a participante é parte podem ter uma relevância real para aquela actividade. Por exemplo, pode haver mais que uma pessoa no computador, a pessoa também pode estar fazendo algo mais (a comer, a falar ao telefone, engajada em outra ‘actividade on-line’). Pode também ser difícil para um/a participante da CMC encontrar ou negociar tempo para estar on-line. Todos esses constrangimentos podem figurar em sua actividade da CMC. Novamente, os *logfiles* tiram

a CMC do contexto quotidiano e prático que formam o enquadramento que habilita para a CMC.

Finalmente, por todos os problemas acima, há sempre uma forte tentação para o/a analista que está exclusivamente dependente dos *logfiles* de tratar log-files como independentes e auto-contidos, e portanto focar somente nos seus *conteúdos*. Para nós, tal análise de conteúdo remove as especificidades da CMC.

Em vez de estudar instâncias da CMC como actividades em si mesmas, o *logfile* torna-se um canal não-problemático para o estudo dos fenómenos do ‘outro’, concebíveis separadamente – tais como ‘género’, ‘poder’, e ‘identidade’. Enquanto não negamos que esses temas figuram de modo *ad doc* em instâncias específicas da CMC, para nós o interesse é *como* eles figuram (se figuram) em um complexo específico de práticas que incluem uma instância da CMC.

Essas notas sobre *logfiles* podem parecer muito óbvias para qualquer um/a envolvido/a no estudo da CMC, mas o facto é que muitos/as analistas da CMC têm encontrado meios de ignorá-las. Tomar os *logfiles* como única fonte de dados significa que os/as analistas tornaram-se o que Roy Turner denominou ‘arqueólogos/as por opção’, isto é, analistas que olham somente traços da sociedade quando a própria sociedade ainda está disponível.

Um dos estilos hiperbólicos que frequentemente encontramos é que os *logfiles* permitem ‘objectividade científica’, isto é, uma abordagem não-intervencionista para a interacção na CMC. Gostaríamos de nos desassociar de noções tais como ‘objectividade científica’, as quais parece-nos estarem mais próximas do cientificismo ingénuo que da prática da ciência de facto. Entretanto, se por um momento tomássemos a noção de ‘objectividade científica’ à letra, afirmaríamos que o estudo da CMC baseado em *logfile* mais minimiza que maximiza esta objectividade. Afinal, temos argumentado que valer-se *somente* dos dados dos *logfiles* envolve arrancar esses dados de seu contexto; nada poderia ser mais ‘invasivo’. Na melhor das circunstâncias, então, estudos baseados somente em *logfiles* são pseudo-objectivos: o/a analista está iludindo a si mesmo/a pensando que não há ‘intervenção’

do/a analista. Inversamente, as coisas mundanas que a EM-AC estão a investigar não parecem impropriamente influenciadas pela tomada das gravações de áudio ou vídeo (e *se* a gravação ‘intervém’ no processo da interacção, isso será frequentemente visível – ver, por exemplo, Sacks, 1992, Winter 1969, Lecture 3).

Uma outra crítica possível à nossa posição é que ela carece de ‘objectividade científica’ na medida em que estamos apenas estudando pessoas individualmente. Novamente, consideramos o uso do termo ‘objectividade científica’ como quimérico. Apesar dos estudos de caso serem baseados em ‘indivíduos’, EM-AC não estão estudando práticas individuais, mas *socialmente-partilhadas*. Em outras palavras, o foco está nos settings sociais organizados que são compósitos e logo multilateralmente formados – e como as partes colaborativamente evidenciam e reproduzem um mundo intersubjectivamente-partilhado.

Vamos agora ilustrar nosso argumento geral com referência a alguns estudos da CMC, em particular aqueles que endereçam os temas da ‘identidade’, ‘género’, e ‘tomada-de-turno’.

IV. Discussão sobre os estudos da CMC

Identidade

Vamos começar com a questão da identidade. Algumas alegações espantosamente hiperbólicas têm sido feitas sobre ‘identidade’ na literatura sobre CMC.

Por exemplo, Turkle (1995, p. 10) diz que “*the eroding boundaries between [...] the unitary and the multiple self*”. De forma similar, Reid (1998, p. 40) alega que “*the self in cyberspace is fragmented and multiple*”. O que vamos fazer com essas alegações?

Primeiramente, notamos uma reificação do ‘self’ que permite ao/a analista alegar que há alguma *coisa* que torna-se ‘múltipla’ ou ‘fragmentada’. Esse argumento pode funcionar apenas para o/a analista estipular um ‘espantalho’ oponente que sustenta uma visão altamente

simplista da identidade. Esta posição caricaturada é baseada num realismo ingénuo ou num idealismo ingénuo – onde o self é também definido através do *corpo inteiro* de uma pessoa ou da *mente unitária* de uma pessoa.

Em segundo lugar, todos sabemos, como membros e analistas, que as pessoas podem agir diferentemente em diferentes contextos, por exemplo, uma pessoa pode comportar-se diferentemente em casa, no trabalho, com seu/sua amante, ou durante um jogo. Entretanto, isso não significa que esta pessoa tenha por conseguinte um ‘self partido’. Um movimento a partir de tão banal e óbvia observação para alegações hiperbólicas sobre o self ou identidade equivale a uma ‘ontologização da identidade’ (estipulativa) do/a analista.

Isto nos traz agora a uma terceira observação crítica, nomeadamente que tais alegações sobre identidade na literatura da CMC muito frequentemente evidenciam uma fusão entre a perspectiva do/a analista com aquela do participante leigo. A filosofia de Schütz identifica esta fusão como uma das maiores armadilhas potenciais para as ciências sociais. Assim, nossa reacção às alegações de Reid que “*the self in cyberspace is fragmented and multiple*” seria perguntar: ‘Para quem’? Os/as *participantes* experienciam a si mesmos/as e/ou aos /às outros/as como “fragmentados/as e múltiplos/as”? Ou quando Reid fala (em seu título) sobre “*the illusion of one self*” perguntamo-nos: sobre a ilusão *de quem* ela está falando? Se ela estivesse falando sobre a ilusão dos/as participantes – como ela saberia?

Em quarto lugar, tais alegações envolvem uma extrapolação injustificada, que toma o que está acontecendo ‘on-line’ ou ‘no ecrã’ no lugar da pessoa ‘em frente ao’ ecrã. Em outras palavras, o problema dos/as investigadores/as da CMC fazerem tais alegações sobre identidade, é mostrar que há uma conexão relevante ou significativa entre ‘identidades on-line’ (por ex., nicknames ou endereços de e-mail) e a identidade da pessoa sentada em frente ao ecrã. Por exemplo, quando Turkle alega que

The anonymity of MUDs [...] gives people the change to express multiple and often unexplored aspects of the self, to play with their identity and to try out new ones. (Turkle, 1995, p. 12)

Turkle deixa inexplicado como as identidades do mundo *on-line* conectam com o/a *participante* que criou essas identidades on-line. Temos que ter em mente que ‘fingir’ é uma prática de senso-comum que para os membros não colide necessariamente com ‘quem alguém realmente é’ (por ex., no caso dos espões ou um baile de máscaras).

Esta citação de Turkle nos traz uma quinta observação, nomeadamente a confusão de Turkle de um ‘jogo’ com a ‘vida real’. Para nós, esta distinção não é uma distinção do/a analista, mas uma distinção que os/as participantes fazem e tomam em conta. Sobre a distinção do membro, Schütz (1962) faz as seguintes observações (ver também Garfinkel, 1963):

- para os membros, os jogos constituem um ‘tempo fora’ (*‘time out’*) das relevâncias práticas do mundo quotidiano ‘real’;
- os jogos têm fronteiras muito mais definidas que os settings do mundo quotidiano; e
- movimentos no jogo não têm as mesmas consequências que os movimentos no mundo ‘real’.

Uma indicação de que os membros orientam-se por essa distinção é o seguinte reclame para o jogo ‘offline’ *Laser Quest*: “*Reality ends ... Fantasy begins.*”

É claro, alguém pode investigar apropriadamente um jogo on-line como um fenómeno situado *por si mesmo*. Entretanto, se o/a analista deseja ir além e demonstrar que jogar tem consequências em situações de não-jogo, o/a analista depara-se com um problema análogo como no movimento das identidades ‘on-line’ para as da ‘frente do ecrã’. Jogos de todos os tipos (incluindo aqueles em que fingimos ser outra pessoa) têm estado presentes por séculos e não são fenómeno novo (on-line). Para todos os jogos, o problema é demonstrar que o que acontece nos jogos tem consequências *significantes* em situações extra-jogo.

Depois de todas estas notas críticas, como a EM-AC abordaria o tópico da ‘identidade’?

Primeiramente, para a EM/AC ‘identidade’ ou ‘self’ não são para ser entendidos em termos psicológicos mas formado multilateralmente em e através da interacção dos/as participantes. Assim, por exemplo, uma identidade alegada ou apresentada pelo ego pode ser ratificada ou negada pelo alter-ego. Isto significa que, em segundo lugar, um/a praticante da EM/AC não compreenderia a ‘identidade’ como um item semântico estático, mas ao invés, olharia para as *práticas* por meio das quais as identidades são atribuídas, mantidas, transformadas, e desafiadas. Em outras palavras, deveríamos focalizar as *práticas* dinâmicas, complexas e inter-tecidas da identificação envolvidas na participação da CMC.

Um ponto de partida óbvio para tal exercício poderia ser o estudo das actividades de categorização de pertença, como foi desenvolvido por Sacks (1972) e aplicado para discursos em salas de *chat* por Vallis (2001a, 2001b). Categorias de pertença são um tipo de forma de referência para a identificação das pessoas. A questão é: Quais categorias são seleccionadas? Como elas são seleccionadas? E como a selecção de uma categoria serve como base para a co-selecção de outra? Essa possibilidade de co-selecção relevante das categorias é um instrumento através do qual ‘relações sociais’ são constituídas, assim como a co-incumbência de uma mesma categoria. Um outro e relacionado ponto de partida seria olhar os modos nos quais as formas de referência (não apenas as categorizações de pertença) são proliferadas na interacção da CMC. Por exemplo, Schenkein (1978b) mostra como em um simples encontro identidades são negociadas e multiplicadas em seu curso (por ex., em um encontro de venda de seguro, o par-identitário ‘vendedor/a’ e ‘cliente prospectivo’ está acompanhado por identidades tais como ‘estudante’, ‘consumidor/a de droga’, etc.). Na CMC podemos observar frequentemente tal proliferação de identidades.

Género

Vamos agora aplicar estas considerações para ‘género’ na CMC. Aqui está como dois estudos sobre género começam (poderíamos citar muitos mais):

The Internet, it was said, would mask the visible differences between men and women, between races, and across other social categories, because e-mail and other forms of computer-mediated communication (CMC) strip away the physical appearance cues, leaving us to express ourselves online only through language. (Herring and Martinson, 2004, p. 424)

New communication technologies are often invested with users' hopes for change in the social order. Thus the Internet is said to be inherently democratic, levelling traditional distinctions of social status, and creating opportunities for less powerful individuals and groups to participate on a par with members of more powerful groups. Specifically, the Internet has been claimed to lead to greater equality, with women, as the socially, politically, and economically less powerful gender, especially likely to reap its benefits. (Herring, 2003, p. 202)

O que nos impressiona é o carácter puramente conjectural dessas alegações. Gostaríamos de perguntar: Quem está a fazer essas alegações? Membros, analistas, ou activistas?

Notamos que referências não verificadas são dadas pelas autoras. Pensamos que isso mostra que um mero mecanismo retórico está sendo usado aqui. Este mecanismo consiste em construir um ‘espantalho’ oponente que propõe algumas alegações muito ingénuas e simplistas. Isso permite à investigação da CMC subsequentemente refutar essas alegações por ‘descobertas’ que há, afinal, diferenças de género na CMC. Em outras palavras, pensamos que a única função de atribuir essas alegações apressadas e radicais para ‘alguém’ é permitir ao/a autor/a vender observações subsequentes como ‘novas’, quando essas observações são, em essência, sem surpresa, para dizer o mínimo (nos termos de Howard Schwartz: ‘news from nowhere’ – ou ‘news to no one’).

Também questionamos se estas são “expectativas dos/as utilizadores/as” (“users’ hopes”) mais que dos/as investigadores/as académicos/as

ou críticos sociais. Em outras palavras, essas alegações podem refletir melhor os *desejos* do/a analista para mudanças sociais e políticas. Nossa questão é: qual o papel que tais desejos dos/as analistas deveriam representar na condução da investigação académica? Para nós, parece haver um perigo de confundir problemas ‘sociais’ com problemas ‘sociológicos’ (Neustadt, 1965). Em outras palavras, não estamos a negar, claro, as desigualdades de género, nem desvalorizando o projecto político de abolição delas. Entretanto, se um projecto *sociológico* fosse escolhido, então o objectivo deveria ser escrutinar *como* o género figura na interacção da CMC e não apenas reiterar *que* ele figura – ou recomendar que as coisas deveriam ser iguais ou diferentes.

A olhar *como* e *quando* o género figura na interacção na CMC constitui um primeiro movimento para evitar o que referimos como ‘fetichismo da diferença’. Este fetichismo consiste no olhar do/a analista para a interacção na CMC que visa agrupar exemplos de *diferença*. Estes exemplos são subsequentemente seleccionados, tomados fora do contexto, tratados como fenómeno único, amplificados, e dirigidos corroborativamente através de um corpus de ‘dados’.

Um exemplo, e não significa que seja o mais extremo, poderia ser as descobertas de Herring (2003) sobre diferenças de género em estilo de mensagem. Ela caracteriza por estilo-masculino as mensagens que “*making use of sarcasm and insults*” e estilo-feminino as mensagens por “*expressing appreciation, support, and a qualified assertion*” (p. 208). Isso nos impressiona como sendo uma categorização altamente estereotipada das actividades na CMC, onde terminamos com uma oposição rígida e pouco sutil, ‘sarcasmo’ versus ‘apreciação’ ou ‘insultos’ versus ‘apoio’.

Essa é, claro, uma consequência do *ponto de partida* desses/as investigadores/as, nomeadamente o ‘espantalho’ que alega que a Internet é ‘gender-free’. Para os/as investigadores/as da CMC esta alegação de ‘gender-freedom’ torna-se falsa e ‘por consequência’ o género tem que ser *omnirelevante*. O credo parece ser: ‘se não é inteiramente similar, então é completamente diferente’.

Não estamos, é lógico, a negar que diferenças *podem* existir. Se

e quando elas existem, entretanto, sua relevância é ocasionada. As diferenças entre homens e mulheres nas instâncias da interação na CMC é também sutil, envolvendo nuances e níveis de similitude e diferença, dependendo do contexto. Género pode ser massivamente relevante para participantes de uma sala de *chat* de uma agência de namoro; entretanto, pode ser menos em um fórum de discussão on-line sobre sociologia de Weber. Além disso, mesmo nessas instâncias onde os/as participantes orientam-se por diferenças de género, essas ‘diferenças’ não são necessariamente do mesmo *tipo*. Em outras palavras, diferenças são frequentemente diferentes de diferentes maneiras.

A EM e a AC estão interessadas em como o ‘género’ nas actividades da CMC é produzido e tornado localmente relevante pelos/as participantes. Para a EM/AC, o género é parte do saber e inteligibilidade cultural dos/as participantes. O projecto da EM/AC é tornar este saber tácito de uma *fonte* inexplicada em um *tópico* explícito para exame em si mesmo. Isso actua como baluarte contra a ‘reificação do conteúdo’ que nos parece estar no coração de muitos estudos das diferenças de género.

Tomada-de-turno

Como investigadores/as da EM/AC, o que nos impressiona é a frequência com a qual um dos mais canónicos artigos em nosso campo, nomeadamente o breve artigo de Sacks, Schegloff, e Jefferson (1974) ‘*a simplest systematics for the organisation of turn-taking for conversation*’, é citado e usado pelos/as investigadores/as da CMC. Entretanto, muitas dessas ‘aplicações’ do modelo da tomada-de-turno para a *conversação* na organização das *actividades* da CMC parecem estar baseada em uma série de mal-entendidos, para alguns dos quais vamos fazer alusão agora nesta secção final.

Para começar, Sacks, Schegloff, e Jefferson (ou apenas ‘SSJ’) fizeram alegações sobre seu modelo o qual é tanto cuidadosamente restrito quanto modesto. Eles começam (p. 696) com a ‘família’ geral dos *sistemas de tomada-de-turno*, o qual, segundo eles, inclui lances

de jogo, filas, bem como o que eles denominam ‘sistemas de troca de fala’. Estes ‘sistemas de troca de fala’ por sua vez incluem conversação natural, debates, entrevistas, etc. O modelo frequentemente citado é *especificamente* para *conversação* naturalmente-ocorrente, naturalmente-situada e naturalmente-organizada. Não é um modelo para todos os sistemas de troca de fala *per se*, e mais definitivamente não é um modelo geral para todos os sistemas de tomada-de-turno. Como o título e muitas referências no artigo indicam, este é um modelo de sistema de tomada-de-turno *para a conversação* (p. 696, p. 725). E uma dimensão crucial da conversação natural é a sua natureza oral-auditiva.

Aprovamos as tentativas dos/as investigadores/as da CMC de envolverem-se na mesma análise extensiva, finamente detalhada na qual SSJ engajam-se, e do qual esse modelo é um resultado sintetizado. Entretanto, vemos a aplicação analítica directa desse modelo para *conversação* na *comunicação* mediada por computador como uma extrapolação injustificada. Em outras palavras, investigadores/as da CMC têm confundido o específico com o geral. Têm tomado o modelo que é suposto para aplicar num fenómeno altamente específico e distinto (conversação natural) como um modelo para a categoria geral dos sistemas de tomada-de-turno (do qual, dizem, a interacção na CMC é parte).

Além de estender demasiado o *âmbito de aplicabilidade* do modelo de SSJ, os/as investigadores/as da CMC têm também tendido a compreender mal o *status* do modelo. Isto é, o modelo de SSJ é uma síntese de sua investigação até aqui. O modelo descreve a organização metódica da tomada-de-turno na conversação natural como os/as participantes a orientam. O modelo consiste em uma *descrição* analítica do sistema de tomada-de-turno mais que uma *explicação* em quaisquer sentidos sociológicos mais usuais.

Aqui está como Panyametheekul e Herring (2003, p.3) descrevem o sistema de tomada-de-turno para a conversação:

Turn-taking in spoken conversation can be said to follow a normative ideal of precisely alternating turns. The word ‘precisely’ refers to the timing of the transition from one speaker turn to the next, which is ideally supposed to occur with no (or minimal) gap, and no overlap between speakers [Sacks et al., 1974].

Esta citação apresenta o modelo quase como ‘lei’. Sugere que o modelo consiste de leis altamente gerais, que pode ser sustentado que se aplicam num vasto âmbito de casos. Consequentemente, é como se o modelo fosse similar a uma hipótese física, a qual pudesse ser verificada ou refutada.

Entretanto, o modelo de tomada-de-turno não é desse tipo. Por exemplo, ele *não* é refutado por instâncias de sobreposições. SSJ deixam muito claro que breves sobreposições ocorrem frequentemente e não põem em risco o sistema de tomada-de-turno para os/as participantes. Gostaríamos de dizer que o sistema de tomada-de-turno não é algo que ‘causa’ a conversação mas que é *orientado-para* pelos/as participantes como parte de sua condução da conversação.

Pensamos que a citação de Panyametheekul e Herring também tende a deixar-se levar a apresentar o modelo de tomada-de-turno como uma *construção de tipo ideal* do qual partiriam os casos reais. Entretanto, o uso dessas construções de tipo ideal são explicitamente condenadas por Sacks (por ex., 1984). Quem poderia assumir, portanto, que o modelo poderia ser usado desse modo para a CMC?

Parece-nos que isto somente é possível se alguém concebeu a conversação natural como um *padrão de comparação* analiticamente privilegiado para outros tipos de comunicação organizada-por-turno (por ex., CMC). Esta tendência é exemplificada nos dois enunciados seguintes:

Sacks et al.’s model was chosen because it allows us to test whether turn allocation in the chat room is similar to face-to-face strategies [...] or whether it is fundamentally different [...]. (Panyametheekul and Herring, 2003, p.10)

The turn-taking model does not adequately account for this [CMC] mode of interaction. (Murray, 1989, p. 319)

Nossa reacção para isso é perguntar: quem algum dia alegou ou pensou que poderia ser?

Como indicamos na introdução, actividades comunicativas diferentes (por ex., conversação natural, escritura de carta, ou CMC) cobrem um vasto e diverso âmbito, com várias similaridades e sobreposições. Isto não é dizer que não esperamos que se apliquem *aspectos* da organização da conversação natural, *mutatis mutandis*, em algumas instâncias da prática da CMC – mas o mesmo poderia ser feito com aspectos da, digamos, escritura de carta. Entretanto, mesmo se aspectos de uma actividade são ‘aplicados’ para a actividade da CMC isso terá que ser feito em sítio-específico, de modo *ad hoc*.

Por exemplo, muitos/as analistas das actividades das salas de *chat* on-line têm se tornado excessivamente obcecados/as com questões concernentes à posição adjacente dos turnos em *logfiles*. Têm-se observado que, digamos, uma resposta para uma pergunta pode ocorrer vários turnos abaixo no discurso das salas de *chat*. Entretanto, se fossem ler mais extensamente a literatura da AC, encontrariam concepções tais como ‘esquivar-se do envolvimento’ (*‘skip tying’*) na qual uma pessoa pode esquivar-se, voltando a um enunciado que ocorreu exactamente antes do enunciado imediatamente precedente. Esta técnica de envolvimento, derivada da conversação natural, é claramente adaptada pelos/as participantes das salas de *chat* para seus discursos on-line (ver, por ex., Sacks, 1992; Watson, 1987).

Adicionalmente, os/as participantes das salas de *chat* ainda frequentemente orientam-se para o par adjacente das, digamos, perguntas e respostas. Nos discursos das salas de *chat*, pode haver turnos intervenientes, pertencentes a um assunto de tópico diferente. Entretanto, as respostas ainda mostram a qual questão estão conectadas e a qual tópico do assunto elas pertencem (O’Neill and Martin, 2003, p.45).

Essa questão de múltiplos assuntos e pares adjacentes com turnos

intervenientes (que não pode ser identificada como sequências de inserção) tem sido frequentemente comentada pelos/as analistas das salas de *chat*. Não negamos é claro que estes fenómenos ocorram, mas *não* atribuímos a mesma significância a eles como fazem estes/as analistas.

A tomar o modelo de tomada-de-turno de SSJ para a conversação como o ‘padrão-ouro’, desvios deste modelo na CMC são caracterizados como ‘problemas’, ‘violações’, ou ‘rupturas’. Primeiramente, como acabamos de argumentar, o modelo de SSJ é concebido especificamente para a conversação natural e portanto não pode ser usado como um padrão de medida para instâncias do discurso na CMC. Segundo, se retornarmos a um ponto anterior, tais caracterizações como ‘violações’ são nesse caso tipicamente não mais que estipulações dos/as analistas. Em outras palavras, não é claro de modo algum que estas instâncias constituem ‘problemas’, ‘violações’, ou ‘rupturas’ para os/as próprios/as participantes – e se não, elas não deveriam ser tratadas como tais por qualquer analista genuinamente naturalista.

Por exemplo, Herring (1999) apresenta o seguinte trecho para demonstrar a ‘incoerência’ no discurso da CMC.

1. <ashna> hi jatt
2. *** Signoff: puja (EOF From client)
3. <Dave-G> kally i was only joking around
4. <Jatt> ashna: hello?
5. <kally> dave-g it was funny
6. <ashna> how are u jatt
7. <LUCKMAN> ssa all1
8. <Dave-G> kally you da woman!
9. <Jatt> ashna: do we know eachother?. I’m ok how are you
10. *** LUCKMAN has left channel #PUNJAB
11. *** LUCKMAN has joined channel #punjab
12. <kally> dave-g good stuff:)
13. <Jatt> kally: so hows school life, life in geneal, love life, family life?

14. <ashna> jatt no we don't know each other, I fine

15. <Jatt> ashna: where r ya from?

Esta troca é descrita por Herring como um “assunto complicado” no qual “turnos de uma troca regularmente ‘interrompem’ outra” (p.3). Ao contrário, parece-nos a partir desses dados que os/as participantes eles/as mesmos/as não acharam isso ‘complicado’ ou ‘interruptivo’. Se tivessem achado, isto seria pelo menos marcado por eles/as algumas vezes em seus discursos. Entretanto, este trecho não mostra tais marcas. De facto, a própria Herring mostra algum desconforto com essa caracterização ao colocar ‘interrompem’ entre aspas. Entretanto, ela subsequentemente afirma:

Violations of sequential coherence are the rule rather than the exception in CMC. (p.5);

e

half (47%) of all turns were ‘off-topic’ in relation to the previous turn (p.6)

In all ideal topically-coherent discussion, the majority of moves would be on-topic or single-step parallel shifts with frequent returns to the global topic [...]. (p.6)

Claramente um padrão tipo-ideal está sendo usado aqui, o qual é usado para caracterizar instâncias do discurso das salas de *chat* como os que envolvem ‘violações’.

Em contraste com esses exemplos os quais manifestamente compreendem mal o estatuto e o âmbito pretendido do sistema de Sacks *et al.* para a conversação, queremos mencionar um estudo de dois investigadores que adotam uma visão mais completa da AC.

Garcia e Jacobs (1998, 1999) são bastante singulares por seu uso dos dados de vídeo e transcrições como a base de suas análises.

Isto os permite tomar uma visão muito mais detalhada da dinâmica interaccional da prática da CMC. Além disso, suas análises capturam melhor o ponto de vista dos/as participantes. Isto confere muitas vantagens às suas análises e faz delas um ponto de referência altamente significativo para os/as investigadores/as da CMC.

Infelizmente, entretanto, como um exercício analítico eles ainda baseiam suas análises numa *comparação* com a conversação natural, por ex.:

we raise the question ‘Is the turn-taking system of oral conversation the basis of the turn-taking system of various types of computer-mediated conversation?’ (Garcia and Jacobs, 1999, p. 340).

Ou seja, como um ponto de partida, a análise é concebida como um exercício comparativo – mais que começar por tratar a CMC como um fenómeno auto-contido em si. Novamente, está longe de ser evidente que os/as próprios/as participantes das salas de *chat* conduzam suas actividades tendo a conversação oral-auditiva como o modelo exclusivo. É claro, não estamos a sugerir que a conversação natural nunca fornece recursos para a condução das actividades da CMC, somente que para os/as participantes ela não tem monopólio. Em outras palavras, eles/as referem-se ao modelo de SSJ como *a* base para a tomada-de-turno nas salas de *chat*, não uma possível base entre várias que são combinadas localmente de modo *ad hoc*.

Consequentemente, Garcia e Jacobs falam dos ‘pares de adjacência fantasma’ (*phantom adjacency pairs*) os quais eles vêem como potencialmente problemáticos. Novamente temos que perguntar se está sendo mostrado que isto é um problema para os membros (isto é, onde os membros por si mesmos mostram que um turno é problemático).

No caso de Garcia e Jacobs, parece-nos que algo que eles nomeiam ‘problemas’ são estipulados por eles como analistas. Entretanto, como eles próprios apontam, certas instâncias ‘problemáticas’ podem ser uma consequência do facto que os/as participantes são *novatos/as*, que ainda não sabem como manusear este meio: “*It may be that as*

users become familiar with QS-CMC, their ability to use the system will improve and confusion resulting from the QS-CMC turn-taking system will decrease” (p.362). Em outras palavras, nos perguntamos sobre as origens de facto de qualquer um desses ‘problemas’ e se quaisquer ‘problemas’ discutidos são intrínsecos às actividades da CMC *per se*.

V. Conclusão

Foi nossa intenção esboçar nossa visão da posição da EM e AC nas actividades da CMC. A olhar outros estudos que examinaram, em particular, ‘identidade’, ‘género’, e ‘tomada-de-turno’, tentamos posicionar a EM/AC em relação a esses outros estudos. Na nossa compreensão da EM/AC muitas das armadilhas desses outros estudos poderiam ser evitadas.

A propor tratar as actividades da CMC como fenómeno auto-contido, mais que olhá-las em termos de outros sistemas interaccionais (em particular, aqueles da conversação oral-auditiva), não estamos a negar que as pessoas abordam as actividades da CMC com recursos derivados de ‘outro lugar’. Claro que sim. Alguns desses recursos podem derivar da conversação natural, outros das convenções concernentes à troca de cartas, e assim por diante. Entretanto, queremos sugerir que esses recursos são ‘aplicados’, frequentemente em combinação, de modo *ad hoc* na produção de instâncias *específicas* da CMC. Em suma, parece-nos prematuro, senão francamente equivocado, falar da ‘CMC-em-geral’.

Referências Bibliográficas

BUTTON, G., J. COULTER, J. R. E. LEE, and W. W. SHARROCK (1995). *Computers, Minds and Conduct*. Cambridge: Polity Press.

GARFINKEL, H. (1963). A conception of, and experiments with, ‘trust’ as a condition of stable concerted actions. In O. J. Harvey (Ed.), *Motivation and Social Interaction*, pp. 187–238. New York, NY: Ronald Press.

GARFINKEL, H. (1967). *Studies in Ethnomethodology*. Englewood Cliffs, NJ: Prentice-Hall.

GARCIA, A. C. and J. B. JACOBS (1998). The interactional organization of computer mediated communication in the college classroom. *Qualitative Sociology* 21 (3): 299–317.

GARCIA, A. C. and J. B. JACOBS (1999). The eyes of the beholder: understanding the turn-taking system in quasi-synchronous computer-mediated communication. *Research on Language and Social Interaction* 32 (4): 337–367.

HERRING, S. C. (1999). Interactional coherence in CMC. In Proceedings of the 32nd Hawaii International Conference on System Sciences. Available at <http://csdl.computer.org/comp/proceedings/hicss/1999/0001/02/00012022.PDF> (accessed April 5, 2005).

HERRING, S. C. (2003). Gender and power in on-line communication. In J. Holmes and M. Meyerhoff (Eds.), *Handbook of Language and Gender*, pp. 202–228. Oxford: Blackwell.

HERRING, S. C. and MARTINSON, A. (2004). Assessing gender authenticity in computer-mediated language use: evidence from an identity game. *Journal of Language and Social Psychology* 23 (4): 424–446.

MURRAY, D. (1989). When the medium determines turns: turn-taking in computer conversation. In H. Coleman (Ed.), *Working with Language*, pp. 251–266. New York: Mouton de Gruyter.

NEUSTADT, I. (1965). *Teaching Sociology. Inaugural Lecture*. Leicester: Leicester University Press.

O'NEILL, J. and D. MARTIN (2003). Text chat in action. *Proceedings of GROUP'03* (Sanibel Island, Florida, November 9-12, 2003), pp. 40–49.

PANYAMETHEEKUL, S. and S. C. HERRING (2003). Gender and turn allocation in a Thai chat room. *Journal of Computer-Mediated Communication* 9 (1). Available at http://jcmc.indiana.edu/vol9/issue1/panya_herring.html (accessed April 5, 2005).

REID, E. (1998). The self and the Internet: variations on the illusion of one self. In J. Gackenbach (Ed.), *Psychology and the Internet: Intrapersonal, Interpersonal, and Transpersonal Implications*, pp. 29–42. London: Academic Press.

RUTTER, J. and G. SMITH (1999). Ritual aspects of CMC sociability. In K. Buckner (Ed.), *Esprit 13 Workshop on Ethnographic Studies in Real and Virtual Communities: Inhabited Information Spaces and Connected Communities*, pp. 113–122. Queen Margaret University College. Available at http://les1.man.ac.uk/cric/Jason_Rutter/papers/Ritual.pdf (accessed April 5, 2005).

RUTTER, J. and G. SMITH (2002). Ethnographic presence in nebulous settings: a case study. Paper presented to the ESRC Virtual Methods Seminar Series, Research Relationships and Online Relationships, CRICT, Brunel University, 19 April 2002. Available at http://les1.man.ac.uk/cric/Jason_Rutter/papers/brunel.pdf (accessed April 5, 2005).

SACKS, H. (1972). On the analyzability of stories by children. In J. J. Gumperz and D. H. Hymes (Eds.), *Directions in Sociolinguistics: The Ethnography of Communication*, pp. 325–345. New York: Holt, Rinehart and Winston.

SACKS, H. (1984). Notes on methodology. In J. M. Atkinson and J. Heritage (Eds.), *Structures of Social Action: Studies in Conversation Analysis*, 21–27. Cambridge: Cambridge University Press.

SACKS, H. (1992). *Lectures on Conversation: Volume 2* (Edited by G. Jefferson). Oxford: Blackwell.

SACKS, H., E. A. SCHEGLOFF, and G. JEFFERSON (1974). A simplest systematics for the organization of turn taking in conversation. *Language* 50 (4), 696–735.

SCHENKEIN, J. (1978a). Sketch of an analytic mentality for the study of conversational interaction. In J. Schenkein (Ed.), *Studies in the Organization of Conversational Interaction*, pp. 1–6. New York: Academic Press.

SCHENKEIN, J. (1978b). Identity negotiations in conversation. In J. Schenkein (Ed.), *Studies in the Organization of Conversational Interaction*, pp. 57–78. New York: Academic Press.

SCHÜTZ, A. (1962). *Collected Papers I: The Problem of Social Reality*. The Hague: Martinus Nijhoff.

SCHÜTZ, A. (1964). *Collected Papers II: Studies in Social Theory*. The Hague: Martinus Nijhoff.

SCHÜTZ, A. (1966). *Collected Papers III: Studies in Phenomenological Philosophy*. The Hague: Martinus Nijhoff.

SHARROCK, W. W. (2001). Fundamentals of ethnomethodology. In G. Ritzer and B. Smart (Eds.), *Handbook of Social Theory*, pp. 249–259. London: Sage.

SUDNOW, D. (1979). *Talk's Body: A Meditation Between Two Keyboards*. New York: Knopf.

SUDNOW, D. (1983). *Pilgrim in the Microworld: Eye, Mind, and the Essence of Video Skill*. New York: Warner Books.

TURKLE, S. (1995). *Life on the Screen: Identity in the Age of the Internet*. New York: Simon & Schuster.

VALLIS, R. (2001a). *Sense and Sensibility in Chat Rooms*. Ph. D. thesis, School of Education, The University of Queensland.

VALLIS, R. (2001b). Applying membership categorization analysis to chat-room talk. In A. McHoul and M. Rapley (Eds.), *How to Analyse Talk in Institutional Settings: A Casebook of Methods*, pp. 86–99. London: Continuum.

WATSON, D. R. (1987). Interdisciplinary considerations in the analysis of pro-terms. In G. Button and J. R. E. Lee (Eds.), *Talk and Social Organisation*, pp. 261–289. Clevedon: Multilingual Matters.

WATSON, D. R. (1998). Ethnomethodology, consciousness and self. *Journal of Consciousness Studies* 5 (2), 202–223.

III

Identidades na CMC

***On-line e Off-line:* concordâncias, oposições e complementaridades**

Paulo Serra

Universidade da Beira Interior

Introdução

A vida social *on-line* – ou, como seria preferível dizer-se, a interpenetração entre esta e o chamado “mundo da vida” – tem vindo a merecer a atenção de um número crescente de estudiosos, provenientes de diversas áreas, nomeadamente das da sociologia e das ciências da comunicação.¹ Ora, como refere Nancy Baym, “talvez nenhum aspecto da vida social *on-line* tenha recebido tanta atenção quanto a identidade, em ambos os sentidos (frequentemente conflituais) de individualidade pessoal e de pertença a uma categoria”.²

Propomos, no que se segue, uma leitura da questão da identidade pessoal (*self-identity*), na era da Internet, a partir da heteronímia pessoana. Esta funcionará, pois, como uma espécie de *óptica* visando ampliar a acuidade da nossa visão em relação ao fenómeno em causa.

A tese essencial que aqui defendemos pode ser sumariada em duas proposições fundamentais. A primeira, a de que a Internet é, numa sua parte significativa, uma máquina de produção heteronímica posta ao serviço do chamado “jogo da identidade” (*identity play*). A segunda,

¹ Cf. por exemplo João Carlos Correia, António Fidalgo, Paulo Serra (Orgs.), *Informação e Comunicação Online*, Volume III, *Mundo Online da Vida e Cidadania*, Covilhã, Universidade da Beira Interior, 2003.

² Nancy K. Baym, “Interpersonal Life Online”, in Leah Lievrouw, Sonia Livingstone (Org.), *The Handbook of New Media. Social Shapping and Consequences of ICTs*, Londres, Sage Publications, 2002, p. 66.

a de que a Internet é, noutra sua parte significativa, exactamente o contrário disso, isto é, um meio de manutenção e mesmo de reforço e aprofundamento das identidades *off-line*. Este carácter bipolar da Internet é, simultaneamente, causa e efeito da natureza bipolar da sociedade a que Castells chama “sociedade em rede”, oscilando entre o global e o local, o universal e o particular, a humanidade e o eu. É precisamente neste sentido que deve entender-se o título do texto: existem quer concordâncias quer oposições entre o *on-line* e o *off-line* – mas umas e outras apontam, em última análise, para uma complementaridade entre ambos os domínios.

Para procurar demonstrar a nossa tese socorremo-nos de dados provenientes de duas fontes fundamentais: a primeira, alguns dos trabalhos que têm vindo a ser produzidos sobre a questão das identidades na Internet e, mais especificamente, os de autores como Sherry Turkle, Don Slater e Nancy Baym; a segunda, um pequeno inquérito exploratório incidindo sobre alunos da Universidade da Beira Interior (UBI), e cujos resultados colocamos em confronto com os dos trabalhos referidos.

A modernidade e a identidade como problema

Ao eleger o *cogito* como certeza, a modernidade ocidental lançou o sujeito naquilo a que, seguindo a descrição feita por Nietzsche num dos fragmentos de *A Gaia Ciência*, poderíamos chamar o “oceano infinito” da incerteza:

*Deixámos a terra firme, embarcámos! Não podemos voltar para trás, mais ainda, cortámos todas as ligações com a terra firme! Agora, barquito, toma cuidado! Tens na tua frente o oceano! É verdade que ele nem sempre ruge, por vezes espraia-se calmo, como se fosse seda e oiro, como um sonho de bondade! Momentos virão, porém, em que reconhecerás que ele é infinito e que nada há de mais terrível que a infinitude. (...).*³

³ Friedrich Nietzsche, *A Gaia Ciência*, 124, Lisboa, Relógio D'Água, 1998, p. 139.

Ao contrário do que parecem – mas apenas parecem – indicar as palavras de Nietzsche, esta situação não é, em si mesma, nem “positiva” nem “negativa”. Ela indica, tão-só, que a busca e a construção da identidade pessoal⁴ é um problema moderno, senão mesmo o problema moderno por excelência. A sociedade moderna contrasta, também neste aspecto, com as sociedades pré-modernas, em que a identidade não tinha de ser procurada e construída, já que era o produto de mecanismos institucionalizados que, governando a totalidade da vida de indivíduo, a tornavam uma realidade mais ou menos estável e “dada como garantida”.⁵

A solução do problema da identidade pessoal é procurado, seja pelo iluminismo (nomeadamente Locke e Kant) seja pelo romantismo, na ideia de um *self* unitário – visto, pelo primeiro, como “centro de controlo que domina a experiência e é capaz de construir as ordens da razão através das quais podemos dirigir o pensamento e a vida”, e, pelo segundo, como “unidade no alinhamento de sensibilidade e razão” de um *self* “originalmente dividido”.⁶

Ora, um dos desafios que a modernidade coloca a este *self* (idealmente) unitário é o da instabilidade, da fragmentação e da multiplicidade – de contextos, de situações, de papéis e estatutos, de

⁴ Adoptamos, no que se segue, a definição proposta por Castells: “Por identidade, em referência aos actores sociais, entendo o processo de construção do sentido atendendo a um atributo cultural, ou um conjunto relacionado de atributos culturais, ao qual se dá prioridade sobre o resto das fontes de sentido”, sendo o sentido definido, por seu lado, como “a identificação simbólica que um actor social realiza em relação ao objectivo da sua acção”. Manuel Castells, *La Era de la Información: Economía, Sociedad y Cultura*, Volume 2, *El Poder de la o Identidad*, Madrid, Alianza Editorial, 2001, p. 28. Como sublinha ainda Castells, as identidades não equivalem aos papéis sociais: enquanto que as primeiras são fontes de sentido para os próprios actores, construídas por si e pressupondo uma auto-definição e uma individualização, os segundos são conjuntos de normas institucionalizadas e “exteriores” aos indivíduos (no sentido durkheimiano do termo). Assim, “as identidades organizam o sentido, enquanto que os papéis organizam as funções” (*Ibidem*, p. 29).

⁵ Cf. Anthony Giddens, *Modernidade e Identidade Pessoal*, Oeiras, Celta, 1994 (1191), p. 67 ss; cf. também João Pissarra Esteves, “Identidades sociais e políticas de reconhecimento”, in *Espaço Público e Democracia*, Lisboa, Colibri, 2003, p. 73.

⁶ Charles Taylor, *Sources of the Self. The making of modern identity*, Cambridge University Press, 1994 (1989), p. 462.

ordens de valores, de sentimentos e emoções ou, para sintetizarmos tudo isto, de “universos de sentido” –, e isso não só em termos de sucessão como de simultaneidade. A suposta unidade do *self* é, assim, desafiada por uma constante exigência de desdobramento. Mas este desdobramento não poderia, obviamente, ser total – sem o que a diferença submergiria toda e qualquer possibilidade de identidade. (Veremos, adiante, como Pessoa procura resolver este problema com a heteronímia).

Colocado de outra forma, podemos dizer, com Taylor – que aqui segue na esteira de autores como Simmel –, que a apreensão do fluxo da experiência, e nomeadamente da experiência do mundo sócio-cultural, incluindo aqui aquilo a que se costuma chamar a “aceleração da vida moderna”, parece exigir a ultrapassagem da visão unitária – controladora (iluminismo) ou integradora (romantismo) – do *self*; um tema que, observa ainda Taylor, é recorrente em todo o século XX, aparecendo em autores tão díspares como Nietzsche, Lawrence, Musil, Proust, Joyce ou, mais recentemente, em teóricos do chamado “pós-modernismo” como Foucault e Lyotard.⁷ O sujeito é visto, por estes últimos, como um sujeito descentrado “em favor de formas de unidade como a linguagem ou outras estruturas”⁸, “que encontra a sua identidade nos fragmentos da linguagem ou do discurso”.⁹

Mas, mais concretamente, como entender tal descentração do sujeito? Procuraremos responder a tal pergunta a partir de uma breve discussão da heteronímia pessoana.

A heteronímia como resposta ao problema da identidade

A referência que Taylor faz a escritores como Lawrence, Musil,

⁷ Cf. Taylor, *ibidem*, pp. 462-3.

⁸ Taylor, *ibidem*, p. 465.

⁹ Giddens, *op. cit.*, p. 151.

Proust e Joyce é muito mais do que incidental. De facto, como fez notar McLuhan no seu *Understanding Media*, no capítulo a que dá o significativo subtítulo de “A Nemésis da Criatividade”, “o artista apreende a mensagem do desafio cultural e tecnológico décadas antes de o seu impacto transformador ocorrer” – citando, a propósito, as palavras de Wyndham Lewis segundo as quais “o artista está sempre empenhado em escrever uma história detalhada do futuro, porque ele é a única pessoa consciente da natureza do presente.”¹⁰ A arte será, assim, uma antecipação de e uma preparação para algo que, anunciado no presente, apenas no futuro verá a sua realização plena. Desta ideia não anda longe o nosso Pessoa, quando afirma que “deixamos a nossa arte escrita para guia da experiência dos vindouros, e encaminhamento plausível das suas emoções. É a arte, e não a história, que é a mestra da vida.”¹¹

Ora, Fernando Pessoa, com a questão da heteronímia, é uma referência essencial em relação ao tema da identidade que aqui nos preocupa. Não é que Pessoa tenha criado o fenómeno da heteronímia – mas foi ele que, sem dúvida, elevou um tal tema à sua verdadeira “essência” (no sentido em que Heidegger entende este último termo: não como o que é comum, mas como o que realiza de forma suprema). Com efeito, e como refere Jorge de Sena,

Ao criá-los [os heterónimos] Pessoa culminava uma tendência heteronímica que vinha a manifestar-se nas literaturas europeias desde o Romantismo (...), e que, desde a viragem do século XIX, se multiplica nas literaturas ocidentais que se dirigem do esteticismo para a Vanguarda. Poetas e romancistas poéticos (ou não), multiplicam as semi-heteronímias, atribuindo obras a personalidades cuja criação como tais resulta da própria obra que lhes é atribuída ou que o autor descreve: Valle-Inclán, Baroja, Antonio Machado, Pérez de Ayala, Valéry Larbaud, André Gide, Paul Valéry, Rilke, Ezra Pound, T. S. Eliot, etc., todos em maior ou menor grau recorrem a este tipo

¹⁰ Marshall McLuhan, *Understanding Media. The Extensions of Man*, Londres, Nova York, Ark Paperbacks, 1987, p. 65.

¹¹ Fernando Pessoa, *Páginas de Doutrina Estética e de Teoria e Crítica Literárias*, Lisboa, Ática, 1994, Fr. 2, p. 4.

*diverso de personagens que não são pseudónimos. Nenhum, porém, foi ao ponto de criá-las numa independência completa, com vidas, estilo e pensamento próprios, e em fazê-las viver a seu lado, não só no espaço literário mas no tempo da vida.*¹²

Sublinhe-se que o facto de haver desde o romantismo, de forma mais ou menos generalizada, uma tendência heteronímica nos obriga desde logo a concluir que tal fenómeno não pode interpretar-se em termos meramente individuais, psicológicos e/ou psiquiátricos (como alguns quiseram fazer com Pessoa), mas em termos sócio-culturais e estéticos. A heteronímia é, a par de outros fenómenos conexos, menos espectaculares mas nem por isso menos significativos, como a pseudonímia, a metamorfose¹³, a viagem para “o outro lado do espelho” ou, no campo científico, a “personalidade múltipla”¹⁴, a expressão premonitória e reveladora de uma realidade que, contida já em germe na invenção moderna da subjectividade, apenas na actual “sociedade de informação” – uma sociedade caracterizada pela instabilidade e pela fragmentação das identidades individuais e colectivas – se revela em toda a sua crueza.¹⁵ Estudar a forma como, a partir do prisma da

¹² Jorge de Sena, “O heterónimo Fernando Pessoa e os Poemas Ingleses que publicou”, in *Fernando Pessoa & Cª Heterónima (Estudos Coligidos 1940-1948)*, Lisboa, Edições 70, 2000, pp. 270-1.

¹³ Sobre a aproximação entre Kafka e Pessoa – e, *eo ipso*, entre a metamorfose e a heteronímia – José Gil refere-se, nestes termos, ao fragmento 165 do *Livro do Desassossego*: “Num fragmento que faz inevitavelmente pensar em Kafka, Bernardo Soares conta como um dia no seu escritório se tornou mosca, ao olhar uma mosca-varejeira”. José Gil, *Fernando Pessoa ou a Metafísica das Sensações*, Lisboa, Relógio D’Água, p. 180.

¹⁴ De acordo com Hacking, a temática da “personalidade múltipla” emerge com as “ciências da memória”, na segunda metade do século XIX, particularmente no período 1874-1886. Cf. Ian Hacking, *Rewriting the Soul. Multiple personality and the sciences of memory*, Princeton, Princeton University Press, 1998, pp. 219-20 *et passim*. A junção que aqui fazemos entre fenómenos do domínio estético e do mundo científico tem todo o sentido se tivermos em conta a afirmação de Hacking de que “A metáfora para a memória é a narrativa. Provavelmente, os romancistas tratam todos estes temas [da memória] melhor do que qualquer teórico.” *Ibidem*, p. 250.

¹⁵ Cf., por exemplo, Alain Touraine, *O Retorno do Actor*, Lisboa, Instituto Piaget, 1996; Alain Touraine, *Critique de la Modernité*, Paris, Fayard, 1998; Chantal Mouffe, *O Regresso do Político*, Lisboa, Gradiva, 1996.

heteronímia, Pessoa vê a questão da identidade está, pois, muito longe de ser um exercício anacrónico.

A heteronímia não equivale ao mero tornar-se outro, num processo em que, *de forma sucessiva*, se seriam vários, mas sempre um de cada vez e, no fim de contas, sempre o mesmo (um). Como observa José Gil:

No devir-outro e na heteronímia pessoanos entra em acção um poder bem mais profundo e radical, que implica a fragmentação (e a mutação) do eu. Assim, não basta tornar-se um outro para devir-outro, é preciso devir-dois, é preciso, para que não se trate nem de identificação nem de projecção,¹⁶ mantendo-se a consistência do eu, mas antes de devir e de metamorfose internos, poder sentir duas sensações, viver duas coisas opostas ao mesmo tempo.¹⁷

Assim, ao ser duas coisas (personalidades) A e B, distintas entre si, o sujeito S não é nem A nem B isoladamente; mas, ao ser A e B, como estas duas coisas são distintas entre si, o sujeito S é distinto de si próprio; ou, em terminologia simbólica (adaptada de Gil), se $S=A$ e $S=B$, como $A\#B$, então $S\#S$. Ora, esta diferença entre S e S marca “a distância interna que *distende* o sujeito no interior de si próprio, e o faz tornar-se relação, ao fragmentar o eu substancial”.¹⁸

A nossa ideia é, como já dissemos, a de que a forma como Pessoa trata a heteronímia se aplica menos ao tempo em que o próprio Pessoa a trata do que à sociedade a que se tem vindo a chamar “sociedade da informação” – uma sociedade em que o sujeito e o seu “mundo da vida” se vêem cada vez mais penetrados pelas redes de comunicação, e isto tanto no que se refere à “primeira era dos *media*” como no que se refere à “segunda era dos *media*” – ainda que esta introduza alterações substanciais em relação à primeira.¹⁹

¹⁶ Já que, como refere José Gil noutro ponto, “a projecção absorve o outro no eu; a identificação abole o eu no outro eu”. Gil, *op. cit.*, p. 149.

¹⁷ Gil, *ibidem*, p. 149.

¹⁸ Gil, *ibidem*, p. 150.

¹⁹ Glosamos aqui o título da obra de Mark Poster, *The Second Media Age*, Cambridge, Polity Press, 1995.

O papel da comunicação na construção da identidade

Uma impressão que pode ficar da leitura de certas passagens do *Livro do Desassossego* é a de que os vários “si mesmos” que constituem “cada um de nós”²⁰ assentam numa descoberta do sujeito por si próprio, mediante a auto-observação ou introspecção. Essa impressão é totalmente errada: de facto, os vários “si mesmos” são fruto não de uma descoberta de algo que pré-existiria a essa descoberta mas de uma produção ou criação – e uma produção ou criação linguística ou, mais precisamente, estilística.²¹ Assim, diz Pessoa numa passagem do *Livro do Desassossego*:

*Eu proprio não sei se este eu, que vos exponho, por estas colleantes paginas fôra, realmente existe ou é apenas um conceito esthetico e falso que fiz de mim-proprio. Sim, é assim. Vivo-me estheticamente em outro. Esculpi a minha vida como a uma estatua de materia alheia a meu ser. Às vezes não me reconheço, tão exterior me puz a mim, e tão de modo puramente artistico empreguei a minha consciencia de mim proprio. Quem sou por detraz de esta irrealdade? Não sei. Devo ser alguem. (...)*²²

Ora, isto levanta uma questão que aqui nos interessa especialmente: qual o papel da comunicação na constituição do *self*?

Esta questão é tratada por Nietzsche num dos fragmentos de a *Gaia Ciência*. Aí, o filósofo alemão, ao mesmo tempo que afirma que a consciência é apenas uma parte – e não a essencial – da existência humana, afirma que esta tem na sua base a capacidade de comunicação, que deriva, por sua vez, da necessidade de comunicação que cada um

²⁰ Sejam as duas passagens seguintes: “Cada um de nós é vários, é muitos, é uma prolixidade de si mesmos. (...) Na vasta colonia do nosso ser há gente de muitas espécies, pensando e sentindo diferentemente.” Fernando Pessoa, *Livro do Desassossego*, Volume 1, Lisboa, Ática, 1997, Fr. 20, pp. 23-4; “Meu Deus, meu deus, a quem assisto? Quantos sou? Quem é eu? O que é este intervalo que ha entre mim e mim?” Pessoa, *ibidem*, Fr. 21, p. 25.

²¹ Cf. Gil, *op. cit.*, p. 152; Sena, “Introdução ao Livro do Desassossego”, in *op. cit.*, pp. 146-7.

²² Pessoa, *Livro do Desassossego*, Volume 1, Fr. 204, p. 232.

dos seres humanos experimenta – não só para pedir auxílio e protecção como para mandar, seja por palavras seja por outros signos. Assim, e em última análise, a consciência mais não será do que aquilo que, em cada um de nós, é social – pelo que, longe de ser uma “libertação” da sociedade, a consciência será antes a forma de cada um de nós se render à sociedade, de ser, ele próprio e em si próprio, não ele mas a “mídia”.²³

Apesar de não se referir especificamente à comunicação mediatizada, a posição de Nietzsche antecipa, no que à identidade pessoal se refere, a posição de teorias da primeira metade do século XX como a “teoria dos efeitos ilimitados” ou a própria “teoria crítica” de Adorno e Horkheimer. Estas teorias assentam naquilo a que John Thompson chama o “mito de um receptor passivo”, vendo o sujeito ou como um organismo pavloviano que reage, da forma requerida, aos estímulos que os *media* lhe fornecem, ou, então, como um elemento de uma massa homogênea que se remete à inacção e estupidificação a que os *media* o incitam. O próprio Habermas, ao tematizar a “refeudalização da esfera pública”, acaba por não ir além da visão de Adorno e Horkheimer já que, como observa Thompson, também ele “tende a tratar os receptores das mensagens dos *media* como consumidores passivos que são subjugados pelo espectáculo, manipulados pelas técnicas hábeis dos *media* e entorpecidos na aceitação aquiescente do *staus quo*.”²⁴

O “pós-modernismo” de Jean Baudrillard tem vindo a ser visto como o culminar deste tipo de posições para as quais se verifica uma autêntica dissolução do sujeito na e pela informação mediática. Assim, num texto posterior a algumas das suas obras fundamentais – referimo-nos, concretamente, a *A Sociedade de Consumo, Para uma Crítica da Economia Política do Signo e Simulacros e Simulação* –, Baudrillard observa que, enquanto que no “sistema dos objectos”,

²³ Cf. Nietzsche, *A Gaia Ciência*, 354, pp. 268-272.

²⁴ John Thompson, *Ideology and Modern Culture*, Cambridge, Polity Press, 1996, p. 116; o mesmo tipo de crítica aparece em Poster, *op. cit.*, pp. 44 ss.

analisado nas suas obras anteriores, “o sujeito vivia numa “cena” e num “espelho”, existindo aos olhos dos outros e através dos seus objectos”, hoje [o texto em questão é de 1983], “a cena e o espelho já não existem, havendo em vez deles um ecrã e uma rede”; nesta nova situação, o sujeito torna-se “termo num terminal”, dissolvendo-se “nas redes dos *media* e das comunicações”.²⁵

Apesar das críticas que lhes podem ser feitas, temos de creditar aos “pós-modernistas” ou “pós-estruturalistas” – esta última é uma designação em que Poster inclui não só Baudrillard como Foucault, Derrida, Lyotard e Deleuze – o mérito de terem chamado a atenção para a importância e o papel da comunicação na construção (ou destruição, se quisermos) do sujeito, para o facto de que “os sujeitos são constituídos em actos e estruturas de comunicação” – de tal modo que a mudança a nível dos “padrões de comunicação” acaba por alterar “a forma como o sujeito processa signos e significados” e, assim, a forma como se dá a sua construção.²⁶ Reconhecer um tal mérito não implica, no entanto, aceitar o “mito do receptor passivo” que acaba por estar subjacente a este tipo de concepções. De facto, como têm vindo a sublinhar as várias “teorias da recepção”, de que aqui tomamos Thompson como exemplo, os produtos mediáticos são parte do conjunto das “formas simbólicas”, entendendo por tal “uma extensa série de fenómenos dotados de significado, desde acções, gestos, e rituais até enunciações, textos, programas de televisão e obras de arte” –²⁷ e cuja recepção não pode ser vista como um “processo passivo de assimilação”, mas antes como “um processo criativo de interpretação e avaliação”.²⁸

²⁵ Jean Baudrillard, “The ecstasy of communication”, in Hal Foster (Org.), *The Anti-Aesthetic: Essays on Post-Modern Culture*, Port Townsend, Washington, Bay Press, 1983, pp. 126-7.

²⁶ Mark Poster, *The Mode of Information. Poststructuralism and social context*, Chicago, The University of Chicago Press, 1990, p. 11.

²⁷ Thompson, *Ideology and Modern Culture*, p. 138.

²⁸ Thompson, *ibidem*, p. 153.

Isto significa, também, que a recepção das formas simbólicas nunca deixa o que as recebe como dantes; há sempre um “efeito” – o que ele próprio exerce sobre si no acto de recepção. Poderíamos assim generalizar, ao conjunto das formas simbólicas, o que Ricoeur afirma sobre a interpretação textual: a de que ela é

[...] o processo pelo qual o desvelamento de novos modos de ser – ou se preferirmos Wittgenstein a Heidegger, de novas formas de vida – proporciona ao sujeito uma nova capacidade de a si mesmo se conhecer. Se a referência do texto é o projecto de um mundo, então, não é o leitor que primeiramente a si mesmo se projecta. O leitor é antes alargado na sua capacidade de autop projecção, ao receber do próprio texto um novo modo de ser.²⁹

O mesmo é dizer que a recepção das formas simbólicas é um processo no decurso do qual o próprio receptor se auto-forma, se auto-constrói, se auto-compreende, enriquecendo a sua experiência, a sua compreensão do mundo e dos outros;³⁰ ou, como diz Thompson noutra das suas obras, ao referir-se à hermenêutica de Gadamer, Ricoeur e Geertz, a recepção “é parte de um processo alargado de auto-formação através do qual os indivíduos desenvolvem um sentido acerca deles próprios e dos outros, da sua história, do seu lugar no mundo e dos grupos sociais aos quais pertencem”.³¹

A visão do *self* que decorre desta perspectiva hermenêutica é a de que ele é “um projecto que o indivíduo (ele ou ela) constrói a partir dos materiais simbólicos que tem disponíveis”, e que integra numa “narrativa de identidade pessoal” – uma narrativa “que, para a maior parte das

²⁹ Paul Ricoeur, *Teoria da Interpretação*, Porto, Porto Editora, 1995, p. 137.

³⁰ Cf. Thompson, *Ideology and Modern Culture*, p. 25.

³¹ John Thompson, *The Media and Modernity. A social theory of the media*, Cambridge, Polity Press, 1996, p. 8.

³² Thompson, *ibidem* p. 210. Esta ideia de que a narrativa é indispensável à construção das suas identidade pela pessoas e pelas comunidades (nomeadamente as nações) é também enfatizada por Benedict Anderson, *Imagined Communities. Reflections on the origin and spread of nationalism*, Londres, Nova York, Verso, 1996, p. 205 *et passim*.

peçoas, mudará ao longo do tempo, à medida que se apoiem em novos materiais simbólicos, encontrem novas experiências e, gradualmente, redefinam a sua identidade no decurso da sua trajetória de vida.”³²

Tendo em conta esta visão do *self*, os *media* passam a ter uma importância decisiva na formação do mesmo: esta deixa de estar (exclusivamente) dependente do que Geertz chama o “*local knowledge*”, assente na interação face a face e na comunicação oral, para depender cada vez mais das formas mediatizadas de comunicação, quer electrónicas, daquilo a que podemos chamar o “global”.³³ Uma das consequências fundamentais deste processo, sublinhada por Thompson, é a de que “os indivíduos se encontram continuamente confrontados com novas possibilidades, os seus horizontes estão continuamente a alterar-se, os seus pontos simbólicos de referência estão continuamente a mudar”.³⁴ Se esta confrontação com novas possibilidades – esta confrontação do “local” com o “global” – não pode deixar de ter os seus aspectos positivos, ela coloca também, permanentemente, a identidade em questão, pronta a resvalar ou para a “identificação” – a abdicação do eu em favor do outro, do “local” em favor do “global” – ou para a “ projecção” – a assimilação do outro ao eu, do “global” ao “local” e que leva, no limite, à recusa mais ou menos violenta desse outro e desse “global”. A única forma de evitar um e outro risco reenvia-nos, mais uma vez, à resposta pessoana sobre a identidade: ser, ao mesmo tempo, vários outros distintos entre si e, sendo distinto desses outros em si, ser distinto de si próprio.

A CMC e a criação de identidades paralelas

Assumindo esta ideia de que a forma como se dá a construção do

³³ “O conhecimento local é complementado por, e crescentemente substituído por novas formas de conhecimento não-local que é fixado num substrato material, reproduzido tecnicamente e transmitido através dos *media*.” Thompson, *The Media and Modernity*, p. 211.

³⁴ Cf. Thompson, *ibidem*, p. 212.

self depende das formas e dos meios de comunicação a partir dos quais se dá uma tal construção interessa, desde já, responder à questão de saber qual será a especificidade da CMC e da Internet.

A diferença específica da Internet enquanto meio de comunicação tem vindo a ser situada, de forma generalizada, na “interactividade” que ela permite – entendendo aqui o termo interactividade num sentido suficientemente amplo para incluir as relações circulares entre utilizador e utilizador (a interacção), utilizador e documentos, e utilizador e sistema (aquilo que se designa habitualmente, de forma restrita, como “interactividade”).³⁵ Este carácter eminentemente “interactivo” da Internet – e isto mesmo já enquanto meio de difusão da informação e suporte do que Thompson chama a “interacção quase mediatizada”³⁶ –, manifesta-se, desde logo, na metaforologia quínésica que lhe anda associada; assim, e para darmos apenas um exemplo, na rádio ou na televisão *ouve-se* ou *vê-se* um determinado programa, na Internet *navega-se* ou *pesquisa-se*.

A possibilidade de cada um dos internautas interagir directamente com os outros utilizadores, os documentos e o próprio sistema (*hardware e software*) permite que cada um deles acrescente, à qualidade de receptor, a de produtor – um produtor que vai contribuindo, com a sua própria actividade produtiva, para “construir” os outros utilizadores, os documentos e o sistema, ao mesmo tempo que, do seu lado, também estes o “constroem” a si próprio.³⁷ A identidade de cada indivíduo torna-se, assim, dependente de uma rede de interacções, humanas mas também maquínicas, fora das quais não existe essa mesma identidade

³⁵ Cf. o nosso ensaio “Internet e interactividade”, in Eduardo Camilo (Org.), *Informação e Comunicação Online*, Volume II, *Internet e Comunicação Promocional*, Covilhã, UBI, 2003, pp. 13-30.

³⁶ Cf. Thompson, *The Media and Modernity*, pp. 81-118.

³⁷ Sobre a questão da “interactividade” - e marcando o contraste desta com a recepção (a “passibilidade”) - diz Lyotard: “O que hoje é visado (...) é (...) que aquele que recebe não receba, é que ele não se deixe embarçar, é a sua auto-constituição como sujeito activo em relação àquilo que se lhe dirige: que ele se reconstitua imediatamente e se identifique como alguém que intervém.” Jean-François Lyotard, “Quelque chose comme: ‘communication... sans communication’”, in *L’Inhumain. sur le temps*, Paris, Galilée, 1998, pp. 127-8.

– a identidade torna-se, como propunha Pessoa, *relação*. A Internet contrasta, deste modo, com os *mass media*, na medida em que as formas simbólicas são produzidas por estes de um modo tal que os indivíduos não têm, ou têm apenas de forma muito indirecta, qualquer papel na sua produção – limitando-se, no momento da recepção, a apropriar-se de tais formas, ainda que de forma criativa, intersubjectiva e diferenciada; eles são, por assim dizer, sempre colocados perante um facto já consumado - as formas simbólicas produzidas, algures, por outrem.

A rede de interacções que constituem a CMC é, ainda hoje, feita de forma maioritária através da textualidade, e não da imagem e/ou da voz – como acontece no correio electrónico, nos *chats* como o IRC, em certas modalidades do MSN Messenger, em certos MUDs, em certos blogues, etc. Ao assumir uma forma meramente textual e, potencialmente, anónima, a “apresentação do eu na vida quotidiana” de que nos fala Goffman³⁸ – e em que não só a fala, mas também o corpo, com o que tal envolve em termos paralinguísticos, faciais, gestuais, etc., assumem uma importância decisiva – transforma-se em *performance*: “*You are what you type*”.³⁹

A textualidade e a possibilidade do anonimato explicam porque é que a questão da identidade pessoal na CMC foi, desde os seus inícios, pensada a partir da oposição entre autenticidade e simulação, entre dizer-se o que se é e ser-se o que se diz, e dizer-se o que se não é e ser-se o que se não diz.

Emergiram, assim, duas posições claramente antagónicas acerca da identidade na CMC.

A primeira, a daqueles para quem a possibilidade de simulação constitui um problema crucial, na medida em que põe em causa a credibilidade sem a qual não pode haver verdadeira interacção pessoal;

³⁸ Cf. Erving Goffman, *A Apresentação do Eu na Vida de Todos os Dias*, Lisboa, Relógio D'Água, 1993.

³⁹ Cf. Don Slater, “Social Relationships and Identity Online and Offline”, in Lievrouw, Livingstone (Org.), *The Handbook of New Media. Social Shapping and Consequences of ICTs*, p. 536.

uma posição que Slater exprime através da seguinte interrogação: “em que base se poderá acreditar que alguém *on-line* é quem pretende ser; e podem as relações que são atormentadas por este grau de dúvida (ou de simulação) ser tratadas como relações sérias e ‘reais’?”⁴⁰

A segunda, a daqueles a quem Slater chama “ciber-libertários”,⁴¹ muitos dos quais protagonistas ou simpatizantes dos movimentos contra-culturais dos anos 60, e para quem a possibilidade de “simulação” constitui a solução para os problemas de identidade que afectam o sujeito na sociedade contemporânea – já que permitem “desconstruir no seu todo a noção de autenticidade, particularmente na medida em que ela envolve a fixação da realidade das identidades através da sua corporalização (uma manobra que é fundamental a essencialismos como o racismo e o sexismo).”⁴² Assim, para os “ciber-libertários”, enquanto que o *off-line* seria o espaço e o tempo em que cada um de nós estaria amarrado ao que “é”, com tudo o que tal implica em termos de preconceitos, hierarquias e repressões, o *on-line* seria o espaço e o tempo (virtuais) em que cada um poderia – e deveria – ser tudo o que não é *off-line* mas que, secretamente, desejaria ser: homossexual (se heterossexual), mulher (se homem), violento (se pacífico), e assim sucessivamente. Neste sentido, o *on-line* seria não propriamente um espaço e um tempo de “simulação” mas até de maior autenticidade, na medida em que permitiria ao indivíduo a revelação e libertação de todos os preconceitos, hierarquias e repressões; ele seria, como se diz por vezes acerca dos homossexuais não assumidos que decidem assumir-se, a ocasião de cada um “sair do armário”. Não admira, pois, que os “ciber-libertários” vissem (vejam) o ciberespaço como “o local de uma sociologia do futuro, em que as identidades são móveis, fluidas e abertamente experienciadas como performativas, mais do que como autênticas” - e, assim, como a verdadeira realização do programa

⁴⁰ Cf. Slater, *ibidem*, p. 536.

⁴¹ De que é exemplo John Perry Barlow, autor da *Declaração da Independência do Ciberespaço*, proclamada em 1996 como reacção às tentativas de controlo da Net, e criador, juntamente com Mitch Kapor, o fundador da Lótus, da *Electronic Frontier Foundation*.

⁴² Slater, *op. cit.*, p. 536.

pós-estruturalista e pós-modernista, com ligação ao feminismo, da desconstrução da identidade.⁴³

No entanto, a simulação no *on-line* produz, muitas vezes, o contrário do que dela esperam os “ciber-libertários” – nomeadamente, em vez da revelação e da libertação das identidades “reais” e “opressoras”, o reforço e a hiperbolização dessas mesmas identidades. Assim, e para darmos apenas um exemplo, Slater conclui de uma sua pesquisa sobre “o comércio de fotos sexuais no IRC”⁴⁴ que os participantes de tal actividade indiciavam “a manutenção de uma normatividade convencional que incluía quer conservadorismo ético quer barreiras sexuais derivadas das convenções da pornografia *off-line* (homofóbica, a mulher como sexualmente insatisfeita); pelo que, e em consequência, “mesmo quando havia uma exploração criativa da sexualidade, ela era altamente regulada e relacionada estrategicamente com questões de autenticidade (as performances eram tratadas como não verdadeiras)”⁴⁵.

O que este e outros casos mostram é que a colocação da questão das identidades na CMC em termos da oposição autenticidade/simulação não é nem correcta nem frutuosa.

É também a esta conclusão que chega o trabalho, hoje clássico, de Sherry Turkle⁴⁶ sobre os MUDs e a criação de identidades múltiplas e paralelas que eles permitem – e de entre as quais se afigura difícil, senão impossível, quer aos jogadores quer à investigadora, distinguir entre a “real” e as “fictícias”, já que todas elas se tornam janelas de um mesmo ecrã-metáfora da existência numa “cultura da simulação”.⁴⁷

⁴³ Slater, *ibidem*.

⁴⁴ Cf. D. R. Slater, “Trading sexpics on IRC: embodiment and authenticity on the Internet”, *Body and Society*, 1998, 4(4): 91-117.

⁴⁵ Slater, “Social Relationships and Identity Online and Offline”, p. 538.

⁴⁶ Que admite, explicitamente, a filiação da sua perspectiva no pós-estruturalismo ou pós-modernismo. Cf. Sherry Turkle, *A Vida no Ecrã: a Identidade na Era Da Internet*, Lisboa, Relógio D’Água, 1997, pp. 20-21 *et passim*.

⁴⁷ “A prática vivida nas janelas é a de um eu descentrado que existe em muitos mundos e desempenha muitos papéis ao mesmo tempo. No teatro tradicional e nos jogos de desem-

Turkle prefere, por isso, falar não numa oposição entre a autenticidade e a simulação e, *eo ipso*, entre o *off-line* e o *on-line*, mas numa “permeabilidade da fronteira entre o real e o virtual”⁴⁸, acrescentando, numa afirmação em que parece ecoar a “Autopsicografia” de Pessoa, que nos MUDs

*[...] as pessoas não apenas se transformam em quem fingem ser, fingem ser quem são ou quem gostariam de ser ou quem não gostariam de ser. Os jogadores falam por vezes do seu verdadeiro eu como uma mescla das suas personagens, e por vezes falam das suas identidades do ecrã como meios para transformar a sua vida real.*⁴⁹

A Internet pode, deste modo, ser vista como um “laboratório social significativo para a realização de experiências com as construções e reconstruções do eu que caracterizam a vida pós-moderna”,⁵⁰ e os jogos, nomeadamente os MUDs, como “laboratórios para a construção da identidade” e uma “oportunidade ímpar” para “brincar com a identidade”.⁵¹

Deste modo, mais do que uma função catártica e, supostamente, “reveladora” e “libertadora”, o “jogo da identidade” terá uma função heteronímica. Ele é o equivalente tecnológico e popular, digamos assim, do jogo estético e reservado ao artista que é o da heteronímia pessoana – uma heteronímia que representa o anúncio, pelo poeta, de um mundo a vir e que realizaria, de forma plena, aquilo que no seu tempo ainda só era visível aos olhos dos mais *visionários*.

Este mundo é o mundo da multiplicidade e fragmentação identitárias

penho de papéis que têm lugar num espaço físico concreto, uma pessoa alternadamente veste e despe a pele duma personagem; os MUDs, pelo contrário, oferecem-nos identidades paralelas, vidas paralelas. A experiência deste paralelismo encoraja-nos a tratar as vidas no ecrã e fora deste com um grau surpreendente de igualdade. As experiências na Internet ampliam a metáfora das janelas – agora, a própria vida real, como disse Foucault [um dos informantes de Turkle], pode ser só mais uma janela’.” Turkle, *ibidem*, pp. 18-9.

⁴⁸ Turkle, *ibidem*, p. 367.

⁴⁹ Turkle, *ibidem*, p. 284.

⁵⁰ Turkle, *ibidem*, p. 265.

⁵¹ Turkle, *ibidem*, p. 272.

que, reconhecidamente, caracterizam a sociedade moderna e, de forma culminante, a “sociedade da informação” – uma sociedade em que predomina a “pluripertença” ou “pertença múltipla”, a “sobreposição de identidades”⁵² e a “identidade instável”⁵³.

Não admira, assim, que a afirmação de Nancy Baym que a seguir se transcreve possa aplicar-se perfeitamente à heteronímia pessoana, bastando para tal substituir, no seu texto, a palavra “computador” pela palavra “heteronímia”:

*Ao divorciar os nossos selves dos nossos corpos, do tempo e do espaço, o computador abre um domínio no qual a multiplicidade de identidade, que é vista como caracterizando a vida contemporânea (...) atinge o seu auge. Nós podemos ser múltiplas pessoas simultaneamente, sem que nenhum destes selves seja necessariamente mais válido do que qualquer outro.*⁵⁴

A Internet – o “computador” – é, assim, pelo menos numa sua parte significativa, uma máquina de produção heteronímica.

A CMC como suporte das identidades *off-line*

Este eu constituído por identidades múltiplas e mesmo contraditórias põe o problema crucial de saber se e como é possível manter alguma unidade ou coerência nessa multiplicidade – sem o que a própria multiplicidade se torna impossível. Na formulação de Sherry Turkle:

⁵² Cf. Jean-Pierre Saez, “Introduction”, in Jean- Pierre Saez (Org.), *Identités Culturelles et Territoires*, Paris, Desclée de Brouwer, 1995, p. 25. Cf. também Stuart Hall, “Old and new identities”, in Anthony D. King (Org.), *Culture, Globalization and World-System*, Minneapolis, University of Minnesota Press, 1997, p. 57.

⁵³ Poster, *The Second Media Age*, p. 57.

⁵⁴ Baym, “Interpersonal Life Online”, in Lievrow, Livingstone (Org.), *The Handbook of New Media. Social Shapping and Consequences of ICTs*, p. 67.

*Na ausência de um princípio de coerência, o eu dispersa-se em todas as direcções. A multiplicidade não é viável se implicar a alternância entre personalidades que não conseguem comunicar umas com as outras. A multiplicidade não é aceitável se implicar uma confusão mental que conduza à imobilidade. Como poderemos ser a um tempo múltiplos e coerentes?*⁵⁵

Este é um problema que Pessoa não deixou de colocar a si próprio. Assim, num texto que José Gil considera como “uma fundamentação filosófica da heteronímia”,⁵⁶ o poeta afirma que “a pura identidade e a pura relação são a mesma coisa; isto é, que a Identidade é a mesma coisa que a Distinção”, e que, “para se sentir puramente si-próprio, cada ente tem que sentir-se todos os outros, e absolutamente consubstanciado com todos os outros”. No entanto, acrescenta Pessoa,

[...] isto não pode implicar fusão (de qualquer espécie) com os outros, pois assim o ente não se sentiria a si próprio; sentir-se-á não-si próprio, e não si próprio-outros. Para não deixar de ser si-próprio, tem que continuar a ser distinto dos outros. Como, porém, nessa altura do relacionar-se, os outros são outros-ele, para ser distinto dos outros, ele tem que ser distinto dos outros-ele. Ser distinto dos outros-ele só pode dar-se sendo ele distinto de si mesmo.

Por outras palavras: sentir-se (ser) si-próprio implica sentir-se todos os outros mas, ao mesmo tempo, distinto de todos os outros. Ora, como na altura da relação com os outros, estes se tornam “outros-ele” – no sentido em que, mediante a percepção e a consciência que deles se tem, eles se tornam “interiores” a si próprio –, a manutenção da distinção entre si-próprio e os outros só é possível se ela for distinção entre si-próprio e os outros em si próprio, se em si-próprio ele for essa distinção.

⁵⁵ Turkle, *op. cit.*, p. 385. Noutro passo, e quase que parafraseando a expressão pessoana acerca da “colónia do nosso ser”, diz Turkle: “Agora, as perguntas que se impõem são: O que é o eu quando funciona como uma sociedade? O que é o eu quando divide as suas tarefas entre as personalidades alternativas que o constituem?” Turkle, *ibidem*, p. 388.

⁵⁶ Cf. Fernando Pessoa, *Textos Filosóficos*, I Volume, Ática, Lisboa, 1968, pp. 36-38, *apud* Gil, *op. cit.*, p. 150, de que extraímos as citações que se seguem.

A heteronímia é, precisamente, o *exercício* destinado a perseguir um tal desígnio. Uma passagem do *Livro do Desassossego* apresenta-nos esse exercício da seguinte forma: “Criei em mim varias personalidades. (...) Pra criar, destrui-me; tanto me exteriorizei dentro de mim, que dentro de mim não existo senão exteriormente. Sou a scena viva onde passam varios actores representando varias peças.”⁵⁷

A questão é, no entanto, a de sabermos se se pode ser um eu e, ao mesmo tempo, “sentir-se [ser] todos os outros”. É um facto que, na nossa existência quotidiana, e não só na Internet, cada um de nós é, simultaneamente, vários ao mesmo tempo – homem, português, católico, etc. e, eventualmente, o contrário disto tudo. Mas quantos “vários” pode cada um de nós ser? Ser todos (tudo) não equivalerá, em última análise, a não ser nenhum (nada)? Ou, posto em termos pessoanos: não haverá um limiar a partir do qual a heteronímia se transforma em anonímia? Um limiar a partir do qual o eu se limita a ser um mero reflexo do fluxo universal? É precisamente este risco que parece estar latente na seguinte afirmação de Pessoa:

*É esta a minha moral, ou a minha metafísica, ou eu: Transeunte de tudo – até de minha própria alma – não pertença a nada, não desejo nada, não sou nada – centro abstracto de sensações impessoaes, espelho cahido sentiente virado para a variedade do mundo. Com isto, não sei se sou feliz ou infeliz; nem me importa.*⁵⁸

A observação do que se passa na “sociedade da informação” em geral e na Internet em particular evidencia que, de facto, a tendência do eu para o universal e o global – ser todos os outros ao mesmo tempo – é contrabalançada por uma tendência para o reforço do particular e do local – ser eu/nós aqui e agora.

Tal evidência deriva, desde logo, dos dados disponíveis sobre a forma como é utilizada a Internet. Assim, e para nos referirmos apenas a Portugal, o *Inquérito à Utilização das TIC pela População Portuguesa*

⁵⁷ Pessoa, *Livro do Desassossego*, Volume 1, Fr. 34, p. 35.

⁵⁸ Pessoa, *Livro do Desassossego*, Volume I, Fr. 239, p. 267.

2004 revela que os 43% de portugueses que são utilizadores da Internet – dos quais 83% utilizam a Internet pelo menos uma vez por semana –, realizam com maior frequência, através da rede, as seguintes actividades: enviar/receber mensagens de e-mail – 75%; jogar/*download* de jogos, música, vídeos – 49%; actividades profissionais – 48%; actividades de estudo/formação – 47%; procura de informações sobre bens e serviços – 41%; leitura de jornais e revistas on-line – 39%; procura de informações nos sites da administração pública – 37%. Ora, estas actividades não estão, pelo menos de forma significativa, ligadas ao “jogo da identidade” – mas antes às identidades, patentes *off-line*, que decorrem da ancoragem dos indivíduos a uma nação, a uma profissão, às suas diversas tarefas quotidianas.⁵⁹

Também alguns estudos sobre o IRC contribuem para tal evidência. A razão da nossa escolha do IRC é simples: nas palavras de Serry Turkle, o IRC constitui, a par dos MUDs, um dos “exemplos dramáticos de como a comunicação mediada por computador pode servir de campo para a construção e reconstrução de identidades” –⁶⁰ algo que se torna possível, mais uma vez, devido ao seu carácter textual e (potencialmente) anónimo. No IRC cada indivíduo pode aceder a um ou a vários canais e, aí, atribuir a si próprio diferentes *nicknames* (ou *nicks*) e criar, a partir deles, diferentes identidades. Percebe-se, portanto, que o IRC e os *chats* em geral sejam apresentados como um dos domínios de eleição do “jogo da identidade”.

Contudo, e contra a perspectiva de Turkle, há estudos que permitem inferir que o IRC está longe de ser, ou de ser necessariamente, um instrumento ao serviço do “jogo da identidade” – o que ilustra, mais uma vez, aquela regra que diz que as tecnologias têm utilizações que escapam, em muito, às intenções daqueles que as criaram. Assim, e para referirmos apenas um exemplo, nacional, em estudo sobre a

⁵⁹ Cf. Unidade de Missão Inovação e Conhecimento (UMIC), Observatório da Inovação e Conhecimento, *Inquérito à Utilização das TIC pela População Portuguesa 2004*, <http://www.unic.gov.pt>.

⁶⁰ Turkle, *op. cit.*, p. 19. Ver também p. 264 ss.

utilização do IRC efectuado no ano lectivo de 2000/2001, Susana Nascimento destacava “a apropriação e utilização de *nicks* durante períodos alargados” e a manutenção das “redes de sociabilidade” originárias dos participantes, que constituíam, “à semelhança da vida quotidiana, grupos de socialização relativamente estáveis com histórias comuns, associados a um sentimento de fidelização e de partilha de conhecimentos com esses ‘outros’”.⁶¹ Ora, do nosso contacto diário com os jovens universitários – uma população que corresponde, em grande parte, aos informantes da pesquisa de Turkle –, ficava-nos a *impressão* de que também no momento actual o IRC não seria muito utilizado para a criação e simulação de identidades múltiplas e paralelas.

Tendo em conta a injunção metodológica de Slater segundo a qual a questão importante não será tanto “qual a natureza das relações *on-line* e das identidades?” mas “o que é que as pessoas fazem *on-line*?”,⁶² decidimos empreender um estudo exploratório junto de utilizadores do IRC para aferir a justeza daquela nossa *impressão*. Esse estudo envolveu dois tipos de acções.⁶³

Numa primeira fase, pedimos a um jovem estudante de engenharia informática, de quem sabíamos ser utilizador de IRC de há alguns anos a esta parte, que produzisse um texto livre acerca da sua experiência no IRC; posteriormente, e em face do texto por si produzido, pedimos-lhe que respondesse a um conjunto de questões que visavam precisar ou aprofundar determinados aspectos focados no texto e que nos interessavam especialmente. Da leitura de ambos os documentos resultaram, como principais conclusões, as seguintes: i) A adesão ao IRC derivou da incitação de amigos ou conhecidos; ii) A escolha dos *nicknames* (das “identidades”) no IRC era feita em função das identidades *off-line*; iii) O IRC era utilizado, pelo informante e pelos seus conhecidos, basicamente como um meio de prolongar as suas

⁶¹ Susana Nascimento, “Para uma compreensão sociológica das identidades na CMC”, 2001, www.bocc.ubi.pt.

⁶² Slater, “Social Relationships and Identity Online and Offline”, p. 539.

⁶³ Ambas as acções decorreram na UBI, em Março de 2005.

relações *off-line*, com amigos e concidadãos, no *on-line*, configurando, assim, uma espécie de fusão entre ambos os domínios;⁶⁴ iv) O IRC era utilizado apenas de forma esporádica na simulação de identidades (como brincadeira, para pregar uma partida a alguém conhecido, etc.); v) O IRC foi abandonado, de forma progressiva, em favor do MSN Messenger que, permitindo a selecção e a restrição dos contactos, se revelava mais adaptado à finalidade descrita em iii.

Numa segunda fase, e procurando dar uma maior extensão – e objectividade – aos resultados obtidos, pedimos a alunos da disciplina de Teoria da Comunicação, escolhidos ao acaso, que elaborassem um texto, anónimo, subordinado ao tema “A minha experiência no IRC e no Messenger”. A leitura dos textos dos alunos confirmou, no essencial, as conclusões obtidas na fase anterior. Assim, dos trinta e um alunos que elaboraram o texto, todos eles utilizavam o Messenger, sendo que vinte deixaram de utilizar o IRC para utilizar o Messenger (a estes haveria que juntar, talvez, os oito que nem sequer se referem ao IRC, o que daria um total de vinte e oito) e apenas dois continuavam a utilizar ambos os programas. As principais razões invocadas para aderir ao Messenger – e, na maior parte dos casos, abandonar o IRC – são, por ordem decrescente do número de menções, as seguintes: i) Poder seleccionar e restringir os contactos, nomeadamente a amigos e familiares (vinte e seis menções); ii) Manter, à distância, a relação com amigos e familiares (*idem*); iii) Melhor grafismo e capacidade de comunicação, incluindo a comunicação áudio e vídeo (treze menções); iv) Maior segurança e credibilidade nos contactos (cinco menções). A frase de um dos inquiridos que melhor sintetiza todos estes aspectos é, quanto a nós, a seguinte: “O *Messenger* pode comparar-se à junção de amigos num café, mas, neste caso, a uma junção independente da sua localização, e sem estranhos na conversa”.

Quanto aos alunos que, confessadamente, tinham utilizado ou

⁶⁴ O próprio facto de o IRC, ao contrário do que acontece por exemplo com o *e-mail*, parecer implicar um limiar crítico a partir do qual o número dos participantes, efectivos, já não pode crescer – limitando-os, assim, a um número relativamente reduzido –, é outro dos aspectos indicativos desta confusão entre o *on-line* e o *off-line*.

utilizavam ainda o IRC, as principais razões indicadas para tal utilização eram as seguintes: i) Conhecer novas pessoas do país e do mundo (doze menções); ii) Criar falsas identidades, geralmente por brincadeira (cinco menções); iii) Falar com amigos e conhecidos (três menções); iv) Passar o tempo (três menções). Apesar de o IRC ser utilizado, neste grupo de estudantes, de forma aparentemente mais frequente do que a referenciada pelo informante da primeira fase do nosso estudo, na simulação de identidades, tal utilização é também referida como um forma de brincar e pregar partidas a pessoas conhecidas.

Assim, neste grupo de estudantes parece ser possível distinguir, *grosso modo*, entre duas utilizações diferenciadas do IRC e do Messenger: enquanto que o IRC estaria mais orientado para o conhecimento de novas pessoas fora dos grupos primários a que se pertence, nomeadamente o grupo de amigos, o Messenger orientase, basicamente, para a manutenção de relações, à distância, com os elementos desses mesmos grupos primários. No entanto, a generalidade dos alunos que utilizaram o IRC e deixaram de o utilizar para aderir ao Messenger reconhece que, com o passar do tempo, a expectativa de conhecer novas pessoas, interessantes e com quem pudesse conversar sobre gostos e interesses comuns, acabou por resultar frustrada – pelo que começou, progressivamente, a restringir o *chat* ao seu grupo de amigos e familiares; assim, quando apareceu o Messenger, o abandono do IRC e a adesão ao Messenger não foi mais do que um passo natural.

Conclusão

Os resultados anteriores sobre a utilização do IRC e do Messenger não colocam, necessariamente, em causa a perspectiva de autores como Turkle ou Baym de que a Internet é um instrumento ao serviço do “jogo da identidade” e, assim, causa e efeito da instabilidade, da fragmentação e da multiplicidade identitárias que caracterizam a “era da informação” – até porque a própria natureza metamórfica, reticular

e interactiva da Internet tende, por isso mesmo, a favorecer uma identidade com tais características. Mas esses resultados obrigam, no mínimo, a relativizar uma tal perspectiva.

Obrigam, mais concretamente, a concluir que a Internet, dada a sua natureza híbrida e simbiótica – em termos das múltiplas formas de interactividade e de comunicação que permite –, suporta, por um lado, “o jogo da identidade” mas também, por outro lado, o reforço e mesmo aprofundamento das identidades existentes *off-line*; e isto, frequentemente, num único e mesmo programa ou funcionalidade.

Nestas identidades *off-line* parece assumir cada vez mais importância não qualquer das identidades tradicionais como o género, a raça, a etnia, etc., mas algo de muito mais *antigo* e, num certo sentido, muito mais fundamental do que tudo isso: a amizade. Percebe-se porque.

A amizade – essa “benevolência mútua”⁶⁵ que Aristóteles considera como “aquilo que há de mais necessário para viver”⁶⁶ – é, como também sublinha o estagirita, uma “comunidade” de um tipo muito especial: uma comunidade em que a consciência da existência de cada um dos amigos se actualiza na “vida em comum”,⁶⁷ “pondo em comum discussões e pensamentos”⁶⁸ e empreendendo em comum as actividades que, para cada classe de indivíduos, tornam a vida desejável – beber, jogar aos dados, fazer ginástica, caçar ou estudar filosofia.⁶⁹ É precisamente porque a amizade exige essa vida em comum que o número de amigos é, necessariamente, limitado – pelo

⁶⁵ Que, para além disso, deve ser conhecida pelos interessados e ter como causa o bom, o agradável ou o útil. Cf. Aristóteles, *Éthique à Nicomaque*, Livro VIII, Capítulo 2, 1156 a 5, Paris, L. Philosophique J. Vrin, 1994, p. 387.

⁶⁶ Já que, justifica, “sem amigos ninguém desejaria viver, mesmo que tivesse todos os outros bens”. Aristóteles, *ibidem*, Livro VIII, Capítulo 1, 1155 a 5, p. 382.

⁶⁷ “A amizade é, com efeito, uma comunidade. E o que um homem é para si mesmo, assim o é para o seu amigo; ora, no que pessoalmente lhe diz respeito, a consciência da sua existência é desejável, e desde logo o é, também, a consciência da existência do seu amigo; mas esta consciência actualiza-se na vida em comum, de forma que é com razão que os amigos aspiram a esta vida em comum.” Aristóteles, *ibidem*, IX, 12, 1171 b 35 – 1172 a, p. 474.

⁶⁸ Cf. Aristóteles, *ibidem*, IX, 9, 1170 b 10, p. 468.

⁶⁹ Aristóteles, *ibidem*, IX, 12, 1172 a 5, p. 474.

que “os que têm muitos amigos e se ligam intimamente com toda a gente passam por não ser, realmente, amigos de ninguém”.⁷⁰

No seio da comunidade de amigos verifica-se, de forma perfeita, a identidade entre a identidade e a distinção de que fala Pessoa: para ser amigo, cada um dos sujeitos tem de ser, por um lado, idêntico a si próprio e distinto de todos os outros - sem o que não seria *eu* -, mas, por outro lado, diferente de si próprio e idêntico a todos os outros - sem o que não seria *amigo*. No entanto, e dado o carácter limitado do número de amigos que constituem a comunidade, a multiplicidade que constitui a unidade de cada um nunca pode ser demasiado múltipla, passe a redundância - nunca se pode ser “todos os outros”. O grupo de amigos aparece, assim, como a instância mediadora ideal entre o Eu e o universal, o uno e o múltiplo – algo como que a meio caminho entre o “jogo da identidade”, o ser potencialmente todos ao mesmo tempo, e a identidade una e substancial teorizada pela tradição iluminista e romântica e consagrada nos documentos de identificação que cada um de nós transposta.

Acrescente-se, finalmente, que se tomarmos em conta a caracterização que Aristóteles faz da comunidade de amigos, teremos de reconhecer que a CMC veio, sem dúvida, ampliar as possibilidades de uma “vida em comum”, ao permitir que ela se mantenha à distância, independentemente do espaço e do tempo, desenvolva novas modalidades de existência, se afirme mesmo, pelos seus interesses e actividades próprias, no contexto das outras comunidades.

⁷⁰ Aristóteles, *ibidem*, IX, 10, 1171 a 15, pp. 469-470.

Referências Bibliográficas

ANDERSON, Benedict, *Imagined Communities. Reflections on the Origin and Spread of Nationalism*, Londres, Nova York, Verso, 1996.

ARISTÓTELES, *Éthique à Nicomaque*, Paris, L. Philosophique J. Vrin, 1994.

BAUDRILLARD, Jean, “The ecstasy of communication”, in Hal Foster (Org.), *The Anti-Aesthetic: Essays on Post-Modern Culture*, Port Townsend, Washington, Bay Press, 1983.

BAYM, Nancy K., “Interpersonal Life Online”, in Leah Lievrouw, Sonia Livingstone (Org.), *The Handbook of New Media. Social Shapping and Consequences of ICTs*, Londres, Sage Publications, 2002.

CASTELLS, Manuel, *La Era de la Información: Economía, Sociedad y Cultura*, Volume 2, *El Poder de la o Identidad*, Madrid, Alianza Editorial, 2001.

CORREIA, João Carlos, António FIDALGO, Paulo SERRA (Orgs.), *Informação e Comunicação Online*, Volume III – *Mundo Online da Vida e Cidadania*, Covilhã, Universidade da Beira Interior, 2003.

ESTEVES, João Pissarra, “Identidades sociais e políticas de reconhecimento”, in *Espaço Público e Democracia*, Lisboa, Colibri, 2003.

GIDDENS, Anthony, *Modernidade e Identidade Pessoal*, Oeiras, Celta, 1994.

GIL, José, *Fernando Pessoa ou a Metafísica das Sensações*, Lisboa, Relógio D'Água.

GOFFMAN, Erving, *A Apresentação do Eu na Vida de Todos os Dias*, Lisboa, Relógio D'Água, 1993.

HACKING, Ian, *Rewriting the Soul. Multiple personality and the sciences of memory*, Princeton, Princeton University Press, 1998.

HALL, Stuart, "Old and new identities", in Anthony D. King (Org.), *Culture, Globalization and World-System*, Minneapolis, University of Minnesota Press, 1997.

LYOTARD, Jean-François, "Quelque chose comme: 'communication... sans communication'", in *L'Inhumain. Causeries sur le temps*, Paris, Galilée, 1998.

MCLUHAN, Marshall, *Understanding Media. The Extensions of Man*, London, New York, Ark Paperbacks, 1987.

MOUFFE, Chantal, *O Regresso do Político*, Lisboa, Gradiva, 1996.

NASCIMENTO, Susana, "Para uma compreensão sociológica das identidades na CMC", 2001, www.bocc.ubi.pt.

NIETZSCHE, Friedrich, *A Gaia Ciência*, 124, Lisboa, Relógio D'Água, 1998.

PESSOA, Fernando Pessoa, *Livro do Desassossego*, 2 Volumes, Lisboa, Ática, 1997.

PESSOA, Fernando, *Páginas de Doutrina Estética e de Teoria e Crítica Literárias*, Lisboa, Ática, 1994.

PESSOA, Fernando, *Textos Filosóficos*, I Volume, Ática, Lisboa, 1968.

POSTER, Mark, *The Mode of Information. Poststructuralism and Social Context*, Chicago, The University of Chicago Press, 1990.

POSTER, Mark, *The Second Media Age*, Cambridge, Polity Press, 1995.

RICOEUR, Paul, *Teoria da Interpretação*, Porto, Porto Editora, 1995.

SAEZ, Jean-Pierre (Org.), *Identités Culturelles et Territoires*, Paris, Desclée de Brouwer, 1995.

SENA, Jorge de, *Fernando Pessoa & Cª Heterónima (Estudos Coligidos 1940-1948)*, Lisboa, Edições 70, 2000.

SERRA, Paulo, “Internet e interactividade”, in Eduardo Camilo (Org.), *Informação e Comunicação Online*, Volume II, *Internet e Comunicação Promocional*, Covilhã, UBI, 2003, pp. 13-30.

SLATER, Don, “Social Relationships and Identity Online and Offline”, in Leah Lievrouw, Sonia Livingstone (Org.), *The Handbook of New Media. Social Shapping and Consequences of ICTs*, Londres, Sage Publications, 2002.

SLATER, Don, “Trading sexpics on IRC: embodiment and authenticity on the Internet”, *Body and Society*, 1998, 4(4): 91-117.

TAYLOR, Charles, *Sources of the Self. The Making of Modern Identity*, Cambridge University Press, 1994.

THOMPSON, John, *Ideology and Modern Culture*, Cambridge, Polity Press, 1996.

THOMPSON, John, *The Media and Modernity. A social theory of the media*, Cambridge, Polity Press, 1996.

TOURAINE, Alain, *Critique de la Modernité*, Paris, Fayard, 1998.

TOURAINE, Alain, *O Retorno do Actor*, Lisboa, Instituto Piaget, 1996.

TURKLE, Sherry, *A Vida no Ecrã: a Identidade na Era Da Internet*, Lisboa, Relógio D'Água, 1997.

UNIDADE DE MISSÃO INOVAÇÃO E CONHECIMENTO (UMIC), Observatório da Inovação e Conhecimento, *Inquérito à Utilização das TIC pela População Portuguesa 2004*, <http://www.unic.gov.pt>.

Do Natural ao Artificial: identidade e singularidade

José Manuel Gomes Pinto

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

No prefácio do seu livro *Gramophone, Film, Typewriter*, Friedrich Kittler dá-nos a chave para a análise dos problemas que relevam da nova mediação tecnológica. Diz: «Media determine our situation, which—in spite or because of it—deserves a description» (Kittler, 1999, xxxix). Aquilo a que podemos chamar uma forma de contextualização histórica do problema é, páginas adiante, apresentado como um princípio da sua ordenação. Kittler, recordando o espírito das teses de Marshall McLuhan assevera o seguinte: «Media *define what really is*» (Kittler, 1999, 3). O real fica, deste modo, preso nos meios que nos darão a possibilidade de determinar, com precisão, o real que eles próprios produzem. A estrutura do real é, assim, a estrutura dos meios. Não parece pois surpreendente que Kittler continue a descrição do seu princípio desta forma: «They [*Media*] are always already beyond aesthetics» (Kittler, Idem). Esta ideia é também corroborada por Sybille Krämer no seu texto *Das Medium als Spur und als Apparat* ao afirmar que «unicamente em quanto corresponde aos meios um poder de criação de sentido e não unicamente de transporte de sentido, se apresentam estes como objectos interessantes para a investigação nas ciências do espírito e da cultura» (Krämer, 2000, 73). Se partirmos destas observações é legítimo afirmar que à estética não lhe é dada a possibilidade de determinar o sentido do real, mas unicamente definir as estruturas de receção desse real. Os meios assumem a forma de um *a priori* histórico. O núcleo central do problema deixa pois de ter resposta na estética, passando a encontrar abrigo numa *filosofia dos meios*, ou num termo mais consensual numa teoria dos

meios. Neste sentido, pode-se afirmar que, na actualidade, a filosofia primeira corresponde à disciplina que se ocupa de teorizar sobre os meios. Se pensarmos a estética, e não somente uma teoria das artes, tem justamente essa função, é também legítimo afirmar que hoje a estética ocupa o lugar da física. Mario Perniola, nesse precioso livro que é a *A estética do século xx*, vai de encontro à nossa ideia, afirmando: «Do ponto de vista da estética da forma, a importância desta teoria consiste no facto de ela sublinhar, mais uma vez, o nexo entre forma e transcendência: as formas não se encontram fechadas em si mesmas, mas são constantemente movidas por um movimento que as ultrapassa. Um dos méritos de McLuhan consiste em ter evidenciado que tal movimento não é unidireccional, mas assume uma infinita variedade de configurações» (Perniola, 1998, 79). Assim, o sentido estrutural a que nos remete o advérbio «além» (*beyond*), que Kittler refere no texto, deve ser entendido como a condição de possibilidade da Estética. Condição de possibilidade que deixa a estética «aquém» da determinação do sentido do real, mas que a inscreve no próprio meio: ela passa pois a ser o cerne artificial, ela é artificialidade. Urge, desta forma, determinar o sentido do artificial, do artifício.

A tradição ocidental tendeu a considerar o artifício como um prolongamento da Natureza. Quer isto dizer que o artificial é visto como uma extensão e modificação da Natureza. O artifício é assim encarado como um epifenómeno do natural e, enquanto fenómeno acessório, deve seu estatuto ao natural. Esse estatuto todavia e em última análise é determinado pela imitação, a mimese. A natureza é assim originária em relação a toda a criação artificial e, de um modo ou de outro, todo o artificial a ela se deve poder reduzir: «Nas *Leis* [*de Platão*], o artístico (na sua acepção propriamente estética) constitui o produto de técnicas que se situam na esteira da natureza e a imagem artística não terá, portanto, rompido, completamente, as suas ligações com a *verdadeira realidade*» (Gil, 201, 346). A forma do natural, se é que se pode de todo determinar, é a condição de possibilidade de todo o artificial. O artifício obtém a sua força na natureza. Assim, quando o artifício “foge” às regras do natural, à mimese, cai no vazio absoluto.

Já nada significa, passando a ser encarado como um acontecimento sem facticidade, isto é, um mero simulacro: «Mas o fio que as une é ténue e a sua ligação precária: um simulacro. A ideia dominante não é ainda a articulação longínqua com a realidade, mas já a *deformação* da realidade no e pelo simulacro» (Gil, 2001, 347). A Natureza é assim tematizada como uma força, ou melhor, como a potência de todo o acontecimento. A posição de Merleau-Ponty interpretando Aristóteles é clara: «A Natureza é aquilo que tem propriedades intrínsecas constitutivas, em relação às quais tudo o que o observador poder introduzir é exterior» (Merleau-Ponty, 2000, 19/20). Aqui a função do *observador* pode legitimamente ser substituída pela acção do criador. Desta forma, a distinção entre natural e artificial passa a ser, então, universal: a natureza é uma força invisível mediante a qual tudo se faz por si mesmo, enquanto que artifício é aquilo que se produz, que se fabrica, que tem o seu princípio fora de si, noutro. Desta forma «aquilo que se considera que se faz por *natureza*, é, em primeiro lugar, aquilo que se faz *sem o homem*» (Rosset, 1974, 14).

O artifício, através de uma redução aos princípios da mimese, deve ser reconduzido ao natural, por força da participação do humano na natureza. O velho prejuízo naturalista afirma que essa essencial e invisível diferença entre aquilo que se produz por “si próprio” e aquilo que “se fabrica” é constitutivo do natural. O natural assume-se, assim, como uma força de lei, isto é, responde a uma forma legislada do acontecimento, o qual passará, desta forma, a fazer parte do domínio da necessidade. Enquanto forma livre do agir humano, o artificial é, eminentemente, contingente. A legislação artificial deve sempre ser reconduzida à sua potência original, ou seja, ao acontecer natural que, este sim, responde à necessidade, a leis. É esta noção que vem fundar a célebre distinção de Wilhelm Dilthey entre *Naturwissenschaften* e *Geisteswissenschaften* (Dilthey, 1986, *passim*). O facto natural é sempre algo que responde a uma lei determinada que, ainda que não conhecida pelo homem, contém nela a possibilidade de ser por este determinada. Diz Dilthey a este respeito: «Dependência do espiritual com relação ao contexto de natureza: esta é, pois, a relação

conforme à qual o complexo natural universal condiciona causalmente aquelas situações e alterações materiais que estão ligadas para nós, regularmente e sem outra mediação conhecida, a situações e alterações espirituais» (Dilthey, 1986, 54). Desta forma, as ciências da natureza assentam na estrutura necessária do *produzir-se* acontecimento. As ciências do espírito obtêm objecto, na estrutura, também ela necessária, do *produzir-se* acontecimento na consciência. As primeiras são, verdadeiramente, transcendentais, as segundas, necessariamente, transcendentais.

O natural, por esta mesma razão, distingue-se também do mero acaso, daquilo que acontece sem que haja para tal qualquer princípio explicativo. E o acaso, inversamente, assume-se, também como uma potência de criação, tal como o é o artifício, ainda que distinto deste, uma vez que este tem como condição a vontade livre do homem. O acaso é a manifestação de uma impenetrabilidade, já que não há como o determinar, devido à sua específica forma de ser causa, isto é, às estruturas do seu estatuto causal. O acaso «constitui, portanto, uma forma de redução ao caos» (Gil, 2001, 345). Por outras palavras, é um modo de produção independente, que se distingue das produções humanas, mas que também é indiferente a qualquer princípio ou lei. É uma forma indeterminada do acontecer, do *produzir-se* acontecimento. Com a determinação destes três grandes reinos da existência que são o natural, o artificial e o acaso (Rosset, 1974, 15), percebe-se claramente a necessária e essencial distinção entre natural e artificial: a determinação da finalidade. O natural é produção necessária. O artificial, produção arbitrária, livre. A primeira é determinável universalmente. A segunda, regionalmente. Quando o artificial se afasta do domínio do natural, o perigo iminente é o da irrealização humana e do da rarefacção do real: a produção de simulacros.

O problema releva, então, da produção técnica, e é levado agora até às suas últimas consequências pela tecnologia que, ao ser produtora de um sistema fechado, possibilita, uma “naturalização” do artificial. Se com as vanguardas artísticas, no princípio de século xx, tal já se intuía, com a nova sistematicidade na produção do acontecer que

possibilitam as mediações tecnológicas, o artifício humano é levado a limites até agora impossíveis de desenhar: a absoluta legislação de todo o “fabricar humano”: «A posição original da *tecno-estrutura* significa, hoje, em primeiro lugar, que a técnica veio instituir-se como um meio quase autárcico obedecendo a uma dinâmica endógena» (Gil, 2001, 349). E isto significa que a mimese, que fundava o princípio de validade de todo o artificial, se esbate como princípio de realidade. Coube, de facto, à ciência, enquanto saber do acontecer natural, a responsabilidade dessa conquista de um domínio autónomo do artificial. Mas os efeitos que esta conquista tem para o ser humano vão muito mais longe e modificam a própria estrutura de compreensão do homem. As condições naturais do acontecer cederam lugar a um universo autónomo do produzir humano, pelo que as condições de possibilidade de compreensão do real e do próprio homem, deixaram de se poder erigir como transcendentais e passaram a assumir um carácter *artefactual* (Derrida, 1996, *passim*): *uma forma de produzir acontecimentos segundo as leis determinadas do artificial*. Assim, o sentido da expressão de Kittler/McLuhan, segundo a qual o meio faz com que uma coisa “realmente seja”, significa, em última instância, que o arbítrio do artificial se “naturalizou” e a produção humana passou a estar determinada como *artefactualização*, isto é, *produção segundo regras determinadas pelo homem*: «Não perdura nenhum eco da *mimèsis* e do natural, o cálculo e a programação tomaram o seu lugar. O modelo desapareceu e o original é, à partida, um puro *artefacto*» (Gil, 2001, 355).

Uma *Filosofia dos meios* ou uma *Teoria dos meios* constitui-se, assim, como uma teoria do real. E essa é a verdadeira tarefa que Friedrich Kittler nos propõe. Não é nosso propósito, porém, traçar aqui as raízes estruturais de tal forma de determinação do real. Parece-nos, mais útil, neste contexto, tecer alguns rascunhos sobre os efeitos que daí decorrem.

A questão de fundo que as novas estruturas da actualidade apresentam está, pois, assente na determinação do artifício, entendido como *forma do real* e, enquanto tal, como algo que os

conceitos tradicionais ainda não conseguem, de forma integrante, abarcar. Essa realidade, produzida artificialmente e conforme a leis estritas, povoa e, de alguma forma, substitui (apesar das artimanhas teóricas de alguns autores, com é exemplo Jean Baudrillard) aquela com que a tradição fazia o homem confrontar-se. Por esta razão, o esforço deve concentrar-se em determinar que figuras ou conceitos acabaram por ficar *minados*. Quando as figuras clássicas da experiência humana entram em ruptura aquilo, que primariamente se rompe é o entendimento do real como unidade intensiva de sentido, como unidade constitutiva e normativa. No seio dessa crise, encontra-se a determinação da subjectividade enquanto instância medial. Como o conceito *mediúnico* por excelência.

A estrutura da mediação, que na actualidade corresponde à estrutura dos meios tecnológicos, determina uma nova necessidade: a de entender o estatuto do sujeito enquanto força motriz, produtora de “realidade”. Referir, e não já entender ou resumir, o artificial ao simulacro constitui, na actualidade, uma petição de princípio. O artificial não se opõe ao real, tal como vimos anteriormente, mas sim ao natural. O pensamento que queira opor artifício à realidade terá de justificar as suas posições a um nível ontológico. Todavia, esta argumentação encontra-se minada por falácias que assentam nas determinações das condições da mimese, reconduzindo o problema ao seu ponto de partida: a oposição entre artificial e natural. Neste sentido, o produzido segundo as leis do artificial, o *artefactual*, não necessita de um original do qual é simulação e ao qual remete, enquanto elemento significativo. A ideia de um transcendente, em que enraíza a nossa tradição, foi substituída, hoje, pela ideia de programação enquanto sistema fechado e legislador da produção do real. Desta forma, também não faz qualquer sentido remeter à *natureza humana*: a qualquer forma essencial do ser humano. A compreensão do humano dá-se, ela própria, na determinação da sua construção artificial. A lei da compreensão do humano é a lei da programação do real: os próprios meios. Entende-se, por conseguinte, que todo o agir humano seja, *naturalmente*, artificial e produza, também ele, artifícios, ou melhor,

artefactos. Todo o agir humano é virtualidade pura. A sua actualização faz-se criando, inventando, experimentando. Não existe, de facto, uma oposição entre real, ilusório, ficção, verdade. Todo o fazer humano e todo o pensar humano é assim produção artificial: uma expressão da sua vontade que advém da estrutura da sua “natureza”. A realidade é pura construção. A história e a cultura são, desta forma, o domínio privilegiado onde o produzir artificial do homem se institui como *a natureza do homem*: «se a relação, se o sujeito não se pode separar de um conteúdo singular que lhe é estritamente essencial [*hoje, o dos meios*], é porque a subjectividade na sua essência é *prática*. É nas conexões do motivo e da acção, do meio e do fim onde se revelará a sua unidade definitiva, quer dizer, a unidade das próprias relações e das circunstâncias; com efeito, *estas conexões meio-fim, motivo-acção, são relações*, mas, e também, algo mais. Que não haja subjectividade teórica, nem possa havê-la, devém a preposição fundamental. [...] Bem vistas as coisas, isto não é senão uma outra forma de dizer que o sujeito se constitui no dado. E se o sujeito se constitui no dado, não há outro sujeito que o *prático*» (Deleuze, 1988, 117). O artificial, a sua potência criadora, consiste, justamente, nisto: dado que a experiência é sempre algo imanente, a forma da sua unificação, ou seja, a sua unidade figurativa é artificial, pelo que, o *eu*, a *substância*, a *verdade* são virtualidades puras: «a unidade [*da experiência*] só se revela no decurso da invenção, quando a potência [*do artifício*] se exerce» (Papais, 1995, 91). O que Paul Virilio chama *estética da desapareição* (Virilio, 1980) é, na realidade, uma *estética da criação*: «a história do homem e a do artificial são [...] coincidentes» (Manzini, 1992, 42). O artifício não fenomenaliza o ser ou essência do homem. Ao contrário, é na criação artificial que o homem constrói livremente o seu ser. Essa criação é, em última instância, pura, vazia de todo o conteúdo particular. Somente *a fortiori* se pode descrever uma figura: a figura da sistematicidade dos meios. A história da modernidade é, exactamente, a da tentativa de dar cerco a essa possibilidade ilimitada do “acontecer” humano enquanto criação do humano por si mesmo. Recordemos que Walter Benjamin chamava a atenção

para aquilo que denominava “inconsciente óptico” (Benjamin, 1973, 48) que sobrevinha na experiência da técnica e que condicionava a percepção do mundo. Benjamin não esconde a sua filiação ao natural mediante o conceito de “aura”, que funcionaria como pedra angular no discernimento do artístico (produto livre do homem) e fundaria a forma da obra (o artifício) se remeter ao natural: o domínio do intemporal, do eterno. Todavia, a problemática da reproduzibilidade da obra que Benjamin discute, esconde outro problema mais sério, aquele diz respeito às possibilidades tecnológicas da sua criação. A forma de produção tem lugar em a tecnologia, não mediante a tecnologia. O “inconsciente óptico” só tem sentido se remeter para a estrutura formal do próprio meio. Mas esta estrutura, utilizando os conceitos de Friedrich Kittler, está «além» do que através *dele* (o meio) se realiza. Por outras palavras, a teleologia do natural (*natura naturans*), que punha a salvo a obra artística da sua possibilidade de reprodução técnica, já não faz qualquer sentido, uma vez que é o artificial, como *finalidade* do humano, aquele que cria o real. A estética estará sempre «além» dos meios, isto é, um passo mais à frente, como afirma Friedrich Kittler. Mas é a única possibilidade, hoje, de não estar «aquém» do real: «Em consonância com os desenvolvimentos que as ciências conhecem hoje» na afirmação já citada de Fernando Gil, «talvez as artes possam abrir um novo capítulo nas relações entre o natural e o artificial» (Gil, 2001, 355). E sê-lo-ão, com certeza, já que elas são o produto visível da estrutura formal da criação humana: a artificialidade. Num tempo profundamente marcado pelos novos meios, em que nada lhes ‘foge’, em que tudo se constitui em eles, a identidade do humano só pode estar dada na sua artificialidade. A singularidade do sujeito está, pois, profundamente enraizada no seu poder de auto-construção. Natural e artificial contaminam-se simultaneamente, sendo o seu discernimento uma tarefa impossível. A crise que se vive hoje e que sobrevém da acção técnica do homem, enraizada no conhecimento natural, somente se pode justificar pela *cegueira* no reconhecimento desta ambiguidade irreconciliável. A bem dizer, a pureza do *natural* é algo que desde a antiguidade é questionado. Diz assim o fragmento

8 da edição de Herman Dielz do *Da natureza* de Empédocles vertido para português por Maria Helena da Rocha Pereira: «Dir-te-ei outra coisa: o nascimento (*physis*) não pertence a um só/de todos os mortais, nem o fim da morte funesta, mas existe apenas mistura e troca de substâncias/misturadas; porém “nascimento” (*physis*) é a palavra usada pelos homens».

Referências Bibliográficas

ADDISON, Joseph (1991), *Los placeres de la imaginación y otros ensayos de «The Spectator»*. Madrid: Visor.

BALSAMO, Anne (2000), «The Virtual Body in Cyberspace». In BELL, David & KENNEDY, Barbara M. (ed.) (2000), *The Cybercultures Reader*. London: Routledge, pp. 489-503.

BAUDRILLARD, Jean (1981), *Simulacres et Simulation*. Paris: Galilée.

BAUDRILLARD, Jean (1987), *América*. Barcelona: Anagrama.

BAUDRILLARD, Jean (1995), *A ilusão do fim ou a greve dos acontecimentos*. Lisboa: Teorema.

BENJAMIN, Walter (1973), «La obra de arte en la época de su reproductibilidad técnica». In BENJAMIN, Walter (1973), *Discursos Interrumpidos I*. Madrid: Taurus, pp. 15-57.

BURKE, Edmund (1991), *Indagación filosófica sobre el origen de nuestras ideas acerca de lo sublime y de lo bello*. Madrid: Tecnos.

CALINESCU, Matei (1999), *As cinco faces da modernidade*. Lisboa: Veja.

CANGUILHEM, Georges (1971), *La connaissance de la vie*. Paris: Vrin.

CÉLINE, Louis-Ferdinand (1996), *Voyage au bout de la nuit*. Paris: Gallimard.

DE KERCKHOVE, Derrick (1995), *A pele da Cultura. Uma investigação sobre a nova realidade electrónica*. Lisboa: Relógio D'Água.

DE MIRANDA (1994), José A. Bragança, *Analítica da actualidade*. Lisboa: Vega.

DEBORD, Guy (1992), *La société du spectacle*. Paris: Gallimard, [1967].

DELEUZE, Gilles & GUATTARI, Félix (1995), *O Anti-Édipo. Capitalismo e esquizofrenia*. Lisboa: Assírio & Alvin.

DELEUZE, Gilles (1988), *Empirisme et subjectivité. Essai sur la nature humaine selon Hume*. Paris: Presses Universitaires de France.

DERRIDA, Jacques & STIEGLER, Bernard (1996), *Ecographies de la télévision*. Paris: Galilée.

DERRIDA, Jacques (1997), *Mal de archivo. Una impresión freudiana*. Madrid: Trotta.

DILTHEY, Wilhelm (1986), *Introducción a las ciencias del espíritu. Ensayo de una fundamentación del estudio de la sociedad y de la historia*. Madrid: Alianza.

FREUD, Sigmund (2001), *L'inquiétante étrangeté et autres textes /Das Unheimliche und undere Texte*. Paris: Gallimard.

GIL, Fernando (2001), *Mediações*. Lisboa: I.N.C.M.

HAYLES, N. Katherine (1999), *How We Became Posthuman. Virtual Bodies in Cybernetics, Literature, and Informatics*. Chicago/London: University of Chicago Press.

HEIM, Michael (1993), *The Metaphysics of Virtual Reality*. Oxford: Oxford University Press.

HUME, David (1975), *A Treatise of Human Nature: Being an Attempt to Introduce the Experimental Method of Reasoning into Moral Subjects*. Reprinted from the original edition in three volumes and edited with an analytical index by SELBY-BIGGE, L. A. Oxford: Oxford at the Clarendon Press, 1888 (repr., 1975).

JAUSS, Hans Robert (1995), *Las transformaciones de lo moderno. Estudio sobre las etapas de la modernidad estética*. Madrid: Visor.

KANT, Immanuel (1998), *Kritik der reinen Vernunft*. Darmstadt: Wissenschaftliche Buchgesellschaft, 1998 [1781/1787].

KITTLER, Friedrich (1999), *Gramophone, Film, Typewriter*. Stanford: Stanford University Press.

KRÄMER, Sybille (2000), «Das Medium als Spur und als Apparat». In Krämer, Sybille (hrsg.), *Medien, Computer, Realität*. Frankfurt a.M.: Suhrkamp Verlag, pp. 73-94.

LA METTRIE, Julien Offray (1982), *O homem-máquina*. Lisboa: Inquérito.

LANIER, Jaron (1996), «Interviewed by Lynn Hershman Leeson». In Leeson, Lynn Hershman (ed.) (1996), *Clicking in. Hot Links to a Digital Culture*. Seattle: Bay Press, pp. 43-53.

LENOBLE, Robert (1990), *História da ideia da natureza*. Lisboa: Edições 70.

MALDONADO, Tomás (1998), *Crítica de la razón informática*. Barcelona: Paidós.

MANZINI, Mancini (1992), *Artefactos. Hacia una nueva ecología del ambiente artificial*. Madrid: Celeste Ediciones.

MERLEAU-PONTY, Maurice (2000), *A natureza*. São Paulo: Martins Fontes.

MITCHAM, Carl (1989), *¿Qué es la filosofía de la tecnología?* Barcelona: Anthropos.

MITCHAM, Carl (1994), *Thinking through Technology. The Path between Engineering and Philosophy*. Chicago: University of Chicago Press.

MOLINUEVO, José Luis (ed.) (2001), *A qué llamamos arte. El criterio estético*. Salamanca: Ediciones de la Universidad de Salamanca.

PAPAÏS, Xavier (1995), «Puissances de l'artifice». *Revue de Philosophie*(47), 1995, pp. 85-92.

PERNIOLA, Mario (1998), *A estética do século xx*. Lisboa: Estampa.

RAJCHMAN, John (2000), *The Deleuze Connection*. Cambridge/Mass.: MIT Press.

RENAUT, Alain (1993), *La era del individuo. Contribución a una historia de la subjetividad*. Barcelona: Destino.

RONELL, Avital (1989), *The Telephone Book. Technology, Schizophrenia, Electric Speech*. Lincoln: University of Nebraska Press.

ROSSET, Clement (1974), *La anti-naturaleza. Elementos para una filosofía trágica*. Madrid: Taurus. SIRIUS, R. U. (1996), «Interviewed by Lynn Hershman Leeson». In LESSON, Lynn Hershman (ed.) (1996), *Clicking in. Hot Links to a Digital Culture*. Seattle: Bay Press, pp. 54-60.

TERRANOVA, Tiziana (2000), «Post-Human Unbounded: Artificial Evolution and High-Tec Subcultures». In BELL, David & KENNEDY, Barbara M. (ed.) (2000), *The Cybercultures Reader*. London: Routledge, pp. 268-279.

VIRILIO, Paul (1980), *Esthétique de la disparition*. Paris: Editions André Balland.

WEIBEL, Peter (1997), «La era de la ausencia». In GIANNETTI, Claudia (ed.), *Arte en la era electrónica: perspectivas de una nueva estética*. Barcelona: L'Angelot, pp. 101-121.

IV

Configurações Técnicas do Espaço Público

O carácter polipotencial da Internet e as suas consequências para a Democracia

Marcus Abílio Gomes Pereira

Universidade de Coimbra

1. Teoria democrática para além da deliberação

Uma das actuais discussões dentro da teoria democrática se relaciona às limitações impostas por um modelo democrático baseado somente na agregação, centrado no voto eleitoral, em contrapartida à proposta deliberativa de democracia, que procura reforçar a participação política dos indivíduos para além do voto. A corrente teórica da democracia deliberativa procura resgatar os componentes da deliberação racional dos cidadãos e da *accountability* dentro do processo político (Chambers: 2003). Tal apropriação se justifica pelo facto de se ter em mente a importância de se construir mecanismos de participação política para além da mera agregação de interesses defendida pelas teorias elitistas da democracia (vide: Schumpeter: 1984, Bobbio:1986, Dahl:1989). A constatação das patologias da democracia representativa¹ levou a se pensar para além da mesma, na busca da construção de um modelo democrático que fosse capaz de responder às demandas de sociedades pluralistas.

Desde o final da década de 80 do século passado que a temática “deliberação” entrou, paulatinamente, na ordem do dia das discussões sobre a democracia. Esta temática acabou por englobar, entre os seus

¹ SANTOS, Boaventura de Sousa e AVRITZER, Leonardo. *Para ampliar o cânone democrático*. IN: SANTOS, Boaventura de Sousa, (2003). Democratizar a democracia. Porto: Afrontamentos.

defensores, não apenas a corrente liberal americana, tendo como representante maior John Rawls, como também a corrente da teoria crítica e seu arauto da segunda metade do século XX, Jürgen Habermas. Apesar das diferentes nuances², ambas as correntes criticavam a falta de legitimidade do sistema democrático baseado na mera agregação de preferências, buscando assim novas formas de participação dos cidadãos em busca de uma maior legitimidade do sistema.

O importante a realçar é que a democracia deliberativa, vista como uma inovação dentro da teoria democrática vem para tentar resgatar, segundo alguns, a já desgastada democracia representativa que teria se tornado incapaz, dentro do marco da agregação, de responder às expectativas dos cidadãos contemporâneos em sociedades pluralistas. A baixa participação eleitoral, a desmobilização partidária, a diminuição do número de associações e da participação voluntária serviriam de elementos para sustentar o argumento da crise da democracia representativa³. Esta crise tornar-se-ia perceptível através das patologias da representação e da participação.⁴

Apesar de quase todos os teóricos democráticos hoje em dia defenderem alguma forma de deliberação como forma de aumentar a legitimidade do sistema democrático, a teoria deliberativa têm

² Rawls pretende alcançar princípios de justiça através da sua posição original, onde indivíduos deixariam de lado as suas posições sociais e interesses. Já Habermas, por sua vez, insiste em um modelo proceduralista que seria capaz de eliminar as divergências entre os indivíduos, não existindo qualquer restrição em relação aos conteúdos e conclusões a que chegariam os mesmos dentro do processo comunicativo. (MOUFFE, 2000:86).

³ É importante ressaltar que não existe uma unanimidade em relação a estes argumentos. Para uma visão contrária conferir NORRIS, Pipa. (2002) *Democratic Phoenix: Political Activism Worldwide*. New York: Cambridge University Press.

⁴ A patologia da representação está relacionada à sensação que os cidadãos têm de não serem devidamente representados; já a patologia da participação está relacionada, entre outras coisas, aos índices de abstencionismo nas eleições democráticas, a diminuição do número de trabalhadores sindicalizados e também da diminuição da mobilização popular através de diferentes instituições tais como igrejas e associações (Santos & Avritzer: 2000). As consequências de tais patologias são também conhecidas, tais como a perda da legitimidade do próprio sistema, enfraquecendo assim as democracias em países sem tradição democrática, além das dificuldades que grupos minoritários têm de se fazerem visíveis e capazes de alcançar seus objectivos em democracias consolidadas ou não.

sido objecto de críticas e de novas propostas em relação aos seus pressupostos teóricos. Novas questões se colocaram: uma teoria deliberativa da democracia deve se centrar apenas em procedimentos ou também deve tratar de questões substantivas? (Guttmann & Thompson, 2003) Até onde a deliberação pode e deve funcionar? (Shapiro, 2003) Pode haver uma radicalização em relação às diferentes ideias dentro de um processo de deliberação? (Sunstein, 2003) Algumas formulações relacionadas à modernidade tardia ou à pós-modernidade podem contribuir substancialmente para o debate pelo aperfeiçoamento do sistema democrático em sociedades pluralistas. Iremos nos centrar especificamente na formulação teórica desenvolvida por Chantal Mouffe (2000) que de certa forma vai, indirectamente, responder às questões levantadas acima.

As críticas à deliberação sustentada pela autora se centram especificamente nos seguintes pontos:

(a) Na tentativa, tanto da corrente rawlsiana quanto habermasiana, de se encontrar um equilíbrio entre pluralismo liberal e democracia. A autora baseia sua hipótese nos argumentos teóricos desenvolvidos por Carl Schmitt em seu livro *The crisis of parliamentary democracy* (1926), onde tal equilíbrio é impossível de ser alcançado dadas os pressupostos distintos em relação à noção de igualdade. Enquanto que para o liberalismo a igualdade de todos seres humanos se baseia na ideia de uma humanidade, a igualdade da democracia se baseia na ideia de um ‘demos’. No segundo caso, torna-se necessária a dicotomia nós-eles, que se torna incompatível com a proposta liberal de igualdade, que deveria incluir toda a humanidade. Mouffe, ao invés de aceitar tal argumento como uma contradição, prefere assumi-la como uma diferença e tentar lidar com a mesma de uma forma distinta, pois a conclusão de Schmitt é a impossibilidade da democracia liberal. Segundo Mouffe:

No final resolution or equilibrium between those two conflicting logics is ever possible, and there can be only temporary, pragmatic, unstable and precarious negotiations of the tension between them. Liberal democratic politics consists, in fact, in the constant process

of negotiation and renegotiation – through different hegemonic articulations – of this constitutive paradox. (Mouffe, 2000, 45)

As constatações de Schmitt levantam sérios problemas para a construção teórica habermasiana. Nesta perspectiva, a legitimidade do sistema democrático se constrói a partir de procedimentos nos quais a participação de indivíduos se dará em condições de igualdade, onde todos terão oportunidade de se manifestar, além da possibilidade de questionamento dos próprios procedimentos e a possibilidade de inclusão de indivíduos que não faziam parte da deliberação. O problema fundamental que se coloca é como lidar com um dos pressupostos da igualdade democrática, que se baseia na noção nós-eles, quando um dos pressupostos da teoria habermasiana da situação ideal de fala é exactamente a construção de consensos sem exclusão de quem quer que seja. Como afirma Correa: *como “todos” parecem estar a observar os princípios racionais organizadores do discurso, pode ser facilmente esquecido que o “todos” a que nos referimos são apenas aqueles que participam do debate, podendo haver outros que permanecem de fora.* (2005:104) Esta questão se torna relevante quando pensamos em determinados grupos minoritários, seja em questões relacionadas ao género, etnia ou opções religiosas, que muitas vezes não participam dos debates deliberativos em função de preconceitos ou então até participam, mas através da negação da sua própria diferença.

(b) O preceito racional da comunicação na democracia deliberativa é contestado pela autora através da apropriação das teses de Wittgenstein desenvolvidas no livro *Philosophical Investigations* (1953). Para Habermas, assim como para Rawls, a base da autoridade e da legitimidade do sistema democrático se baseia em forma de uma racionalidade que possui uma dimensão normativa – razoabilidade, para Rawls, e racionalidade comunicativa, para Habermas (Mouffe: 2000). Segundo a autora, a lealdade aos princípios democráticos não pode ocorrer em função de argumentos racionais. Seguindo um argumento Wittgensteiniano, a lealdade à democracia se constrói

através de formas de vida, práticas, discursos e jogos de linguagem, que seriam demasiadamente variados, contestados e criativos. Estas diferentes práticas em relação à obediência às regras democráticas não devem ser vistas como um problema, mas sim como uma condição de existência da própria democracia. (Mouffe, 2000).

(c) A produção do consenso dentro da prática discursiva é um dos pilares fundamentais dentro das construções teóricas tanto de Rawls quanto de Habermas. Os dois autores vão sustentar a possibilidade de se construírem consensos, seja através da posição original, com o “véu da ignorância”, onde os indivíduos não saberiam suas posições dentro da sociedade, seja através dos procedimentos, onde a situação ideal de fala eliminaria os interesses individuais que não poderiam ser aceitos do ponto de vista moral. Mas como lidam os dois autores com a pluralidade em nossas sociedades? No caso de Rawls, o consenso será produzido a partir da separação entre questões das esferas privada e pública. A esfera privada (onde estariam tais questões) não estaria sujeita ao escrutínio, dada a pluralidade de visões de mundo irreconciliáveis, mas a esfera do público seria o espaço da possibilidade de construção de consensos através de um conceito comum de justiça, construído a partir dos preceitos liberais básicos (Mouffe, 2000:86). Para Habermas, a separação entre ética e moral seria o elemento fundamental para a construção de consensos. No campo da ética estariam as questões em relação à boa vida, enquanto que no campo da moralidade estaria a possibilidade de construção de procedimentos imparciais que levariam à formulação de princípios universais (Mouffe: 2000). Desta forma, ambos os autores procuram restringir o espaço da política afim de alcançarem um consenso. As relações conflictivas e não passíveis de se alcançar o consenso (esfera privada, no caso rawlsiano, e o campo da ética no caso habermasiano) estariam fora destes espaços de discussão. Somente através destas duas lógicas o consenso poderia ser alcançado, mas às custas da negação de questões relevantes a serem tratadas nas sociedades pluralistas. Segundo a autora francesa, esta postura *highlights the fact that the domain of politics*

– even when fundamental issues like justice or basic principles are concerned – is not a neutral terrain that could be insulated from the pluralism of values and where rational, universal solutions could be formulated. (Mouffe, 2000:92).

Estas questões levantadas ajudam a autora a sustentar o seu argumento de uma “democracia agonística”. Para tanto, sustenta uma diferença entre o político (*political*) e a política (*politics*). O político estaria relacionado à dimensão do antagonismo inerente às relações humanas, enquanto que a política estaria relacionada às práticas, discursos e instituições necessárias para organizar a sua coexistência, sendo esta potencialmente conflictiva, porque afectada pela dimensão do político (Mouffe, 2000:101). O ponto fundamental dessa diferenciação é o reconhecimento do antagonismo dentro do político, e da noção nós-eles dentro da política, o que levaria à busca de uma acomodação desta diferenciação dentro da democracia pluralista. O que percebemos dentro da democracia deliberativa é a negação desta dimensão, na busca da legitimação de consensos que vinculariam a todos.

Nesta formulação, a relação entre nós-eles não deve ser construída a partir de uma percepção do ‘eles’ como inimigos, mas sim como adversários. Com esta proposta a autora procura diferenciar antagonismo (onde temos o papel de inimigo) de agonismo (onde temos o papel de adversário). Desta forma, um adversário é *one with whom we have some common ground because we have a shared adhesion to the ethico-political principles of liberal democracy: liberty and equality*. (Mouffe, 2000:102)

Em sua formulação teórica a autora demarca sua diferença em relação à democracia deliberativa, baseada somente na racionalidade, através do reconhecimento das “paixões” como um dos elementos presentes na esfera pública. Estas “paixões” seriam o reflexo dos antagonismos irreconciliáveis existentes no político, e que portanto devem ser reconhecidas dentro da esfera da política de forma a angariar legitimidade para as instituições democráticas. A negação de tal dimensão é que permite aos teóricos da democracia deliberativa

sustentar uma esfera pública sem relações de poder e baseada somente na racionalidade. Somente assim o consenso pode ser alcançado, na negação de que este só pode ser fruto de uma estabilização do poder exercido por determinados indivíduos, e que sempre estará produzindo algum tipo de exclusão. Segundo a autora, *consensus in a liberal-democratic society is – and will always be – the expression of a hegemony and the crystallization of power relations*. (Mouffe, 2000: 49) A violência, nas suas dimensões de hostilidade e antagonismo, é parte constitutiva do político. Assim, reconhecer tais questões torna-se fundamental para a construção de uma democracia que seja capaz de lidar com as nossas sociedades pluralistas, onde as desigualdades estão presentes e onde grupos minoritários tentam se fazer visíveis colocando novas questões para a esfera pública.

Toda esta construção teórica de Mouffe não elimina a possibilidade de apropriação de alguns dos conceitos produzidos pela teoria democrática deliberativa. Reconhecer a impossibilidade, segundo a autora, e a dificuldade (o que nós defendemos) da produção de um consenso a partir de procedimentos igualitários, não coercitivos e inclusivos não nos leva necessariamente a negar as possibilidades de um projecto emancipatório da modernidade e muito menos a capacidade de actores sociais excluídos lutarem por reconhecimento. As críticas levantadas servem de instrumento para ampliarmos a noção do político, reconhecendo o espaço para o dissenso e para a violência, dimensões estas inerentes à sociabilidade. Outra colaboração importante da autora para a discussão é o reconhecimento das desigualdades dentro da deliberação. Quão iguais podem *e devem* ser os indivíduos dentro de uma deliberação? Esta pergunta só é possível graças ao reconhecimento das desigualdades entre diferentes grupos sociais, onde muitas vezes grupos marginalizados têm dificuldade de minimamente cumprirem os requisitos básicos para a deliberação (Chambers, 2003).

Ao assumirmos a relevância de algumas das questões colocadas por Mouffe no seu debate com Habermas e Rawls não tencionamos colocar por terra toda a formulação teórica sobre a democracia deliberativa, muito pelo contrário, achamos que com estes *insights* podemos sim

desenvolver uma atitude de suspeição em relação aos consensos produzidos na esfera pública. Identificando problemas na produção dos consensos (e os media possuem um papel determinante em tal processo) através da construção de hegemonias que ocorrem em função da exclusão de determinados grupos (seja em função do género, da etnia ou opções religiosas) e o reconhecimento de uma outra dimensão da interacção social para além da racionalidade, assumimos desta forma o antagonismo do político e podemos então relativizar uma visão extremamente normativa desta construção teórica. Temos agora como desafio dois caminhos a seguir: um é o aprimoramento da deliberação de forma tal a levar em conta estas questões levantadas, e o segundo é reconhecer um outro caminho que é a disputa do reconhecimento de determinados grupos excluídos, através de mecanismos de acção directa. Como afirma Íris Marion Young:

Individuals and organizations seeking to undermine injustice and promote justice need both to engage in discussion with others to persuade them that there are injustices which ought to be remedied, and to protest and engage in direct action. The two kinds of activities cannot usually occur together, however, and for this reason one of them is liable to eclipse the other. The best democratic theory and practice will affirm them both while recognizing the tension between them. (Young, 2003:119)

O espaço público que podemos agora desenvolver não será mais aquele idealizado por Habermas no qual seriam produzidos consensos que influenciariam a esfera política. Este espaço é um espaço de disputa onde não somente podem ser produzidos consensos, mas também falsos consensos, onde uma hegemonia pode ser produzida e onde a exclusão também tem lugar. Para além desta relativização acerca da produção dos consensos, este espaço público também é um espaço onde outras formas de interacção social tomam forma, seja através de dissensos seja através de acções violentas.

O paradoxo democrático defendido por Mouffe sustenta a dificuldade na construção de um “nós” sem “eles” dentro da formulação deliberativa, e destarte exige que lidemos com uma dinâmica conflitiva

dentro da esfera pública, onde consensos parciais serão sempre fruto de uma situação temporária que estará excluindo um “outro” através de mecanismos diversos: seja através das condições discursivas impostas, seja através da negação da sua própria existência, ou mesmo através da violência.

Este espaço público que agora defendemos deve reconhecer estas desigualdades que perpassam toda a sociedade, numa dinâmica que, ao assumir uma impossibilidade da proposta liberal de igualdade de toda a humanidade, tem por contraponto a necessidade de definição do duplo “nós-eles” fruto da noção de igualdade dentro da teoria democrática. Somente ao reconhecermos esta dimensão as lutas pelo reconhecimento de grupos marginalizados poderão realmente obter sucesso.

Quais as ligações possíveis entre esta discussão e o uso da Internet? Como pode a Internet, com o seu carácter polipotencial, favorecer um projecto de democracia pluralista? Estas são as perguntas que procuraremos responder no próximo ponto deste trabalho.

2. A polipotência da Internet e o aprofundamento democrático

Muitos dos acontecimentos e práticas políticas ocorridos no último século e que continuam a ocorrer neste início de novo milénio estão profundamente conectados com as novas tecnologias. O desenvolvimento da sociedade de massas e dos estados totalitários da Europa na primeira metade do século XX, a mudança no padrão de participação dos cidadãos, tais como identificação ideológica e partidária e a participação durante as eleições, todas estas questões estão relacionadas ao surgimento e desenvolvimento de novas tecnologias. O mesmo poderia ser dito sobre outras formas de activismo político não relacionadas às práticas institucionais do sistema eleitoral. As manifestações de Seattle e Génova e o surgimento do Fórum Social Mundial em Porto Alegre são demonstrações claras de outras formas de acção política que são perpassadas por infra-estruturas tecnológicas que determinam e que são determinadas pelas próprias práticas.

As análises em relação ao impacto da Internet na vida política, desde o início dos anos noventa, podem se resumir a duas grandes formulações: a primeira, extremamente otimista, no qual os seus defensores acreditavam na possibilidade de pluralizar as diferentes manifestações dentro da esfera pública e no aumento da participação de novos actores políticos, seduzidos pelas novas formas de interactividade e deliberação; a segunda, mais pessimista, desenvolvida a partir de diferentes pesquisas sobre o uso da Internet durante as eleições americanas na década de noventa, sustentava que esta tecnologia aumentava o leque de informações disponíveis e as possibilidades de comunicação entre aqueles que já se engajavam politicamente antes do seu advento, colaborando, sim, para o aumento das desigualdades de participação política já existentes. (Norris, 2003)

A Internet é um espaço que pode criar visibilidade para diferentes grupos minoritários, além de permitir novas formas de articulação e desenvolvimento de novas estratégias intra e entre grupos. Sabemos também que as lutas por reconhecimento se dão pela disputa de visões de mundo que muitas vezes são concorrentes. As situações de conflito estão presentes e muitas vezes o consenso não é possível. A visibilidade que estes grupos minoritários podem alcançar através desta nova tecnologia colabora para que suas demandas venham a ser reconhecidas como legítimas.

Os trabalhos que procuram relacionar a teoria democrática com o uso da Internet quase sempre se utilizam da teoria democrática deliberativa como modelo, mas a partir da problematização que realizamos na primeira parte do presente texto torna-se necessário que pensemos esta relação em outros termos. Tal abordagem não é suficiente para analisarmos todas as diferentes formas de interacção social. Com a ajuda de Mouffe pudemos perceber que para além do consenso existem práticas presentes na nossa realidade como as práticas antagónicas, que se manifestam seja através do dissenso seja através da violência.

Para tanto, iremos primeiro desenvolver duas características deste aparato tecnológico que consideramos fundamentais para a construção

desta relação. A primeira característica é a assumpção de que a Internet é tanto um produto quanto um elemento fundante da nossa realidade. A partir desta percepção temos o conceito de co-construção:

Technologies interact deeply with society and culture, but the interactions involve mutual influence, substantial uncertainty, and historical ambiguity, eliciting resistance, accommodation, acceptance, and even enthusiasm. In an effort to capture these fluid relations, we adopt the notion of co-construction. (Misa, 2003:3)

Trata-se de um processo onde a tecnologia (no caso, a Internet) determina e é determinada pela modernidade. A co-construção, enquanto uma concepção de complementaridade entre a nossa realidade e a Internet, tem consequências para a interpretação do papel da mesma na sociedade. Segundo Casalegno e Mcara-Willian:

La réalité n'est jamais une donnée, il s'agit d'une construction permanent entre société et acteurs. Deuxièmement nous savons combien il est dangereux de considérer qu'il y a une seule réalité ; ce qui existe, c'est la construction réciproque de sens commun et de connaissance partagée. Les flux et les rythmes de communication sont ainsi importants dans cette invention quotidienne du sens et de la réalité commune. Les nouveaux environnements multimédias peuvent reproduire les conditions qui aident les acteurs dans cette construction de sens commun partagé. (2003)

Por ser um construto social, a Internet carrega dentro de si elementos de dominação e manutenção do *status quo*, assim como elementos de emancipação ou de mudança/ruptura com o sistema do qual faz parte. Trata-se de uma disputa de poder que se inter-relaciona com a elaboração e apropriação do novo aparato tecnológico por um lado, e as consequências de tal utilização para a manutenção ou mudança da estrutura social, por outro.

Partindo deste pressuposto de co-construção, uma nova tecnologia levará a uma nova configuração da política. Podemos dizer que, se institucionalmente o sistema democrático representativo é o mesmo, as práticas políticas dos indivíduos têm vindo a se modificar de uma

forma vigorosa, de tal forma que o sistema político se vê obrigado a se adaptar a tais mudanças. As formas de articulação dentro da política, pensada em termos desenvolvidos por Mouffe, já não estarão ocorrendo da mesma forma, dado que um novo aparato tecnológico oferece possibilidades até então inimagináveis.

Se o processo é de co-construção, devemos também nos ater às condições impostas pelos constrangimentos sociais na apropriação da Internet. Por se tratar de processos de relações de poder em nossas sociedades, a análise da criação, desenvolvimento e apropriação dos aparatos tecnológicos torna-se fundamental para a compreensão da própria sociedade, dado que a tecnologia vai dar forma às relações entre indivíduos, à organização das instituições e às mediações entre os primeiros e os últimos.⁵

É importante perceber que os indivíduos que utilizarem estas novas tecnologias podem desenvolver práticas para além daquelas especificadas pelos seus criadores. Para podermos analisar de uma forma acurada essa nova tecnologia, é necessário analisar o ambiente social no qual está sendo inserido, pois os diferentes contextos, as diferentes comunidades, os usuários, os operadores podem, de certa forma, alterar o próprio conceito dos produtos criados (Slater, 2003: 0-160).

Estas questões nos levam a uma nova característica da Internet para

⁵ É importante também ressaltar as consequências negativas (focais ou não focais) da criação, desenvolvimento e uso das novas TCI's. As discussões acerca da *Digital Divide* são fundamentais para podermos desenvolver uma análise acurada destas novas tecnologias. (Wilhelm, 2000) A fractura digital colabora com a separação entre nós-eles, entre os conectados e os não conectados (*if you are not in, you are out*). Se esta temática pode estar superada em os países de economias pós-industriais, mormente nos Estados Unidos, Europa e Austrália, dada a porcentagem de indivíduos conectados nestes países, no resto do mundo esta questão ainda é relevante. No caso brasileiro, estima-se que apenas 12% da população está conectada à Internet. Um estudo interessante sobre a exclusão digital no Brasil pode ser encontrado no site: www.bernardosorj.com.br. O texto se chama *Exclusão digital: problemas conceituais, evidências empíricas e políticas públicas*.

Não podemos nos esquecer que a exclusão pode se dar para além da dicotomia conectados-não conectados. A exclusão pode se dar também entre os conectados, através de processos discursivos que impeçam a participação de determinados grupos em processos comunicativos.

além do seu carácter de co-construção com a modernidade. Trata-se do seu carácter polipotencial. A tecnologia “*exhibit superfluous efficacy or “polipotency” in their functions, effects, and meanings*” (Sclove, 2003: 20). Não há apenas um efeito, uma função social ou um significado no uso de um artefacto tecnológico. De facto existem vários significados, diferentes efeitos e funções sociais. Estas diferentes apropriações do mesmo artefacto tecnológico podem estar para além das expectativas no seu próprio processo de criação, quando imaginado pelos seus criadores. Torna-se relevante, portanto, que utilizemos os conceitos de “focal function” e “nonfocal” para trabalharmos com as esperadas e não esperadas consequências dos aparatos tecnológicos. Pensemos por exemplo a criação da bomba atómica. A sua função focal era a destruição massiva do inimigo. Tratava-se de um artefacto até então inimaginável e incomparável. As suas consequências foram para além do seu objectivo inicial, pois acabaram por determinar o surgimento da “Guerra Fria” entre as duas super-potências nucleares (Estados Unidos e União Soviética) no pós Segunda Guerra. A proliferação das armas nucleares por diferentes países levou à reconfiguração das relações de poder no mundo, sendo objecto de disputas mesmo com o fim da “Guerra Fria”. Os países detentores da bomba atómica fazem parte de um selecto grupo de países que possui um poder de barganha para além dos países não nucleares. Será que os criadores da bomba atómica imaginaram todos estes acontecimentos? Provavelmente não. Os objectivos iniciais são os “focal-functions”, enquanto que os inesperados são os “nonfocal”.

Um outro bom exemplo é a Internet. Qual era o objectivo inicial quando foi criada a Internet? Como todos já sabemos, o seu objectivo primordial era a criação de uma rede de interacção electrónica que seria capaz de sobreviver a um ataque nuclear nos Estados Unidos. Este era o objectivo inicial. O que temos hoje? Milhões de pessoas conectadas à Internet se comunicando via chats, emails, blogs, etc. Transacções comerciais, além de relações íntimas, páginas com temáticas das mais diversas, conexões até então impensáveis entre diferentes movimentos sociais de várias partes do mundo.

Não há como negar que o acesso à informação, a sua produção e distribuição são elementos chave para se avaliar as relações de poder nas sociedades democráticas. A liberdade de expressão, a pluralidade de canais de informação e a sua independência, o acesso amplo de diferentes extractos sociais à informação e a novos meios de comunicação são todos elementos relevantes na sua construção. Mas para além da mera constatação de tais factos, é importante procurarmos encontrar possíveis formas com que estas CMC's possam colaborar para a própria construção das esferas públicas, entendidas como um espaço de disputa, negociação, definição e redefinição de significados entre actores sociais e como estes mesmos mecanismos definem as relações entre os diferentes actores sociais, dado que estas tecnologias modificaram e continuam a modificar as maneiras em que as pessoas interagem.

A Internet aumenta o escopo das possíveis práticas que podem ou não aumentar a legitimidade do sistema democrático e por consequência a lealdade dos cidadãos. Se a vinculação à democracia passa não apenas por pressupostos racionais, mas também através das práticas cotidianas, o uso da Internet como instrumento de propagação da informação e como meio de comunicação pode colaborar para tal processo.

Na nossa análise sobre as formas de acção política iremos nos centrar nas formas de activismo não institucional que ocorre dentro da esfera pública. Esta forma de acção política pode tanto ser entendida no sentido deliberativo, na busca do consenso, reconhecendo a possibilidade do dissenso, quanto no sentido antagónico, expresso no uso da violência. Muitos indivíduos, insatisfeitos e desiludidos com o poder público, não acreditam na participação eleitoral como mecanismo de mudança e procuram agir de outras formas para manifestar seus interesses, posições e insatisfações. Por não acreditarem nas instituições políticas (pois para eles estas instituições reproduzem as desigualdades existentes) os activistas procuram se manifestar a partir de acções directas, tais como manifestações de rua, grandes passeatas, invasões, ocupações, interrupções de entrevistas colectivas, invasões de sites oficiais e outras tantas formas diferentes de manifestação para tornarem

públicas suas posições e assim influenciarem a esfera pública.

É importante ressaltar que mesmo quando são abertos canais de participação, onde os indivíduos podem deliberar, alguns grupos de activistas não acreditam em tais práticas, pois em algumas situações as temáticas em deliberação podem ter sido previamente definidas e/ou direccionadas pelo *status quo*, gerando, desta forma, uma desconfiança de tais movimentos em relação à própria deliberação e sua real função de legitimação da realidade existente (Young: 2003)

2.1 Internet e deliberação

A abordagem da Internet como uma tecnologia que pode fortalecer a democracia através de um viés deliberativo vai se centrar no fortalecimento da esfera pública pautada por condições determinadas – inclusão, igualdade, colocação de novas temáticas e racionalidade comunicativa – para a produção do consenso. Alguns autores colocam questões importantes para pensarmos a relação entre Internet e deliberação.

De acordo com Downing, os media alternativos têm na Internet um grande propulsor. A conexão entre movimentos sociais, media alternativos e Internet facilita o debate e a transformação política. Segundo o autor, a Internet é potencialmente *our first global public sphere, a medium through which politics could be made truly participatory at both regional and international levels*. (Downing, 2001:201) Através da Internet são criadas as condições para confrontarmos o sentido único da produção comercial mediática, em função do seu baixo custo e relativa facilidade operacional. Estas condições permitem a criação de uma pluralidade de informação que favorece o surgimento de interpretações distintas daquelas publicizadas através dos grandes conglomerados mediáticos. Mas para além disto, Downing reforça a importância de termos um espaço no qual os excluídos possam se expressar por si mesmos (relativizada a questão já acima mencionada sobre a fractura digital) ao invés de termos um novo espaço para falarmos dos excluídos.

As formas de organização das diferentes organizações também foram facilitadas pelas novas tecnologias de comunicação e informação. O custo da participação pode cair substancialmente através do uso de artefactos tecnológicos, o acesso à informação também pode se tornar mais fácil e a troca de informações pode fazer com que diferentes movimentos em diferentes lugares percebam semelhanças, troquem ideias e criem uma noção de pertença que somente através destes meios se tornou possível.

Outra colaboração que vem reforçar o carácter deliberativo da conexão entre Internet e democracia é de Michael Froomkin (2003). O autor sustenta o argumento de que CMCs podem não só facilitar a formação de grupos e a discussão entre indivíduos, como também podem, através de determinadas configurações, promover “círculos virtuosos” discursivos. A quantidade e a qualidade do discurso são elementos determinantes para a deliberação, sendo inegável que a Internet favorece o aumento de espaços discursivos ao diminuir sensivelmente o custo da formação dos mesmos e da comunicação entre grupos. *Mailing lists, chat rooms, emails e blogs* são os principais mecanismos que podem favorecer substancialmente a interação e a organização de grupos virtuais e não virtuais. Em relação à qualidade, o autor afirma que determinadas ferramentas⁶ seriam capazes de colaborar com a própria produção discursiva, evitando o perigo de termos uma elevada quantidade de espaços discursivos mas sem a suficiente qualidade dos mesmos para a legitimação das instituições democráticas. Estes mecanismos permitem que os participantes contribuam com diferentes tópicos para a discussão de temas que sejam considerados relevantes pelos outros participantes e colaboram para a formação de círculos virtuosos onde a comunidade existente é ao mesmo tempo leitora, autora e num certo sentido censora das mensagens que venham a surgir.

De acordo com o autor:

⁶ SLASH, PHP- Nuke e SCOOP

Improving the quantity and quality of discourse should therefore be among our highest priorities, in the hope that it will lead to collective action, group empowerment, and a reformation of the public sphere. Computer-mediated community based discussion tools not only make it easier for groups to form and for discourse to happen, but they can be designed to encourage virtuous circles in discourse (2003)

O que podemos perceber em ambos os autores é a possibilidade de uma “combinação simbiótica” entre as várias formas de articulação política, seja através de espaços públicos baseados em interações face a face seja através de redes globais de interação produzidas pela Internet, mas ambos sustentam a importância do carácter deliberativo dos espaços de interação como elemento determinante para a produção de consensos na esfera pública.

O importante a ressaltar em relação a estas propostas de conexão entre Internet e democracia é a incapacidade destes autores de pensarem a política para além de sua dimensão comunicativa. A co-construção entre a Internet e a modernidade deveria servir de referência para que estes autores pensassem que a racionalidade comunicativa não é a única presente dentro da rede, pois as práticas existentes neste meio estão para além daquelas enumeradas pelos autores. A esfera pública ampliada, na qual a Internet faz parte, possui tanto fluxos comunicativos baseados na racionalidade quanto fluxos oriundos dos antagonismos inerentes ao político. Esta dimensão não é analisada por nenhum deles.

Mais ainda, reconhecer a co-construção significa reconhecer uma tensão inerente à relação entre quem tem acesso a esta tecnologia, as formas de apropriação possíveis e as articulações reconhecidas como válidas realizadas a partir dela. No caso destes autores, a articulação válida é a deliberação entre os indivíduos baseada nas propostas da democracia deliberativa. Se levarmos em conta que, apesar das desigualdades de acesso entre as diferentes camadas da população (seja em relação ao género, à etnia e às condições económicas) a Internet facilita a possibilidade de manifestação e articulação de determinados grupos excluídos, mesmo assim podemos chegar à conclusão que a deliberação não é a única forma de manifestação

política possível, pois muitos destes grupos, por estarem à margem, não cumprem os requisitos mínimos necessários para a participação na mesma. As consequências políticas destas formulações são claras: a impossibilidade de reconhecimento de outros grupos que estejam excluídos do debate, seja por que causa forem, leva à manutenção do *status quo*. Leva à negação da dimensão conflitiva inerente do político, que não pode ser resolvida dentro da dimensão da política sujeitando toda a acção política à deliberação e à busca de um consenso.

Em relação à polipotência deste aparato tecnológico poderíamos dizer que, mecanismos que favorecem a deliberação seja em função da quantidade ou qualidade como afirma Froomkin (*chat rooms, blogs, emails*), são consequências esperadas pelo sistema. As consequências não esperadas, ou seja, a apropriação que leva a rupturas do sistema, estas serão analisadas a seguir. A radicalidade está na segunda, e não na primeira. Como já percebemos com Young e Mouffe, muitas vezes os debates podem servir apenas para legitimar uma determinada realidade.

2.2 Internet e antagonismo

O reconhecimento de uma outra dimensão da política para além da deliberação racional que busca o consenso nos permite analisar com mais acuidade as novas formas de activismo que tem surgido a partir da Internet. Na obra *Democratic Phoenix – Reiventing Political Activism* (2002) Pipa Norris questiona o propalado declínio da participação política dos cidadãos nas democracias actuais. A autora sustenta que está ocorrendo uma mudança no padrão da acção política, onde os protestos, os novos movimentos sociais e o activismo através da Internet seriam as novas formas de acção política. Vamos nos centrar especificamente nos protestos políticos e no activismo através da Internet.

Segundo a autora, os protestos políticos têm crescido como um canal de expressão política e de mobilização. Manifestações de rua

e boicotes, além de abaixo-assinados são as formas mais comuns de protesto político e que tem crescido consideravelmente a partir dos anos oitenta. Este tipo de manifestação tem como objectivo pressionar o sistema político institucional e influenciar a esfera pública. A Internet possui um papel relevante nesta forma de acção política, permitindo uma articulação sem precedentes entre os diferentes activistas, através de múltiplos canais de comunicação, informação e mobilização. Como afirma Mitchell:

The worldwide antiwar demonstrations on 2003 vividly demonstrated how the twenty-first century's new forms of community, assembly, and public discourse depend upon physical public spaces, global networks, and wireless fields of presence in symbiotic combination. (2003)

O que temos, portanto, é a possibilidade de articulação entre as diferentes formas de interacção, seja face a face, seja através da interacção via Internet, na organização e realização de uma manifestação política, seja através da divulgação de novas ideias de protesto que podem se articular para além das limitações territoriais dos seus participantes.

Para além desta forma de activismo político, temos também na Internet um novo movimento que se auto-denomina *hacktivism*⁷. Apesar de uma crescente campanha promovida tanto pelos governos de diferentes países quanto uma cobertura mediática sensacionalista em torno de tal movimento, é importante que relativizemos o papel negativo que lhes está a ser imputado. De acordo com metac0m, *hacktivism* é definido como:

⁷ Não iremos aqui tratar de práticas como roubo de dados e identidade e fraudes com cartão de crédito. Estas práticas, apesar de muito comuns na rede, não fazem parte do nosso universo de análise por não possuírem nenhum componente político. Apenas como curiosidade, de acordo com uma matéria da BBC News em 14/09/2002, oito em cada dez hackers do mundo se encontra no Brasil. Nesta matéria não há distinção entre as diferentes formas e objectivos dos mesmos.

A form of electronic direct action in which creative and critical thinking is fused with programming skill and code creating a new mechanism to achieve social and political change. Hacktivists are committed to securing the internet as a platform of free speech and expression. (2003)

As principais formas de acção dos hacktivistas⁸ são três: *defacement*, *produção de vírus* e *desobediência civil electrónica*. A primeira forma de acção é aquela em que os hackers invadem um determinado site e colocam alguma mensagem política que consideram relevante; a segunda, a produção de vírus, também utilizada para transmitir mensagens políticas, não é tão comum;⁹ e por último a desobediência civil electrónica, onde a principal táctica é bloquear e dificultar o acesso de informação em instituições que sejam consideradas anti-éticas e criminosas. Entre os próprios hacktivistas não há uma unanimidade sobre estas formas de acção, sobre a legitimidade das mesmas. Enquanto uns afirmam que o fundamental é uma forma de acção “não violenta”, onde não haja destruição, mas sim criação, outros defendem mecanismos também de destruição para se fazerem visíveis. Isto leva à uma separação dentro do movimento entre hackers e crackers, onde para além da questão da não-violência coloca-se também a questão dos objectivos políticos dos primeiros.

Apesar de práticas distintas, existe uma similaridade em relação à componente ética de ambos – é necessário que haja uma completa acessibilidade aos diferentes programas desenvolvidos entre a comunidade de programadores, de forma tal que cada um possa aprender e aprimorar os programas uns dos outros. Nesta perspectiva a rede seria um espaço de constante criação partilhada de novas possibilidades de apropriação da informação.

⁸ Para Oxblood Ruffin existiria uma diferença entre [hack]tivism e [hac]tivism, no qual *the former seeks to remedy the Net of bad code, restriction, lack of access etc.; the latter seeks to use the Net as an agent for social justice on the ground through various protest actions, or as a publicity medium*. (Ruffin citado por Jenny Marketou na entrevista realizada por Claudia Gianetti em www.artzine-journal.com/site).

⁹ De acordo com metac0m, “it is important to note that the anti-virus firm Symantec current has a growing database of over 65000 viruses and worms of which few contain any content that could be interpreted as political”. IN: www.thehacktivist.com/hacktivism.php

O que podemos perceber em relação a estes movimentos é que existem duas motivações distintas entre os hacktivistas: uma seria a garantia da Internet como um espaço livre de circulação de informação e comunicação, na defesa da produção de softwares livres, contra a mercantilização da Internet por grandes corporações e pela manutenção de uma determinada cultura *underground* criada a partir dos anos 60 e 70 e que foi de certa forma apropriada pelo mercado com a popularização dos PC's a partir dos anos 80 (Thomas, 2003). Por consequência temos uma acção reactiva por parte dos programadores, tanto na invasão de sites, quanto na produção de vírus e na desobediência civil electrónica. Uma segunda seria oriunda da percepção da Internet como um instrumento a mais da acção política por parte de indivíduos e grupos que já actuariam politicamente fora da Internet e que buscam na rede um meio de facilitar a articulação de diferentes movimentos, publicizar suas ideias e organizar acções de protesto. As duas formas não são excludentes, mas é interessante perceber que sem a primeira, através de sua luta pela manutenção de livre acesso à informação e da constante criação de novas possibilidades de interacção dentro da rede, a margem de manobra da segunda seria sensivelmente diminuída. Enquanto no primeiro caso a acção possui uma motivação determinada pela percepção de que a Internet é um bem e que portanto deve ser democratizado, no segundo caso existe um mero uso instrumental, no qual a Internet é um instrumento tecnológico que pode ser utilizado com qualquer outro, tal como o fax ou o telefone. O que defendem os autores acima citados (tanto Thomas quanto metac0m) é que está a ocorrer cada vez mais uma convergência entre estas duas percepções, gerando desta forma o que estamos chamando de hacktivism.

A partir das formulações de Mouffe desenvolvidas na primeira parte do presente texto fica clara uma posição antagónica entre *government/corporate restrictions and domination of computer technology and hackers who want to ensure free access to information, to circumvent censorship, and to prevent monopoly control of technology* (metac0m, 2003).

Neste sentido, a “violência digital” exercida por determinados grupos de hacktivistas toma uma outra dimensão. Trata-se de uma prática de resistência contra o processo de “colonização” deste espaço

virtual, tanto pelo mercado, através da mercantilização de uma sub-cultura “subversiva”, no qual não há espaço para os direitos de propriedade, quanto pelo Estado, através da limitação das liberdades de acesso à informação. A constante demonização e perseguição de hackers, perpetrada pelos conglomerados mediáticos e por alguns Estados, é uma clara demonstração da disputa pela definição das possibilidades de utilização e definição da própria noção do que deve vir a ser a Internet. Mais uma vez temos clara a noção da co-construção de uma tecnologia com o meio social no qual está inserido. O embate entre estes distintos interesses continua em aberto e as consequências de tal disputa serão fundamentais tanto para a quantidade quanto para a qualidade das possíveis interações sociais e políticas na rede.

3. Conclusão

Como podemos perceber, a Internet, enquanto um aparato tecnológico possui um carácter polipotencial, ao possuir vários efeitos, significados e usos. Dada esta polipotencialidade as formulações da conexão entre Internet e democracia não podem se restringir a determinadas práticas, mormente a deliberação na busca de consensos produzidos na esfera pública. As diferentes formas de apropriação e de significados dadas à Internet demonstram a relevância de nos apropriarmos de um aparato teórico democrático que seja capaz de lidar com uma outra dimensão da política que é o antagonismo. Através da democracia agonística de Mouffe podemos perceber que em sociedades pluralistas a construção de consensos pode muitas vezes encobrir desigualdades que não terão espaço dentro do espaço deliberativo. As formas de manifestação de grupos excluídos poderão estar para além da participação em fóruns deliberativos, passando por acções directas, como boicotes, abaixo-assinados, passeatas, como também através de manifestações dentro da própria Internet, através dos hacktivistas.

É importante ressaltar que as formas de acção política não são excludentes entre si, mas são sim repertórios distintos utilizados em função das possibilidades de organização e de utilização de determinados recursos. A

Internet, enquanto co-construtora da realidade que nos circunda, é elemento determinante e determinado nesta busca por um fortalecimento democrático, pois possibilita uma articulação de indivíduos e grupos na esfera pública de forma a influenciar o sistema político. As disputas, antagónicas, entre por um lado os hacktivistas e por outro as grandes corporações e estados, demonstram a importância de um espaço livre, democrático e acessível a todos os indivíduos.

A Internet é um espaço de deliberação, mas também um espaço de confronto no qual o consenso não poderá sempre ser alcançado. Os hacktivistas são os indivíduos que estão dispostos a garantir tal espaço, inclusive para a deliberação. Se esta disputa entre as duas partes (hacktivistas e corporações/estados) não for ganha pelos primeiros, o que vinha sendo uma esperança para alguns teóricos democráticos, de fortalecimento da democracia através de uma esfera pública alargada (com o aumento da qualidade e da quantidade de discursos) terá se tornado um simples sonho em uma noite de verão.

Referências Bibliográficas

BOBBIO, Norberto (1986) “*O Futuro da Democracia - uma defesa das regras do jogo*” - Rio de Janeiro: Paz e Terra.

CASALEGNO, Federico & McARA – McWILLIAN, Irene. (2003), *L’universel avec tonalité. Dynamiques de communication dans les environnements multimédias d’apprentissage*. In : Sociétés – Technocommunications, nº 79

CHAMBERS, Simone. (2003), *Deliberative Democratic Theory*. In: Annual Review of Political Science. Vol. 6.

CORREIA, João Carlos. (2004), *Comunicação e Cidadania – Os media e a fragmentação do espaço público nas sociedades pluralistas*. Lisboa: Livros Horizonte.

DAHL, Robert A. (1989) “*Um Prefácio à Teoria Democrática*” Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor:

DOWNING, John D. H. (2001), *Radical Media – Rebellious communication and social movements*. Thousand Oaks: Sage Publications.

FISHKIN, James S. and LASLETT, Peter. (2003), *Debating Deliberative Democracy*, Oxford: Blackwell Publishing.

FROOMKIN, A. Michael. (2003), *Designing Virtuous Circles*, paper presented at the congress Democracy in the digital age, Yale Law School.

GUTTMAN, A. and THOMPSON, D. (2003), *Deliberative Democracy Beyond Process* In: FISHKIN, J. and LASLETT, P. Debating deliberative democracy. Oxford: Blackwell Publishing, pp. 80-101.

HABERMAS, Jürgen. (1996), “Three normative models of democracy”, in *Democracy and difference. Contesting the boundaries of the political*. Princeton: Princeton University Press, pp. 21-30.

HABERMAS, Jürgen. (1997), *Direito e democracia – entre facticidade e validade*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro. Vols. 1 e 2.

MISA, Thomas J., BREY, Philip and FEENBERG Andrew. (2003), *Modernity and technology*. Massachusetts: MIT Press.

MITCHELL, William (2003) *Wireless space and public discourse*, paper presented at the congress Democracy in the digital age, Yale Law School.

MOUFFE, Chantal. (2000). *The Democratic Paradox*. London: Verso.

NORRIS, Pippa. (2002), *Democratic Phoenix – Reinventing political activism*. Cambridge University Press.

NORRIS, Pipa. (2003). *Preaching to the converted? Pluralism, Participation and Party Websites*. In: Party Politics – Special Issue: Party Politics on the Net. Volume 9, number 1.

SANTOS, Boaventura de Sousa e AVRITZER, Leonardo. *Para ampliar o cânone democrático*. In: SANTOS, Boaventura de Sousa, (2003). Democratizar a democracia. Porto: Afrontamentos.

SANTOS, Boaventura de Sousa (2000), *A crítica da razão indolente – contra o desperdício da experiência*. São Paulo: Cortez Editora, 2000.

SCLOVE, Richard E. (1995), *Democracy and Technology*. New York: The Guilford Press.

SHAPIRO, Ian (2003), *Optimal Deliberation*. In: FISHKIN, J. and LASLETT, P. Debating deliberative democracy. Oxford: Blackwell Publishing, pp. 80-101.

SLATER, Don (2003), *Modernity under construction: building the Internet in Trinidad*. In: MISA, J. Thomas, BREY, Philip and FEENBERG, Andrew Modernity and technology Cambridge: MIT Press.

SUSNTEIN, Cass R. (2003), *The law of group polarization* In FISHKIN, J. and LASLETT, P. Debating deliberative democracy. Oxford: Blackwell Publishing, pp. 80-101.

THOMAS, Douglas (2003) *Technologies of resistance* paper presented at the congress Democracy in the digital age, Yale Law School.

WILHELM, Anthony G. (2000), *Democracy in the digital age*. New York: Routledge.

YOUNG, Íris Marion (2003), *Activist Challenges to Deliberative Democracy*. In: FISHKIN, J. and LASLETT, P. Debating deliberative democracy. Oxford: Blackwell Publishing, pp. 102-120.

Sites

www.thehacktivist.com/hacktivism.php (acessado em 08/04/2005)

www.artzine-journal.com/site. (acessado em 08/04/2005).

Weblogs e Jornalismo On-line: novas possibilidades para a expressão das identidades na esfera pública

João Carlos Correia
Universidade da Beira Interior

A relação profunda que as ciências da comunicação têm com a filosofia como laboratório conceptual decorre de uma convicção: antes de fazer uma sociologia da comunicação – uma descrição de causalidades sociais ancoradas no trabalho empírico – é necessário elaborar uma teoria comunicativa da sociedade. Esta opinião conduziu à utilização de conceitos provenientes da teoria política (esfera pública) e da fenomenologia: mundo da vida. O primeiro – a esfera pública – continua a descrever o espaço de intervenção cívica onde prevalece uma racionalidade dialógica. O segundo descreve, com o recurso à Fenomenologia da Sociedade, a esfera da vida quotidiana em que se compartilham significados objectivos de natureza social e cultural que conferem sentido e densidade às identidades.

Este texto parte do pressuposto da existência de realidades múltiplas na vida social e, como tal, reconhece estas duas dimensões como províncias de significado diversas, dotadas de formas diversas de relação entre a consciência e a realidade. A primeira província de significado referida – a esfera pública – diz respeito à esfera da elaboração racional da vontade colectiva com vista à transformação das condições sociais existentes. A segunda, o mundo da vida, diz respeito à vida quotidiana, sendo marcada por uma certa aceitação pragmática de significados objectivos. O mundo da vida é o lugar da cultura e da socialização: o espaço da pertença. A atitude cognitiva própria do mundo da vida é a atitude natural, o reconhecimento da familiaridade e da tipicidade. A atitude cívica e o espaço público

implicam a abertura à diferença e são um espaço de desenraizamento e de imaginação emancipatória.

I. O espaço público e a crítica à universalidade

São conhecidas as conceitualizações de esfera pública que foram objecto de recepção nos estudos sobre comunicação e política. Em especial, para uma concepção, estudada, sob ângulos diversos mas com muitos traços comuns, por Dewey (1927), Gouldner (1976) ou Habermas (1982), tal instância surgiu como uma forma emergente de sociabilidade onde os cidadãos se reúnem e discutem a informação portadora de sentido para a análise dos assuntos de interesse colectivo (cfr. Gouldner, 1976, 98). Destas abordagens, surgiu a idealização de um modelo, onde se verificariam os seguintes pressupostos: a) Todas as vozes relevantes poderiam ser escutadas; b) A conversação era mantida graças ao respeito por uma norma de organização do discurso que remete para o uso do melhor argumento disponível no estado de conhecimento presente; c), Todos os participantes interviriam, finalmente, numa situação de igualdade recíproca (Benhabib, 1992, 88).

Nesta concepção de esfera pública, é referida, com abundância de argumentação, a importância da imprensa na criação da esfera pública burguesa nos séculos XVII e XVIII. O público burguês não podia ter existido sem uma imprensa regularmente publicada e acessível que cresceu e se desenvolveu graças ao impulso inicial fornecido pelas exigências da publicação de informação mercantil e financeira (Habermas, 1982, 16).

Com o advento do Iluminismo, das revoluções burguesas e o alargamento do sufrágio, a imprensa tornar-se-ia um órgão de inquirição do poder pelo povo. A vigilância exercida sobre o poder pela Imprensa ajudava a produzir um público organizado e articulado necessário à democracia.

De acordo com a forma de sociabilidade predominante nesta

instância social, a interacção seria analisada como a acção comum partilhada pelos membros de um grupo e entre um medium e os membros desse grupo. O público aspiraria a transformar as suas opiniões em projectos. Teria capacidade de reagir perante os projectos e opiniões alheias e dispõe de uma capacidade crítica que lhe permite comunicar e expor entre si os seus argumentos. Procuraria legitimar as suas acções e enunciados e questionar a legitimidade das acções e enunciados alheios, exclusivamente em função da sua maior ou menor racionalidade intrínseca (Correia, 1998, 8).

Uma parte significativa desta abordagem centrou-se na análise da dissolução desta esfera, incisivamente associada ao triunfo da indústria mediática: o raciocínio crítico transformou-se em consumo e a comunicação pública dissolveu-se em actos de recepção isolada. Considerou-se que os *media* eram responsáveis pela massificação da cultura e pela mutação da opinião em instrumento de interesses particulares. Assistiu-se a uma criação artificial de agendas em função da profissionalização da política a qual deixou cada dada espaço ao profissional para quem só conta a exibição da eficácia e performatividade da mensagem. A esfera pública foi contaminada, através dos *media* pela lógica de interesses particulares e transformou-se em instrumento de manipulação.

Segundo o esquema da Teoria Crítica de génese frankfurtiana que ainda orientou *Mudança Estrutural da Esfera Pública*, assistiu-se, primeiramente, à emergência de uma esfera pública que colocou a exigência de comunicar o pensamento, de forma racional e igualitariamente repartida, no cerne da própria actividade política democrática. Depois, foi a transformação mercantil das mensagens. Finalmente, foi o aparecimento, no lugar dos públicos, de uma forma de sociabilidade geralmente designada por “massa”, em relação à qual a ausência de interacção constitui um traço dominante.

Reconhecendo as ambivalências inerentes ao espaço público, a tese inicial sobre a configuração do espaço público conheceu uma considerável evolução. A esfera pública está numa dupla tensão entre a facticidade da configuração efectiva das suas estruturas comunicativas,

designadamente os dispositivos tecnológicos de mediação simbólica, e a normatividade da Sociedade Civil que continua a introduzir elementos de aprofundamento democrático que contribuem para influenciar esse espaço. Independentemente das controvérsias, é possível detectar três traços da evolução posterior das condições de regulação e/ou funcionamento efectivo do espaço público:

a) O primeiro traço é o aprofundamento e regulamentação jurídica dos princípios da liberdade de expressão, informação e opinião. As constituições democráticas quando comparadas com a situação vigente no século XVIII traduziram, quase sempre, um tratamento cada vez mais progressivo destes conjuntos de direitos. A própria obra de Habermas evoluiu para uma reflexão que assenta na existência de uma esfera pública relacionada com as condições de funcionamento do Estado de Direito Constitucional; b) O segundo traço é o surgimento de indústrias da informação, da cultura e do entretenimento associadas à comunicação de massa; c) o terceiro elemento foi a consolidação dos campos sociais constituídos pelas culturas profissionais dos vários campos de comunicação. Este é o sector onde se perspectivam maiores contradições graças ao choque produzido pela Internet, pelo jornalismo *online* e, mais recentemente, pela blogosfera. A estes três elementos há a acrescentar as condições de fragmentação cultural que se fazem surgir em torno das identidades, nomeadamente do género.

Uma das principais críticas a este modelo – que continuou, aliás, a originar controvérsias em torno do ideal de democracia deliberativa – proveio das correntes feministas cujas teóricas mais destacadas criticaram o que consideravam ser o universalismo abstracto inerente ao ideal da esfera pública. Tal universalismo, ao remeter para a esfera privada, um certo conjunto de elementos como sejam a desigualdade no acesso ao trabalho ou a violência sobre as mulheres, omitiria factores que têm repercussões sérias e incontornáveis na liberdade individual, nas liberdades cívicas e no acesso à cidadania.

Sobre este assunto, Nancy Fraser (1992, 117-119) foi ao cerne da natureza comunicacional do discurso público. O tipo de protocolo e de estilo vigente no próprio espaço público era, afinal, marca de

dominação social que funcionavam precisamente para marginalizar as mulheres. Na linha da crítica efectuada por Foucault, a produção do discurso é ao mesmo tempo seleccionada, organizada e distribuída por um certo número de procedimentos (aqueles que funcionam do exterior) que funcionam como sistemas de exclusão.

A controvérsia acerca dos temas relacionados com a presença do género no modelo do espaço público burguês e na posterior teorização da democracia deliberativa é extensa e levou a sucessivas reconfigurações do modelo. A estratégia seguida neste texto é assinalar algumas das dificuldades que se relacionam directa ou indirectamente com a emergência das identidades em geral e do género em particular, chamando a atenção para os elementos de natureza comunicativa que podem, simultaneamente, constituir-se como desafios e possibilidades para o desenvolvimento desta problemática.

II. Transformações no espaço público

Verificam-se hoje um conjunto de transformações radicais nas relações entre público e privado que se traduziram numa reconfiguração da esfera pública. Mesmo sem abandonar o conceito, há um conjunto de desafios que nos incitam a repensá-lo, de um modo que se confronte com a imensidão de transformações que põem em causa os excessos de arquitectura conceptual tão caros à chamada grande teoria. Tais desafios, provém, entre outros dos seguintes factores:

Factores sociais: Desde logo, há que sustentar a existência de transformações relativas ao sistema social que contribuíram para a alteração das relações tradicionais entre público e privado. Tais transformações estão ligadas a fenómenos diversos: a evolução do mercado com a formação de novos segmentos de consumo, as consequências religiosas e culturais dos fluxos migratórios, nomeadamente as alterações de costumes e do estatuto da mulher e a enfatização das diferenças identitárias em torno de temas como a

religião, a região, o género ou o ambiente, a crise de legitimidade dos sistemas políticos e a fragmentação dos movimentos sociais.

Uma vez superadas as soluções colectivas seculares que visavam a transformação do homem e da sociedade (isto é, as utopias que marcaram o século XX), a tendência de muitos movimentos sociais tem sido a de abandonar os debates políticos tradicionais para se debruçarem sobre as questões relacionadas com a vida quotidiana. Os direitos do ambiente e a atenção sobre alguns temas de natureza identitária constituíram uma agenda mais centrada nos problemas da vida quotidiana em detrimento de uma agenda vocacionada para a utopia, a emancipação e a transformação social, que marcara a segunda metade do século XIX e a primeira metade do século XX.

“as mudanças sociais são tão grandiosas como os processos de transformação tecnológicos e económicos. Apesar de todas as dificuldades no processo de transformação da condição feminina, o patriarcado foi atacado e abalado em muitas sociedades. (...) as relações de género tornaram-se na maior parte do mundo, num domínio de disputas em vez de uma esfera de reprodução cultural. Há uma importante redefinição das relações entre as mulheres, homens e crianças e, conseqüentemente, da família, da sexualidade e da personalidade. A consciência ambiental penetrou as instituições da sociedade e os seus valores tornaram-se politicamente apelativos (...). Os sistemas políticos estão mergulhados numa crise estrutural de legitimidade, periodicamente arrasados por escândalos, dependentes dos média e da liderança personalizada e cada vez mais isolados dos cidadãos. Os movimentos sociais tendem a ser fragmentados, locais, com um objectivo único e efémeros, ora fechados nos seus mundos interiores ora brilhando por um instante em torno de um símbolo dos «media». Num mundo de mudanças confusas e incontroladas, as pessoas tendem a reagrupar-se em torno de identidades primárias: religiosas, éticas, territoriais e nacionais. O fundamentalismo religioso, cristão, islâmico, judeu, hindu e até budista (o que parece ser um contra senso) é provavelmente a maior força de segurança pessoal e mobilização colectiva nestes anos conturbados” (Castells, 2002, 3).

Um dos traços que importa ter em conta na transformação das relações entre o público e o privado consiste na metamorfose verificada no plano

da construção da identidade, a qual já não se configura por referência aos agentes de socialização tradicionais. Os indivíduos tornam-se os agentes prioritários da sua vivência mediada hegemonicamente pelo mercado, o qual penetra, com escassez de resistência, no universo sócio-cultural. Porém, este fenómeno não pode ser objecto de uma leitura linear, pois também gera entropia, novas possibilidades e estilos de vida. Muitos destes modos de afirmação individual ou colectiva da diferença, mesmo quando rapidamente absorvidos pela universalização da mercadoria, traduzem uma rejeição, mesmo que fugaz de modos convencionais de vivência identitária.

Factores comunicativos: Em segundo lugar, há que focar transformações no sistema comunicativo. Esta transformação estrutural manifesta-se, primeiramente, através da segmentação dos fenómenos de produção e recepção. Para tal contribuem as “Novas Tecnologia Multimédia”, a Internet, a Televisão por cabo e satélite, a regionalização dos *media* de massa. Estas transformações fazem-se sentir, de modo significativo, a quatro níveis:

A um primeiro nível, reflectem e dinamizam as mudanças estruturais verificadas na relação entre público e privado. A aceleração das mutações sociais, a emergência de novas identidades sociais e colectivas surgem directamente associadas seja a transformações tecnológicas como a miniaturização dos *media*, ao surgimento de *mediainteractivos*, à descoberta e proliferação das redes;

Ao nível da escrita digital emerge uma cultura que parece conviver com a busca de uma nova retórica, de um modo de expressão, centrada na predominância de signos icónicos e na proliferação de possibilidades de remissão entre páginas, imagens e sons. Sob o ponto de vista da análise mcluhanista, as novas tecnologias abriram espaço para um ambiente – frio – na exacta medida em que se multiplicam as possibilidades de participação dos receptores. Apesar da rejeição do determinismo tecnológico e da euforia messiânica que macula alguns textos do canadiano, não deve haver muitas dúvidas do impacto que o uso de um *medium*, em especial de um *medium* que

conquiste uma determinada hegemonia cultural, tem sobre a cultura e até sobre a vivência civilizacional. Os textos de Walter Benjamin (1987) já anteviam as possibilidades que a técnica continha em termos de transformação das produções de emissão e percepção da cultura resultantes da sua aproximação em relação à vida quotidiana. A reprodutibilidade era apenas uma dessas formas de aproximação que hoje se traduz noutro tipo de fenómenos como a interactividade. As abordagens de Vattimo (1992), nomeadamente a sua crença na passagem da utopia à heterotopia, caracterizada pela ideia central de libertação da diferença, transportaram para o mundo da sociedade da informação contemporânea as profecias de Benjamin.

Quando se navega na rede e se acede a *blogs* ou comunidades virtuais temos a imediata percepção de que o triunfo dos valores icónicos e figurativos, a presença obsessiva da ideia de construção do *self* é um traço comum a essas formas de expressão que reflectiu muito do ambiente cultural do século que já deixou uma marca importante.¹

Em segundo lugar, as transformações ao nível comunicativo são extraordinariamente poderosas ao nível das discussões que dizem respeito à vida política. Há um défice de legitimidade que se parece acentuar de tal modo que parecem proliferar exemplos de descodificação diferenciada. As inesperadas dificuldades sentidas pelo anterior Governo espanhol revelam como se tornaram difíceis certas formas tradicionais de relacionamento com os *media* de massa. As manifestações que precederam as eleições em que Aznar perdeu o poder parecem ser um bom exemplo da descodificação oposicional referida por Hall em *Encoding/Decoding* (1980): um tipo de situação em que o discurso do emissor enfrenta uma desconfiança crescente por parte do receptor, o qual começa por ler nas entrelinhas versões

¹ Há *blogues* que constituem um exemplo desta afirmação: QueerFashion é talvez um dos bons exemplos dessa obsessão: <http://queerfashion.blogspot.com/>. Porém, a mesma se pode encontrar noutros espaços: no espaço, justa ou injustamente inesperado, de um *opinion maker*: <http://abrupto.blogspot.com/>; ou no espaço icónica e politicamente militante de Guerrilla Girls: <http://www.guerrillagirls.com/>.

distintas daquela que é a versão oficial para acabar por a rejeitar firmemente.

Em terceiro lugar, sente-se uma dificuldade crescente em admitir uma única forma de racionalidade no interior do sistema mediático. Normalmente, as discussões sobre as relações entre o jornalismo e a realidade são marcadas por uma distinção, pelo menos de natureza analítica, entre uma pragmática do saber narrativo e uma pragmática do saber científico. A narrativa é ligada ao saber tradicional e determina o que é preciso dizer para ser ouvido, o que é preciso escutar para poder falar e que desempenho é necessário realizar para poder ser aceite e, consequentemente, objecto de uma narrativa. No saber objectivo – influenciado pela crença positivista – pressupõe-se que o enunciador diz a verdade acerca do referente. Apresenta-se como predominantemente denotativo e o seu critério de aceitabilidade é o valor de verdade. Pressupõe a existência de enunciados verificáveis por argumentação e prova e implica a afirmação de algo novo relativo a enunciados anteriores (Lyotard, 1989, 55-61).

Feitas as devidas reservas, é aceitável pressupor que, ao nível dos relatos noticiosos em que predomina o saber narrativo, constata-se que a linguagem do jornalismo implica a existência de um conhecimento prévio, de pré-conceitos sobre o que é a norma e o desvio no seio de uma comunidade. Porém, ao mesmo tempo que evidencia proximidade ao saber narrativo, o relato jornalístico, traz dentro de si uma ambição de veracidade que pressupõe a hegemonia do uso cognitivo da linguagem e a atribuição do monopólio desta forma de saber a instituições e profissões adequadas.

Não é preciso ir muito longe para compreender que esta «gramática do mostrar» que – que não é apenas do mostrar, mas também do seduzir e do tornar apelativo – predomina na chamada espectacularização da informação. Porém, já não se partilha da ideia que uma conduza necessariamente à outra. Com este comentário, pretende-se chamar a atenção para os excessos de uma narrativa racionalista sobre os *media* e o jornalismo, em particular. Peter Dahlgren e Colin Sparks (1992, 7) chamaram a atenção para o facto de as concepções vigentes

nas práticas discursivas dos jornalistas dizerem sobretudo respeito às *hard news* que se referem a uma certa concepção de espaço público e ao sistema político. Analisou-se o carácter metonímico dos discursos dominantes sobre jornalismo os quais deixam de forma muitos géneros. As alterações verificadas ao nível económico, político e cultural evoluíram claramente no sentido de possibilitar espaços de contaminação entre estas gramáticas: a do discurso narrativo e a de um discurso meramente denotativo.

Porém, se é verdade que uma das formas pelas quais esta contaminação se faz sentir é o *infortainment*, o sensacionalismo e o apelo à «lágrima fácil» também importa tornarmo-nos conscientes que a racionalidade estético-expressiva relacionada com a agradabilidade e a emoção nunca estiveram afastadas da narrativa jornalística. Em 1927, George Herbert Mead já escrevia em *A Natureza da Experiência Estética*:

“Há alguns campos específicos como a gestão de bens ou resultados eleitorais em que o valor da verdade das notícias se mantém absoluto. Fora desses campos, e quanto mais longe deles, o que mais vale é o entretenimento, o valor de consumo, a amplitude do valor do conjunto das notícias postas no mercado. O repórter é geralmente mandado atrás de uma história não de factos. Além disso, os jornais são órgãos, órgãos de grupos razoavelmente definidos. Estes querem que as notícias sejam tão próximas quanto possível do que delas esperaram. É esta a essência do imaginário – o resultado dos prazeres imaginados – que dita as práticas da imprensa diária. (...) (Cfr. Mead, 1927, 301-302 citado por Ponte, 2004, 53).

Muita da pesquisa sobre o jornalismo parte de um ponto de vista pré-freudiano de homem racional. Porém é difícil deixar de assumir que as pessoas, mesmo nos seus papéis como audiências da informação jornalística, podem manifestar uma subjectividade preenchida por medos e desejos que, frequentemente, funcionam ao nível inconsciente. Para alguns autores, esta tomada de consciência permitiu o aprofundamento dos temas associados ao quotidiano, gerando espaços onde seria possível reavaliar os prazeres da feminilidade e

masculinidade, presente em todo um considerável número de revistas de fim-de-semana. Esta transformação estaria relacionada com uma feminização da escrita associada a uma relevância dos temas de interesse humano, relacionados com consumo, educação e política social, expressos nas chamadas *soft news* (Van Zoonen, 1998 apud Maria João Silveirinha, 24; Silveirinha, 2004, 19; 23-24).²

Em quarto lugar, emergem possibilidades efectivas de criar espaços de observação que exercem a sua vigilância crítica sobre os *media* que pertencem ao *mainstream*, para, em seu lugar, veicular visões alternativas produzidas no exterior do *establishment* mediático.

O jornalismo tem de encarar um fenómeno novo que se configura como uma espécie de efeito paradoxal ou perverso da mediatização generalizada da opinião pública: o poder dos *media* tornou-se um dos temas objecto de atenção, interesse e controvérsia na esfera pública, gerando fenómenos diversos curiosos no que respeita à sua própria avaliação e funcionamento. Desde logo, verifica-se uma apetência generalizada das elites políticas e académicas para produzirem, com alguma recorrência, reflexão sobre essa matéria.³

Surge uma tendência da sociedade civil para promover o debate sobre o tema da cobertura mediática. A visibilidade dos temas agendados pelos *media* e a configuração que lhes é conferida pelas visões do mundo dos jornalistas organizados enquanto comunidade interpretativa também se confronta com a opinião do cidadão comum na sua vida quotidiana, a qual se difunde através de espaços informais.

Factores políticos: as recentes transformações verificadas ao nível dos *media* e os debates exacerbados sobre a sua substância, trajectória e efeitos colocam importantes desafios de natureza política: como

² Em muitos blogues sente-se este conjunto de transformações de natureza retórica, estilística e temática: veja-se o caso da Bomba Inteligente: <http://www.bomba-inteligente.blogspot.com/>

³ Não é por caso que se multiplicam os *blogues* sobre Jornalismo: o espanhol Periodistas 21 (<http://periodistas21.blogspot.com/>) é o exemplo de um *blogue* que reflecte sobre o jornalismo, os jornalistas e os *blogues*.

equacionar e tornar operativas os aspectos da vida que as mudanças relacionadas com a transmissão de informação e a generalização da comunicação estão a produzir; e, como utilizar essas transformações para promover mudanças sociais que originem uma sociedade mais igualitária e democrática, aberta à pluralidade e ao respeito pela diferença? Face às poderosas mutações estruturais da esfera pública, resultantes dos fenómenos simultâneos e imbricados entre si da globalização e da fragmentação cultural, tornou-se impossível deixar de prestar atenção ao que se afigura como susceptível de transportar consigo o aumento da complexidade e da indeterminação.

A hegemonia das elites confronta-se com as contradições que se verificam entre elas, com lógicas de interesses conflituais e com a voracidade dos *media* e as pressões da opinião pública. Esta questão torna-se particularmente visível quando a temática é o género: proliferam, nomeadamente na rede, *media* comunitários que perseguem uma lógica de denúncia tornando visíveis a existência de formas de discriminação identitária, nomeadamente associadas ao género.⁴

A esfera pública já não é só o lugar de uma sociedade de comunicação consigo mesma, mas é também o lugar de comunicação de sociedades, tradições e identidades distintas entre si. A democracia é um jogo de linguagem e de ordenamento do espaço público no qual se dá como possível a novidade de que as minorias também possam ser emissoras e no qual as relações entre valores se revelam conflituais e contraditórias.

Factores de natureza teórica: Na sequência de uma tomada de consciência deste conjunto de fenómenos, surgem transformações de natureza teórica que evidenciam a necessidade de um olhar atento ao conjunto de factos sociais difíceis de contornar que se relacionam directamente com o espaço público. Esse olhar atento implica que se tenham em conta a um conjunto importante de contributos teóricos, como sejam a importância atribuída por Stuart Hall aos fenómenos

⁴ Eis um exemplo (demasiado) óbvio: <http://www.mulheresmarias.blogspot.com/>

codificação e decodificação nos estudos de audiência, relacionando-os designadamente com grau de assimetria verificada nas relações entre produtor e receptor (Hall, 1980); o contributo dado pelo modelo teórico dos usos e gratificações graças ao conceito de audiência activa (Wright, 1974, 197-212); as aproximações feministas, designadamente as contestações dos textos e formatos que consolidam certo modo de determinação do género (Ang, 1985); as diversas hipóteses teóricas que relevam a relação entre os *media* e a cultura do quotidiano. Todos estes trabalhos partilham do ponto de vista comum segundo o qual os textos noticiosos têm diferentes significados de acordo com os diferentes contextos em que as audiências se encontram envolvidas.

À medida que a sociedade cresce mais complexa e multifacetada, mais ela é experimentada de um modo pluralista. As audiências decodificam ou interpretam os textos mediáticos de acordo com as circunstâncias sociais e culturais em que os receberam e de acordo com a forma como experimentaram subjectivamente essas circunstâncias no âmbito da sua “comunidade interpretativa”, termo disponibilizado para se referir a grupos de pessoas que fazem uma interpretação comum de um texto (Ang, 1995, 214). Os liberais já não têm mais o monopólio do pensamento pluralista. Verifica-se mesmo uma dissolução das clivagens teóricas entre os pesquisadores conotados com a esquerda, orientados para aproximações holísticas e privilegiando o «macro» e o interesse pelos problemas microssociológicos (Férry, 1995, 55). Deixou de fazer sentido – pelo menos de uma forma como tinha sido imaginada pela ortodoxia da Crítica da Cultura de Massa – a concepção de Teoria Social que estava imanente nas formulações mais apocalípticas sobre as capacidades manipuladoras dos *media*. É evidente que o jornalismo tende a favorecer uma construção social da realidade com vocação ordenadora. Simplesmente, nas sociedades diferenciadas, à medida que as acções e relações sociais são mais e mais coordenados através da comunicação, o poder torna-se cada vez mais dependente da aceitação de definições da realidade, que dependem de públicos conflituais, dotados de poder de afirmação diversos. No caso específico da análise do género, a deslocação de agendas aqui referida

também se viria a traduzir na transformação de problemáticas.

A primeira vaga de análises políticas da temática do género surgidas com as vagas de feminismo militante e igualitarista dos anos 60 e 70, foram identificadas com várias formas de protagonismo político quer liberal quer sobretudo marxista, que se desenvolveram em torno de Kate Millet e Shulamit Firestone. Algumas feministas radicais consideram o sexo como uma forma de opressão independente da classe social, e o patriarcado como anterior ao capitalismo. Este ponto de vista criticou a existência de uma ordem natural, biologicamente sancionada, que coloca as mulheres numa posição subordinada ao homem, enfatiza a importância das tecnologias de controlo da reprodução e as técnicas de reprodução medicamente assistida como modo de assegurar a autonomia e possibilidade de escolha livre da mulher (Firestone, 1970, 12). As mulheres teriam o primeiro grupo oprimido e a relação homem-mulher era encarada como o paradigma de todas as relações de poder (Millet, 1970, 25). Assim, só o controlo sobre as tecnologias da reprodução poderá garantir a extinção da divisão desigual de trabalho na diferença biológica. De certo modo, esta forma de pensamento acabou por pautar-se pela defesa de uma espécie de androgenia cultural onde as diferenças entre masculino e feminino fossem reduzidas ao mínimo.

A segunda vaga de feminismo que se às derivas de natureza radical anteriormente referidos insistiu na distinção entre sexo (biologicamente determinado) e sexo (culturalmente determinado). As contribuições da semiótica, do estruturalismo e do pós-estruturalismo chamaram a atenção para a construção discursiva do género e tornou cada vez mais evidente a necessidade da representação da mulher nas revistas, nos jornais, no cinema e, mais recentemente, no ciberespaço. Dentro das várias formas de análise já referidas, o género ganhou um papel especial. No âmbito dos estudos culturais, David Morley estudou em *Family Television* (1976) as relações de poder verificadas no interior das famílias em torno da selecção das programações. A holandesa Ien Ang (1985) produziu o clássico *Watching Dallas: Soap Opera and the Melodramatic Imagination*, no qual estudou, com base em

cartas enviadas pelas espectadoras, a forma como estas procediam à decodificação diferenciada da mensagem. Com efeito, apesar da série *Dallas* estar carregada de estereótipos relativos à mulher, Ang concluiu que as audiências, por maior que fosse o prazer retirado da fruição do programa, não deixavam de estabelecer distinções e construir um discurso próprio sobre a condição feminina.

Do lado da Teoria da Construção Social da Realidade, o mesmo é dizer da abordagem fenomenológica da sociedade protagonizada, em especial por Alfred Schutz (1967), já não se trata apenas de estudar os *media* do ponto de vista de uma teoria dos efeitos mas do ponto de vista de uma Teoria Social mais vasta: para identificar a percepção da política pelas pessoas comuns no mundo da vida há que perceber como é que estas atribuem sentido às suas práticas quotidianas, como é que discutem os assuntos políticos e chegam a acordos, como definem o seu caminho por entre as informações provenientes dos *mass media* e os raciocínios populares e do senso comum, como é que se envolvem ou não em acções colectivas e quais os esquemas de interpretação que, eventualmente, as poderão conduzir a esse envolvimento.

Torna-se cada vez mais importante para os pesquisadores sociais compreender a dimensão da recepção de significado, apropriação e aplicação das mensagens dos *media* nos mundos da vida dos espectadores ou ouvintes. Os cidadãos formam as suas opiniões no cruzamento de diferentes acervos de conhecimentos e quadros de relevância, resultantes da combinação de informação radiofónica e televisiva, experiência pessoal própria e juízos popularmente partilhados. Apesar da sofisticação e da omnipresença dos *mass media*, as pessoas acabam por inserir as mensagens de rádio e televisão nos seus sistemas quotidianos de coordenadas existenciais. A sua eventual participação no espaço público e em movimentos cívicos dificilmente poderá fazer-se se tiver como contrapartida a ruptura abrupta um saber adquirido na quotidianidade. A experiência de outras províncias de significado finito pode servir para introduzir modificações na vivência e na experiência da província-padrão do mundo da vida. Porém, a imaginação colectiva ou o interesse cívico não podem

perder a sua relação com a realidade-padrão do senso comum, a qual inclui constrangimentos económicos e ecológicos, relações de força políticas, distribuição social de conhecimento, estruturas simbólicas e de imaginário, etc. A questão consiste em transformar estes constrangimentos não numa dificuldade mas numa oportunidade. Nesse sentido, Gaye Tuchman (1978), num trabalho clássico, para além de ter sido a primeira autora a transpor a obra de Schutz para a Teoria da Notícia, trabalhou consideravelmente as tipificações que resultam das rotinas no mundo da vida e a forma como estas se transformam numa «aniquilação do feminino».

A teoria das realidades múltiplas, também ela proveniente das análises fenomenológicas da sociedade, desenvolveu a tese segundo a qual os indivíduos podem transitar da província de significado finito do mundo quotidiano para outras províncias de significado finito mais distantes da atitude natural e do senso comum. Esta ideia foi explorada no sentido de identificar o jornalismo em geral, (e o webjornalismo em particular) como forma privilegiada de mediação entre a província de significado finita do mundo da vida quotidiana e outras províncias de significado finito como sejam as da estética da política ou da ciência. Foi explorada de uma forma ainda mais radical por autores que admitem a hipótese segundo a qual nas sociedades contemporâneas, a flexibilidade na migração entre várias províncias de significado finito potencia a experiência de identidades fragmentadas.⁵

Finalmente, há um problema estrutural que apela a repensar um campo de estudos clássico das Ciências da Comunicação. O erro de fundo na sociologia da comunicação e da reflexão acerca da opinião pública continuou a fazer-se sentir no facto de os grupos primários

⁵ Regressemos ao Blog Queer Fashion (<http://queerfashion.blogspot.com/>). A estética que remete para uma aparente feminilidade, pelo menos aos olhos menos argutos ou mais crentes na ideia de que a moda é um assunto feminino, é enganadora como se pode verificar pelo perfil: <http://www.blogger.com/profile/2657041> Porém, se voltarmos a olhar para a página principal do Blogue um pequeno *cartoon* dos fantásticos Calvin e Hobbes mostram que há uma consciência por parte do *blogger*: o pequeno *cartoon* retrata o espanto provocado pela aparição de algo que não tem os contornos exactos do que era esperado.

se oporem aos *media* entendidos como centros emissores que ocupam uma posição piramidal. Ora, a atenção que deve ser dada à presença dos *media* – que se entende por fundamental – tem a ver com o facto de ser impossível opor os *media* aos grupos, graças nomeadamente à onnipresença dos primeiros e à importância que as relações simbólicas têm vindo a adquirir na constituição dos próprios grupos, dos diferentes espaços públicos e até na consolidação e na problematização das formas de vida.

III

Neste texto, a apreciação dos *blogs* e do *webjornalismo* de natureza cívica aceita como um pressuposto a existência de uma tradição democrática ligada ao jornalismo. Para além do trabalho desenvolvido por Habermas (1982) que demonstrou a presença histórica da imprensa na formação da consciência democrática europeia há uma tradição americana que encontra em John Dewey (1927) a sua mais vigorosa expressão e que enfatiza a importância da leitura da imprensa na transformação da democracia, designadamente ao permitir aos cidadãos a possibilidade de ascenderem à conversação informal sobre assuntos de interesse colectivo. Este pressuposto implica uma particular reflexão sobre o jornalismo. O jornalismo tem vivido entre duas tradições: a pesquisa de factos e o *storytelling*. Resta acrescentar uma terceira possibilidade. Para além de não deixar de se considerar os aspectos mais interessantes destas duas formas de jornalismo, o qual se não esgota em qualquer dos pólos opostos (um jornalismo frio e sem chama ou um jornalismo trivial e fascinado pela sensação fácil) sugere-se uma forma outra de conseguir o desejado equilíbrio que pode além das suas potencialidades superar os problemas mais relevantes as duas hipóteses extremas: o apelo ao diálogo público que se expressa na ideia de jornalismo cívico. Tal forma de jornalismo chamaria a atenção para a necessidade de uma consciência reflexiva susceptível de se compatibilizar com as mais recentes teorizações de «público»,

«sociedade civil» e «democracia deliberativa», concepções estas que já abandonaram algumas das mais visões mais idealistas e pouco eficazes de realização de comunidades ideais (Rosen, 1999, 32-33). Tal como o jornalismo ajudou a alimentar as esperanças democráticas do século XIX, criando públicos informais de conversação política que, em retorno, alimentaram o ambiente propício à importância crescente da imprensa, um jornalismo mais próximo dos seus públicos encontrará provavelmente em organizações informais da sociedade civil os interlocutores que chamam a atenção para as questões quotidianas tantas vezes esquecidas pela grande política.

No contexto desta narrativa, os novos *media*, designadamente a Internet, vieram reavivar uma inflação de esperança alimentada por possibilidades ainda escassamente testadas. Para Cicilia Peruzzo (2004, 72-79) o ciberespaço permite novas possibilidades interactivas e o uso de uma linguagem não linear que contribui para a formação de um cidadão jornalista. Abre espaços que permitem a diversificação e a inclusão de novos meios e associações (jornais e boletins comunitários de associações, ONGs, associações culturais, sindicatos, centros de pesquisa, etc.) no cenário dos já existentes; abre espaço para a criatividade e inovações de linguagem ao facilitar a experimentação amplifica a diversificação de emissores e consequentemente dissemina novos conteúdos, amplia as fontes (cidadãos, associações) e modifica os critérios de selecção do que venha a ser noticiado, o que favorece o pluralismo de ideias e a ampliação da agenda pública.

Feitas as devidas reservas, e sem que se pretenda ter por adquirido o estabelecimento de paralelismos inadequados à diferença de circunstâncias histórico-culturais, podem-se detectar nos *blogs* e no webjornalismo de vocação cívica, alguns elementos compatíveis com a noção de esfera pública:

a) Desde logo, a esfera pública caracterizava-se por uma presença forte do publicismo e da discussão de natureza ideológica. Os *blogs* e o webjornalismo que assume a sua vocação cívica ou pública

representam um certo regresso do publicismo. Representam um regresso de uma subjectividade honesta e participante que outrora se manifestou em fenómenos como o publicismo, o *new journalism*, *zines* e outras formas de intervenção alternativa. São imensos os *blogues* e os *media* informativos que traduzem esta tendência: para além dos conhecidos Abrupto, Causa Nossa, Barnabé, Blogue de Esquerda será interessante referir, noutras latitudes, o Electronic Iraque (<http://www.electroniciraq.net/>); o qhate.com (<http://qhate.com/>) que inclui referências críticas à política dos Estados Unidos para o Médio Oriente; entre as múltiplas hipóteses de mais de 300 blogues políticos incluídos na lista <http://www.linkcrusader.com/weblogs.htm> nos quais se encontram esquerdistas e liberais (nesta caso, a maioria) e neo-conservadores.

b) A descrição da esfera pública aponta para a existência de uma literatura que introduz novidades temáticas e recorre frequentemente à ironia e à picardia. Apesar da sobrevivência de algumas formas de intervenção clássica, quer os *blogs* quer o *webjornalismo* de natureza cívica cultivam o experimentalismo, a ironia, o recurso aos elementos gráficos e icónicos que constituem o elemento característico de formas alternativas de cultura e de representação da identidade.

c) A esfera pública, apesar das críticas, caracterizou-se pela existência de uma dimensão literária aberta à subjectividade expressa nas cartas e romances epistolares, em que, aliás, se detecta a existência de forte presença da produção feminina. As novas formas literárias constituíram uma forma de pensar a identidade individual, a privacidade e a intimidade. Na *web*, a possibilidade de remissão ilimitada traduzida pelo *hipermedia* constitui ela própria uma nova forma de experiência da escrita que altera a percepção da identidade. Dentro destas formas de expressão pressente-se uma concepção não essencialista da identidade e, por isso mesmo, a introdução de elementos de contingência que contribuem para o seu questionamento. Neste sentido, pode-se admitir a possibilidade

de se estar perante formas de expressão particularmente sensíveis à expressão da identidade, designadamente em termos de temas que dizem respeito quer ao género quer à orientação sexual.⁶

d) Reforçando o ponto anterior, o formato não-linear, e associativo do hipertexto incorporado no *multimedia*, o mundo a-preto-e-branco, estático e uni-sensorial que resultava da expressão escrita, deu lugar a modos de representação multisensoriais. Se isso era verdade, a propósito de qualquer outro texto, com o hipertexto há um apelo implícito à remissão, sendo que a remissão já não é uma simples referência mas pode ser um outro texto integral. Quando um texto concebido hipertextualmente inclui informação visual, sonora e outras formas de informação, abre-se todo um universo de possibilidades. Do mesmo modo, o jornalismo na *web* (*webjornalismo*) pode ser uma combinatória de elementos *multimedia*, e de participação de leitores em tempo real, em que noções de relevância tidas como relativamente estabelecidas a propósito da pirâmide invertida ou dos critérios de noticiabilidade ou da função de agendamento podem sobreviver mas em novos contextos mais amigáveis no que respeita à expressão da identidade.

e) A multiplicação destas possibilidades pode traduzir-se na aceitação da dimensão agonística da comunicação, enquanto campo de pretensões conflitantes sujeitas à norma universal da impossibilidade da destruição da diferença e na rejeição liminar de uma dimensão utilitarista das relações com os outros humanos. O *webjornalismo* e os *blogues* poderão abrir-se a uma diferenciação das culturas enquanto

⁶ Para além dos que já foram apresentados vale a pena citar alguns outros: Lilás com gengibre (<http://www.gengibreililas.blogspot.com/>); ou PortugalGay (<http://portugalgay.pt/blog/faq/>). Este tipo de preocupações não tem que assumir uma configuração necessariamente empenhada e militante. É o que se pode verificar em exemplos como sejam os seguintes: Confraria do Atum (<http://confrariadoatum.blogspot.com/>); Mulher dos 50 ao 60 (<http://mulher50a60.weblog.com.pt/>); Blog Cor de Abóbora (<http://abobora-menina.blogspot.com/>); Pandora's box (<http://pandora.blog.simplesnet.pt/>), seta despedida (http://setadespedida.blogspot.com/2005_03_01_setadespedida_archive.html#111032013492716377) e muitos outros

formas de vida, bem como dos espaços públicos enquanto tentativas de reconhecimento dos direitos, e, ao mesmo tempo, à afirmação de uma cultura política comum que tenha como traço unificador o reconhecimento essencial desta diversidade.

f) A esfera pública é auto-reflexiva, praticando quer o auto-questionamento quer o questionamento levado a efeito por outro. A Internet é propícia à formação de fóruns designadamente através de *blogs* e de formas de jornalismo ligados à intervenção cívica que questionam os próprios *media*, interpelando-os sobre as representações que estes fazem dos assuntos de interesse colectivo e, ainda, das representações que estes fazem da identidade. Nesse sentido, se é impossível considerar que estamos diante de fenómenos alheios à indústria dos *media*, perfilam-se, todavia, como uma forma de introdução de elementos de reflexividade relativamente à própria indústria e que partem do seu próprio interior. Nesse sentido, multiplicam-se os blogues e os sites que fazem da própria cobertura mediática o seu tema central, entre muitos outros exemplos.⁷

Esta revitalização da contingência própria da modernidade tardia, abre a oportunidade para intuir a pluralidade de racionalidades que se cruzam no seio da indústria mediática. A revitalização desta figura, implica a formação de uma opinião pública que tenha em conta as diversas instâncias críticas de legitimação das acções e enunciados produzidos pelos diferentes poderes, no decurso da intervenção cada vez mais diversificada dos movimentos sociais no interior de sociedades que se caracterizam pela pluralidade de valores e visões da vida. Assim, o pluralismo cultural induzido, de forma contraditória e

⁷ É o caso, entre muitos outros, do Fim do Jornalismo (http://fimdojornalismo.blogspot.com/2003_05_01_fimdojornalismo_archive.html); do caspa tv (<http://www.caspa.tv/>), particularmente activo na crítica das representações e na defesa da liberdade de expressão na Web; dos blogues que analisam a credibilidade das notícias referidas por blogues (<http://www.atrium.weblog.com.pt/>); dos numerosos sites que se preocupam com a estereotipização da beleza feminina (http://www.media-awareness.ca/english/issues/stereotyping/women_and_girls/women_beauty.cfm)

ambígua, por estes novos *media* pode gerar a oportunidade para criar e pensar novos direitos que se traduzam numa relação mais directa com a vida quotidiana, que se traduzam em formas novas de cidadania. Nesta medida, o direito de comunicação reflecte-se nas nossas sociedades, como um direito de ingresso no espaço público, que passa por um direito de participação e visibilidade: acesso a periódicos, emissoras de rádio e, sobretudo ao pequeno ecrã. Assim, a luta pela capacidade de agendar e a defesa da afirmação de identidades cruza-se com a necessidade de pensar uma nova retórica mediatizada.

Referências Bibliográficas

ANG, I. (1985). *Watching Dallas. Soap opera and the melodramatic imagination*, New York, Methuen, 1985.

ANG, I. (1995). «The nature of audience», in J. DOWNING, A. MOHAMMADI, A. SREBERNY-MOHAMMADI (Eds.), *Questioning the media, a critical introduction*, Thousands Oaks, London, New Delhi, Sage Publications.

ARENDT, H., (1986). *The human condition*, Chicago, Chicago University Press.

BENHABIB, S. (1992). «Models of public space» in Craig Calhoun (Ed.), *Habermas and the public sphere*. Cambridge, MIT.

BENJAMIN, W. (1987). «A obra de arte na era da sua reprodutibilidade técnica» in Walter BENJAMIN (1987), *Obras Escolhidas: magia e técnica, arte e política*, São Paulo, Brasiliense.

CASTELLS, M. (2002). *O Poder da Identidade*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.

CALHOUN, C. (1992). «Introduction» in Craig Calhoun (Ed.), *Habermas and the public sphere*, Cambridge, MIT.

CORREIA, J. C. (1988), *Jornalismo e espaço público*, Covilhã, UBI.

DAHLGREN, P. e Sparks, C. (1992). *Journalism and Popular Culture*, London, Thousand Oaks, New Dheli, Sage.

DEWEY, J. (1927). *The public and its problems*. London, Allen and Unwin

FÉRRY, J. M., «Quelle théorie critique des média aujourd'hui» in HARSCHER, Guy e LIBOIS, Boris, (Ed.)(1995). *Les media entre Doit et pouvoir - redefinir la liberté de la presse*, Bruxelles, Ed. Univ, de Bruxelles.

FIRESTONE, S. (1970). *dialectic of sex*. New York, Bantam Books, 1970.

FRASER, N., (1992). *Rethinking the public sphere* in Craig Calhoun (Ed.), *Habermas and the public sphere*. Cambridge, MIT.

GLASSER, T. L. (1999) *The Idea of public journalism*, New York, The Guilford Press.

GOULDNER, A. (1976). *The dialectic of ideology and technology*. New York, Continuum.

HABERMAS, J. (1982). *A transformação estrutural da esfera pública*, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro.

HALL, S. (1980), «Encoding/Decoding» in *Center for contemporary cultural studies* (Ed.), *Culture, Media, Language: working papers in cultural studies, 1972-1979*, Londres, Hutchinson.

LYOTARD, J.-F. (1989). A condição pós-moderna, Lisboa, Gradiva

MILLET, K. (1970). Sexual politics, Garden City, Doubleday

PERUZZO, C. (2004). «Webjornalismo: do hipertexto e da interatividade ao cidadão jornalista» in Actas do I Congresso Luso Brasileiro de Estudos Jornalísticos//II Congresso Luso-Galego de Estudos Jornalísticos, Porto, Edições UFP.

POSTER, M. (2000), A Segunda era dos media, Lisboa, Vega, 2000.

ROSEN, J. (1999). «The action of the idea: public journalism in built form» in Theodore L. GLASSER, The Idea of public journalism, New York, The Guilford Press, 1999 .

SCHUTZ, A. (1967). The phenomenology of the social world. Evanston, IL, Northwestern University Press.

SILVEIRINHA, M.J. (2004). «Representadas e Representantes: as mulheres e os media» in Media & Jornalismo, nº 5, Ano III

TUCHMAN, G. (1978). Making news : a study in the construction of reality, New York, Free Press, 1978

WRIGHT, C.R. (1974). «Functional analysis and mass communication revisited» in Jay. BLUMER e Elihu KATZ, The uses of mass communication. current perspectives on gratification research, Sage, Beverly Hills.

Legal Dilemmas in Transnational Cyberspace

Janet Sternberg

Fordham University, EUA

As computer-mediated communication and networked digital environments have evolved, issues related to troublesome online behavior have come to preoccupy laypersons, professionals, and scholars alike. Around the world, in all walks of life and in a wide range of disciplines, people have become increasingly concerned about how to handle online troublemakers and the problems they cause in cyberspace (for a review of literature on this topic, see Sternberg, 2001).

Clearly, the networked digital environments of cyberspace provide fertile ground for troublesome online behavior to develop and flourish. In the preface to an anthology about online security, revealingly entitled *Internet Besieged: Countering Cyberspace Scofflaws*, editors Dorothy and Peter Denning offer a vivid description of the sorts of troublesome behavior found in cyberspace nowadays. The Dennings summarize various online security perils and the atmosphere created thereby as follows:

The Internet is a risky place.... Hackers, crackers, snoopers, spoofers, spammers, scammers, shamers, jammers, intruders, thieves, purloiners, conspirators, vandals, Trojan horse dealers, virus launchers, and rogue program purveyors run loose, plying regularly their nasty crafts and dirty deeds. Many do so shamelessly, enjoying near perfect anonymity — using forged addresses, untraceable links, and unbreakable codes. Analogies to the Old American West, populated by unruly cowboys and a shoot-first-ask-later-mentality, are more appropriate than the coiners of the phrase “electronic frontier” ever imagined. Many law-abiding citizens, who simply want to conduct their business in peace, are demanding that the marshal come to cyberspace. (1998, p. vii)

Well, the marshal has come to cyberspace to deal with troublesome online behavior. And with what results? Dubious ones, alas. To put it plainly, as the Internet has grown, the rise of troublesome online behavior has challenged and strained existing regulatory frameworks. Such frameworks, for the most part, attempt to regulate behavior in cyberspace on the basis of nationally-oriented legal systems. However, nationally-oriented legal systems are inherently inadequate for regulating online behavior, given the global scope of the Internet and the transnational nature of cyberspace.

To describe cyberspace as transnational helps remind us that national boundaries have little significance online. People often think of the Internet as being international, that is, connecting different nations. But the Internet does more than just connect nations. The Internet cuts across nations, thus tending to make national boundaries irrelevant. So when nationally-oriented regulatory frameworks are applied to solve Internet troubles in transnational cyberspace, all sorts of legal dilemmas occur.

This paper discusses several legal dilemmas which illustrate the futility of attempting to apply nationally-oriented perspectives to deal with troublesome online behavior in transnational cyberspace. Although there are various such legal dilemmas to choose from, and no lack of instructive examples, the discussion here focuses on two types: the first type of legal dilemma in transnational cyberspace may be referred to as "definition schizophrenia," and the second as the "jurisdiction circus."

Definition schizophrenia is one type of legal dilemma that arises in attempting to regulate troublesome online behavior. Perceptions of those who provoke disruptions in cyberspace, as well as decisions about how to deal with them, are uncertain and inconsistent. Should online troublemakers be considered malevolent criminals or mischievous pranksters, or creatures lying somewhere on a continuum between the two extremes? As legal specialist Ann Wells Branscomb points out, with respect to cyberspace, we are still asking, "what constitutes criminal behavior?" (1996). Questions such as these haunt and bedevil legal authorities and security experts, scholars and journalists, Internet newcomers and sophisticated Internauts around the world. One well-

known tracker of cyberspace offenders, Clifford Stoll, describes the situation this way: "as communities grow, social and legal structures follow. In our networked community, there is frustration and confusion over what constitutes a crime and what is acceptable behavior" (1988/1991, p. 547). Thus, because the definitional waters are so murky, the regulatory pendulum swings erratically from criminal to prankster and back again. The scales of justice remain unbalanced, with troublesome online behavior being judged seriously illegal here but merely naughty there. This ambiguity and confusion about troublesome online behavior can be described as a form of definition schizophrenia.

Hacking, in particular, seems to straddle the border between felony and tomfoolery, with the dividing line shifting almost as often as the courts render their decisions. Early signs of definition schizophrenia appear in the case of the so-called "Internet Worm" created in 1988 by hacker Robert Tappan Morris in the United States (see, e.g., Branscomb, 1995, pp. 90-92; D. E. Denning, 1998, p. 29; Denning & Denning, 1998, p. ix; Rose, 1995, pp. 139, 193; Spafford, 1995). While studying computer science at Cornell University, Morris released an experimental program whose outcome was far more dramatic than he anticipated. The Worm invaded and overloaded a significant number of the host computers on the Internet at that time, essentially shutting down the whole network for several days. But, as Branscomb explains, this incident suggests "a dilemma as to whether or not criminal punishment is appropriate under the circumstances" because it remains unclear whether Morris actually committed a crime. No damage to hardware or software occurred and, as Branscomb notes, "most computer crime laws require an intent to inflict harm, which was allegedly lacking in this case" (1995, p. 91). In fact, Branscomb observes that "among some of the young computer literati (often referred to as 'hackers'), [Morris] is looked upon as a folk hero" (1995, p. 91; see also Branscomb, 1996). Nonetheless, as one journalist reports, "on January 23, 1990 a [U.S.] federal jury found Mr. Morris guilty of intentionally disrupting a nationwide computer network, the first jury conviction under the 1986 [Computer Fraud and Abuse] act" (Markoff, cited in Rosenberg, 1997, p. 235). And, folk hero though he may be, according to the online Computer Museum (<http://www.tcm.org>), Morris was sentenced to

three years of probation, 400 hours of community service, and a fine of ten thousand dollars.

Ever since Morris failed to escape paying for his hacking escapade over a decade ago, definition schizophrenia with respect to troublesome online behavior has been on the rise. To illustrate the ongoing dilemma of definition schizophrenia, and the diametrically-opposed resolutions to which such ambiguity can lead, some additional examples are in order. Two major virus cases from 1999 provide an opportunity to compare how their creators were defined and treated: first, the “Melissa” virus launched from the United States by David L. Smith, and then, the “Chernobyl” virus released from Taiwan by Chen Ing-hau.

In the case of Melissa, characterized at the time as “the fastest spreading computer virus in history,” Smith’s attorney defended his client as lacking intent to harm because the Melissa virus was annoying but not destructive (reminiscent of Morris’s Internet Worm). Insisting that “we’re dealing with someone more akin to a graffiti artist [than] an international cyberterrorist,” Smith’s attorney nevertheless did admit that one could not “dismiss the virus as a ‘harmless prank’” (cited in *The New York Times*, April 9, 1999; see also Associated Press, April 7, 1999; Cascio, April 7, 1999; *The New York Times*, April 7, 1999). Indeed, prosecutors for the U.S. state of New Jersey did not dismiss Melissa as a harmless prank. Instead, they charged Smith with “five felony counts of computer theft, unlawful computer access, illegal interruption of public communication and conspiracy that could result in prison terms totaling 40 years and fines amounting to nearly a half-million dollars”; future federal charges may result as well (CNN, April 8, 1999).

In contrast, barely a month after the Melissa epidemic, the aptly-named Chernobyl virus surfaced, potent and deadly, decimating hundreds of thousands of computers, primarily in Asia. Although Chernobyl and its variants were considered to be among the more destructive viruses in recent memory, creator Chen Ing-hau was treated far more leniently in his native Taiwan than Melissa’s creator Smith was in the United States (Reuters, April 30, 1999; see also CNN, April 27, 1999; Marriott, June 10, 1999; MSNBC, April 30, 1999; Sullivan,

May 25, 1999). Chen was not prosecuted at all, nor was he expelled from the college he attended while writing the virus. They merely gave him a demerit, and allowed him to graduate anyway; he then went on to compulsory national military service (Associated Press, April 29, 1999; Guernsey, June 10, 1999). Thus, the troublemaker responsible for the extremely malign Chernobyl virus is reprimanded in Taiwan as a playful prankster, while the troublemaker behind the relatively benign Melissa virus is prosecuted in the United States as a sinister criminal. Such diametrically-opposed outcomes are symptomatic of the contradictory perceptions we have of those who provoke trouble in online environments. Voilà — definition schizophrenia.

The disparity between the resolutions of the Chernobyl caper in Taiwan and the Melissa mayhem in the United States suggests another bewildering set of problems in cyberspace, the second sort of legal dilemma addressed in this paper: the jurisdiction circus. The question that leads to the jurisdiction circus is this: once an offense in cyberspace has been defined as criminal, who will deal with the offender? Or, to put it another way, which legal authority is responsible for controlling troublesome online behavior in cyberspace?

The basic jurisdiction dilemma is summarized by Peter Denning as follows: “modern law enforcement is based on jurisdictions — local authorities who will prosecute local infractions. It is still an open question as to how to deal with the Internet, where there is often no well-defined jurisdiction” (1998, p. 381). Not surprisingly, legal maven Branscomb identifies “cyberjurisdiction” as a critical dilemma (1996). To illustrate the sorts of issues involved, one report on personal jurisdiction in cyberspace, aimed at minimizing legal risks for Web site operators, addresses matters such as where individuals can be sued and whose laws apply. The authors of this report conclude that:

The law of personal jurisdiction based on Internet and Web contacts is, at best, uncertain and unpredictable and, at worst, has the potential of subjecting Web site operators to litigation in the courts of every state in the country ... and potentially in foreign countries as well.
(Perry et al., 1998, p. 11)

The crux of the matter in the jurisdiction circus is the transnational nature of cyberspace. As Johnson and Post explain, “global computer-based communications cut across territorial borders, creating a new realm of human activity and undermining the feasibility — and legitimacy — of applying laws based on geographic boundaries” (1996b). Likewise, Branscomb asserts that “the epidemic of rogue behavior [online] is a global problem which cannot be contained merely by state or even national laws but will likely require a considerable amount of coordination at the international level if the electronic highways are to be safe” (1995, p. 97). International cooperation of this sort is exemplified in Stoll’s account of how stalking a European hacker involved teamwork among law-enforcement authorities in California, the U.S. FBI, and the German national law-enforcement agency, the BKA (Bundeskriminalamt) (Stoll, 1989; see also 1988/1991, pp. 534, 543).

But law-enforcement in cyberspace has become an enterprise of overwhelming proportions and daunting intricacy. Consequently, chaos in the jurisdiction circus is compounded by what Gardrat refers to as “practical difficulties of law enforcement” (1998, p. 28). The complexities of international enforcement in cyberspace are stressed by Grabowsky and R. G. Smith (1998, pp. 8, 216-219). As Johnson points out, “local authorities cannot easily control a global net [and] may not have jurisdiction over all relevant parties” (1996). Branscomb elaborates on this point as follows: “local authorities usually lack the capability of catching offenders who merely transgress local statutes online and are far beyond the geographical jurisdiction within which local authorities can catch and punish them” (1996). And as one report suggests, “even if a suspect is caught, jurisdictional issues arise because of the global nature of such attacks” (Associated Press, May 15, 2000). Johnson and Post explain how the dwindling relevance of physical location contributes to the difficulties of effective enforcement in online environments:

The power to control activity in Cyberspace has only the most tenuous connections to physical location.... efforts to control the flow of electronic information across physical borders — to map local regulation and physical boundaries onto Cyberspace — are likely to prove futile.... The volume of electronic communications crossing territorial boundaries is just too great in relation to the resources available to government authorities to permit meaningful control. (1996b)

Moreover, the unavoidable fact that different places have different standards also creates confusion, ambiguity, and awkwardness in the jurisdiction circus of cyberspace. Nobody better than legal eagle Branscomb to sketch the complex jurisdictional panorama involved in surfing the Internet:

As users of electronic networks and “netizens” of the new cybercommunities in the Networld, we circle the globe passing through many jurisdictions, potentially contravening local laws, possibly without any apparent knowledge of local custom, and lacking any sense of shame or remorse for our potential wrongdoings. (1996)

As Johnson and Post perceptively observe, diminished reliance on physical locations and boundaries further muddies the waters surfed by Internauts: “physical borders no longer can function as signposts informing individuals of the obligations assumed by entering into a new, legally significant, place, because individuals are unaware of the existence of those borders as they move through virtual space” (1996b). So it seems that because of uncertainty about where cyberspace is, we remain unsure which legal standards apply in the jurisdiction circus.

In some sense, those who travel through cyberspace are in too many different places at the same time. As a result, it often happens that several conflicting standards appear to apply simultaneously, generating an abundance of legal dilemmas in the jurisdiction circus of cyberspace. Grabowsky and R. G. Smith explain the problem as follows: “telecommunications offences may involve a number of jurisdictions internationally, with the offender, the victim, and the technology necessary to carry out the offence all being present in

different countries,” which can lead to “the anomalous situation of the same conduct giving rise to criminal liability in one jurisdiction, but not in another” (1998, p. 219). Similarly, Gardrat argues that “the problem at present is not the absence of legal rules, but rather the multiplication of legal rules, their appropriateness, and their application in international contexts”; with such an abundance of conflicting legal regimes, something which is “neither obscene nor defamatory under local law ... may become accessible in other jurisdictions where it is illegal” (1998, p. 27). Additionally, cyberlaw standards around the world are influenced by economic and political factors, among others, a point illustrated a Norwegian judge attending a global conference on cybercrime who remarks that “computer attack, unlike murder or robbery, is still not universally recognized as a crime. Laws to fight it are typically found only in industrialized nations that depend on computers” (cited in Associated Press, May 15, 2000).

Thus, the jurisdiction circus of cyberspace stages performances worldwide. But even domestically, within the United States for instance, jurisdiction is a tricky business. One U.S. Department of Justice official summarized the quandary in this country rather succinctly: “there is no U.S. Attorney for Cyberspace.... A U.S. Attorney for a particular district has to bring the case” (cited in Kaplan, August 20, 1999). An illuminating example of ambiguous domestic jurisdiction producing somewhat bizarre results is an incident often cited in discussions of cyberjurisdiction: the controversial Thomas lawsuit in the United States (see, e.g., P. J. Denning, 1998; Johnson & Post, 1996b; Wallace & Mangan, 1997). The Thomases were a couple who owned and operated a sexually-oriented electronic bulletin board service in the state of California, where they resided. Strange as it might seem, this couple was convicted in the state of Tennessee, under federal obscenity statutes, for doing something online while physically in California.

Among those who have analyzed the Thomas affair is Mike Godwin, former legal counsel to the Electronic Frontier Foundation (<http://eff.org>). Godwin notes a chilling effect in the Thomas case: “a conservative jurisdiction like Memphis [Tennessee] may be in a

position to dictate what's allowable on BBSs all over the country" (1996, p. 269). He further observes that this controversial lawsuit "raises the question of whether it makes sense to define 'community standards' solely in terms of geographic communities." Godwin concludes that the Thomas conviction "sends a frightening message to virtual communities: 'It doesn't matter if you're abiding by your own community's standards — you have to abide by Memphis's as well'" (pp. 272-273). But as another researcher asks rather pragmatically, "do we really think that people in Memphis can enforce their pornographic community standards on people in California?... People in California are never gonna behave in a way that satisfies people in Tennessee" (Sterling, 1998, p. 488). So, the show goes on in the jurisdiction circus of cyberspace.

In a 1996 article on the Thomas episode, one prophetic investigator speculates about the possible outcome of a similar situation on the international level, posing the following jurisdiction riddle:

What happens when [material] hops over borders and lands in a different city — or country — whose laws and community standards may differ.... The rules of libel in England, for example, are considerably more restrictive than those in the U.S.; what might be considered a fair crack at a public figure in New York City could be actionable in London. (Elmer-Dewitt, 1996, pp. 260-261)

What was mere speculation in 1996 became reality in the year 2000. In a case first attracting public attention in May 2000 and still making headlines, French authorities tried to compel Yahoo!, an American company operating in the United States, to restrict access in France to Nazi memorabilia available worldwide at Yahoo!'s English-language auction site on the Web. Instead of a national conflict over different moral standards in two states, as in the Thomas affair, this international battle pits French regulations concerning Nazi-era material against the U.S. Constitutional right to freedom of expression.

With the phrase "jurisdiction dilemma" in the headline of a column about the Yahoo! lawsuit, one journalist echoes questions asked earlier

in the domestic context of the Thomas incident, but here on a global scale:

The [Yahoo!] case points up an enduring legal and cultural puzzle ... in borderless cyberspace: What happens when the laws and traditions of a country that receives an online message clash with the laws and values of the land where the message originated? (Kaplan, August 11, 2000)

The Yahoo! litigation has kept the company and the courts busy for several years. Initially, one of the company's founders, Jerry Yang, stood firm, reportedly saying: "We are not going to change the content of our sites in the United States just because someone in France is asking us to do so" (cited in Reuters, June 16, 2000; see also Baum, August 14, 2000; Sprenger et al., May 29, 2000). However, eventually, Yahoo imposed restrictions which satisfied French objections to some extent, but litigation related to the case continues in both the United States and in France (see, e.g., Agence France-Presse, March 17, 2004; CNN, March 25, 2005). No doubt we can expect many future performances like the France/Yahoo/Nazi act to follow in the jurisdiction circus.

And so, there are many dimensions to be considered in trying to manage the jurisdiction circus of cyberspace. But there is no centralized organ governing the Internet, nowhere in particular to appeal when online troublemakers cause problems. Nobody can be sure just who is in charge of dealing with troublesome online behavior. Lacking any central administration to deal with Internet-wide trouble, until now, we have primarily resorted to nationally-oriented authorities: law enforcement agencies, government institutions, and sporadic combinations thereof. Such authorities, for the most part, act on behalf of nationally-oriented regulatory frameworks. However, the Internet effectively erases national boundaries. As a result, many players perform a multitude of disparate acts in the jurisdiction circus of cyberspace, and no ringmaster can be found to coordinate the entire show.

Thus, with respect to troublesome online behavior, legal experts cannot agree on what constitutes cybercrime, which laws apply in cyberspace, or who controls the Internet. Because of legal dilemmas such as definition schizophrenia and the jurisdiction circus, to date, attempts to control troublesome online behavior have produced muddled and inconsistent outcomes, with drastically inequitable consequences in different jurisdictions for offenders as well as for victims. Due to the ambiguous delineation between malevolent criminal and mischievous prankster, definition schizophrenia runs rampant in the handling of online troublemakers worldwide. Thanks to the judicial anarchy provoked by the Internet's manifold overlapping regimes, the jurisdiction circus of cyberspace has no ringmaster.

These, then, are some of the legal dilemmas which illustrate the futility of attempting to apply nationally-oriented regulatory frameworks to deal with troublesome behavior on the Internet. Indeed, it seems that the marshal has come to cyberspace, but to little avail. Despite continued efforts at law-making and law-enforcement, we have not found a cure for definition schizophrenia nor tamed the beasts of the jurisdiction circus. Legal dilemmas such as definition schizophrenia and the jurisdiction circus will continue to perplex scholars, professionals, and laypersons alike, as long as we rely on nationally-oriented frameworks to regulate troublesome online behavior in transnational cyberspace.

The root of the problem in attempting to apply nationally-oriented legal frameworks to regulate transnational cyberspace is that such frameworks are based on physical space and geographic territory. According to legal experts Johnson and Post, traditional concepts of law depend upon

A general correspondence between borders drawn in physical space (between nation states or other political entities) and borders drawn in "law space." For example, if we were to superimpose a "law map" (delineating areas where different rules apply to particular behaviors) onto a political map of the world, the two maps would overlap to a significant degree with clusters of homogeneous applicable law and legal institutions fitting within existing physical borders, distinct from neighboring homogeneous clusters. (1996b)

However, the networked digital environments of cyberspace have altered the traditional relationship between physical space and legal place, practically eliminating the relevance of national borders. Johnson and Post explain as follows the resulting disruption of our legal sense of place:

Cyberspace radically undermines the relationship between legally significant (online) phenomena and physical location. The rise of the global computer network is destroying the link between geographical location and: (1) the power of local governments to assert control over online behavior; (2) the effects of online behavior on individuals or things; (3) the legitimacy of the efforts of a local sovereign to enforce rules applicable to global phenomena; and (4) the ability of physical location to give notice of which sets of rules apply. The Net thus radically subverts a system of rule-making based on borders between physical spaces, at least with respect to the claim that cyberspace should naturally be governed by territorially defined rules. (1996b)

Well, if transnational cyberspace cannot be governed on the basis of physical territory or national borders, then what other possibilities exist? A thought-provoking answer to this question comes from Johnson and Post (1996a), who review four options for cyberspace governance: first, existing regimes extend their territorial jurisdiction; second, existing regimes enter into multilateral international agreements regarding online conduct; third, create a new international organization to establish and enforce new schemes; and fourth, develop decentralized local governance, an option they call “decentralized emergent law.” Johnson and Post criticize the first three options and advocate for decentralized emergent law, which they explain as follows:

De facto rules may emerge as a result of the complex interplay of individual decisions by domain name and IP [Internet Protocol] address registries (regarding what conditions to impose on possession of an online address), by sysops (regarding what local rules to adopt, what filters to install, what users to allow to sign on, and with which other systems to connect) and by users (regarding which personal filters to install and which systems to patronize). (1996a)

As for the other three options for cyberspace governance, Johnson and Post denounce the lack of effectiveness of the first model which currently dominates worldwide, wherein competing regimes vie to little avail for essentially unattainable supremacy, giving rise to the pandemonium described in this paper as the jurisdiction circus. But Johnson and Post also have pessimistic predictions about the second and third models for governing cyberspace as well, which involve top-down, centralized international organizations and treaties. Instead, favoring decentralized approaches as the only possibilities not doomed to failure, Johnson and Post offer a realistic appraisal of the situation:

Let's review the alternatives. Can we make territorial laws applicable to online activities that have no relevant or perhaps even determinable geographic location? We doubt it. Can we look to international treaties to set forth workable rules that give good guidance for online commerce? Not in our lifetimes (now measured in accelerated net years). Should we allow the rules of the net to be encoded into software by a technical elite, with no mechanism of accountability to the online population? The question answers itself. Should we create a new international forum for net policy making? Well, maybe not until we demonstrate that less formal mechanisms won't work. Has it been shown that decentralized decision-making will produce unworkable chaos that threatens the vital interests of established governments? Not really. We've hardly tried a collective conversation designed to allow responsible participants to set their own rules and to help all concerned — online and off — seek to understand and respect others' vital interests. Yet that kind of conversation is precisely the kind of activity the net itself is designed — thanks to the engineers — to facilitate. (1996a)

Thus, according to Johnson and Post, the most appropriate as well as the most effective possibilities for cyberspace governance involve multiple decentralized systems functioning at local levels.

For transnational cyberspace, the evolution of multiple decentralized local systems of governance may well offer new and more productive perspectives. As Johnson and Post emphasize,

Geographically based governments can and should begin to pay attention to the possibility that the tendency of the Internet to break down geographic borders and eliminate physical clustering of effects requires a whole new perspective on how to measure the virtues of any particular governance mechanism applicable to activities on the Net.... The best "collective-action" results for cyberspace will be achieved by treating each separate online location as a distinct, largely self-governing place, with its own rules governing actions that primarily affect its own participants. (Those rules may be made in the first instance by system operators, but they will be ratified, in effect, by individual users' decisions to frequent the online spaces they find empowering.) (1997)

Similar sentiments are expressed by Branscomb, who predicts that a mix of approaches will most likely prevail:

Certainly there will be many inputs into the emerging law on the electronic frontier — a new Netlaw for the future. It will not be completely sui generis (as though springing from the head of Minerva) but a blend of existing local laws, customary law as practiced by netizens, and new methods of dealing with strange new occurrences and opportunities that arise only in computer-mediated cybercommunities. (1996)

Furthermore, the transnational nature of cyberspace demands that cultural relativity be taken into account. In many instances, the multicultural contexts of transnational cyberspace render nationally-oriented legal provisions, such as the U.S. First Amendment, irrelevant in connection with standards of political and religious freedom, obscenity, or libel, among others. For example, imagine the uproar over French versus U.S. reactions to Nazi memorabilia online, compounded by German and Israeli perspectives added to the mix. Or compare the levels of tolerance in China for political discourse online with freedom of expression protections often defended in the West. Or take the norms for online obscenity and pornography in regions where Islamic values of modesty dominate, in contrast with more liberal orientations prevalent in places such as Scandinavia and parts

of Latin America. Because beliefs and attitudes about appropriate conduct do vary tremendously around the world, measures for dealing with troublesome online behavior ought to respect diverse points of view and make allowances for different and sometimes incompatible cultural sensitivities. Attempts to derive the lowest common denominator among disparate legal regimes have failed and will continue to fail, as there are simply too many divergent cultural points of view to factor into the calculations. A single legal framework for dealing with troublesome online behavior cannot adequately cover a sufficient range of the innumerable cultural contexts and traditions represented in transnational cyberspace.

In conclusion, the time has come to consider alternative approaches for dealing with the legal dilemmas caused by troublesome online behavior in transnational cyberspace. We must abandon nationally-oriented legal frameworks, but we must not be misled by futile efforts to develop global, universal, centralized, top-down, or “one-size-fits-all” legal perspectives. Instead, we should encourage a multiplicity of decentralized locally-oriented systems for regulating online behavior. Rather than persist in seeking national or global answers which likely will never be found, it may well be more productive in the long run to stimulate and embrace a variety of decentralized local approaches which respect and accommodate diverse standards and multiple strategies for regulating online behavior in transnational cyberspace.

Note: An earlier version of this piece appeared in *New Dimensions in Communications: Proceedings of the 58th Annual Conference of the New York State Speech Communication Association, XIV*, 29-45 (2001).

References

AGENCE FRANCE-PRESSE. (2004, March 17). France to try ex-Yahoo! boss in Nazi auction case. Retrieved April 4, 2004 from the World Wide Web: http://www.expatica.com/source/site_article.asp?subchannel_id=58&story_id=5722

ASSOCIATED PRESS. (1999, April 7). Lawyer for alleged "Melissa" virus creator questions charges. CNN. Retrieved April 8, 1999 from the World Wide Web: <http://cnn.com/TECH/computing/9904/07/computer.virus.ap>

ASSOCIATED PRESS. (1999, April 29). Taiwan college identifies virus. *The New York Times*. Retrieved May 1, 1999 from the World Wide Web: <http://www.nytimes.com/library/tech/99/04/biztech/articles/29virus.html>

ASSOCIATED PRESS. (2000, May 15). World leaders join forces to fight Internet attacks. CNN. Retrieved May 16, 2000 from the World Wide Web: <http://cnn.com/2000/TECH/computing/05/15/internet.crimes.ap/index.htm>

BAUM, R. (2000, August 14). Yahoo! Nazi case raises questions. Reuters. Retrieved September 20, 2000 from the World Wide Web: <http://www.totaltele.com/view.asp?ArticleID=29878&pub=tt&categoryid=626>

BRANSCOMB, A. W. (1995). Rogue computer programs and computer rogues: Tailoring the punishment to fit the crime. In G. Johnson & H. Nissenbaum (Eds.), *Computers, ethics & social values* (pp. 89-115). Englewood Cliffs, NJ: Prentice Hall.

BRANSCOMB, A. W. (1996). Cyberspaces: Familiar territory or lawless frontiers. *Journal of Computer-Mediated Communication*, 2(1). Retrieved February 8, 1999 from the World Wide Web: <http://jcmc.huji.ac.il/vol2/issue1/intro.html>

CASCIO, J. (1999, April 7). The ecology of computer viruses: Who was vulnerable to Melissa? Only users and companies who'd standardized on a software "monoculture" — like Microsoft's. *Salon Magazine*. Retrieved May 8, 1999 from the World Wide Web: <http://www.salonmagazine.com/tech/feature/1999/04/07/melissa>

CNN. (1999, April 8). Accused "Melissa" creator appears in court. CNN. Retrieved April 9, 1999 from the World Wide Web: <http://cnn.com/TECH/computing/9904/08/melissa.charges.03>

CNN. (1999, April 27). Chernobyl virus wreaks havoc in parts of Asia. CNN. Retrieved May 7, 1999 from the World Wide Web: <http://cnn.com/TECH/computing/9904/27/computers.asia.virus/index.html>

CNN. (2005, March 25). Yahoo asks for ruling on censorship abroad. CNN. Retrieved March 26, 2005 from the World Wide Web: <http://www.cnn.com/2005/TECH/03/25/yahoo.nazi.reut/index.html>

DENNING, D. E. (1998). Cyberspace attacks and countermeasures. In D. E. Denning & P. J. Denning (Eds.), *Internet besieged: Countering cyberspace scofflaws* (pp. 29-55). New York: ACM Press; Reading, MA: Addison Wesley.

DENNING, D. E., & Denning, P. J. (Eds.). (1998). *Internet besieged: Countering cyberspace scofflaws*. New York: ACM Press; Reading, MA: Addison Wesley.

DENNING, P. J. (1998). Electronic commerce. In D. E. Denning & P. J. Denning (Eds.), *Internet besieged: Countering cyberspace scofflaws* (pp. 377-388). New York: ACM Press; Reading, MA: Addison Wesley.

ELMER-DEWITT, P. (1996). Censoring cyberspace. In P. Ludlow (Ed.), *High noon on the electronic frontier: Conceptual issues in cyberspace* (pp. 259-262). Cambridge, MA: M.I.T. Press.

GARDRAT, A. (1998). Another look at European Internet law. *Media Law & Policy*, 7(1), 27-32.

GODWIN, M. (1996). Virtual community standards: BBS obscenity case raises new legal issues. In P. Ludlow (Ed.), *High noon on the electronic frontier: Conceptual issues in cyberspace* (pp. 269-273). Cambridge, MA: M.I.T. Press.

GRABOWSKY, P. N., & Smith, R. G. (1998). *Crime in the digital age: Controlling telecommunications and cyberspace illegalities*. New Brunswick, NJ: Transaction Publishers.

GUERNSEY, L. (1999, June 10). Rogues' gallery: Sneaky software. *The New York Times*. Retrieved June 12, 1999 from the World Wide Web: <http://www.nytimes.com/library/tech/99/06/circuits/articles/10svir.html>

JOHNSON, D. R. (1996). Due process and cyberjurisdiction. *Journal of Computer-Mediated Communication*, 2(1). Retrieved February 8, 1999 from the World Wide Web: <http://jcmc.huji.ac.il/vol2/issue1/due.html>

JOHNSON, D. R., & Post, D. G. (1996a, September). And how shall the Net be governed? A meditation on the relative virtues of decentralized, emergent law. Paper presented at the Conference on Coordination and Administration of the Internet, Harvard University, Cambridge, MA. Retrieved November 30, 2000, from <http://www.cli.org/emdraft.html>

JOHNSON, D. R., & POST, D. G. (1996b). Laws and borders: The rise of law in cyberspace. 48 *Stanford Law Review*, 1367. Retrieved November 29, 2000, from http://www.cli.org/X0025_LBFIN.html

JOHNSON, D. R., & Post, D. G. (1997). The new "civic virtue" of the Internet. *First Monday* 3(1). Retrieved March 17, 2001, from http://www.firstmonday.dk/issues/issue3_1/johnson

KAPLAN, C. S. (1999, August 20). Report questions government efforts against computer crime. *The New York Times*. Retrieved August 20, 1999 from the World Wide Web: <http://www.nytimes.com/library/tech/99/08/cyber/cyberlaw/20law.html>

KAPLAN, C. S. (2000, August 11). French Nazi memorabilia case presents jurisdiction dilemma. *The New York Times*. Retrieved September 20, 2000 from the World Wide Web: <http://www.nytimes.com/library/tech/00/08/cyber/cyberlaw/11law.html>

MARRIOTT, M. (1999, June 10). Virus fighters on 24-hour, global guard. *The New York Times*. Retrieved June 12, 1999 from the World Wide Web: <http://www.nytimes.com/library/tech/99/06/circuits/articles/10viru.html>

MSNBC. (1999, April 30). CIH virus set to strike again. MSNBC. Retrieved May 1, 1999 from the World Wide Web: <http://www.msnbc.com/news/264022.asp>

THE NEW YORK TIMES. (1999, April 7). Virus defendant to plead not guilty. *The New York Times*. Retrieved April 8, 1999 from the World Wide Web: <http://www.nytimes.com/library/tech/99/04/biztech/articles/07viru.html>

THE NEW YORK TIMES. (1999, April 9). Lawyer likens Melissa virus to graffiti. *The New York Times*. Retrieved April 9, 1999 from the World Wide Web: <http://www.nytimes.com/library/tech/99/04/biztech/articles/07viru.html>

PERRY, G. M., Miller, P. A., Polak, V., & Edwards, M. L. (1998). Personal jurisdiction in cyberspace: Where can you be sued, and whose laws apply? *Media Law & Policy*, 7(1), 1-13.

REUTERS. (1999, April 30). Taiwan virus suspect free on lack of

victims. CNN. Retrieved May 7, 1999 from the World Wide Web: <http://cnn.com/TECH/computing/9904/30/virus.computer.reut/index.html>
Reuters. (2000, June 16). Yahoo! rejects French court ban on Nazi sites. *The ISOC Forum*, 6(7) (July) [electronic publication of the Internet Society]. Distributed electronically and available from the World Wide Web: <http://www.isoc.org/infosvc/forum>

ROSE, L. (1995). *Netlaw: Your rights in the online world*. Berkeley, CA: Osborne McGraw-Hill.

ROSENBERG, R. S. (1997). *The social impact of computers* (2nd ed.). San Diego, CA: Academic Press.

SPAFFORD, E. H. (1995). Are computer hacker break-ins ethical? In G. Johnson & H. Nissenbaum (Eds.), *Computers, ethics & social values* (pp. 125-135). Englewood Cliffs, NJ: Prentice Hall.

SPRENGER, P., Helft, D., & Yamada, M. (2000, May 29). French border patrol. *The Standard*. Retrieved October 1, 2000 from the World Wide Web: <http://www.thestandard.com/article/display/0,1151,15387,00.html>

STERLING, B. (1998). Speech to the High Technology Crime Investigation Association [Lake Tahoe, November 1994]. In D. E. Denning & P. J. Denning (Eds.), *Internet besieged: Countering cyberspace scofflaws* (pp. 481-492). New York: ACM Press; Reading, MA: Addison Wesley.

STERNBERG, J. (2001). Misbehavior in cyber places: The regulation of online conduct in virtual communities on the Internet (Doctoral dissertation, New York University, 2001). *Dissertation Abstracts International*, 62(07), 2277 (UMI No. AAT 3022160). Available on the World Wide Web: <http://wwwlib.umi.com/dissertations/fullcit/3022160>

STOLL, C. (1989). *The cuckoo's egg: Tracking a spy through the maze of computer espionage*. New York: Doubleday.

STOLL, C. (1991). Stalking the wily hacker. In C. Dunlop & R. Kling (Eds.), *Computerization and controversy: Value conflicts and social choices* (pp. 533-553). San Diego: Academic Press. (Original work published 1988)

SULLIVAN, B. (1999, May 25). CIH virus set to strike again. MSNBC. Retrieved June 3, 1999 from the World Wide Web: <http://www.msnbc.com/news/273347.asp>

WALLACE, J. D., & Mangan, M. (1997). *Sex, laws, and cyberspace: Freedom and regulation on the frontiers of the online revolution*. New York: John Wiley & Sons.

The Origin and Evolution of Language and the Transformation of Meaning, Identity and Relationships in CMC

Robert K. Logan

University of Toronto, Canada

The conference CMC: Identity and Gender poses an interesting set of questions of how the use of computing and the Internet impact on the sharing and negotiation of meanings, the definition of identities and the development of relationships. In order to achieve this goal we will first examine the nature of communication beginning with non-verbal mimetic communication (i.e. communication through hand signals, gesture, body language and non-verbal vocalizations) and six forms of verbal communication. That we have identified, namely speech, writing, mathematics and science, computing and the Internet. These six languages form an evolutionary chain of languages (Logan 2004a).

Once we have developed an understanding of the relationship of the different forms of communication and language we can then address how each of these forms of communication effect the sharing and negotiation of meaning, the definition of identities and the development of relations. In the end by following this plan we will address the principal question of this book, namely the impact of computer mediated communication on the three central questions of meaning, identity and relationships. As we proceed with this plan we will address the issue of gender wherever our scholarship can naturally shed light on this important question. Our central objective in this chapter is to develop a historical understanding of communication and its relation to meaning, identity and relationships in general leaving the issue of gender to other author more expert in this field.

The logical way to understand the relationship of the principal forms of communication would be to start with the earliest form of communication, mimetic communication, and show how each new form of communication evolved until we arrived at computing and the Internet, the two forms of communication which are the focus of our study. This is not the order, however, that I will follow. Rather I will describe the way I came to understand these relationships following the historic manner in which these ideas developed. Thomas Kuhn (1972) in *The Structure of Scientific Revolutions* pointed out that scientists often destroy their history in order to present a pristine logical development of their ideas and discoveries. I do not wish to destroy the historical record of my discoveries because I wish to honour those who helped me develop this narrative particularly Marshall McLuhan but also Joseph Needham, Denise Schmandt Besserat and Ilya Prigogine. I also believe if the reader sees the development of the ideas in the order they came to me they will have a better understanding of them as my ideas developed from more concrete and reliable historic data to more speculative thoughts about the origin of language and culture for which less empirical data exists.

My interest in communications began when I realized that the ideas of science, my original field of study, (I was trained as a physicist and conducted research in elementary particle physics for 15 years of my life) were not being communicated to non-scientists. As a result, many of the important decisions in society were being made by individuals, who were oblivious to the social impacts of science and technology. I therefore launched a project to make physics more accessible to the general public by starting a course at the University of Toronto entitled *The Poetry of Physics and the Physics of Poetry*. In my course we studied the relationship of science and the humanities while I taught the students the basic ideas of physics without mathematics. One of the lessons I wanted to teach my students was that scientific thinking was a universal instinct and that all cultures engaged in some form of scientific thinking. All cultures learned about the natural environment in which they lived and attempted to provide an over arching explanation

of what they found in nature whether that be through myth or more orthodox scientific narrative.

The Alphabet Effect

When I studied the scientific thinking of China I encountered Joseph Needham's (1979) book *The Grand Titration* in which he showed that many scientific and technological ideas that developed in China made their way to the West and contributed to the origin of abstract scientific thinking that developed there and which gave rise eventually to the Scientific Revolution of the Renaissance. He pointed out that the Chinese invented just about every form of technology that eventually migrated to the West. The list includes:

the equine harness, iron and steel metallurgy, gunpowder, paper, the drive belt, the chain drive, the standard method of converting rotary to rectilinear motion, the segmental arch bridge (Needham 1979, p. 58). To this must be added (ibid., pp. 55-112) irrigation systems, paper, ink, printing, movable type, metal-barrel cannons, rockets, porcelain, silk, magnetism, the magnetic compass, stirrups, the wheelbarrow, Cardan suspension, deep drilling, the Pascal triangle, pound-locks on canals, fore-and-aft sailing, watertight compartments, the sternpost rudder, the paddle-wheel boat, quantitative cartography, immunization techniques (variolation), astronomical observations of novae and supernovae, seismographs, acoustics, and the systematic exploration of the chemical and pharmaceutical properties of a great variety of substances. (Logan 2004a, p. 64)

This is certainly an impressive list of accomplishments. The question that occurred to me was if the Chinese invented all these things, which influenced the development of Western abstract science then why didn't the Chinese develop abstract science themselves. I looked for

differences between Chinese and European cultures that might explain this paradox. I came up with the fact that monotheism and codified law exist in Europe but were not part of traditional Chinese culture. Combining monotheism with codified law one arrives at universal law, which is an essential element of abstract scientific thinking.

Now before I am labeled a eurocentric scholar let me say that the fact the Chinese did not have a monotheistic religion does not mean that they were not highly spiritual. In fact they were. And they were a society of law but their law was not codified as was the case with the codified law of Mesopotamia, the Israelites, the ancient Greeks and the Romans.

To further disavow any potential critics who would charge me with eurocentrism let me point the reader to an article of mine entitled *The Mystery of the Discovery of Zero* (Logan 1979). In that article I show that another essential element for the Scientific Revolution, which took place in Europe was the invention of zero and the place number system in India by Hindu and Buddhist mathematicians. This mathematical notation known as Arabic numerals was transmitted to Europe by Arab scholars. Scientific thinking is universal and all cultures have contributed to today's vast body of scientific knowledge. That having been said we are still left with the mystery of why abstract science began in the West and not in China.

My explanation of a European origin of abstract science in terms of codified law, monotheism and universal law as it turns out is only a partial solution to the problem. But I was on the right track. Joseph Needham, who I subsequently met said that he had come to a similar conclusion and encouraged me to continue this line of research.

The real breakthrough came when I met Marshall McLuhan and upon our first meeting shared my ideas with him. He immediately asked "Bob, what else happened in the West that did not take place in China?" I was stumped and told him so. When he intoned, "the alphabet," I let out a very loud groan because I realized that he had related in his work the alphabet to the origin of abstract science and deductive logic by the ancient Greeks.

Right then and there we developed the hypothesis that the alphabet, codified law, monotheism, abstract science and deductive logic were five ideas that began uniquely in the West and while not strictly causally related they gave rise to an environment that supported their mutual development (McLuhan and Logan 1977). In other words they formed an autocatalytic set of ideas. These ideas developed for the first time between the Tigris-Euphrates river system and the Aegean Sea between 2000 BC and 500 BC among cultures in close contact with each other, namely the Mesopotamians, the Egyptians, the Seirites, the Israelites and the Greeks.

They were unique to the West in that there were other writing systems but the phonetic alphabet was an invention of the Semitic tribe of Seirites living in the South Sinai and trading with the Egyptians circa 1500 BC. There were other religious and spiritual system but monotheism appeared for the first time among the Hebrews around 1500 BC. There were other systems of logic, namely analogical or inductive logic and other systems of concrete science, but abstract science and deductive logic appeared for the first time in ancient Greece circa 500 BC with the pre-Socratic philosophers.

The use of the phonetic alphabet promotes analysis because in order to use it one must analyze the words one wants to transcribe into their basic phonemes. One then represents these phonemes with meaningless visual signs, the letters of the alphabet, which teaches one coding. When one reads an alphabetic script one decodes the visual signs into the phonetic sounds of speech and hence one learns to decode. Because alphabetic order is fixed, the alphabet provides a natural classification scheme so that one is able to order all the words in one's language.

Analysis, coding, decoding and classification are the basic cognitive skills involved in abstract science and deductive logic. When combined with the notion of universal law emerging from monotheism and codified law one has all the ingredients for abstract science and deductive logic (Logan 2004a).

This work gave rise to the notion that language is more than a

system of communication or the transcription of spoken language into a written form. My work with the impact of the phonetic alphabet, which I call the alphabet effect (ibid.) taught me that the structure of a language and the way it is notated influenced the way in which people organized information and developed ideas. I realized that language is both a medium of communication and an informatic tool. This insight gave rise to the equation:

Language = communications + informatics.

The Sixth Language

It was not only the “alphabet effect” which gave rise to the idea that language entails both communication and informatics but also my study of the impact of computing on education and work (see *The Sixth Language* - Logan 2004b). The computer can be used for word processing, desktop publishing and the creation of Web pages, i.e. communication. It is also an informatics device as it can also be used as a numerical calculator and an organizer of information through databases, spreadsheets and other software routines. The words of our spoken language are also the concepts in terms of which we formulate our abstract thoughts.

And hence are used for both communication and informatics. Once I realized that spoken language, the alphabet and computing were all communication and informatic devices I realized that this was true of all forms of language including speech, writing, math, science and computing (Logan 1995). I subsequently added the Internet as the sixth language in this evolutionary chain of languages (Logan 2004b).

I considered each of these six forms of language as separate languages on their own because each has its own unique semantics or vocabulary and its own unique syntax or grammar. According to the linguists Paivio and Begg (1981, p. 25) “semantics and syntax—meaning and grammatical patterning— are the indispensable core attributes of

any human language.” One might think that writing is merely notated speech but in actuality the vocabulary and the grammatical structure of speech and writing are quite different. One does not speak the way they write nor write the way they speak. The vocabulary of mathematics and science are unique and quite different from speech and written composition. The word force has multiple meanings in speech and writing but one unique meaning in physics. The unique grammar of mathematics is deductive logic and that of science the scientific method. The languages of computing and the Internet are once again different than writing or speech. The semantics and syntax of spreadsheets and databases are unique to computing as our Web pages and hypertext to the Internet.

Although these six languages are unique with their own unique vocabularies and grammar they are related to each other with many common elements. They, in fact, form an evolutionary chain of languages. Each new form of language emerged when the forms of language that preceded it could not deal with an information overload that these earlier forms of language gave rise to. It is well known from complexity theory that a new level of order emerges from disorder or chaos as was pointed out to me by Ilya Prigogine (1997) when I shared my notion of the evolution languages with him.

I will illustrate this point by showing how one form of language emerged from another each time an information overload developed. As a result speech, writing, math, science computing and the Internet form an evolutionary chain of languages (Logan 1995 & 2004b). Writing and mathematical notation emerged simultaneously in Sumer in 3100 BC as was shown by the work of Denise Schmandt-Besserat (1978, 1980, 1981 & 1992) who showed how clay accounting tokens used throughout the Middle East circa 8000 to 3000 BC were the forerunners of writing and mathematical notation. Manual labourers in Sumer were divided into two groups, farmers and irrigation workers. The farmers had to pay tributes to the priests in the form of agricultural commodities that were redistributed to the irrigation workers. The farmers were given clay tokens as receipts for their tributes. These

tokens two to three centimeters in size and each with a unique shape to represent a different agricultural commodity were sealed inside of opaque clay envelopes. This system developed because of an information overload; it was impossible using spoken language to remember all of the tributes that the priests received. Some brilliant civil servant/priest suggested that before placing the tokens inside the clay envelopes they should impress the token on the surface of the clay envelope while it was still wet so they would not need to break open the envelope each time they wanted to know what was inside. Within fifty years of this development they did away with storing the tokens inside the envelopes and just pressed the tokens on the surface of the envelope without sealing the tokens inside. The impressed envelopes became tablets.

The next development occurred within the city state of Sumer where they dealt with large quantities and hence a new information overload arose. They developed a system where the token for a ban, a large measure of wheat (a bushel) was used to represent the abstract number ten and a token for the bariga, a small measure of wheat (a peck) was used to represent the abstract number one. If they wanted to record a transaction involving 13 lambs what they did instead of pressing the lamb token into a tablet 13 times was to press the ban token into the wet clay once, the bariga token three times and then they etched the shape that the lamb token into the wet clay with a stylus and this was read as 13 lambs. The reason they etched the shape of lamb token into the clay rather than pressing the lamb token into the clay is that the tablet would be read as one ban of wheat, three barigas of wheat and one lamb instead of 13 lambs. These etched outlines of tokens became the first written words and the impressed ban and bariga tokens the first notated numbers.

So writing and math started out as back of the envelope doodle. They were not the invention of writers or mathematicians but humble priests/civil servants who were record keepers. Once reading and writing emerged schools had to be organized to teach these new skills because one cannot learn how to read, write and do arithmetic by watching others do it. It is not the automatic learning that takes place when we

learn to talk as young children by listening to our parents and other care givers speak. The first schools were rectangular rooms that held 30 to 40 students sitting on benches and one teacher at the head of the class (Kramer 1956). The lessons were in reading writing and arithmetic, a tradition that has lasted 5000 years and will probably continue as long as humans walk upon this Earth.

To prepare their lessons teachers created lists of similar objects like trees, animals, fish, kings, and rivers. These teachers subsequently became scholars. The teacher who prepared the lists of trees headed the botany department and the one who created the list of kings became the political science expert. With scholarship another information overload developed from all the scholars, which was resolved with the emergence of science, a form of organized knowledge beginning around 2000 BC. Science and science-based technology gave rise to another information overload, which in turn was resolved with computing. The first ideas of computing developed in the nineteenth century with Babbage's idea of an analytic machine and the use of punched cards to record information in the 1870 U.S. census by the International Business Machine company. The automated computing machine did not emerge until the 1940s and it gave rise to still another information overload. The computer generated so much information that the sixth language, the Internet emerged to network the world's computers and to organize, store and distribute all the information generated by computing. In recent days I have played with the notion that perhaps search engines like Google are the seventh language as they help us to access the information overload, which is today's Internet. This idea while very speculative may even be true, who knows.

The Extended Mind: The Origin of Language and Culture

The evolution of notated language has lessons that can help us to understand the emergence of speech. My earlier work with the evolution of notated language was based on the premise that a new form of language

evolved in response to the chaos resulting from the information overload associated with the previous forms of language. In light of this we should anticipate that the origin of speech was also due to a response to chaos and information overload. As a starting point it is assumed that before the advent of speech hominid thought processes as inherited from our earliest ancestors was percept-based.

Our earliest human-like ancestors, hominids, emerged in the savannas of Africa, where they were an easy target for various predators. To defend themselves from this threat as well as to increase their food supply they acquired the new skills of tool making, the control of fire, group foraging, and coordinated hunting. These activities resulted in a more complex form of social organization, which also increased the complexity of their lives. At first, this complexity could be handled through more sophisticated percept-based responses, but at some point the complexity became too great. Percept-based thought alone did not provide sufficient abstraction to deal with the increased complexity of hominid existence. The hominid mind could no longer cope with the richness of its life based solely on its perceptual sensorium. It is conjectured that in the information overload and chaos that ensued a new abstract level of order emerged in the form of verbal language and conceptual thinking.

When the complexity of hominid life became so great that perception and learned reactions to perceptions alone could not provide enough requisite variety to model or regulate the challenges of day to day life a new level of order emerged based on concepts. Percepts arise from our impressions of the external world that we apprehend with our senses and are mediated by neural networks in our brains. Concepts, on the other hand, are abstract ideas that result from the generalization of particular examples. Concepts allow one to deal with things that are remote in both the space and time dimension. Our first words were concepts that allowed language to represent things that are remote in both space and time and, hence, provide language with what Hockett (1960) defined as displacement.

Concepts also increase the variety with which the brain can model the external world. Percepts are specialized, concrete and tied to a

single concrete event but concepts are abstract and generative. They can be applied to many different situations or events. They can be combined with other concepts and percepts to increase variety in ways that percepts cannot. It is for this reason that only human are able to use symbols generatively to create new ideas and to make plans for the future.

What, we may ask, was the mechanism that allowed this transition to take place? Assuming that language is both a form of communication and an information processing system it is conjectured that the emergence of speech represented the actual transition from percept-based thought to concept-based thought. The spoken word, as we shall see, is the actual medium or mechanism by which concepts are expressed or represented. We must be very careful at this juncture to make sure that we do not formulate the relationship of spoken language and conceptual thought as a linear causal one. Language did not give rise to concepts nor did concepts give rise to language, rather human speech and conceptualization emerged at exactly the same point in time creating the conditions for their mutual emergence. Language and conceptual thought are autocatalytic and the dynamically linked parts of a dynamic cognitive system, namely, the human mind (Logan 1997 & 2000).

The mechanism that allowed the transition from percept to concept was the emergence of speech. The words of spoken language are the actual medium or mechanism by which concepts are expressed or represented. Words are both metaphors and strange attractors uniting many perceptual experiences in terms of a single concept. Spoken language and abstract conceptual thinking emerged together at exactly the same point of time as a bifurcation from alingual mimetic communication skills and the concrete percept-based thinking of pre-lingual hominids.

The transition from percept-based thinking to concept-based thinking represented a major discontinuity in human thought and entailed three major stages or breakthroughs in hominid cognition: manual praxic articulation (or tool making and use), social organization or the language of social interaction, preverbal mimetic communication which entails the use of hand signals, mime, gesture and prosodic vocalization (Donald 1991).

It is shown that these cognitive breakthroughs represent three distinct percept-based preverbal forms of protolanguage (the term protolanguage here is not used in the same sense as Bickertonian protolanguage). They were the cognitive laboratory in which the skills of generativity, representation and communication developed and, hence, were the source of the cognitive framework for speech.

We use our dynamic systems model of the mind to understand the connections between technology, commerce, artistic expression, narrative and science and to generate what we have playfully called the Grand Unification Theory of Human Thought. The three percept-based preverbal forms of languages represent more than just the transition to spoken language and abstract conceptual thought. Transformed by spoken language and the abstract thought that followed in its wake, they also served as the prototypes of three fundamental activities of modern humans, namely technology which emerged from tool making, commerce which emerged from social organization and the fine arts which emerged from mimetic communications. For example it is possible that music arose from non-verbal vocalization (prosody), dance from body language and the visual arts from gesture through mask making. In this way we link these activities to those associated with the verbal languages of speech, writing, math, science and computing. Language and communication are the links, which united all the activities of human enterprise.

This model for the origin of language helps us to address the mind body problem. It is assumed that the mind came into being with the advent of verbal language and, hence, conceptual thought. Language is a tool which extended the brain and made it more effective thus creating the human mind (Logan 1997 and 2000).

Meaning, Identity and Relationships

Having now traced the evolution of human communication from pre-verbal mimetic communication to spoken language and from there

to writing, math, science, computing and the Internet we are now in a position to address the central questions of this book, namely, the sharing and negotiation of meaning, and the development of relationships.

Mimetic Communication

We begin this analysis with the great apes, our closest relatives in the non-human animal world. Chimpanzees for example have well developed relationships and have as a result an identity. As to the sharing and negotiation of meaning they have no sense of symbolic meaning or language and the only meaning they might share are those that emerge from their relationships in the form of grooming, food sharing, and aggressive behaviour. Our hominid ancestors possessed all of these characteristics. In addition to these traits new levels of the sharing and negotiation of meaning must have emerged from their tool making, control of fire, and co-ordinated hunting and gathering. These activities gave rise to a non-symbolic culture with its attended shared meanings and mimetic communication through facial gesture, hand signals, body language and non-verbal vocalization. The negotiation and sharing of meaning in mimetic communication took place on the instinctual and perceptual level.

Identities developed along gender lines as females maintained the hearth and cared for the young who required greater and greater care as hominids evolved more and more towards *Homo sapiens*. Males hunted and provided meat, which became an absolutely necessary dietary supplement for females who were in the need of a plentiful supply of iron due to the increasing loss of blood due to child birth and their menses (Shlain 2004). The consumption of meat also had the added benefit that the amount of energy used by the gut to digest food greatly decreased making way for the increased size of the brain, an organ that requires a great deal of energy. The human brain which weighs only two kilograms still consumes 20% of the body's energy intake.

The Spoken Word

The tending of fire and the making of tools by hominids gave rise to new cognitive skills, which contributed to the development of symbolic language in the form of speech (Deacon 1997). The making of tools and the maintenance of the hearth requires the ability to plan for and consider the future. Non-human animals act only on their immediate needs; they do not plan ahead and the future has no meaning for them. The lessons learned through tool making and the maintenance of the hearth allowed our hominid ancestors to develop the essential cognitive skills for language including displacement or the ability to represent things that are remote both in space and time. Whether symbolic language created displacement or displacement created symbolic language is a moot question. Probably symbolic language and displacement co-evolved and it is likely that tool making and the control of fire contributed to both processes.

The origin of the negotiation and sharing of meaning must have taken place with the emergence of verbal language as there had to be agreement on the meaning of words for verbal communication to have taken place. There also had to be agreement on the rules of grammar as semantics alone does not define a language.

Spoken language as in conversations is the principal manner in which human relationships develop and in which identities are formed. With symbolic language there was a quantum leap in identity as a person now acquired a name. With names and a clear definition of identity more complex relationships arose especially kin relationships. Also with language and names gossip could emerge. Language allows one to speak of persons who are not there immediately part of the conversation. Gossip had a distinct survival benefit. It is through gossip one could identify who would be a reliable partner for mating or co-operative hunting and gathering. Gossip allowed one to identify societal cheaters and hence it was possible for altruism to arise. Some scholars have suggested that there is a mystery to the emergence of altruism because individuals are in competition

with each other and the altruist would be at a disadvantage with respect to the cheaters. Gossip neutralizes the actions of cheaters who would be shunned by society once their perfidious ways were discovered and communicated throughout society.

Some scholars have claimed that the relationship between language and gossip was not that language gave rise to gossip but that gossip was the motivating factor in the emergence of language (Dunbar 1996 & 1998 & Power 1998 & 2000). More than likely language and gossip co-evolved bootstrapping each other into existence.

Another form of spoken language which differs greatly from conversational speech is rhetoric, oration, or public speaking where the speaker speaks to many at once and there is no chance for individual feedback other than applause or booing. Here there is little chance for negotiated meaning but to be successful orators must have a shared meaning with their audience. The only form of the negotiation of meaning is through debate. One of the goals of oratory is to establish an identity as in the case of a political speech. The only development of relationship between speakers and audience is the attempt of the speakers to persuade the audience of their point of view.

Rhetoric is often a prepared performance from a written text that is either used as a prop or is memorized. This is an example of what Ong (1982, p. 136) defines as secondary orality. Oratory is an example of the first form of mass media, a non-electric one but a mass medium in the sense that it represents a one-to-many form of communication. Rhetoric/secondary orality also includes performances such as stage plays or mass media presentation on radio or television.

Another way in which speech and the development of relationships are connected is through a cognitive capacity known as a theory of mind. Dunbar (1998, p. 102) defines a theory of mind as “the ability to understand another’s individual mental state” without which he claims,

there would be no language in the form we know it....Language requires more than the mere coding and deciphering of well-formed grammatical statements. Indeed, as has been often pointed out, many everyday conversations are conspicuous by their lack of grammatical structure (Gumperz 1982). However, important formal grammar may be in the precision of information transfer, it is surely the intentionality of speech that is the most demanding feature for both speaker and listener. (ibid., p. 101)

The theory of mind and the ability of humans to understand each others intentionality can be used to explain how infants are able to learn how to speak grammatically despite the “poverty of stimulus,” i.e. they are not taught the rules of grammar but learn by listening. Chomsky (2000) and his followers believe that the explanation for this magical ability to learn language is due to the genetic hard wiring of the brain of they call Universal Grammar. I reject this nativist explanation and the concept of a poverty of stimulus as does Tomasello (1998, p. xix) who argues, “The most general point about acquisition is that the categories and schemas of a language are not given to children innately, as is demanded by the mathematical approach of Generative Grammar, but rather they are generalizations that children make on the basis of their own categorization skills working on the language they hear.”

Tomasello invokes genetic evolution to explain the uniquely human ability for joint attentional interactions and then assumes cultural transmission due to these joint attentional interactions to explain language acquisition.

Another explanation for why hard wiring of Universal Grammar does not need to be invoked is an argument developed by Christiansen (1994 & 1995; see also Christiansen, M.& M. Ellefson. 2002) that language can be treated as an organism that evolved to be easily learnt. If Universal Grammar were hard wired then how is it that it is so difficult to learn a new language after puberty. The Christiansen-Tomasello approach makes more sense. The establishment of

human relationships led to language and language enhanced human relationships. Once again we have a co-evolutionary bootstrap operating between the origin of language and the development of relationships.

The Written Word

With the written word the communicator can no longer rely on the non-verbal signals of gesture, hand signals, body language, and non-verbal vocalizations derived from mimetic communication that accompany oral communication. As a result writers must be very precise in their use of language as there is no chance for a negotiation of meaning as is the case with spoken language. Because there is no second chance for the reader written language must adhere closely to the rules of grammar. In fact if one listens closely to spontaneous spoken language one will discover many grammatical errors. The term grammar is derived from the Greek word *gramma*, referring to the letters of the alphabet. The notion of grammar only arose once writing emerged. Pre-literate cultures have no notion of grammar.

To analyze writing in terms of its impact on identity and relationships we need to differentiate between one-to-one writing or correspondence, on the one hand, and one-to-many writing or the writing of authors for their audience, on the other hand. In correspondence there is scope for negotiated and shared meaning. Written correspondence can give rise to intimate relationships which is not the case with authorship where the only relationships are those of fan or critic.

In the case of authors writing for an extensive audience there is no scope for the negotiation of meaning but the shared meaning with their audience is something they must intuit in order for their writing be a success and actually communicate. Authors establish an identity through their writing. This was especially true with the printed word when the author was clearly identified. Print also gave rise to vernacular literatures and created national identities (McLuhan 1962; Logan 2004a). Print is another example of a non-electric mass medium.

Mathematics and Science

In both science and mathematics the identity of the scientist or the mathematician is irrelevant. The only relationship that math and science encourages is one of collaboration. The negotiation and sharing in mathematics is through a commonly accepted set of axioms. Once these are chosen the rest follows from hard cold logic. In science the negotiation of meaning comes through experimental testing and agreement of the science community at large. Once a hypothesis is verified it's meaning is then shared by the community.

Electric Mass Media

The content of electric mass media is like rhetoric or oration in which the audience becomes a passive consumer of information and as a result there are no relationships to speak of other than fans and critics and no negotiation of meaning. There is, however, a sharing of meaning in order that communication takes place. McLuhan was highly critical of television, which he thought destroyed people identity. He once expressed the sentiment that, "television sucks the brain out of your skull (Logan and Waxman 1996)."

Computing

With computing there was no negotiation of meaning with respect to the operating systems of the computer until the appearance of the UNIX and Linux operating systems and the open source movement.

Laws Of the Media for the open source movement

The open source movement enhances the sharing of tools and knowledge, obsolesces proprietary knowledge and copyright, retrieves tribal epics that were freely shared by all members of the society, and reverses into loss of intellectual property.

The open source community is a movement primarily of software developers and others that work with computers and the Internet who embrace a philosophy of openness, community and collaboration among users of computer technologies. The movement can be thought of as a culture which employs the open source methodology and which has a number of shared values and institutions for cooperation. The open source methodology is a management technology, which entails the notion that the source code for software be freely available, and that “end-users have the right to modify and redistribute the software as well as the right to package and sell the software (en.wikipedia.org/wiki/Open_Source).” The institutions for cooperation are primarily Web sites and portals, non-profit organizations like Open Technology Assembly (www.ota.be), Open Source Initiative (www.opensource.org), Free Software Foundation with their project GNU General Public License (GPL) and certain commercial firms that support open source software like Red Hat (www.redhat.com).

The basic idea behind open source is very simple: When programmers can read, distribute, and modify the source code for a piece of software, the software evolves. People improve it, people adapt it, and people fix bugs. And this can happen at a speed that, if one is used to the slow pace of conventional software development, seems astonishing. ((www.opensource.org)).

The open source methodology is not a typical medium or a technology but because it is a form of social organization it may be thought of as medium that permits the collaboration of individuals with the shared objective of the co-creation of software and the sharing of knowledge and information. The content of the open source methodology is the knowledge work of its individual contributors, which extends their individual efforts into the accomplishments of the open source community.

Open source technologies are computer tools that are developed making use of the open source initiative. The UNIX and Linux operating systems are perhaps the most outstanding products that have emerged from the open source philosophy. Not all open sources technologies are

software as the discussion of Wikipedia in the Internet section below will demonstrate.

To gauge the scope of the open source movement one should visit SourceForge.net, the world's largest Open Source software development website with the largest depository of Open Source code and applications available on the Internet. SourceForge.net provides free services to Open Source developers. There are 96,607 registered projects and 1,024,545 registered users. IBM is a participant having contributed to 30 projects.

The Internet

The first users of the Internet were the military and the scientists and engineers who helped create it. The next cohort of users were academics, primarily scientists and engineers once again, who used it to facilitate their research activities, mainly through the use of e-mail and the transfer of data and software files from one computer to another. Scientific research has always been a cooperative activity in which scientists have shared their data and their results freely. The Internet is therefore an ideal medium for conducting scientific and other scholarly research activities. In recent years, with the popularization of microcomputing, the Net has also been discovered by the business world as well as by home users and hobbyists. The scientists' ethos of sharing ideas, information, and data, however, still dominates the use of the Internet by other communities and gives it its unique character as an open medium of communication.

The Five Messages of the Internet

In addition to its own unique semantics and syntax the Internet is also a medium with its unique effects. The medium is the message and every medium has its unique message or messages. I have identified five messages of the Internet and the World Wide Web that I believe shed light on how meanings are shared and negotiated, identities are

created and relationships develop. The five messages of the Internet are:

1. the Internet promotes two way communication and hence dialogue;
2. the Internet facilitates the access to information;
3. the Internet promotes continuous learning.
4. the Internet aligns and integrates information and knowledge structures.
5. the Internet promotes community.

These five features are contained in many other media but the Internet is unique in that it possesses all five of these properties. The Internet or the sixth language is transforming economics and commerce so that a transition is being made from the Information Age to the Knowledge Era.

The Two Way Flow of Information

The Internet permits and promotes two way communication and hence dialogue, the negotiation of meaning and the sharing of knowledge are all possible. For the creators of Web sites this allows feedback from their visitors and customers. For the visitors to the site it gives them a chance to dialogue with the supplier of a service or product that they are interested in. It also gives them a chance to test the reliability of the information they are accessing and it gives them a voice so that they do not feel like passive consumers of information.

Ease of Access of Information and the Role of Information Design

The ease of access to information is one of the chief advantages of the Internet for delivering training, fomenting dialogue and sharing knowledge. Hypertext allows one to provide information and lessons at different levels of depth and detail which users can access in the

order which makes most sense for them and which best accommodates their individual learning styles.

Continuous Learning

The Internet promotes continuous learning because it is so easily accessible and hence users can pursue educational activities at any place and any time whenever they have free time and are in the mood for learning something new. They can pursue an almost unlimited number of topics depending on their interests and their needs. The users of the Net are not passive consumers of information but rather active participants in command of their interactive learning experience.

Alignment and Integration

The Internet provides a medium or platform for the integration and alignment of the information on a Web site.

The Creation of Community

Perhaps the most important of all the features of the Internet is the way in which it creates community. It does so through the exploitation of the other four messages of the Internet, namely two-way communication (which makes people feel involved), ease of access to information and information design (which makes people feel that their needs are being looked after), continuous learning (which allows people to grow together and makes people feel that their minds are engaged and respected) and alignment (which integrates the needs of those communicating with each other through the “new media”).

The online encyclopedia, Wikipedia, which is created by the Internet community and open to the use of the Internet community without charge is an example of a medium that is an information co-

creation and distribution tool. Wikipedia is a wiki-based encyclopedia where “a wiki is a software platform for contributing, sharing, and managing content.” The actual name of the software is MediaWiki, which the Wikimedia Foundation released to the public under the GNU General Public License so that any group that wishes to create a collaborative user driven content environment may avail themselves of the software in the spirit of the open source movement. The wiki concept was developed by Ward Cunningham and first implemented in 1995 on a HyperCard stack for the Portland Pattern Repository Web site, which now hosts ten of thousands of pages. I have not been able to find the total number of wiki sites in existence but one measure of their impact is that by simply googling “wiki” one obtains over 28 million hits.

References

CHRISTIANSEN, Morten. 1994. Infinite languages finite minds: Connectionism, learning and linguistic structure. Unpublished doctoral dissertation, Centre for Cognitive Studies, University of Edinburgh UK.

CHRISTIANSEN, Morten. 1995. Language as an organism - implications for the evolution and acquisition of language. Unpublished manuscript, Washington University.

CHRISTIANSEN, M. & J. Devlin. 1997. Recursive inconsistencies are hard to learn: A connectionist perspective on universal word order correlations. In *Proceedings of the 19th Annual Cognitive Society Conference*. Mahwah, NJ: Erlbaum, pp. 160-171.

CHRISTIANSEN, M., R. Dale, M. Ellefson & C. Conway. 2001. The role of sequential learning in language evolution: Computational and experimental studies. In A. Cangelosi & D. Parisi (eds), *Simulating the Evolution of Language*. London: Springer-Verlag.

CHRISTIANSEN, M. & M. Ellefson. 2002. Linguistic adaptation without linguistic constraints: The role of sequential learning in language evolution. In A. Wray (ed), *The Transition to Language*. Oxford: Oxford University Press, pp 335-58.

CHRISTIANSEN, Morten and Simon Kirby (eds). 2003. *Language Evolution*. Oxford: Oxford University Press.

_____. 2003. Language evolution: The hardest problem in science? In Morten Christiansen and Simon Kirby (eds), *Language Evolution*. Oxford: Oxford University Press.

CHOMSKY, N. A. 2000. *New Horizons in the Study of Language and Mind*. Cambridge: Cambridge University Press.

DEACON, Terrence W. 1992. Brain-language coevolution. In J. A. Hawkins & M. Gell-Mann (eds), *The Evolution of Human Language*. Santa Fe Studies in the Science of Complexity II. Reading, MA: Addison-Wesley.

_____. 1997. *The Symbolic Species: The Co-evolution of the Brain and Language*. New York: W. W. Norton & Co.

DONALD, Merlin. 1991. *The Origin of the Modern Mind*. Cambridge, MA.: Harvard University Press.

_____. 1998. Mimesis and the executive suite. In James Hurford, Michael Studdert-Kennedy, Chris Knight (eds), *Approaches to the Evolution of Language*. Cambridge: Cambridge University Press, pp. 44-67.

_____. 2001. *A Mind So Rare: The Evolution of Human Consciousness*. New York: W.W. Norton

DUNBAR, Robin. 1996. Grooming, Gossip an the Evolution of Language. London: Faber & Faber.

_____ 1998. Theory of mind and the evolution of language. In James Hurford, Michael Studdert-Kennedy, Chris Knight (eds), *Approaches to the Evolution of Language*. Cambridge: Cambridge University Press, pp. 92-110.

GUMPERZ, J. J., 1982. *Discourse Strategies*. Cambridge: Cambridge University Press.

HOCKETT, Charles. 1960. The origin of speech. *Scientific American* 203: 88-111.

KRAMER, S.N. 1959. *Life Begins at Sumer*. New York: Doubleday Anchor Books.

KUHN, Thomas. 1972. *The Structure of Scientific Revolutions*. Chicago: University of Chicago Press.

LOGAN, Robert K. 1979. The Mystery of the Discovery of Zero. *Etcetera*. Vol. 36: 16-28.

_____ 1995. *The Fifth Language: Learning a Living in the Computer Age*. Toronto: Stoddart Publishing.

_____ 1997. The extended mind: understanding language and thought in terms of complexity and chaos theory. Presented at the 7th Annual Conference of The Society for Chaos Theory in Psychology and the Life Sciences at Marquette U., Milwaukee, Wisconsin, Aug. 1, 1997.

_____ 2000. The extended mind: understanding language and thought in terms of complexity and chaos theory. In Lance Strate (ed),

2000 Communication and Speech Annual Vol. 14. New York: The New York State Communication Association.

_____ 2004a. *The Alphabet Effect*. Cresskill NJ: Hampton (1st edition 1986. New York: Wm. Morrow).

_____ 2004b. *The Sixth Language: Learning a Living in the Internet Age*. Caldwell NJ: Blackburn Press (1st edition 2000. Toronto: Stoddart Publishing).

LOGAN, Robert K. and Schumann, John. In press. The symbolosphere, conceptualization, language and neo-dualism. *Semiotica*

LOGAN, Robert K. and Louis W. Stokes. 2004. *Collaborate to Compete: Driving Profitability in the Knowledge Economy*. Toronto and New York: Wiley

LOGAN, Robert and Al Waxman. 1996. An electronic monument to Marshall McLuhan: recapturing Canadian identity. *McLuhan Studies* (Vol. 1, Issue 3). http://www.chass.utoronto.ca/mcluhan-studies/v1_iss3/1_3art6.htm

MCLUHAN, Marshall. 1962. *The Gutenberg Galaxy*. Toronto: Univ. of Toronto Press.

_____ 1964. *Understanding Media*. New York: McGraw Hill.

_____ 1967. Anonymous voice heard on the album: *The Medium is the Massage*.

MCLUHAN, Marshall, and R.K. Logan. 1977. Alphabet, Mother of Invention. *Etcetera*. Vol. 34: 373-83.

ONG, Walter. 1982. *Orality and Literacy: The Technologizing of the Word*. New York: Routledge

POWER, Camilla. 1998. Old wives' tales: the gossip hypothesis and the reliability of cheap signals. In James Hurford, Michael Studdert-Kennedy, Chris Knight (eds), *Approaches to the Evolution of Language*. Cambridge: Cambridge University Press, pp. 111-29.

_____. 2000. Secret language use at female initiation: Bounding gossiping communities. In C. Knight, M. Studdert-Kennedy and J. Hurford (eds), *The Evolutionary Emergence of Language*. Cambridge: Cambridge University Press, pp. 81-98.

PRIGOGINE, Ilya. 1997. *The End of Certainty*. New York: Free Press.

PRIGOGINE, Ilya and I. Stengers. 1984. *Order Out of Chaos*. New York: Bantam Books.

SCHMANDT-BESSERAT, D. 1978. The Earliest Precursor of Writing. *Scientific American* 238: 50-59.

_____. 1980. The Envelopes That Bear the First Writing. *Technology and Culture* 21, No.3.

_____. 1981. From Tokens to Tablets: A Re-Evaluation of the So-Called Numerical Tablets. *Visible Language* 15.

_____. 1992. *Before Writing: Vol. 1. From Counting to Cuneiform*. Houston: Univ. of Texas Press.

SHLAIN, Leonard. 2004. *Sex, Time, and Power: How Women's Sexuality Shaped Human Evolution*. New York: Penguin Books

TOMASELLO, Michael. 1998. Introduction: A cognitive-functional perspective on language structure. In Michael Tomasello (ed), *The New Psychology of Language: Cognitive-Functional Perspective on Language Structure*. Vol. 1. Mahwah, NJ: Erlbaum.

_____. 1999. *The Cultural Origins of Human Cognition*. Cambridge, MA: Harvard University Press.

_____. 2000. Do young children have adult syntactic competence? *Cognition* 74: pp. 209-53.

_____. 2003. Introduction: some surprises for psychologists. In Michael Tomasello (ed), *The New Psychology of Language: Cognitive-Functional Perspective on Language Structure*. Vol. 2. Mahwah, NJ: Erlbaum.

_____. 2003. On the different origins of symbols and grammar. In Morten Christiansen and Simon Kirby (eds), *Language Evolution*. Oxford: Oxford University Press, pp. 94-110.

TOMASELLO, Michael, A. C. Kruger, and H. H. Ratner. 1993. Cultural learning. *Behavioral and Brain Sciences* 16: 495-552.

Dados Biográficos

MARIA JOHANNA CHRISTINA SCHOUTEN estudou Antropologia Cultural e História, e doutorou-se em Ciências Sociais e Culturais na Vrije Universiteit em Amsterdam. Tem exercido cargos de docência e investigação em instituições académicas na Holanda, e é actualmente Professora Associada do Departamento de Sociologia da Universidade da Beira Interior na Covilhã (Portugal). Os seus trabalhos de investigação incidiram nomeadamente sobre a mudança social no Sudeste Asiático e sobre questões de género, na Europa e na Ásia. Autora de três livros e de dezenas de artigos e capítulos em livros.

ADRIANA BRAGA é investigadora financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES/BR. É doutoranda em Ciências da Comunicação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos/BR, onde desenvolve investigação sobre a comunicação estabelecida em ambientes de Internet. É autora na colectânea *Produzindo Gênero* (Sulina, 2004); organizadora da colectânea *Angulações, Provocações e Cultura* (Unisinos, 2002); e autora de vários artigos em revistas científicas da área.

SUSAN B. BARNES Ph.D., é professora associada do Departamento de Comunicação e diretora associada do Social Computing Lab do Rochester Institute of Technology (R.I.T.)/Estados Unidos. Tem conduzido investigações sobre a Internet pelos últimos 15 anos e é autora dos livros: *Online Connections: Internet Interpersonal Relationships* (Hampton Press, 2001); *Web Research: Selecting, Evaluating, Citing* (with Marie Radford and Linda Barr, Allyn & Bacon, 2002); e *Computer-Mediated Communication: Human-to-Human Communication Across the Internet* (Allyn & Bacon, 2003); e tem apresentado e publicado numerosos artigos e capítulos de livro na área.

ROD WATSON é membro do Departamento de Sociologia da University of Manchester/Reino Unido. Tem publicado extensivamente, tanto teoricamente quanto empiricamente, nas esferas da etnometodologia,

análise conversacional e etnografia aplicada ao crime e comportamento desviante, à organização social do espaço público urbano, e à organização social do uso do computador.

CHRISTIAN GREIFFENHAGEN está em actividade de pós-doutoramento no Departamento de Sociologia da University of Manchester/Reino Unido. Ele é doutor em Engenharia Informática pela University of Oxford. Seus actuais interesses incluem estudos sobre a organização social do uso de computador e a filosofia e sociologia da prática matemática.

PAULO SERRA é doutor em Ciências da Comunicação pela UBI (Portugal), onde é docente e investigador do LABCOM. É autor dos livros *A Informação como Utopia* (1998) e *Informação e Sentido* (2003), e co-organizador das obras *Jornalismo Online e Mundo Online da Vida* (ambas de 2003). A sua investigação tem incidido na produção de sentido na comunicação mediática, especialmente na relativa à Internet.

JOSÉ MANUEL GOMES PINTO é professor associado da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias no Departamento de Ciências da Comunicação, Artes e Tecnologias da Informação. É licenciado em Filosofia e doutorado em Estética. Desenvolve projectos de investigação na área das artes e dos novos meios.

MARCUS ABÍLIO PEREIRA é Professor Assistente de Sociologia na Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Brasil. É Mestre em Ciência Política pela Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil, e é doutorando em Sociologia pela Universidade de Coimbra, Portugal.

JOÃO CARLOS FERREIRA CORREIA é Doutor em Ciências da Comunicação pela Universidade da Beira Interior/PT, Professor Auxiliar do Departamento de Comunicação e Artes da mesma

universidade. É investigador responsável de vários projectos apoiados pela Fundação para a Ciência e Tecnologia. É autor dos livros: *A Teoria da Comunicação de Alfred Schutz* (Lisboa, Livros Horizonte, 2005); *Comunicação e Cidadania: os media e a fragmentação do Espaço Público* (Lisboa, Livros Horizonte, 2004), obras apoiadas pelo Instituto de Comunicação Social e *Jornalismo e Espaço Público* (Covilhã, UBI, 1998); além de vários trabalhos publicados em revistas da área.

JANET STERNBERG é formada em Francês e Espanhol, fez mestrado em Linguística em Cornell University, obteve bolsa da Fulbright para pesquisa no Brasil. Completou doutoramento em “media ecology” (ecologia dos meios de comunicação social) com Neil Postman em New York University, com tese intitulada, *Misbehavior in Cyber Places: The Regulation of Online Conduct in Virtual Communities on the Internet*. Actualmente vive em New York, onde é professora assistente e vice-chefe do Departamento de Comunicação e Estudos Mediáticos em Fordham University/Estados Unidos.

ROBERT K. LOGAN obteve a licenciatura e doutoramento pelo Massachusetts Institute of Technology (M.I.T.)/Estados Unidos. É Professor Emérito de Física na University of Toronto/Canadá, onde começou a leccionar em 1968, e é associado ao McLuhan Program. É autor de três livros sobre comunicação e linguagem: *The Alphabet Effect* (Hampton 2004); *The Sixth Language: Learning a Living in the Internet Age* (Blackburn Press 2004), vencedor do prêmio Suzanne K. Langer do Media Ecology Association; e *The Extended Mind* (no prelo).